



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Centro de Ciências Sociais

Faculdade de Serviço Social

Milena Carlos de Lacerda

**Entre - lugares do nome social e do uso autorreferido dos banheiros:  
um itinerário de assujeitamentos e resistências na Universidade Federal do  
Tocantins**

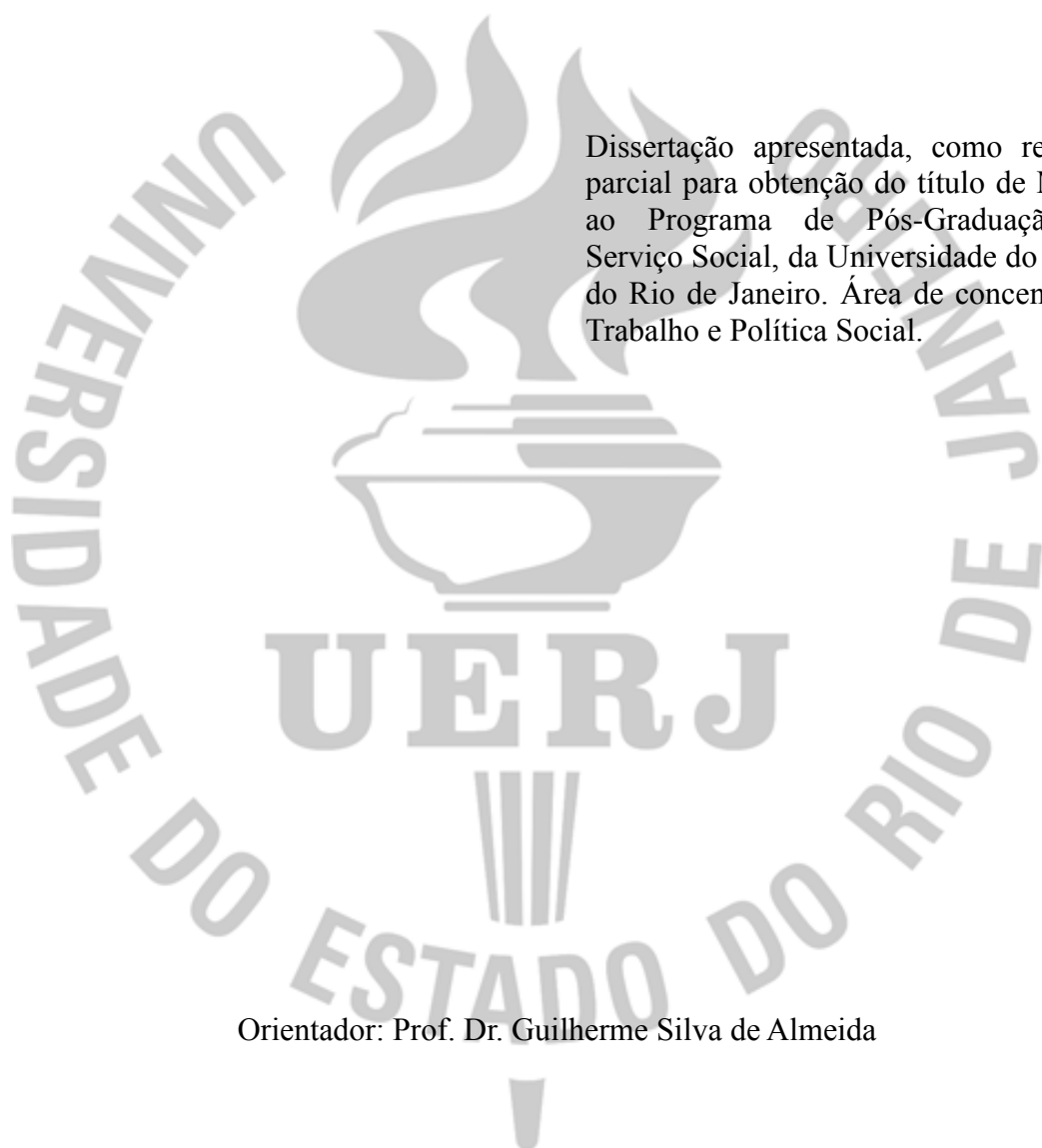
Rio de Janeiro

2018

Milena Carlos de Lacerda

**Entre - lugares do nome social e do uso autorreferido dos banheiros:  
um itinerário de assujeitamentos e resistências na Universidade Federal  
do Tocantins**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Trabalho e Política Social.



Orientador: Prof. Dr. Guilherme Silva de Almeida

Rio de Janeiro  
2018

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/A

L131

Lacerda, Milena Carlos de

Entre-lugares do nome social e do uso autorreferido dos banheiros: um itinerário de assujeitamentos e resistências na Universidade Federal do Tocantins / Milena Carlos de Lacerda.. – 2018. 196f.

Orientador: Guilherme Silva de Almeida.  
Co-Orientadora: Profa. Dra. Tatiana Oliveira

Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.  
Faculdade de Serviço Social  
Bibliografia.

1. Identidade de gênero – Tocantins - Teses. 2. Transexuais - Tocantins - Teses 3. Sexo - Diferenças - Teses. I. Almeida, Guilherme Silva de - Orientador II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Serviço Social. III. Título.

CDU 004.8

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Milena Carlos de Lacerda

**Entre - lugares do nome social e do uso autorreferido dos banheiros:  
um itinerário de assujeitamentos e resistências na Universidade Federal  
do Tocantins**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Trabalho e Política Social.

Aprovada em: 19/07/2018.

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Guilherme Silva de Almeida (Orientador)  
Faculdade de Serviço Social – UERJ

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Carla Cristina Lima de Almeida  
Faculdade de Serviço Social – UERJ

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Ney Luiz Teixeira de Almeida  
Faculdade de Serviço Social – UERJ

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Bruna Andrade Irineu  
Departamento de Serviço Social – UFMT

Rio de Janeiro  
2018

## DEDICATÓRIA

Não tá normal  
É tempo de selvageria  
Mas na sala do bloco E  
Há sopros de esperança  
Às vezes de letargia  
Traz café, porque  
Não tá normal  
É cansaço acumulado  
E há dias de mais temor  
Outros de alguma alegria  
Porque n'alma a gente carrega chão  
Nos pés a correria  
Porque tem gente que vem de longe  
E tem gente de mais longe ainda  
E tem gente que tá bem ferrada  
E gente mais ferrada ainda  
Mas é porque não tá normal, eu diria  
Não tem bolsa, não tem salário, não tem ânimo, não tem porra nenhuma  
E o couro comendo nas ruas  
Só que aí vem o professor  
Olha pra gente  
E vê  
Enxerga vidas que pulsam  
Ainda que na frequência arrítmica da dinâmica capitalista  
São as contradições da sociedade burguesa  
Ele diz  
É a produção, a mais-valia,  
Tá entendendo?  
Ele diz  
E aí até piada é parte da metodologia  
Porque no riso, ainda que desesperado, também se aprende  
Sobre a intensificação da exploração  
E as estratégias de extração de mais-mais-valia  
Que na produção e acumulação incessantes  
E na reprodução desse modo doente de fazer e ser  
Vai mais do nosso tempo  
Escorrem as nossas  
E tantas outras vidas  
Um desperdício humano  
Ele diz  
Aprendemos assim um tanto  
Inclusive que casamento é contrato  
Pois com isso não se espante, minha querida  
Nobre mesmo é o amor  
Ignóbil, a mercadoria

Da exegese refinada  
À atenção investida  
Há ouvidos muito atentos  
Às nossas testas franzidas  
Qual é a dúvida?  
Ele pergunta  
Pois específico mesmo é teu trabalho  
Indiferenciada, só a mercadoria  
E neste mundo das relações de troca e aviltamento  
Saímos engrandecidas  
Ainda que dúvidas permaneçam  
Algumas categorias sigam incompreendidas  
Certezas são abaladas  
Na tal cidadania  
E controversas sugeridas  
Porque professor nessa conjuntura faz de um tudo  
Até agricultor ele é  
Planta pulgas atrás de orelhas  
Faz isso com maestria  
Durante 3 horas toda semana nos últimos meses  
Multiplica esse fazer  
Contabiliza ao longo da vida  
Insubstituível, pois, é o professor a nos ensinar  
Cambiável, só a mercadoria  
Falando sobre o trabalho enquanto faz ao teu próprio  
E refazendo a quem com ele aprende, nas tessituras do pensamento tramado  
Mesmo no limite da existência  
Professor dá pano pra manga  
Pra prosa e pra poesia  
Não tá nada normal, mas quem diria  
Que em tempos tão inglórios  
Um pouco mais inteiras daqui a gente sairia  
Às 17h de todas as quintas  
Pois concreto é o sujeito do ensinar e do aprender  
Superável a burguesia  
Se centralizado é o capital  
Radicalizadas sejam as lutas  
Socializada seja a sabedoria

Raquel Reis  
(PPGSS/UERJ – Mestrado 2016)

Á Dandara (*in memoria*).

Aos que lutam bravamente pelo reconhecimento social dos direitos LGBT.

## AGRADECIMENTOS

Agradecer implica recuperar os registros que fiz ao longo do mestrado e as lembranças que impulsionaram-me deslocar do norte do país e sonhar essa dissertação. Os agradecimentos, que soam quase como relato de experiência, também se inscreve numa perspectiva de classe, na conjugação entre as condições objetivas e subjetivas que atravessa as possibilidades reais e não ideias de existência, evidenciando uma empreitada que antecede a própria imersão no mestrado. Para escrever preciso rememorar minha própria história, minha militância, as paixões, às tardes do cerrado nortista sob o “Rio Tocantins”, a névoa na cidade maravilhosa, a adaptação do tempo da metrópole, a singularidades das trocas, da amizade e do afago travejadas ora por processos de pura agonia, ora pela resistência.

Faz mais de 2 anos que iniciamos essa árdua tentativa, esse sonho antigo, com perdas, algumas parcas conquistas. O Profº Ney Almeida me disse algo que ficou para além das contribuições teóricas: Na sensação de perda mais evidente e aparente, nós deixamos de reconhecer o que ganhamos e construímos. E que nada na vida é feita em condições ideais, quando o chão está pavimentado, ele dizia. Tivemos uma marca peculiar e por estar envolvido nele não temos condições de avaliar como a vida modificou, dado o contexto adverso. Contudo, não podemos olhar para o Mestrado como um conjunto sucessivo de perdas, por que não foi. Dislexicamente, conseguimos avançar. Por coincidência (ou não), encontrei uma "Carta aos Bastardos da PUC" escrita pela Marielle Franco, vereadora assassinada no Rio de Janeiro que sintetiza e representa muito a dor e a delícia de compor essa trajetória, o que passamos e como convivemos, agora com doses de café mais caras na cantina.

A reflexão sobre os agradecimentos ganha a conotação da necessidade, em devolver a um quantitativo de pessoas que se somaram a esse processo. É preciso agradecer! Pois “é tão bonito quando a gente entende que a gente é tanta gente onde quer que a gente vá e é tão bonito quando a gente sente que nunca está sozinho por mais que pense estar” (Gonzaguinha). Primeiramente, agradeço a minha “preta, preta, pretinha”. Minha mãe, minha inspiração, minha coragem, minha força, minha autoridade. Em meio as léguas tiranas, seu sotaque alto me direcionada. É por você mãe, é por nós.

Agradeço ao meu companheiro, Arthur Finamore: a calma que serve de chá para os meus destemperos. Entre a agonia de estar e não estar, de ser e não ser, de esquecer o que importa e lembrar o tempo todo, de você me sacudir para funcionar e de lembrar que sou maior que outrora me disseram. Obrigada pela parceria e sobretudo por ter acreditado!

Agradeço a minha “hermana” Renata Costa por tornar esse processo tão seu quanto meu, pelas risadas, pelo gesto de amor, dor, poesia e sobretudo amizade. Um grito nordestino visceral que me centraliza e diz que eu não preciso ser boa, mas que eu preciso ser ética.

Agradeço ao grupo “Te quero Mestrado”: nome bem querido e que tornou essa experiência tão particular e saborosa. Obrigada Samyra Cruz, Michele Pontes, Ana Paula, Ellen Zacarias, Raquel Reis e Fernanda Soffiete!

Agradeço ao corpo docente da UFF, local que iniciei a primeira e efetiva interlocução com a experiência docente. Em especial, a Susanita, Suenya, Betinha e Ingrid pela acolhida. Agradeço as trocas profundas com os/as estudantes que se desdobrou em longos debates e aprendizados mútuos. Sinto-me agraciada pela aproximação com o Setorial LGBT do Coletivo Construção pelas diversas intervenções de visibilidade desenvolvidas durante a minha estadia como professora substituta no curso de Serviço Social.

Aos meus amigos acrescentados de criança: Cícero Santos, Renata Braga, Rodrigo Gomes e Brendhon Andrade.

Agradeço ao meu orientador Guilherme Almeida pela precisão, sensibilidade e paciência ao longo dessa trajetória. Você me inspira!

Agradeço ao Prof. Ney Almeida, Carla Cristina e Bruna Irineu pelas valiosas contribuições teóricas e políticas ao longo do desenvolvimento deste trabalho. Estendo esses agradecimentos aos professores/as do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPG/UERJ) pela vontade teórico-política e coerência intelectual.

De forma muito especial, agradeço ao Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão “Sexualidade, Corporalidades e Direitos” da UFT que insistentemente me reporta o significado de ocupar esse lugar.

Por fim, agradeço a FAPERJ pelo auxílio financeiro fundamental para a conclusão do mestrado.



## RESUMO

LACERDA, Milena Carlos de. **Entre - lugares do nome social e do uso autorreferido dos banheiros: um itinerário de assujeitamentos e resistências na Universidade Federal do Tocantins**. 2018. 196 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

A despeito de uma ordem normativa desfavorável à vida das pessoas trans, o nome social e o uso autorreferido dos banheiros aparecem como indicadores mais evidentes da formalização dessa população no âmbito universitário. Considerando que o ingresso nas instituições universitárias não é experiência comum às/aos travestis e transexuais brasileiras/os, a presente dissertação objetivou analisar o processo de construção e implementação desses dispositivos no âmbito da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Nesse aspecto, a pesquisa documental empreendeu uma análise preliminar dos modos como o acesso e permanência das pessoas trans na educação aparecem nas regulações estaduais do Tocantins e a descrição do processo de construção do direito ao nome social e do uso autorreferido dos banheiros na UFT. O percurso metodológico adotado partiu da investigação das funções das práticas educativas e dos rebatimentos das tendências contemporâneas do capitalismo dependente na política de educação. Com base na análise documental das mídias sociais regionais durante o período de implementação do nome social, à luz das categorias do método dialético crítico e do feminismo interseccional, recuperamos a trajetória das legislações sociais do estado, protagonizada pelo movimento LGBT Tocantinense. Associados ao recurso da memória, os registros fundamentaram a construção de uma linha do tempo do nome social e da conquista dos direitos no âmbito da UFT, destacando os momentos de visibilidade, inflexão, regressão e resistência. A pesquisa indicou que as ações específicas do acesso e permanência das pessoas trans circunscritas estão sintonizadas com a mobilização dos coletivos universitários e dos grupos de estudos que provocaram a gestão universitária no reconhecimento dos direitos fundamentais. Essas questões relacionam-se à adequação do ambiente educacional à promoção do respeito à diversidade sexual e à expressão/identidade de gênero, condição indispensável para garantir a formação às pessoas em condições precárias da vida social, alijadas dos direitos fundamentais e expostas à margem do convívio social.

Palavras-chave: Nome Social. Banheiros. Universidade. Movimento LGBT. Gênero.

## ABSTRACT

LACERDA, Milena Carlos de. **The places inbetween - the use of social name and self referred usage of bathrooms: an itinerary of antipersonification and resistences at the Federal University of Tocantins (UFT)**. 2018. 196 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

Despite the normative order is adverse to trans people's life, the social name and the self referred use of toilets represent the most evident pointers of how such population is formalized in the university scope. Considering that college institutions are not usually accessible to Brazilian transvestites and transexuals, this paper analyzed the framing and implementation process of such devices within Universidade Federal do Tocantins (UFT). The objectives comprise evaluating how trans people's endurance and access to education show up in statewide regulations; the memory reconstruction of social name's regulation at UFT, comprising its boundaries and possibilities, and the identification of the aspects that allow to evaluate the impact of normative devices targeted to trans people in university institutions. The methodological path was based on researching the educational practices and lookouts of capitalism's contemporary trends on the educational policy. Through documental analysis of local social media covering the implementation period of social name, against the categories of dialectic-critique method and intersectional feminism, we rescued the path of State social laws, performed by LGBT Tocantinense movement. The records, bound up with the asset of memory, underlied the development of a time line on social name and rights achievement within UFT, highlighting the visibility, inflection, regression and resistance moments. The research has pointed that specific actions on self-contained trans people's access and endurance are toned with the mobilization of the college collectives and study groups that induced the university management concerning to the acknowledgement of basic rights. Such questions are related to the adequacy of the educational environment in terms of promoting the sovereignty of sexual diversity and gender identity, an essential condition to provide a proper formation to people under precarious social life, who are severed from basic rights and drifted away from social interaction.

Keywords: Social name. Public toilets. University. LGBT movement. Genre.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	-	Assassinatos	de	pessoas	trans	no	21
		.....					
Figura 2	-	Campanha	Me	Recuso	a	Ser	Invisível: 111
		.....					
Figura 3	-	Campanha	Me	Recuso	a	Ser	Invisível: 112
		.....					
Figura 4	-	Campanha	do	Nome	Social	pela	121
		.....					
Figura 5	-	Mapa	dos	Campis	da	126	
		.....					
Figura 6	-	Formalização	dos	banheiros	unissex	na	130
		.....					
Figura 7	-	“Pela ocupação da universidade: em defesa de gênero e pelo					
		direito a visibilidade de travestis e					
		transsexuais”					135
		.....					
Figura 8	-	Programação do Evento “Protagonismo e Visibilidade					
		Trans					137
		.....					
Quadro 1	-	Programa de Assistência Estudantil da					
		UFT					128
		.....					

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	- Posicionamento em relação aos direitos das pessoas trans.....	37
Gráfico 2	- Viés Religioso das Matérias.....	37

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABL	Articulação Brasileira de Lésbicas
AGTUR	Agência Municipal de Turismo
ATRATO	Associação de Travestis e Transexuais do estado do Tocantins
CAES	Coordenação de Assistência ao Estudante e ao Servidor
CCR/MPF	Câmara Criminal do Ministério Público Federal
CEE	Conselho Estadual de Educação
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CFP	Conselho Federal de Psicologia
CID	Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados a Saúde
CLAM	Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos
CNDC/LGBT	Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONSUNI	Conselho Universitário
COPESE	Comissão Permanente de Seleção
CSPD	Conselho Superior da Defensoria Pública
DCE	Diretório Central dos Estudantes
DEM	Democratas
DP	Defensoria Pública
DSM	Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais

ENEM	Exame Nacional de Ensino Médio
FIES	Reestruturação do Fundo de Financiamento
GDE	Gênero e Diversidade na Escola
GEEMA	Grupo Estratégico de Análise da Educação Superior no Brasil
GGB	Grupo Gay da Bahia
GIAMA	Grupo Ipê Amarelo Pela Livre Orientação Sexual
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituições de Ensino Superior
IFs	Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
IFTO	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Tocantins
IMS	Instituto de Medicina Social
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LBL	Liga Brasileira de Lésbicas
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
LIDIS	Laboratório Integrado em Diversidade Sexual e de Gênero, Políticas e Direitos
MATOPIBA	Maranhão, Piauí, Tocantins e Bahia
MEC	Ministério da Educação
MUDAS	Movimento Universitário de Diversidade Afetivo Sexual
NEPESCD	Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Sexualidade, Corporalidades e Direitos
NUAMC	Núcleo Aplicados das Minorias e Ações Coletivas
NUDIS	Núcleo da Diversidade Sexual da Defensoria Pública do Estado do Tocantins
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PAM	Programa de Auxílio Moradia
PARFOR	Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica

PFL	Partido de Frente Liberal
PIB	Produto Interno Bruto
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PODE	Partido Podemos
PP	Partido Progressista
PPGSS	Pós-Graduação em Serviço Social
PR	Partido da República
PROEST	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis
PROEX	Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários
PROGRAD	Pró-Reitoria de Graduação
PROUNI	Programa Universidade para Todos
PROS	Partido Republicado da Ordem Social
PSC	Partido Social Cristão
PSDB	Partido Social da Democracia Brasileira
PSH	Programa Brasil Sem Homofobia
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RJ	Rio de Janeiro
SD	Partido Solidariedade
SDH/PR	Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República
SECADI	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
SECIJU	Secretaria de Estado da Cidadania e Justiça
SEDPS	Secretaria de Defesa e Proteção Social
SEDS	Secretaria de Defesa Social
SEDUC	Secretaria da Educação
SISDEPEN	Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional
SISU	Sistema de Seleção Unificada
SOCS	Secretaria dos Órgãos Colegiados Superiores
SOLAR	Sistema de cadastramento no o atendimento e acompanhamento dos processos jurídico
SUS	Sistema Único de Saúde

TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TGEU	Transgender Europe
TO	Tocantins
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UCAM	Centro de Estudos de Segurança e Cidadania
UDR	União Democrática Ruralista
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UES	Unidades de Ensino
UFT	Universidade Federal do Tocantins
UFMT	Universidade Federal de Minas Gerais
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNEIT	União dos Estudantes Indígenas
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura
UNITINS	Universidade do Estado do Tocantins
USAID	United States Agency for International Development



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>17</b>
<b>1 A POLÍTICA EDUCACIONAL E A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL.....</b>	<b>40</b>
1.1 Política educacional e educação superior no Brasil: aspectos históricos.....	40
1.2 Política educacional e educação superior no Brasil: questões contemporâneas.....	50
1.3 A exclusão “da” e “na” educação superior: análise dos desafios da promoção do acesso e permanência nas IES.....	61
<b>2 AS POLÍTICAS LGBT, A POPULAÇÃO TRANS E O CASO DO TOCANTINS.....</b>	<b>69</b>
2.1 A educação nas trincheiras do debate de gênero.....	69
2.2 Gênero e Sexualidade na Educação: um diálogo para o Serviço Social.....	75
2.3 População LGBT e população trans: desafios para o acesso e permanência na educação.....	83
2.4 A regulação do acesso e permanência da população trans nas universidades brasileiras: os instrumentos de gestão.....	87
2.5 A (trans) formação da província tocantinense: aspectos históricos, econômicos e sociais.....	94
<b>3 Educação superior e população trans no Tocantins: o processo de implementação do nome social e do acesso autorreferido ao banheiro na UFT.....</b>	<b>99</b>
3.1 “Essa terra tem dono”: a concepção hegemônica sobre a população LGBT	

	<b>no cerrado tocantinense.....</b>	<b>100</b>
3.2	<b>“Um balde de água numa chama de vela”: as reações contrárias ao Movimento LGBT no estado do Tocantins.....</b>	<b>108</b>
3.3	<b>População trans tocantinense, acesso e permanência na Educação Superior.....</b>	<b>123</b>
3.4	<b>“A tirania da minoria”: o processo de implementação do nome social e do acesso autorreferido dos banheiros na UFT.....</b>	<b>127</b>
3.5	<b>A emergência de uma visibilidade trans na UFT e as estratégias de organização coletiva do Movimento LGBT.....</b>	<b>138</b>
3.6	<b>“A gente não quer migalhas”: a participação social e as denúncias acerca da violação de direitos LGBT na UFT.....</b>	<b>145</b>
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>151</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>158</b>
	APÊNDICE A - Matriz de Coletas de Dados.....	169
	APÊNDICE B - Linha do Tempo do Nome Social na UFT.....	171
	ANEXO A - RESOLUÇÃO N° 32/2010 – Inclusão do nome social de travestis e transexuais em registros escolares das UES de educação básica do Sistema Estadual de Ensino.....	178
	ANEXO B - MEMO NEPESCD n° 30/2013 Encaminhando de documentação para a regulação do nome social no âmbito da UFT.....	179
	ANEXO C - Ofício n°170/2013 SDH/PR.....	181
	ANEXO D - Normativa para a regulação do nome social de travestis e transexuais nos registros acadêmicos no âmbito da UFT...	182
	ANEXO E - Alterações da Normativa que regulamente o nome social de travestis e transexuais nos registros acadêmicos no âmbito da UFT.....	188
	ANEXO F - Requerimento de Inclusão do Nome Social.....	190
	ANEXO G - MEMO 041/2017- Formalização dos Banheiros Unissex..	191
	ANEXO H - MEMO 042/2017- Formalização dos Banheiros Unissex..	192
	ANEXO I - Decreto n° 8727/2016.....	193

## INTRODUÇÃO

Essa dissertação de mestrado, vinculada à linha “*Identidades, Culturas, Políticas e Serviço Social*”, do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), trata da construção e implementação do direito ao nome social e do uso dos banheiros pelas pessoas trans<sup>1</sup> na Universidade Federal do Tocantins (UFT).

A educação superior, bem como os demais níveis da política de educação, é atravessada por questões de gênero, raça e sexualidade, eleitas como marcadores de diferenciação e requisitos da desigualdade social. As hierarquias forjadas por essas intersecções particularizam-se nas instituições universitárias pela disseminação da sua função sócio-histórica de garantir o monopólio da verdade a determinadas formas de conhecimento. A universidade revela-se como espaço da razão, amparada pelo conjunto de conhecimentos da racionalidade burguesa, controlando e resguardando teorias consideradas legítimas e válidas para a sociabilidade capitalista.

Nardi (et al. 2013) aponta que a universidade relaciona-se com as práticas estruturantes das dinâmicas sociais, pois as relações de poder cristalizadas em seu interior refletem as formas de dominação de uma sociedade. A própria inserção nesse espaço é marcada pela ritualística dos trotes<sup>2</sup>, que reiteram os efeitos concretos das hierarquias baseadas na raça/cor, expressão/identidade de gênero, gênero e sexualidade.

Em geral, as práticas de violência nos trotes acadêmicos são comumente tratadas pela individualização, responsabilizando os sujeitos restritamente envolvidos, sem, contudo, refletir a dimensão institucional do preconceito e das hierarquias sociais. “Como consequência, posições individualizantes impedem ações sistemáticas preventivas e educacionais que atinjam formas de socialização, inserção institucional e regimentares” (NARDI et al. 2013, p. 183).

---

<sup>1</sup> A identificação de pessoas trans é dada pela pluralidade das expressões de gênero em avesso à cisgeneridade. Nesse trabalho, optamos pela abordagem que incorpora apenas os/as sujeitos que se autodeclararam travestis e transexuais.

<sup>2</sup> Os casos emblemáticos tiveram amplo alcance midiático, como o trote racista da “Chica da Silva” e da saudação nazista realizado na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em 2013. A conotação racista, sexista e transfóbica veiculada em determinados trotes são ocorrências pontuais, pois fazem parte de um contexto institucional e estrutural muito mais abrangente.

A alteração dessa lógica institucional que vigora na maioria dos centros universitários pressupõe a problematização de enunciados de verdade, bem como os vetores de forças nesse contexto que regimentam preconceitos, discriminações e hierarquias sexuais e de gênero.

Paralelamente, a política de educação é o *locus* privilegiado de distintas armadilhas políticas e ideológicas que conseguem formular um *ethos* de internalização e reprodução do modelo neoliberal, impondo a desresponsabilização do Estado no trato das políticas públicas e o repasse à sociedade civil.

As instituições formais de educação, a exemplo da universidade, são apenas uma ferramenta do sistema global de internalização dos valores do capital, sendo incapaz de conduzir a humanidade à emancipação, pois tem como princípio predominante propiciar conformidade e “consenso” entre os dominados (NETO, 2014, p. 94).

Com base no espectro de pessoas trans inseridos/as nas instituições universitárias, objetivamos recuperar o processo de construção e implementação do nome social e do uso autorreferido dos banheiros na UFT. Nessa perspectiva, os objetivos específicos são: a) análise preliminar do modo como o acesso e a permanência das pessoas trans na educação aparecem nas regulações estaduais; b) reconstruir a memória da regulação do nome social na UFT, e c) identificar os aspectos que permitem a avaliação dos impactos das regulações sociais dirigidas à população LGBT no âmbito educacional, no que se refere ao acesso e permanência dos/as estudantes travestis e transexuais nas instituições universitárias.

O apagamento das identidades trans não se apresenta exclusivamente nas universidades, pois as violências e violações as/os são acometidas de diferentes formas ao longo da sua trajetória. O escopo que aludimos anteriormente não é representativo, pois o ingresso no ambiente universitário não é experiência comum às travestis e transexuais brasileiras/os, pois a entrada na educação superior pressupõe a formação na educação básica.

Nesse sentido, estamos em concordância com Marinho (2017)<sup>3</sup>, que assevera a importância de não projetarmos um olhar linear, mas concatenado com as demais dimensões da vida social (trabalho, família, educação, identidade trans), pois estas relações não são paralelas ou sobrepostas, mas entrelaçadas.

---

<sup>3</sup> Na dissertação “Trajetória em campo minado: juventudes trans e mundo do trabalho”, apresentada ao PPGSS/UERJ, Silvana Marinho (2017) realiza um estudo sobre as trajetórias da juventude trans no mercado de trabalho, observando como o trabalho impacta na vivência de um corpo que subverte os padrões bipartidos de gênero.

No esforço de sistematizar essas reflexões, estruturamos a dissertação intitulada “*Entre - lugares do nome social e do uso autorreferido dos banheiros: um itinerário de assujeitamentos e resistências na Universidade Federal do Tocantins*” em três capítulos.

As aproximações sucessivas com as políticas sociais, particularmente com as feições da educação no capitalismo contemporâneo nas economias periféricas e dependentes, têm como ponto de partida o “trabalho” como elemento central no processo investigativo, pela capacidade ontológica em explicar e articular com os demais fenômenos sociais.

Sob esse prisma, no Capítulo I “*Política educacional e educação superior no Brasil*” desenharemos uma análise das funções das práticas educativas, isto é, do conjunto de processos de internalização próprios ao ser social burguês, a partir de uma aproximação histórica. Esse debate será relacionado com a esfera produtiva, tendo em vista que o trabalho é elemento fundante do mundo dos sujeitos.

Compreendemos a educação como um complexo que envolve a totalidade da existência humana, mediada pela maneira como os homens organizam a reprodução material. Nessa perspectiva, aludir as questões que envolvem o acesso e permanência no contexto universitário pressupõe retomar a lógica do capital, do processo de mercadorização da educação e de precarização do trabalho comandadas pelo receituário neoliberal, que impulsiona reformas pontuais e ajustes parciais imbricadas no metabolismo do capital. As melhorias são focalizadas e reduzidas em vários âmbitos das políticas sociais que acontecem desde que não interfiram nas determinações estruturais da sociedade e alterem o núcleo das desigualdades.

A centralidade do trabalho é fundamental para pensar o atual modelo de gestão da acumulação flexível, somada às nuances epidêmicas de precarização da vida social e ao impacto nos estabelecimentos universitários. Com a crise estrutural, a educação coisifica-se em mercadoria para cumprir às demandas do sistema capitalista, sucumbindo debates sobre os direitos humanos, sociais, políticos e trabalhistas que permeiam uma práxis mais questionadora.

Pensando nessas questões, o Capítulo II “*Políticas Lgbt, a População Trans e o Caso do Tocantins*” contextualizará a conformação das políticas públicas LGBT no âmbito da educação para aproximar dos principais desafios para o acesso e permanência das pessoas trans na educação superior no estado do Tocantins, a partir da eleição de dois dispositivos centrais: o nome social e o uso autorreferido dos banheiros.

A conjuntura estrutural e histórica da Educação é mediada pelos rebatimentos das políticas neoliberais e pelos atravessamentos das questões de gênero, raça/etnia e sexualidade no cotidiano escolar. Configura-se como espaço de regulação dos padrões heteronormativos imbricados na sequência lógica do sexo-gênero-desejo (BUTLER, 2013), incidindo no conjunto de expressões negativas e discriminações que negam a cidadania de negros/as, mulheres e da população LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais).

As discussões travadas nos capítulos anteriores respaldaram a análise empreendida no terceiro capítulo intitulado “*Educação superior e população trans no Tocantins: o processo de implementação do nome social e do acesso autorreferido ao banheiro na UFT*”, que fará uma leitura acerca da aparência da transfobia no cerrado tocantinense, considerando as forças sociais, políticas e econômicas em disputa. Em seguida, será recuperada a trajetória das regulações sociais protagonizada pelo movimento LGBT, com ênfase na memória do nome social e do uso autorreferido dos banheiros. Nesse momento, confrontamos os indicadores coletados pela pesquisa documental, que permitem avaliar os impactos das regulações sociais dirigidas ao acesso e permanência das pessoas trans no âmbito universitário com as narrativas dos coletivos universitários LGBT, apreendendo, inclusive, algumas biografias dos atores sociais que acompanharão esse processo.

O empenho na análise crítica exige-nos o reconhecimento do lugar subalternizado em que as pessoas LGBT, e de forma particularizada, as pessoas trans, ocupam nesse quadro econômico e social, evidenciando as novas determinações sociohistóricas da questão social. Afinal, quais são os sujeitos mais afetados e ameaçados com as respostas engendradas pelo estado no marco do capitalismo contemporâneo?

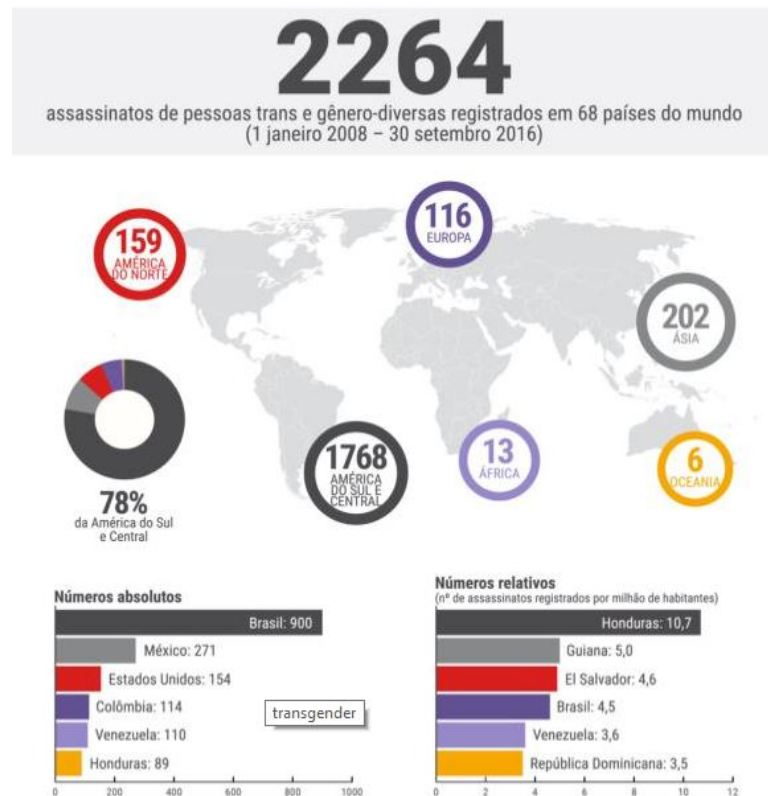
Constata-se a agudização das violências perpetradas contra mulheres, negros/as, LGBT que, não por acaso, colocam o Brasil entre os países que mais matam travestis e transexuais no mundo de acordo com o relatório da Transgender Europe (TGEU)<sup>4</sup>.

Os dados indicam um total de 295 casos de assassinatos relatados, abarcando somente o período de 01 de outubro de 2015 a 30 de setembro de 2016. A estimativa dos crimes de ódio não pode ser sistematicamente precisada, pois os números são subnotificados, visto que o monitoramento é feito pelas próprias organizações LGBT.

---

<sup>4</sup> O endereço eletrônico do relatório é: <<http://www.nlucon.com/2016/11/novo-relatorio-da-tgeu-reafirma-que.html>> Acesso em 01 jul. 2018.

**Figura 1 – Assassinatos de pessoas trans no mundo**



Fonte: Observatório de Pessoas Trans Assassinadas (ATM) da Transgender Europe. Informações em: [www.transrespect.org](http://www.transrespect.org)

Esse aumento galopante encontra foro na realidade brasileira, num contexto de redução das políticas voltadas à população LGBT, que um ano após a publicação do relatório elencando anteriormente, reduziu a zero os repasses para o combate à homofobia<sup>5</sup>, reverberando um contexto de conservadorismo e fascismo pujantes.

No intuito de não incorrer em binarismos comumente difundidos no senso comum acerca do gênero e sexualidade, destacamos inicialmente que a identidade é autoatribuída pelo

<sup>5</sup> Disponível em: <<https://www.revistaforum.com.br/temer-reduz-zero-repasses-politicas-contra-homofobia/>> Acesso em 01 jul. 2018.

sujeito e que gênero não está imbricado à genitália. Nesse sentido, destacamos as diferentes experiências e controvérsias internas à própria identidade transexual e travesti, revelando uma série de multiplicidade de identificações e idealizações.

Berenice Bento (2006) ressalta a diversidade das narrativas de transexuais, a exemplo das/os que não se relacionam igualmente com suas genitálias (não tem aversão aos seus corpos e que a imagem corporal é altamente positiva), em que a cirurgia não é motivada pela orientação sexual, tendo em vista, que a homossexualidade está presente entre mulheres e homens trans e que a eleição de díades amorosas não ocorre de forma retilínea. Além disso, para alguns/mas transexuais, a identidade legal é a principal reivindicação e não está condicionada às intervenções cirúrgicas.

Por isso reiteramos a intencionalidade de afirmar as inúmeras identificações que não se encaixam na estrutura limitante e categórica das definições, pela possibilidade das conjunções plurais no universo das travestis e transexuais.

As múltiplas diferenças e particularidades vivenciadas pelas pessoas nesse universo social não podem ser reduzidas às categorias ou classificações unificadoras, pois estas, ao tornar equivalentes visões de mundo e identidades às vezes até antagônicas, podem ser arbitrárias (BENEDETTI, 2005, p. 17).

Berenice Bento (2006) aciona o perigo da concepção do modelo universal, que se cristaliza no padrão heteronormativo de idealizações do feminino e do masculino, utilizado pelo dispositivo da transexualidade/travestilidade imposto pelo saber-poder médico, que determina o controle dos corpos, a interferência da subjetividade e a definição da sexualidade apropriada.

Como eixo norteador, rejeitamos as classificações rígidas e fixas em torno das diferenças entre travesti e transexual e recusamos as terminologias médicas que as distinguem pela submissão à cirurgia de “redesignação sexual”. Por isso, optamos por referenciar as pessoas trans – “termo guarda-chuva” que abarca a multiplicidade das experiências identitárias que inquietam as estruturas da heteronormatividade e o binarismo de gênero a partir da autodefinição.

A análise conjuntural da educação, em tempos da ofensiva conservadora e de minimização do Estado, impõe a responsabilidade de alocarmos a centralidade da dialética no fazer investigativo, ao considerar os impactos na vida social dos/as estudantes, especialmente das consideradas “minorias sociais” interpretadas como abjetas para a sociedade.



Dessa forma, aludirmos às categorias mais abrangentes dialogando com a conjuntura nacional, estadual e local é indispensável para uma análise interpretativa que debaterá o processo de construção de dois dispositivos que não garantem, mas facilitam o acesso e a permanência de travestis e transexuais nos estabelecimentos de educação superior no estado do Tocantins.

Lançaremos mão da base epistemológica da perspectiva dialético-crítica para pensar a materialidade da vida social, oriunda dos “modos de ser e determinações da existência” (MARX, 2013). O edifício teórico-metodológico de Marx nas palavras de Netto (2011,) assenta-se na articulação dialética da totalidade, mediação e contradição.

A dialética assumida na perspectiva marxiana é sistematizada como forma de pensar fundada sobre a preocupação prioritária de apreender a realidade na sua mudança incessante, no seu constante processo de transformação, na infinita riqueza das suas contradições e mediações (KONDER, 2008), a partir da supressão de certezas no fazer investigativo. Este movimento é mediado pela leitura de totalidade que possibilita a visão do todo abrangente, resgatando categorias aproximativas que determinam a leitura empreendida acerca do objeto.

O aprofundamento teórico sobre a temática de gênero e sexualidade será interseccionada com a de classe social, contrapondo-se às formulações essencialistas e médico-biológicas, pautando-nos nas contribuições do Feminismo Interseccional, da Antropologia, da História e de autores/as do pós-estruturalismo ligados/as aos estudos de gênero.

Guilherme Ferreira (2014) aponta que o cissexismo e o machismo destinados às pessoas trans no Brasil surgem da mesma fonte do racismo e classismo impostos a elas, uma vez que não se pode desconsiderar, entre as travestis brasileiras, a predominância de negras e pardas, bem como os pertencimentos de classe social.

Na perspectiva interseccional, quando uma travesti é discriminada em determinado estabelecimento público, essa discriminação não tem relação somente com sua identidade de gênero que é dissidente das normativas binárias, como também, mas pode ser motivada por sua raça/etnia e/ou pela discriminação em relação à estética/cultura do universo trans.

Partimos do pressuposto de que não existe hierarquia das opressões: temos a experiência da articulação das multiplicidades das categorias de diferenciação que se

interagem de diferentes formas. A perspectiva interseccional nega eixos classificatórios<sup>6</sup> de opressão, pois cria uma escala de valor da dupla e tripla opressão, pois “a opressão não é contra uma parte da pessoa que é subalternizada; ao contrário, a opressão é contra o sujeito inteiro, como um topo” (FERREIRA, 2014, p. 109).

Simões (2014) observa que o impacto do uso do conceito de interseccionalidade incide na produção de vitimização advinda da somatória de eixos de opressão. Operam-se efeitos de sujeição pela acumulação de opressões, retirando a capacidade de agência. Sob esse ângulo, é perigoso elegermos a “maior” ou mais intensa opressão, bem como estabelecer um *status* de acúmulo das opressões, tendo em vista seus entrecruzamentos. Já que as opressões não podem ser montadas como um lego, elas se subsistem em relações contraditórias, complexas e recíprocas.

Nesse contexto, notamos que recorrentemente os/as pesquisadores/as cisgêneros<sup>7</sup> são questionadas/os acerca do lugar da fala. Essa interpelação é justa ao considerarmos as formas de resistência e representação das desigualdades de identidade de gênero sobre as quais nos pronunciamos. Numa abordagem ético-política que reconheça a multiplicidade das identidades travestis e transexuais e o conjunto de violações imbricadas ao gênero e à sexualidade, reconheço os meus privilégios como mulher cisgênera que, mesmo experimentando outras formas de sobrevivência cotidiana, não vivenciei as nuances da transfobia em suas múltiplas esferas.

A luta contra as diferentes formas hierárquicas injustiça e subalternidade leva à compreensão de que manter-me em silêncio é compactuar com as formas hegemônicas de opressão. A inserção em causas diversas daquela que posso ter autoridade da experiência vincula-se com os valores ontológicos fundamentais da liberdade, equidade, universalidade, socialização e emancipação, democracia política e econômica, universalização dos direitos e serviços, cidadania, justiça social, direitos humanos e pluralismo no campo democrático, que supõe direcionamentos viabilizadores do respeito à diversidade, da defesa da autonomia e da alteridade, e da recusa do arbítrio, do autoritarismo, da discriminação e do preconceito (BARROCO, 2009).

---

<sup>6</sup> Um problema está justamente quando a crítica do mundo compartimentalizado de operação do direito desliza para uma descrição formalista de relações sociais, fatiando experiências sociais complexas em uma sequência de variáveis ou categorias censitárias (SIMÕES, 2014, p. 3-4).

<sup>7</sup> “Chamamos de cisgênero, ou de ‘cis’, as pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído quando ao nascimento” (JESUS, 2012, p. 10).

Essa premissa é importante para não tomarmos as pessoas LGBT como objeto de nossos estudos, a partir da separação da produção intelectual e da manifestação política dos movimentos sociais, entendendo a teoria e prática como unidade dialética (MARINHO; ALMEIDA, 2017). É preciso compreender que “a academia está num lugar social diferente do movimento social e interage como produto e coprodutora da história de luta desses atores sociais” (MARINHO; ALMEIDA, 2017, p.75).

A qualificação do debate exige-nos recontar o percurso de vinculação com essas temáticas para evidenciar o lugar da fala. Inicialmente, reitero que a discussão de gênero e sexualidade na política educacional estabelece relação direta com a minha trajetória acadêmica, profissional e pessoal.

No estudo “Trabalho de Campo e Subjetividade”, Miriam Pillar Grossi (1992) observa a imersão na pesquisa por meio da experiência subjetiva de cada pesquisador/a. Segundo a autora, a percepção da especificidade do trabalho de campo, condicionado às particularidades, relaciona-se com a interpretação inerente à própria relação subjetiva e à experiência marcada pela biografia de cada pesquisador/a, favorecendo o próprio entendimento do objeto estudado. Inclusive, não é raro percebermos as observações e análises distintas do mesmo objeto, grupo ou manifestação cultural.

Nas Ciências Sociais, esse debate esteve alocado ao lado da “tendência natural” das mulheres à subjetividade explicando a presença deste elemento em sua prática de campo. Por outro lado, este mesmo “traço cultural do gênero” será o elemento desencadeador da “emergência do subjetivo” nas produções científicas. Inclusive, não é raro os pesquisadores homens não se colocarem como sujeitos sociais e explicitarem seus questionamentos subjetivos, forjando a ideia do “cientista neutro e assexuado”.

Desse modo, tais pesquisadores não problematizavam o lugar da fala, como se o homem branco ocidental fosse o paradigma da cientificidade, da objetividade e da neutralidade. Poucos são os relatos masculinos que apontam para os sentimentos pessoais e subjetivos na descoberta da “cultura alheia” (GROSSI, 1992).

Neste aspecto, o interesse em recontar a construção do nome social e do uso autorreferido dos banheiros na UFT é multidimensional. Durante a formação acadêmica e profissional em Serviço Social participei do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Sexualidade, Corporalidades e Direitos (NEPESCD) no ano de 2010, possibilitando minha aproximação com o Movimento LGBT no cenário estadual e nacional.

O NEPESCD oportunizou o desenvolvimento de projetos que versavam sobre gênero, sexualidade, corporalidades, raça/etnia e direitos humanos em interface com as políticas sociais, materializando-se em pesquisas, extensões, estágio<sup>8</sup>, iniciações científicas e conseqüentemente, no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)<sup>9</sup>.

Nesse horizonte, a sistematização das ações de pesquisa e extensão do NEPESCD protagonizam o ineditismo de um diagnóstico acerca da homofobia e do sexismo na capital e no interior do estado do Tocantins. Cria-se e registra-se a memória sobre a população LGBT. A interlocução entre o fazer ciência e o fazer política é atravessada por uma relação orgânica entre atitude investigativa e interventiva. Esse reconhecimento, oportunizado pela perspectiva de totalidade, pressupõe que a visibilidade do debate de gênero está calcada na base material das práticas sociais e da dimensão imaterial do campo das ideias.

Além da articulação teórica analítica com esse debate, foi possível acompanhar a construção do nome social e do uso autorreferido dos banheiros a partir da vinculação com o Movimento LGBT na universidade, aguçando o ensejo em recuperar a memória desse processo. O engajamento do Movimento LGBT é elemento central nessa apreensão, pois ultrapassou os muros da universidade e tensionou as políticas direcionadas à essa população em âmbito estadual.

No Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UERJ, aproximei-me dos projetos de pesquisa e extensão do Laboratório Integrado em Diversidade Sexual e de Gênero, Políticas e Direitos (LIDIS). Em termos teóricos e políticos, o adensamento do viés crítico do objeto de pesquisa foi oportunizado pelo conjunto de conhecimentos adquiridos durante as

---

<sup>8</sup> Durante a graduação em Serviço Social, tive a oportunidade de inserir-me na área da educação, por meio do Estágio Curricular Obrigatório na Coordenação de Assistência ao Estudante e ao Servidor (CAES), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologias (IFTO) – Campus Palmas, durante três semestres. No estágio IV, vinculei-me ao projeto de assessoria em Gênero e Diversidade do NEPESCD, no âmbito da UFT, cujo projeto de intervenção materializou-se na elaboração de uma Cartilha Informativa intitulada “Os Direitos à população LGBT em situação de Recolhimento Prisional” para divulgar as principais Resoluções em nível nacional e estadual e sistematizar as redes e principais serviços, para os/as profissionais da Secretaria de Defesa Social do Estado do Tocantins (SEDS), da Secretaria da Educação (SEDUC), aos profissionais de segurança pública e do Movimento de Direitos Humanos e LGBT. Disponível em <[https://www.academia.edu/36052960/DIREITOS\\_DA\\_POPULA%C3%87%C3%83O\\_LGBT\\_EM\\_SITUA%C3%87%C3%83O\\_PRISIONAL](https://www.academia.edu/36052960/DIREITOS_DA_POPULA%C3%87%C3%83O_LGBT_EM_SITUA%C3%87%C3%83O_PRISIONAL)> Acesso em 01 jul 2018.

<sup>9</sup> O Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “Eu quebrei o [quadro] por que as pessoas me chamavam de viado: um estudo sobre a transversalidade de gênero e sexualidade na educação” orientado pela Professora Dr<sup>a</sup> Bruna Andrade Irineu, apresentada no Curso de Serviço Social da UFT, em 2015, esteve atrelado à experiência do estágio no IFTO. Parte das análises empreendidas no TCC foi publicada no artigo “Gênero e Sexualidade em Devir: desafios e possibilidades no cenário educacional”. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/8919/5755>> Acesso em 01 jul. 2018.

disciplinas obrigatórias e optativas nas quais tive acesso no Mestrado em Serviço Social (PPGSS/UERJ).

No Instituto de Medicina Social do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da UERJ<sup>10</sup> (IMS/UERJ), me vinculei à disciplina eletiva “A trajetória dos estudos trans no Brasil” que objetivou analisar o transcurso da crescente autonomização do campo de estudos sobre travestis e transexuais no Brasil a partir de finais do século XX, quando a temática ainda estava largamente subsumida às pesquisas sobre homossexualidade masculina.

O acesso gradual às intersecções de gênero e sexualidade é atravessado pelas interpelações cotidianas que me implicaram no processo de conhecimento ao problematizar o suposto destino biológico e filiar-me às iniciativas de resistências no âmbito das margens. Nessa perspectiva, a escolha do *locus* da pesquisa emerge do real e soma-se à relevância acadêmica e científica de teorizar sobre o norte do país, num contexto de invisibilidade das experiências que escapam ao eixo sul/sudeste, principalmente ao remetermo-nos à uma temática tão estigmatizada.

A despeito disso, essa pesquisa pode fortalecer as poucas e desbravadoras produções científicas acerca de gênero e sexualidade nesse estado e contribuir para a visibilidade dos sujeitos considerados dissidentes e desqualificados pela ótica normativa. Principalmente “Por ser de lá, do sertão, lá do cerrado, lá do interior do mato, da caatinga do roçado<sup>11</sup>”, sinto a necessidade de alocar, retornar e contribuir com as discussões acerca dessa temática.

Lima (2013) parte do conceito de campo-tema<sup>12</sup> como ferramenta de pesquisa que possibilita deixar afetar-se pelos diversos agenciamentos que o tema invoca. Isso não pressupõe que seja possível abarcar todos os elementos que constituem essa temática. Entretanto, as aproximações foram realizadas direta e indiretamente, intencional ou casual, perpassando o cenário formal, pessoal e institucional, tornando a temática paulatinamente mais familiar, principalmente por ter parte da minha trajetória política ligada à própria formação do Movimento LGBT no estado.

---

<sup>10</sup> Essa disciplina foi ministrada pelos professores Sérgio Carrara e Anna Uziel durante o primeiro semestre de 2017 nas dependências do Instituto de Medicina Social da UERJ.

<sup>11</sup> Música “*Lamento Sertanejo*” de Gilberto Gil.

<sup>12</sup> A autora utiliza o conceito de “campo-tema” desenvolvido por Peter Spink para propor que a pesquisa de campo não se inicia somente quando o/a pesquisador sai de sua casa para recolher os dados e participar de determinada ação, pois “o campo da pesquisa começa quando nos vinculamos à temática estudada” (SILVA, 2013, p. 21).

O campo-tema de pesquisa, nas palavras da autora, não incide no recolhimento de dados nos *locus* delineados em que se desenvolvem a pesquisa, mas permeia todo o processo de investigação sobre determinada temática que instigamos.

Nesse trabalho, optamos por utilizar uma linguagem não sexista, que sumariamente utiliza com naturalidade artigos e pronomes masculinos como linguagem universal e neutra para reportar-se simultaneamente a masculinidades e feminilidades. Na tentativa de dismantelar o sexismo e a heterossexualidade como regime de poder, incitamos uma abordagem que compreenda as feminilidade (s), coadunando com a premissa de que a linguagem, enquanto um sistema de significação, nunca é neutra, expressa a sua cultura e é permeada pelas relações sociais de um determinado momento histórico (SCOTT, 1995).

No âmbito do Serviço Social, a Resolução CFESS nº 594/2011 introduz aperfeiçoamentos formais, gramaticais e conceituais, garantindo a linguagem de gênero nos instrumentos jurídicos formais da profissão, remetendo à supremacia da categoria dos/as assistentes sociais representada, majoritariamente, por mais de 95% de mulheres (CFESS, 2011).

Hirata (2014) recupera as contribuições de Lowy<sup>13</sup> para coadunar com o pressuposto central da epistemologia feminista, no qual “as definições vigentes de neutralidade, objetividade, racionalidade e universalidade da ciência, na verdade, frequentemente incorporam a visão do mundo das pessoas que criaram essa ciência: homens – machos – ocidentais, membros das classes dominantes” (2009, p. 40).

Eliminar o uso da língua sexista discriminatória e androcêntrica na expressão oral ou escrita, compreendida como (um dos) instrumentos de valorização do masculino em detrimento da invisibilidade do feminino, é oportuno frente às práticas de inferiorização que reforçam relações assimétricas, hierárquicas e não equitativas de gênero.

A partir dos aspectos apresentados, pontuamos que essa dissertação insere-se na tentativa de questionar o heterocissexismo como prática pública e universal que permanece resguardada e velada no contexto institucional, consentindo e ensinando práticas de homolebotransfobia e o sexismo pela via dupla da ação/omissão. Sem prejuízo do que foi considerado acerca do papel da educação na reprodução dos mecanismos relativos à

---

<sup>13</sup> Segundo Löwy (2009), a visão social de mundo abrange dois aspectos: a) Trata-se da visão de mundo social, isto é, de um conjunto relativamente coerente de ideias sobre o homem, a sociedade, a história, e sua relação com a natureza (e não sobre o cosmo ou a natureza enquanto tais); b) esta visão de mundo está ligada a certas posições sociais [...], isto é, aos interesses e à situação de certos grupos e classes sociais (p.13).

dominação masculina e heteronormativa, é preciso não esquecer que ela é, ao mesmo tempo, elemento fundamental a contribuir para desmantelá-los (JUNQUEIRA, 2009, p. 34).

### **O itinerário metodológico da pesquisa**

A alteração do caminho metodológico proposto no anteprojeto de mestrado foi impulsionada pelas condições objetivas do contexto de sucateamento da UERJ e pela reivindicação pessoal em devolver um estudo acerca das hierarquias sexuais e de gênero no estado do Tocantins: local que cresci, iniciei minhas pesquisas acadêmicas e que é tão incipiente nessas discussões.

Tal decisão confrontava com a suposta facilidade dada pela proximidade local com o Rio de Janeiro-RJ, delimitado no projeto anterior. Contudo, na medida em que surgiam as ideias, ainda que demarcadas numa totalidade histórica, esbarrava nas produções e pesquisas já existentes e consolidadas.

O anteprojeto objetivava polemizar as relações de gênero e as dimensões da sexualidade na Política de Educação, sob o prisma dos direitos humanos e legislações protetivas que garantem o acesso e a permanência das/os Travestis e Transexuais nas instituições universitárias das regiões brasileiras. Em linhas gerais, objetivava-se analisar o acesso e a permanência das/os travestis e transexuais nas Universidades Públicas pós-2004, data da publicação do Programa Brasil Sem Homofobia (PSH), a partir da trajetória de aprovação do uso do nome social e da inserção das/os travestis e transexuais na política de assistência das universidades públicas do país.

Após um largo período de reflexão e adensamento teórico, demarcamos o estado do Tocantins como cenário para a pesquisa da dissertação. Nada obstante, até a qualificação o objeto apresentava-se nebuloso às investidas teórico-críticas e à capacidade de exequibilidade dos objetivos em relação ao cronograma da pesquisa.

As ponderações durante o exame de qualificação foram essenciais para delimitar o escopo, reelaborar os objetivos e a viabilidade da pesquisa que perfaz a análise do processo de construção e implementação do nome social e do uso autorreferido dos banheiros pelas pessoas trans na UFT. A reconstrução da memória da regulação do nome social, bem como a compreensão limites e possibilidades desses dispositivos para a permanência das pessoas



trans no ambiente universitário, a partir da experiência da UFT, rebatem em questões norteadoras acerca do impacto dessas regulações dirigidas à população LGBT.

Nesse aspecto, a dimensão investigativa foi norteadora pelo direcionamento dialético crítico que assenta na articulação da totalidade, mediação, historicidade e contradição. Em Marx, a dialética adquire maior inteligibilidade, pois o pensador atrela a dialética com à perspectiva revolucionária, modificando as abstrações mistificadoras de Hegel sobre a mesma. “Em Hegel, a dialética está de cabeça para baixo. É necessário pô-la de cabeça para cima, a fim de descobrir a substância racional dentro do invólucro místico” (MARX, 2013, p. 24). Ao contrário dos idealistas, o materialismo marxiano defende que não é a consciência que determina o ser social, mas, pelo contrário, é o ser social que determina a consciência.

A perspectiva atualmente hegemônica na formação em Serviço Social remete-nos a um rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social. Seu suposto é a adoção de uma teoria social crítica e de um método que permita a apreensão do singular e do particular como caminhos para a totalidade social. A implicação dessa formação é problematizar a sociedade capitalista do ponto de vista da produção social, material e da reprodução das relações sociais. Nessa acepção, a teoria é para Marx a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa: pela teoria, o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto que pesquisa (NETTO, 2009).

Netto (2009) registra que o conhecimento oriundo da razão dialética diferencia pela possibilidade de captar o movimento do objeto, a sua lógica de constituição, os fundamentos e a transformação. Busca captar a processualidade contraditória de seus objetos e visa a prefiguração, no nível do pensamento, do seu movimento, ultrapassando a apreensão da superficialidade e imediatividade da vida cotidiana.

Esse modo de pensar pressupõe a disponibilidade do sujeito de modificar-se à medida que modifica o objeto, a partir da articulação intrínseca com a práxis, como dimensão ontocriativa<sup>14</sup>. Nessa linha argumentativa, reiteramos as motivações e implicações da pesquisadora no que tange o objeto de estudo, tendo em vista que não existe neutralidade na investigação crítica.

Nesses termos, a dialética não se caracteriza pela supressão de incertezas e respostas mecânicas sobre o objeto, pelo contrário, ela suscita dúvidas e questionamentos no

---

<sup>14</sup> “O homem é um ser ‘ontocriativo’, ou seja, um ser que cria o seu próprio ser” (KOSIK, 1976 *apud* FORTI, 2010, p. 27).



desvelamento do real, a partir da análise das contradições e complexidades das relações sociais. Ademais, o materialismo histórico dialético emana um direcionamento teórico e político atrelado à práxis transformada, que impossibilita sua aplicação mecânica na realidade.

Na dialética marxista, a totalidade é categoria básica do método. Adquirida a partir de aproximações sucessivas e da identificação das múltiplas mediações que permitem visualizar o todo abrangente. Sendo assim, a totalidade não se apresenta de forma estanque e definitiva, haja vista o dinamismo da realidade.

[...] a totalidade não é um fato formal do pensamento, mas constitui a reprodução mental do realmente existente, as categorias não são elementos de uma arquitetura hierárquica e sistemática; ao contrário, são na realidade ‘formas de ser, determinações de existência’, elementos estruturais de complexos relativamente totais, reais, dinâmicos, cujas inter-relações dinâmicas dão lugar a complexos cada vez mais abrangentes, em sentido tanto extensivo quanto intensivo (LUKÁCS, 1979, p. 28).

Em Lukács (1979), a totalidade é compreendida como “complexo constituído de complexos subordinados”, ou seja, a totalidade não é apenas a soma das partes, mas é um complexo constituído de complexos menores, que percebe os problemas conectando com a realidade em seu conjunto.

Qualquer objeto que se possa perceber ou criar é parte do todo. Em cada ação empreendida, o ser humano defronta-se, inevitavelmente, com problemas interligados. Portanto, para encaminhar uma solução para os problemas, o/a pesquisador/a necessita ter uma visão de conjunto: é a partir desta que podemos avaliar a dimensão de cada elemento do quadro (KONDER, 2008, p. 35). Por isso, a necessidade de atrelar a política de acesso e permanência com o estado e a sociedade civil, à participação política no Movimento LGBT, ao uso das mídias digitais como ferramenta de visibilidade, ao debate amplo da educação na sociedade burguesa, às relações de gênero e sexualidade, à perspectiva interseccional e à vivência das pessoas trans.

Não tomaremos as mídias digitais desprovidas de uma análise mais acurada das relações sociais nas quais se inserem, pois, como afirma Moraes (2010), não nos resta dúvida que as definições ideológicas dos meios de comunicação centralizam aspectos mercadológicos, socioculturais e políticos. Como produção de sentido, um dos traços da mídia é a capacidade de processar demandas de audiência, sejam elas massivas, segmentadas

ou hipersegmentadas (MORAES, 2010). Com efeito, podemos pensar no público alvo, nos consumidores e na clientela ao qual se destina esses noticiários<sup>15</sup>.

Moraes (2010) resgata os “Cadernos do Cárcere”, de Gramsci, para qualificar os meios de comunicação como sustentáculo ideológico do bloco hegemônico, cumprindo a função de organizar e difundir tipos de cultura para formação de consenso. Esse direcionamento está organicamente atrelado a determinado agrupamento social que deseja manter sua clientela e angariar e ampliar sua influência ideológica.

Nesse aspecto, reiteramos a inspiração dialética na visão do conjunto dos aspectos históricos, culturais e socioeconômicos, a partir da articulação/conexão das passagens do micro ao macro, do imediato ao mediato, entre as partes (complexos menores) em face da totalidade que, segundo Carlos Nelson Coutinho, “não pensa o todo negando as partes, nem pensa as partes abstraídas do todo” (*apud* KONDER, 2008, p. 44).

Para tanto, elencamos a categoria mediação, que é central para a apreensão do dinamismo da totalidade e está embutida de instrumentalidade<sup>16</sup>, permitindo sair da naturalização, aparência, culpabilização e superficialidade. A mediação oportuniza a crítica ontológica do cotidiano na medida em que evidencia a complexidade da dinâmica social, consubstanciando a articulação da educação com as políticas sociais, a precarização das universidades, a atuação do Movimento LGBT e as relações de gênero e sexualidade particularizadas no cerrado tocantinense.

A totalidade e a mediação são ferramentas analíticas utilizadas para perceber os fenômenos e associá-los à desigualdade das classes sociais, uma vez que sua ausência implica na mistificação do real e em diferentes mecanismos de sujeição do objeto, entre os quais o fenômeno da alienação e o irracionalismo. A tendência à mistificação nos termos de Lukács

---

<sup>15</sup> A visibilidade LGBT nas mídias sociais imputa-nos a disseminação do mercado *pink* que reitera as tessituras da “homonormatividade” e do poder de compra desse segmento. “Assim, a visibilidade normatizada, numa perspectiva de tolerância, é vinculada a/pela ‘construção de um mercado pink’ que constrói um ideal identitário Gay e Lesbian Chic e referenda expressões e estilos da vida exclusivos [...] de classe média e média alta (POCAHY; NARDI, 2007, p. 58).

<sup>16</sup> Estamos, pois, referindo-nos às propriedades e às capacidades sócio-históricas que a profissão vai adquirindo no confronto entre as condições objetivas e as posições teleológicas de seus agentes profissionais e dos agentes sociais que demandam o exercício profissional entre as respostas profissionais e as demandas colocadas à profissão, as quais atribuem-lhe determinados significados e reconhecimento social, que precisam ser compreendidos (GUERRA, 2000, p. 6).

(1979), é gerada pelo desprezo das reais forças motrizes da história e culminou na decadência ideológica<sup>17</sup>, base elementar para a constituição da pós-modernidade.

O fortalecimento da mercantilização da educação coaduna aos preceitos ideológicos da “crise de paradigmas das ciências sociais”, visualizada como crise teórica sem precedentes. O solo comum desta perspectiva é o argumento de que as teorias de caráter macroscópico tornaram-se obsoletas para a dinamicidade da realidade social, tornando-se insuficientes para a explicação dos fenômenos da sociedade contemporânea.

A despeito de existirem perspectivas teórico-metodológicas promotoras de uma suposta neutralidade científica, herdeiras do positivismo<sup>18</sup> e das ciências naturais, a hegemonia da tradição marxista no Serviço Social ao longo de sua constituição sociohistórica demonstra que as disputas que intervêm na chamada “crise dos paradigmas” estão imbricadas em processos societários e visões sociais de mundo (LOWY, 2009).

Coutinho (1991) enfatiza que não há ciência que esgote o real, pois a ciência é sempre aproximativa. Ou seja, é absolutamente necessário o debate de ideias, no sentido de esclarecer nossas posições em relação à aproximação de uma verdade cada vez mais abrangente. No tocante ao acirrado debate sobre o pluralismo, os princípios básicos do Código de Ética do Serviço Social de 1993 o asseguram<sup>19</sup> por meio do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas.

---

<sup>17</sup> De acordo com o autor, a liquidação de todas as tentativas anteriormente realizadas pelos mais notáveis ideólogos para apreender a realidade, sem que os termos das contradições pudessem ser esclarecidos; essa fuga numa pseudo-história construída a bel-prazer, interpretadas superficialmente, deformada em sentido subjetivista e místico é a tendência geral da decadência ideológica (LUKÁCS, 1979, p. 53).

<sup>18</sup> O positivismo, fundamentado por Auguste Comte e formulado como disciplina científica por Durkheim (1858-1917), caracteriza-se por um conjunto de concepções filosóficas, como método e doutrina, que passa a vigorar no século XIX na Europa. Os princípios do positivismo apoiam-se nas leis naturais e biológicas para explicar os fenômenos sociais sob o crivo do exame científico e rigorosamente objetivo. Tais premissas defendem a sociedade como imutável, inevitável, independente e exterior aos sujeitos que a compõe, associando-a a um organismo social em que cada sujeito/a desempenha um papel particular. O modelo científico natural da objetividade perpassa a concepção de mundo sob a égide do positivismo e rebate nos debates metodológicos e ideológicos da produção do conhecimento, bem como da moral, política, filosofia, economia e sociologia. A aceção exige a “doutrina da neutralidade axiológica do saber” (LOWY, 2009, p. 19), a partir da isenção dos juízos de valor, manifestando de forma acrítica, fixa e objetiva as determinações sociais. A dimensão positivista está indissolúvelmente ligada aos paradigmas conservadores favoráveis à ordem estabelecida, contrários às problematizações e subversão acerca do desenvolvimento da sociedade, proclamando a ordem e progresso, denotada no lema da bandeira brasileira.

<sup>19</sup> Netto (2009) sinaliza que a instauração do **pluralismo político** remonta à década de 1970, momento no qual o Serviço Social buscou redefinir sua direção em meio as transformações sociopolíticas no cenário brasileiro, por meio do Movimento de Reconceituação do Serviço Social (1965-1975) que viabilizou a recusa e a crítica ao conservadorismo profissional. A luta pela democracia encontra eco no corpo profissional, pois evidencia a condição política para a constituição de um novo projeto profissional, em que os segmentos mais dinâmicos desse corpo profissional vinculam-se ao movimento dos trabalhadores (grifo nosso).

Avesso à proposta democrática do pluralismo, o ecletismo fragmenta as teorias sociais através de uma coletânea acrítica que se articula contraditoriamente, construindo um “mosaico montado a partir de inúmeros pensadores”. Ademais, este ecletismo desconsidera o exame crítico dos precursores das ciências e afasta-se da realidade, propiciando o falseamento e a domesticação da realidade, pois desloca o sentido ontológico do real.

Lukács (1979) alega que o ecletismo é a forma científica na qual se manifesta o espírito da pequena burguesia, ao erigir um método científico que nega as contradições e que contrapõe entre si, de maneira superficial, rígida e carente de mediações e determinações contraditórias.

A polêmica da pós-modernidade nas ciências sociais implica na centralidade do sujeito individual e coletivo no processo de transformação social associada à conjuntura do cenário mundial da década de 70, que alterou os meios e modos de produção material.

O regime de acumulação capitalista no contexto da mundialização do capital produziu sequelas indubitavelmente novas, culminando na tese do “fim do trabalho”, na atomização e pulverização das categorias sociais. Em termos gerais, isso dificultou à discussão da centralidade da classe social, repassando a atenção às categorias inseridas no guarda-chuva das “minorias”, oriundos da visibilidade dos fenômenos novos. Em síntese, a crítica teórica e política da Pós-Modernidade refere-se à inferência de que a ordem burguesa não transita mais nas antinomias da relação Capital *versus* Trabalho.

Reconhecemos a centralidade do trabalho para a compreensão das demais categorias sociais dispostas na sociedade capitalista, ao passo que o prisma de totalidade<sup>20</sup> oportuniza situar as questões supracitadas no âmbito da reprodução social, sem pulverizar e domesticar as relações sociais. Além disso, a totalidade sustenta uma leitura na contramão das abordagens imediatistas, fragmentadas, irracionais, ahistóricas e efêmeras.

Em vista dos argumentos apresentados, reconhecemos o protagonismo da dinâmica objetiva que estrutura a vida em sociedade na economia dependente – terreno em que se gestam as políticas sociais setoriais. No percurso analítico, as categorias teóricas foram articuladas com a sociologia do trabalho e com a sociologia da educação mediados pela

---

<sup>20</sup> É salutar explicar que a categoria ontológica da totalidade não é passível de associação com as formas políticas nomeadas de “*Totalitárias*”, conforme disseminado por determinadas vertentes pós-modernas, que a rigor põem a totalidade no mesmo “pacote” dos regimes de Stalin e Hitler.

particularidade do cenário brasileiro e das medidas contemporâneas do receituário neoliberal, do célere desmonte de direitos sociais e da precarização e flexibilização do trabalho.

Conforme sinalizado na Introdução, essa pesquisa recupera as leituras acumuladas acerca dessa temática nas aproximações teóricas-analíticas propiciadas com os grupos de estudos, na militância política, nas disciplinas da pós-graduação, na imersão prática docente e nas atividades de iniciação científica e extensão. O que faz, dentre outros motivos, essa dissertação ser uma pesquisa implicada<sup>21</sup>, ao passo que recupera uma memória de ativismo político, de criação de um espaço e de visibilidade tão cara à existência dos nossos corpos.

Com efeito, as aproximações com o objetivo desta dissertação foram mediadas pela interseccionalidade como arcabouço analítico para apreender as interações da diferença e da desigualdade em seu sentido mais amplo.

A interseccionalidade remete a uma teoria transdisciplinar que visa apreender a complexidade das identidades e das desigualdades sociais por intermédio de um enfoque integrado. Ela refuta o enclausuramento e a hierarquização dos grandes eixos da diferenciação social que são as categorias de sexo/gênero, classe, raça, etnicidade, idade, deficiência e orientação sexual. O enfoque interseccional vai além do simples reconhecimento da multiplicidade dos sistemas de opressão que opera a partir dessas categorias e postula sua interação na produção e na reprodução das desigualdades sociais (BILGE, 2009, p. 70 *apud* HIRATA, 2014, p. 63).

É preciso destacar que há um interesse político em articular raça, gênero e classe, principalmente em contextos em que a abordagem de raça é imprescindível, como no caso brasileiro. Sérgio Carrara (2009) enfatiza que trabalhar simultaneamente a problemática de gênero, da diversidade sexual e das relações étnico-raciais nas políticas sociais, ou seja, abordar em conjunto a misoginia, a homofobia e o racismo não é apenas uma proposta absolutamente ousada, mas oportuna e necessária para pensarmos uma educação em direitos humanos. Embora esses determinantes tenham se originado em campos disciplinares distintos, em diferentes arenas de atuação de ativistas e desencadearam

---

<sup>21</sup> Pesquisa implicada significa, primeiramente, que não há separação entre objeto pesquisado e pesquisador. O pesquisador ou a pesquisadora, por mais que tente ser “isento/objetivo” toma uma posição, uma implicação. Em segundo momento, significa que “eu” enquanto sujeito pesquisador estou implicado na pesquisa não somente como pesquisador, mas como sujeito inter-subjetivo que constitui e sou constituído pelo social, pelas hipóteses, pelas conclusões num círculo/gestalt que paradoxalmente não se fecha. Essas implicações se relacionam tanto com a impossibilidade da objetividade (porém ressaltamos a necessidade do rigor científico) quando da impossibilidade da neutralidade, mesmo nas ciências ditas “duras” (matemática, física química) (MAIA, 2017, p. 15).

políticas públicas específicas é substancial salientar a intersecção de classe, gênero, raça, etnia e sexualidade imbricadas na vida social.

Em vista da abordagem qualitativa, lançamos mão do levantamento de registros documentais, situados nos diários de campo da pesquisadora, blog de coletivos universitários<sup>22</sup> e do Movimento LGBT, matérias e documentos institucionais página eletrônica da UFT, notícias das Secretarias do Estado e reportagens de jornais *on line*. Segundo Lakatos (2003), a característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias de caráter contemporâneo ou retrospectivos.

Essa catalogação exigiu a eleição de um conjunto de indicadores/descriptores relacionados ao debate das universidades e das identidades trans no estado do Tocantins para pensar a reverberação desses assuntos nas mídias regionais.

- UFT – Nome Social;
- UFT – Uso Banheiros;
- Políticas LGBT – Tocantins;
- Movimento LGBT – Tocantins
- Visibilidade Trans;
- Identidade de Gênero – Tocantins;
- Diversidade Sexual – Tocantins;
- Gênero – UFT;
- Universidade – LGBT – Tocantins;
- Universidade – Discriminação – Tocantins;
- Educação – Travestis e Transexuais – Tocantins;

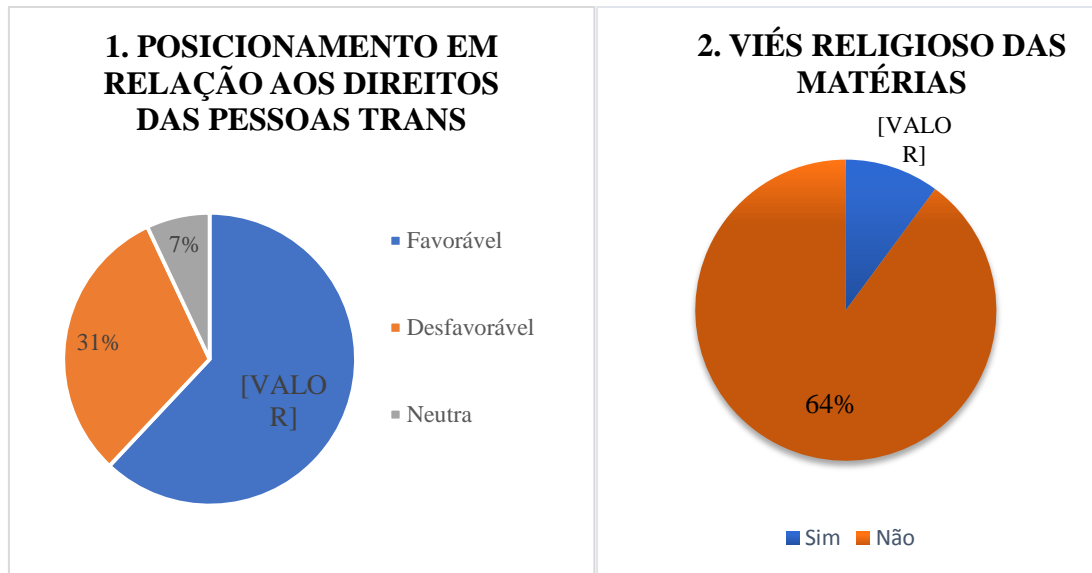
Nesse sentido, empreendemos a análise de 42 reportagens expressas nas matérias de imprensa<sup>23</sup>, 6 vídeos e áudios de jornais<sup>24</sup> e 13 reportagens institucionais sobre a visibilidade LGBT e ações do movimento e coletivos.

---

<sup>22</sup> Coletivos Universitários são espaços de mobilização, acolhimento, partilha e atuação no ambiente universitário relativos à determinada causa, temática e/ou identificação.

<sup>23</sup> As matérias estavam situadas entre 2013-2018 com repercussão estadual e regional, recolhidas nos seguintes jornais: Conexão Tocantins, Norte do Tocantins, JM Tocantins, Impera News, G1 – Tv Anhanguera, Luiz Martins, CBN Tocantins, O popular, Jornal do Tocantins, Agência Brasil, Secretaria de Saúde de Palmas, Secretaria da Cidadania e Justiça do Governo do Estado do Tocantins, T1 Notícias, Defensoria Pública do Estado do Tocantins, Atitude Tocantins, Norte do Tocantins, Portal O Norte.

Dentre as reportagens veiculadas pelos jornais, nota-se que 36% são declaradamente religiosas, enquanto 64% não são. No que concerne aos discursos, motivos e/ou justificativas produzidas, reconhecemos que 62% das reportagens se colocam favoráveis ao direito, ao passo que 31% são explicitamente desfavoráveis e 3% neutras<sup>25</sup>.



Fonte: Matriz de Coleta de Dados

Em relação às matérias coletadas da imprensa, somente 15 ouviram pessoas trans<sup>26</sup>, 2 ouviram o Movimento LGBT, 19 ouviram representantes do poder público, 2 reportagens ouviram o Movimento Estudantil (Centro Acadêmico, DCE e Atléticas) e 12 não fizeram entrevistas. Nos vídeos e áudios supracitados, todas estão em concordância ao direito, sendo que 2 ouviram o Movimento LGBT, 4 ouviram pessoas trans e 6 ouviram os sujeitos vinculados ao poder público.

<sup>24</sup> Os vídeos e áudios coletados são de alcance estadual, sendo: TVE Tocantins, Bom dia Tocantins, Repórter Tocantins, TV Anhanguera, CBN Tocantins,

<sup>25</sup> Como apontamos anteriormente, não acreditamos em neutralidade. Todavia, nomeamos as reportagens como neutras aquelas que não foram possíveis captar qualquer sentido ideológico na transmissão de informação e que visibilizaram diferentes contraposições em relação a ideia central da matéria.

<sup>26</sup> No intuito de visibilizar a fala das pessoas trans, optamos em não incluí-las na legenda do movimento LGBT. É necessário acentuar que o número não se refere à quantidade de trans, mas às vezes em que elas/eles foram ouvidas/as no quantitativo de reportagens. Ademais, usamos nomes fictícios para assegurar o sigilo ético da identidade.

Associada ao recurso da memória, esses registros fomentaram a construção de uma linha do tempo do nome social e da conquista dos direitos no âmbito da UFT, destacando os momentos de inflexão, regressão e resistência por parte do Movimento LGBT.

Ao remeter à condição privilegiada de distribuidores de conteúdo, Moraes (2010), recupera Marx e Engels (1977, p. 67) para designar essa atividade como condição que “transportam signos; garantem a circulação veloz de informações; movem as ideias, viajam pelos cenários onde as práticas sociais se fazem; recolhem, produzem e distribuem conhecimentos e ideologia”. Apesar dos autores refletirem sobre os meios de comunicação situados em determinado período histórico na Europa Ocidental, é possível perceber seus ecos quando nos remetermos à função social dos meios de comunicação e da imprensa no período das infovias hipervelozes, incitado pelo capitalismo contemporâneo, o qual conta com uma evolução desenfreada de recursos informacionais<sup>27</sup> em escala planetária. Netto e Braz (2011, p. 246) sublinham que os “recursos informacionais estimulam a constituição de referências culturais comuns, desterritorializadas, e novas modalidades de interação social, que se operam no plano da virtualidade, alteram relações e valores”.

No intuito de identificar os aspectos que permitem a avaliação dos impactos das regulações sociais dirigidas à população LGBT, no âmbito educacional, no que concerne ao acesso e permanência dos/as estudantes travestis e transexuais na UFT, construímos uma matriz de coleta de dados (em apêndice) a partir dos registros eletrônicos do grupo virtual, página eletrônica do NEPESCD, atas e gravação de reunião do Movimento LGBT e e-mails pessoais, através dos seguintes indicadores:

- a) Produção de Visibilidade trans e LGBT;
- b) Estratégias de organização coletiva do Movimento LGBT;
- c) Controle Social acerca das violações dos direitos LGBT;
- d) Denúncias de violações dos direitos LGBT;
- e) Instruções de acesso a direitos pela população LGBT;
- f) Repercussão institucional da regulação do uso do nome social e do acesso aos banheiros.

---

<sup>27</sup> Nesse trabalho, não desenvolveremos uma análise aprofundada das ferramentas digitais, mas reconhecemos a importância de elucidar suas implicações na dinâmica histórica, tendo em vista sua influência na mistificação das relações sociais e na mercantilização dos bens simbólicos na atual conjuntura de ofensiva do capital e suas incidências no contexto de golpe parlamentar na particularidade brasileira.



Sob esse prisma, foi utilizada a análise de conteúdo no marco da metodologia qualitativa, por se tratar de uma técnica não descolada da temporalidade histórica e cultural, possibilitando a reconstrução permanente do objeto de análise. Na apreensão investigativo-reflexiva do estudo das práticas sociais em meio ao dinamismo da realidade, compreendemos que as técnicas que preconizam a rigidez do método de investigação, a neutralidade, a aparência e cientificidade abstrata interferem no desvendar dos significados, bem como na sua interpretação.

Setúbal (1999), apoiada nas reflexões de Laurence Bardin (1977), pontua que a análise de conteúdo é entendida como técnica de compreensão, interpretação e explicação das distintas formas de comunicação (oral, escrita e/ou icônica) e tem como objetivos: a) ultrapassar as evidências imediatas; b) aprofundar por meio de leituras a percepção, a pertinência e a estrutura das mensagens.

No sentido de complementar as análises, abordaremos a política de educação concomitante ao sexismo, transfobia, heteronormatividade, abjeções e discriminação, evidenciando os índices recorrentes de violência no cenário nacional e estadual.

## **1 A POLÍTICA EDUCACIONAL E A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL**

Vive-se um momento particular de inflexão do cenário mundial que afeta a produção, distribuição e consumo de bens e serviços materiais, culturais, públicos e privados, atingindo a vida de todos. O desenvolvimento das forças produtivas sociais do trabalho e dos avanços técnico-científicos em que se apoia é apropriado por países e grupos sociais que detêm o monopólio da economia, do poder político e militar. O reverso da acumulação e da centralização de capitais tem sido o alijamento de segmentos sociais majoritários do usufruto dos ganhos da civilização. E a ampliação da dependência cada vez maior dos cidadãos à ciranda do mercado, que se impõe aos sujeitos como uma força inexorável, invertendo e subvertendo valores quando a referência é a emancipação humana (IAMAMOTO, 2012, p. 40).

A questão teórica central para interrogar a particularidade do acesso e permanência da população trans através dos dispositivos do nome social e do uso autorreferido dos banheiros é pautada na análise da educação superior. Para tanto, é ideal refletir sobre a educação como dimensão da vida social atrelada à centralidade do trabalho, a função das práticas educativas, isto é, do conjunto de processos de internalização próprios ao ser social burguês e os aspectos gerais da política de educação. O debate será atravessado pela ótica da luta de classes, evidenciando os aspectos históricos e contemporâneos da educação.

### **1.1 Política educacional e educação superior no Brasil: aspectos históricos**

No presente estudo, abordaremos a articulação da política da educação com a reprodução das relações sociais capitalistas. Como ponto de partida, associaremos o debate da educação com a esfera produtiva, tendo em vista que o trabalho associa-se estruturalmente às demais categorias sociais por ser elemento fundante do mundo dos sujeitos.

Na esteira da ontologia marxiana, o trabalho emerge no decurso de determinações estruturais dado por saltos qualitativos, afastando-se da prescrição genética dos demais

animais, devido à capacidade teleológica da prévia ideação<sup>28</sup> no intercâmbio orgânico com a natureza para a satisfação das suas necessidades. Na compreensão de Konder (2009, p. 11), “através do trabalho, o homem não só se apropria da natureza como se afirma e se expande, desenvolve-se, transforma-se e cria a si mesmo”.

O indivíduo transforma seu meio e se transforma por meio do trabalho, angariando aprendizados e conhecimentos que não detinha, registrando o nascimento da consciência e do conhecimento humano (IAMAMOTO, 2011). Esse processo possibilita a reflexão da dimensão criativa do trabalho e a existência de esferas de objetivação denominadas como práxis, que inclui todas as objetivações humanas.

Nas relações sociais da sociedade capitalista, o trabalho adquire novos contornos e especificações. Esta sociabilidade difere-se de outros modos de produção pela contradição básica entre os que produzem a riqueza social através da força de trabalho e os que detêm a propriedade privada. Particulariza-se por sua reprodução peculiar de acumulação e valorização do capital, por meio da exploração da força de trabalho<sup>29</sup> para apropriação do trabalho excedente, convertendo mais-valia<sup>30</sup> em capital através do processo de formação de valor.

Com a sociedade de classes, a educação é voltada para assegurar os privilégios da classe dominante, atrelando-se ao trabalho alienado. Sob esse prisma, interpretamos que esse complexo educacional tende a reproduzir princípios, valores e objetivos do capital, que são necessários à continuidade e manutenção desse modo de produção, patentado pela contradição elementar da sociabilidade capitalista entre trabalho e capital. Nessa perspectiva, a educação é funcional para a hierarquização de uma parcela da sociedade e a submissão da classe que vive da força de trabalho.

---

<sup>28</sup> A realização do trabalho só se dá quando essa prefiguração ideal se objetiva, isto é, quando a matéria natural, pela ação material do sujeito é transformada (NETTO; BRAZ, 2011, p. 42).

<sup>29</sup> A força de trabalho é a capacidade de trabalho que compreende o conjunto de faculdades físicas e mentais, ou seja, a energia humana, nos quais o seu detentor põe em ação no processo de trabalho. Como mercadoria, ela pressupõe valor de uso e valor de troca. Nesse sentido, a força de trabalho é uma mercadoria peculiar por ser fonte de valor, ou seja, é parte elementar no processo de formação de valor.

<sup>30</sup> “Mais-valia: é a forma específica que assume a exploração sob o capitalismo. Resulta do fato de a força de trabalho produzir mais produtos do que recebe como salário. Pode assumir a forma de: a) Mais-Valia Absoluta: realiza-se com o prolongamento da jornada de trabalho além do ponto em que o trabalho produz para garantir a sua subsistência, com a apropriação pelo capital do trabalho excedente e b) Mais-Valia Relativa: realiza-se com o prolongamento do tempo de trabalho excedente e a condensação do trabalho necessário, possíveis pelo uso da tecnologia que permite produzir em menos tempo o equivalente ao salário (GRANEMANN, 1999, p. 157)

Em contramão, Mészáros (2008) defende que o papel da educação é soberano, tanto para a elaboração de estratégias apropriadas e adequadas para mudar as condições objetivas de reprodução, quanto para a automudança consciente dos indivíduos chamados a concretizar a criação de uma ordem social metabólica radicalmente diferente. Portanto, não é surpreendente que na concepção marxista “a efetiva transcendência da autolienação do trabalho” seja caracterizada como uma tarefa inevitavelmente educacional (2008, p. 65). O autor acrescenta ainda que “não pode haver uma solução efetiva para a auto-alienação do trabalho sem que se promova, conscienciosamente, a universalização conjunta do trabalho e da educação” (MÉSZÁROS, 2008, p. 67).

Com efeito, Mészáros (2008) argumenta que, para reivindicar a transformação social radical consciente e o rompimento com a desumanizante auto-alienação, é necessária a defesa da universalização da educação de forma intrínseca e complementar à universalização do trabalho. O referido autor questiona a impossibilidade de formularmos um ideal educacional com perspectivas emancipatórias e reforma sistêmica, inserido nos limites da perpetuação do domínio do capital, sem eliminar os seus fundamentos causais antagônicos e excludentes – “o capital é irreformável porque pela sua própria natureza, como totalidade reguladora sistêmica, é totalmente incorrigível” (IBIDEM, p. 27).

Isto é, quando enxergamos o mundo sob as premissas do capital, não há horizontes de mudança e transformação societária, por isso a urgência da ofensiva socialista, uma vez que as desigualdades decorrentes da contradição capital *versus* trabalho é proclamada como ordem natural incontestável, inalterável, inabalável e insuperável, dada como “pronta e acabada”, cuja contestação e subversão acerca das estruturas são reprimidas duramente pelo Estado Capitalista. Sendo assim, entendemos que a educação emancipadora não se realizará sob as condições presentes na Política de Educação, nos marcos da hegemonia do capital (CFESS, 2013).

Essa acepção reivindica a articulação da educação com o trabalho associado, reconhecendo a perspectiva política da educação que se constrói no âmbito dessa sociabilidade como forma de projetar uma superação do trabalho alienado, tendo em vista o trabalho associado e as premissas de autorrealização/autoconstrução e emancipação dos sujeitos sociais.

Contata-se que esse projeto de educação, identificado por Mészáros realizar-se-à plenamente em outro modo de produção, mas pode ter início com um projeto de educação

dominante nessa sociedade. Nesse processo, a educação mercadológica não é a força ideológica primária que consolida o sistema do capital, bem como não é capaz de oferecer por si só, uma alternativa emancipadora radical (MESZÁROS, 2008).

A luta da classe trabalhadora pela sua emancipação humana<sup>31</sup> implica conhecimento profundo da realidade social a ser transformada. A transição de uma sociedade capitalista exige reconhecer necessariamente a emergência da propriedade privada – isto é, a apropriação do processo produtivo por parte de uma parcela minoritária da sociedade (TONET, 2012). Dito isto, cabe reconhecer que a tomada das forças e a sua recolocação no domínio daqueles que produzem a riqueza material é a condição *si ne qua non* para a instauração de uma sociedade livre, que não impere a exploração da força de trabalho e a socialização da mercadoria para valores de troca.

Ao indagar sobre a necessidade, as condições e as consequências da abolição da propriedade privada, Marx e Engels (2009) asseveram que essa apropriação incide na clarificação do objeto a se apropriar – totalidade existente das forças produtivas e o modo como deve ser realizada – por meio de uma união universal para alcançarem e assegurarem a sua auto atividade. Essa forma de apropriação, no qual Marx e Engels reporta-se em “A Ideologia Alemã”, denomina-se trabalho associado, enquanto “fundamento material da emancipação humana” (TONET, 2012, p. 07).

Posta essa condição, o trabalho associado decorre da ação teleológica dos indivíduos conscientes do processo geral da sociedade e da apreensão dos objetivos da ação para o atendimento das suas necessidades, com vistas ao valor de uso. Sua eminência atrela-se à derrocada do poder da propriedade privada e da dissolução das relações baseadas no capital.

Apesar de reconhecer a importância desse resgate histórico e conceitual, não nos deteremos na profundidade do trabalho associado à luz da tradição marxiana e marxista, tampouco das condições necessárias à ultrapassagem da sociedade capitalista à comunista. Interessa-nos estabelecer a relação entre trabalho e educação, a partir do estatuto ontológico e da práxis social.

---

<sup>31</sup> É importante assinalar que a emancipação humana não é possível na atual sociabilidade. Por outro lado, a emancipação política não é incompatível com o modo de produção capitalista, ao contrário da emancipação humana, que propõe a sua superação sistemática, pois é inconciliável com o trabalho alienado. Só quando o homem individual retoma em si o cidadão abstrato e, como homem individual – na sua vida empírica, no seu trabalho individual, nas suas relações individuais -, tornou-se ser genérico; só quando o homem reconheceu e organizou as suas forças *propres* [forças próprias] com forças sociais e, portanto, não separa mais de si a força social na figura da força política – [é] só então [que] está consumada a emancipação humana (MARX, 2009, p. 71-72).

A sustentação do capitalismo é garantida pelo fenômeno da alienação, isto é, o modo de organização da vida social sob a égide do capital realiza-se no amplo e difundido processo de alienação. Nessa esfera, as instituições de educação em seus diferentes níveis cumprem um papel decisivo na internalização de consensos necessários à sua reprodução.

A crise estrutural aprofunda a reciprocidade dialética entre os elementos de reificação<sup>32</sup> e alienação, medular na constituição das relações sociais sob a égide do capitalismo, de modo que, quanto maior a expansão da mercadoria, maior o alheamento do homem à humanidade (BARBOSA, 2014, p. 295).

Os matizes assumidas pelo trabalho na sociedade de classes não é capaz de explicar as peculiaridades do complexo educacional, pois subsiste uma autonomia relativa da educação em relação ao trabalho, pois a educação é uma atividade que se afasta do processo de transformação da natureza e extrapola a esfera da produção<sup>33</sup>.

Nessa acepção, a educação e o trabalho possuem uma distinção ontológica fundamental. A educação, ao contrário do trabalho, relaciona-se com o conjunto de atividades que incidem e formulam o comportamento dos indivíduos e não produz nenhum objeto material. Seus resultados estão imbricados na esfera da reprodução social, restringindo-se ao âmbito da relação social estabelecida entre os/as seres sociais. A educação é direcionada para a ampliação das taxas de acumulação advindas do trabalho excedente, por um sistema de códigos e pressupostos axiológicos que justifiquem a apropriação do mais-trabalho.

Neto (2014) reafirma que a educação nem sempre se constitui um privilégio de determinadas classes, pois na gênese do processo histórico da sociedade, ela fazia parte da vida de todos os indivíduos, possibilitado pela base de sustentação econômica em que o trabalho era coletivizado. Na sociedade primitiva, a educação emerge como um complexo

---

<sup>32</sup> Por reificação entendemos “o ato (ou resultado do ato) de transformação das propriedades, relações e ações humanas em propriedades, relações e ações de coisas produzidas pelo homem, que se tornaram independentes (e que são imaginadas como originalmente independentes) do homem e governam sua vida. Significa igualmente a transformação dos seres humanos em seres semelhantes a coisas, que não se comportam de forma humana, mas de acordo com as leis do mundo das coisas. A reificação é um caso ‘especial’ de alienação, sua forma mais radical e generalizada, característica da moderna sociedade capitalista” (BOTTMORE, 2011, p. 494).

<sup>33</sup> “Por produção, pode-se compreender as relações que se articulam em torno da elaboração, da criação de produtos e que, no modo de produção capitalista, são confeccionadas de uma forma muito diferente de todas aquelas que vigeram em outros modos de produção já construídos pelos homens. [...] De outro ângulo, compreende-se por reprodução não só aqueles atos relativos à vida material e biológica dos homens. Mas, também, aqueles atos que o fazem dar continuidade ao conjunto da vida social, a um dado estágio de sociabilidade, à participação em dado grau de civilização” (GRANEMANN, 1999, p. 156).

espontâneo, cujos aprendizados advindos da relação entre o homem e a natureza e dos homens entre si perduram durante toda a vida.

O surgimento da sociedade de classes, a partir do privilégio da propriedade privada e das formas de trabalho pautadas em relações desiguais, imprimiu um caráter classista à educação. Com a alteração da relação entre produção, consumo e distribuição, cria-se a instituição escolar com o objetivo de formação da personalidade humana para o trabalho alienado.

Com a sociedade de classes a educação deixa de ser uma atividade de inteira responsabilidade do conjunto da comunidade para se constituir uma tarefa específica de um grupo de indivíduos e privilégio das classes dominantes, funcionando como mecanismo de reprodução da dominação de classes (NETO, 2014, p. 14).

A gênese formal da universidade está situada no final da Idade Média como laboratório da educação superior, mas é possível encontrar seus vestígios nas distintas escolas filosóficas e científicas que se formaram ao longo da Antiguidade, considerando que a ciência e o conhecimento do mundo natural precedem a existência formal da universidade (NETO, 2014).

No Brasil, as reflexões sobre as políticas sociais, a educação e a configuração das Instituições de Ensino Superior (IES) requerem o resgate dos nexos causais e da legalidade histórico-social do caráter retardatário da constituição do capitalismo no país, advindo do sistema de colonização e exploração. Isso significa que a educação nos países de capitalismo dependente é organizada de forma distinta dos países centrais, dado o processo de modernização conservadora que marca a trajetória política, econômica e social do país.

O dilema do capitalismo dependente (FERNANDES, 2009) revela a raiz aristocrata e fundiária que compõe a classe dominante no Brasil e a disseminação desse ideário, registrando a peculiaridade difusa dessa realidade histórica. De acordo com o autor, esses setores coexistem com a massa dos despossuídos, condenados a níveis de vida inferiores ao de subsistência, ao desemprego sistemático, parcial ou ocasional, à pobreza ou à miséria, à marginalidade socioeconômica, à exclusão cultural e política. As poucas classes sociais parcial ou completamente integradas não se veem como classes e negam esse caráter às demais categorias sociais ou à sociedade global.

Ao examinar a configuração das classes no Brasil, Katia Lima (2017) recupera as contribuições analíticas de Florestan Fernandes para indicar o caráter ultraconservador da burguesia brasileira como um traço constitutivo da dominação de classe.

Assim, não podemos entender a burguesia brasileira como uma ‘burguesia fraca’, mas que possui certo grau de autonomia relativa para negociar os termos da dependência estabelecida com os países centrais, pois estes necessitavam e necessitam, na atualidade, de parceiros fortes na periferia do capitalismo para consolidar seu projeto hegemônico (LIMA, 2017, p. 95).

Isso significa que há uma integração consciente da burguesia brasileira com a burguesia internacional para a manutenção e ampliação dos interesses econômicos, ao passo que “essa subordinação não deve ser compreendida como uma imposição de fora, mas articulada com a burguesia brasileira em reproduzir, internamente, relações de dominação ideológica e exploração econômica” (LIMA, 2017, p. 94). A lei geral da acumulação capitalista nos oferece elementos para inferir o caráter permanente do padrão dependente dessas economias, contrapondo-se ao ideário difundido internamente de que esta é a condição passageira e imperativa para o alcance posterior do pleno crescimento econômico.

O suposto desenvolvimento por associação dependente relaciona-se com os níveis de violação da força de trabalho para a compensação da transferência de valor para os países centrais. A forma de “contrabalancear” o excedente disponível para a produção e reprodução das relações sociais dessas economias é por meio da superexploração da força de trabalho para a ampliação e acumulação do capital.

Nesse quadro analítico, a universidade<sup>34</sup> no Brasil nasce articulada às determinações do mercado e à lógica da apropriação do trabalho excedente para a ampliação do capital, cuja finalidade é aperfeiçoar a capacidade de controle do trabalho pelo capital e formar mão de obra para atender as necessidades do mercado. Economicamente, a universidade intentava-se a dinamizar e ultrapassar o modelo agroexportador protagonizado no país, de acordo com os imperativos do mercado internacional.

A sua gênese está articulada ao processo de reconfiguração da economia internacional afetada pela presença de duas grandes guerras mundiais. É somente num contexto de crise internacional que a universidade é implantada em nosso

---

<sup>34</sup> No período identificado como Brasil Colônia, a criação das instituições de nível superior foi expressamente vetada por Portugal, com o principal objetivo de inibir a disseminação de ideias favoráveis a independência. O acesso inicial dos filhos dos colonos a universidade se dava pela concessão de bolsas no exterior, revelando desde a sua gênese histórica, o caráter elitista da universidade.



território. Observa-se que a guerra resultou num excelente negócio para as atividades econômicas brasileiras e serviu para alavancar seu processo de industrialização. Por isso a universidade brasileira plasma-se como uma das experiências mais tardias da América Latina – quando veio a ser instaurada já existiam centenas delas em toda a América. No instante que aparece a primeira universidade no Brasil, em 1920, existiam 76 universidades na América do Norte e 26 na América do Sul, totalizando 102 universidades. É somente entre as décadas de 40 e 70 que as universidades se espalham pelos distintos estados brasileiros e tornam-se um fenômeno reconhecidamente nacional (NETO, 2014, p. 17).

A universidade é oficialmente institucionalidade no Brasil na década de 1920, apesar das pontuais iniciativas anteriores. Ela emerge no contexto da luta de classes, mediante a difusão de orientações ideológicas para o amortecimento dos conflitos sociais e enfrentamento a resistências oriundas do movimento operário no país para a manutenção da sociabilidade capitalista.

Gisi (2006) situa que com a implantação do Estado Novo (1937), a educação passa a ser considerada uma estratégia para combater a questão social e enfrentar a subversão ideológica atendendo aos interesses da ordenação moral e cívica, do adestramento da classe trabalhadora, na formação da cidadania e da força de trabalho indispensável para a modernização da época.

A influência do capital nas instituições universitárias busca imprimir um espírito comercial, competitivo e individualizado, que permite assegurar que o/a sujeito/a adote como suas próprias aspirações pessoais, as metas do modelo econômico. Essa proposta avançou em meados da década de 1950, no Brasil, cuja demanda exigia força de trabalho técnica especializada para a expansão da urbanização e industrialização pesada.

A formação aligeirada para formar mão de obra barata e atender aos interesses do mercado, encontra vigor nas classes iletradas do país, caracterizando como “possibilidade de ascendência social para determinados indivíduos que vivem exclusivamente da venda de força do trabalho” (NETO, 2014, p. 18). O autor acrescenta que isso de maneira alguma implica na possibilidade de ascendência social para o proletariado como classe social, pois ele está condenado, pela sua própria condição ontológica, a permanecer sempre como classe social expropriada pelos investimentos da burguesia.

Cabe elencar que a dinâmica do capitalismo é estruturada pela lei geral da acumulação que regula o predomínio do capital. De acordo com Marx (2013), quanto maior for a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e o vigor de seu crescimento é, portanto, a

grandeza absoluta do proletariado, tanto maior será o exército industrial de reserva, disponível para ser explorado pelo capital.

O processo de industrialização é instaurado em plena consonância com as determinações do capital que, no contexto da II Guerra Mundial, pressupõe o estabelecimento de novas bases para o desenvolvimento das economias dependentes. No caso do Brasil, nota-se que a expansão de cursos técnicos, tecnológicos e o sistema politécnico (SENAI, SESC, SESI, SENAC) objetivou formar massa de trabalho especializada e técnica submetida metabolicamente ao domínio do capital, convertendo o trabalho em mercadoria. Isto se alinha à descrição feita por Mészáros (2008) acerca do papel da educação institucionalizada:

A educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu – no seu todo, ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à maquinaria produtiva e expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade, seja na forma ‘internalizada’ (isto é, pelos indivíduos devidamente ‘educados’ e aceitos) ou através de uma dominação estrutural de uma subordinação hierárquica e implacavelmente imposta (MÉSZÁROS, 2008, p. 35).

A origem senhorial e colonial na América Latina, conforme situa Florestan Fernandes (2009), difere da modernização burguesa das economias centrais (Inglaterra, França e Estados Unidos), ocasionando a situação de subordinação e dependência, a partir da dialética entre arcaico e moderno. Nesse contexto, a hegemonia estadunidense influencia coercitivamente vetores econômicos, sociais, políticos, culturais e ideológicos no Brasil, induzindo à modernização do arcaico, perpetuando o poder nas mãos de grupos exclusivos, conjugando privilégios internos com a exploração externa.

José Paulo Netto (2010) enfatiza que a ditadura militar (1964-1985) – regime político-terrorista –, orquestrada pelas forças ianques, potencializou a orientação dos interesses do capital e iniciou a exploração privatista na educação superior, transformando-o num setor para investimentos capitalistas privados extremamente rentáveis.

As mudanças incididas na política de educação, sob influência do setor privado, culmina na expansão das universidades e na ilusão da democratização de acesso, sem, contudo, alterar a dinâmica do “padrão dependente da educação superior” nos termos de Florestan Fernandes (1989). No bojo da ditadura militar, há um protagonismo de um projeto de educação tecnocrático, assentado na neutralidade da cientificidade e dos valores propagados pelo desenvolvimento tecnológico.

Esta universidade esvaziada, igualmente apta a produzir profissionais afeitos à lógica formal-burocrática que preside aos ordenamentos tecnocráticos na mesma escala em que modela atores orientados pela irresponsabilidade social do cinismo, esta universidade – que um juízo mais duro talvez não vacilasse em considerar domesticada e corrompida – foi obra do regime autocrático burguês (NETTO, 2010, p. 67).

Dentre as reformas operadas nos centros universitários, não podemos deixar de abordar, ainda que em linhas gerais, o significado da Reforma de 68 idealizada pela autocracia burguesa da ditadura militar que introduz uma série de modificações voltadas ao controle político e ideológico das universidades e a formação de cunho profissionalizante para a inserção no mercado industrial.

Martins (2009) acentua que as protoformas do “novo” ensino superior privado emergiram de uma constelação de fatores complexos, entre os quais se destacam, num primeiro momento, as modificações ocorridas no campo político nacional, em 1964 (ano do golpe de Estado), e seu impacto na formulação da política educacional. Ademais, as medidas repressivas desencadeadas pela ditadura civil militar, combinou a modernização e expansão do ensino superior com medidas repressivas perpetradas contra o movimento estudantil<sup>35</sup> e estrita vigilância ao corpo docente (MARTINS, 2009).

As alterações na estrutura organizativa, com forte influência estadunidense<sup>36</sup>, culminaram na racionalização administrativa, repercutindo não somente na autonomia didático-pedagógica das instituições, mas na própria gestão financeira. Constata-se ainda, a emergência das chamadas “empresas educacionais” conduzidas pelo livre mercado, por meio da ampliação das instituições privadas, que enfatiza um novo padrão de ensino superior que não representa, per si, a democratização do acesso.

De acordo com Henriques (2017), o acirramento dos dois projetos educacionais antagônicos, um de caráter privatista que defende a educação como bem privado b) o projeto

---

<sup>35</sup> Com relação ao dispositivo repressivo, vale mencionar o Decreto n. 4.464/64, que extinguiu a União Nacional dos Estudantes (UNE); o Decreto n. 228/67, que limitou a existência de organizações estudantis ao âmbito estrito de cada universidade; o Decreto n. 477/69, que impôs severas punições aos estudantes, professores ou funcionários que desenvolvessem atividades consideradas hostis ao regime militar, com a criação, no interior do MEC, de uma divisão de segurança e informação para fiscalizar as atividades políticas de professores e estudantes nas instituições. Houve, igualmente, aposentadorias compulsórias de professores considerados nocivos ao regime militar em várias universidades públicas (MARTINS, 2009, p. 18-19).

<sup>36</sup> O acordo MEC/USAID (*United States Agency for International Development*) consolidou-se com a formulação do Plano Atcon (1966), do Relatório Meira Mattos (1968) e do Relatório da Equipe de Assessoria do Ensino Superior (1969), que formulava medidas para a expansão do ensino superior aliada ao quadro do desenvolvimento nacional e da segurança institucional.

que defende a educação pública, gratuita e de qualidade (ensejada pelos estudantes, trabalhadores, professores, centrais sindicais e movimentos sociais) cujo início remonta a década de 1950, passa a se exponenciar em meio ao cenário político e social da constituinte de 1988. A organização e resistência dos movimentos sociais foram determinantes para afiançar a educação como direito social previsto no artigo 5º da Constituição de 1988 (HENRIQUES, 2017).

No próximo tópico, abordaremos as questões contemporâneas da Política Educacional e a interferência na educação superior no Brasil, contextualizando a focalização das políticas sociais.

## **1.2 Política educacional e educação superior no Brasil: questões contemporâneas**

O trajeto desenhado pela “via prussiana”, que marca as particularidades sócio-históricas brasileiras, sobrepujou etapas civilizatórias intermediárias por não ter vivenciado todas as etapas da revolução democrático-burguesa, interpelando a conquista de direitos sociais fundamentais. Lima (2017) advoga que o desenvolvimento do capitalismo está atrelado ao papel revolucionário assumido pelo padrão clássico da revolução burguesa experienciado pelas economias centrais, no qual contou com uma ruptura radical com as antigas relações de produção.

O capitalismo dependente<sup>37</sup> intrínseco à formação social, política e econômica dos países latino-americanos “evoluiu sem contar com condições de crescimento autossustentado e desenvolvimento autônomo” (FLORESTAN, 2009, p. 43). O desenvolvimento capitalista no país não rompeu com as oligarquias agrárias, pelo contrário, estabeleceu-se por meio de alianças e composições orgânicas com os setores industriais emergentes e com as economias imperialistas.

---

<sup>37</sup> Refere-se à forma periférica e dependente do capitalismo monopolista (o que associa inexorável e inextricavelmente as formas ‘nacionais’ e ‘estrangeiras’ do capital financeiro) (FERNANDES, 1985, p. 50).

Ao refletir sobre as vicissitudes da histórica brasileira, Coutinho (1979) alicerça os problemas contemporâneas no amplo quadro de formação nacional, em que pese o caráter elitista e autoritário que assinalou a evolução política, econômica e cultural do país.

[...] as transformações políticas e a modernização econômico-social no Brasil foram sempre efetuadas no quadro de uma “via prussiana”, ou seja, através da conciliação entre frações das classes dominantes, de medidas aplicadas “de cima para baixo” com a conservação essencial das relações de produção atrasadas (o latifúndio) e com a reprodução (ampliada) da dependência ao capitalismo internacional; essas transformações “pelo alto” tiveram como causa e efeito principais a permanente tentativa de marginalizar as massas populares não só da vida social em geral, mas sobretudo do processo de formação das grandes decisões políticas nacionais (COUTINHO, 1979, p.41).

Coutinho (1979) atenta-nos ao fato de que não devemos esquecer que a “via prussiana” assegurou a construção da superestrutura adequada à dominação de uma restrita oligarquia sobre a esmagadora massa da população. Na história brasileira, a via prussiana encontra seu ponto alto no regime militar, que criará as condições políticas para institucionalização da modalidade dependente do capitalismo monopolista do Estado. Para o autor, essa implantação radicaliza a velha tendência de excluir dos frutos do progresso e das decisões políticas operadas de “cima para baixo”<sup>38</sup> as grandes massas da população nacional.

Nesse aspecto, cabe ponderar que o projeto de educação que prosperou no país vincula-se aos avanços industriais nas áreas das telecomunicações, urbanização, geralmente escamoteado pelo “progresso”. Fernandes (2009, p. 49) destaca que a inovação incrusta-se em uma realidade socioeconômica que não se transformou, já que a degradação material e moral do trabalho persistem e com ela o despotismo nas relações humanas, o privilégio das classes possuidoras, a superconcentração da renda, do prestígio social e do poder, a modernização controlada de fora, mediados pelo crescimento econômico dependente.

A inserção dos países periféricos e dependentes na dinâmica do capitalismo é realizada a partir da divisão internacional do trabalho. Esses países associam-se ao mercado internacional, por meio de investimentos, empréstimos ou pela compra de mercadoria,

---

<sup>38</sup> O “acordo pelo alto” é representado nas ações contrarrevolucionárias contemporâneas da burguesia brasileira a partir da política de conciliação de classes, na medida em combina-se a repressão com o alargamento abstrato da participação política dos trabalhadores ao fomentar a aliança com a burguesia sindical e partidária. Esse desdobramento é assumido no “crescimento econômico com justiça social”, através do chamado desenvolvimentismo conduzido pelos governos do Partido dos Trabalhadores (PT). A crise política instaurada pelo término de uma fase da contrarrevolução preventiva e prolongada, que culminou no golpe (sem prova material) contra a então presidenta Dilma Rousseff, não se deu pelo fato de o governo de coalizção ter ampliado direitos para os trabalhadores (LIMA, 2017).

principalmente ao capital constante<sup>39</sup>, para a produção dos bens industrializados. Nessa dinâmica, ocorre a transferência do valor produzido na periferia para os países centrais, reduzindo o excedente disponível para a produção e reprodução das relações sociais nas economias dependentes, implicando no valor a ser acumulado e distribuído internamente.

A feição do trabalho nas economias dependentes interfere na interpretação da particularidade da questão social nessas formações sociais, bem como nas formas de enfrentamento das contradições assumidas pelo capital e trabalho, figuradas nos padrões de proteção social.

Ney Almeida (2011) pondera que a educação organizada sob a forma de política pública constituiu uma das práticas sociais mais amplamente disseminadas de internalização<sup>40</sup> dos valores hegemônicos na sociedade capitalista, por isso é um território de disputa marcado pelos interesses das classes sociais.

Deste modo, compreender a trajetória da política educacional é um esforço que requer mais do que o resgate de uma história marcada por legislações e mudanças institucionais instáveis, mas de suas relações com a dinâmica e as crises da sociedade do capital, a partir de sua singular inscrição nos processos de estabelecimento de consensos e de reprodução da força de trabalho na realidade brasileira (ALMEIDA, 2011, p. 12).

Nesse sentido, a compreensão da educação requer a associação da mesma com o trabalho, como fundamento ontológico do ser social que possui centralidade na totalidade histórica. Do ponto de vista da totalidade, as categorias que integram outras dimensões da vida social, mantém uma relação de dependência e autonomia ontológica com o trabalho.

Por esse ângulo, a educação é um complexo constitutivo da vida social, localizada no âmbito da reprodução social das relações capitalistas, particularizada pela apropriação da força de trabalho pelo capital em meio ao desenvolvimento capitalista brasileiro.

A concepção de educação em tela evidencia o reconhecimento crítico da Política de Educação como direito social que deve ser universalizado. Nessa direção, a universalização da educação pressupõe a intrínseca e complementar universalização do trabalho, sob a égide

---

<sup>39</sup> Em Marx (2005), a parte do capital que se converte em meios de produção, isto é, em matéria-prima, matérias auxiliares, meios de trabalho e que não modifica a sua magnitude de valor no processo de produção é nomeada de capital constante.

<sup>40</sup> A “educação significa o processo de ‘interiorização’ das condições de legitimidade do sistema que explora o trabalho como mercadoria, para induzi-los à sua aceitação passiva” (SADER, 2008, p. 17).

da igualdade e liberdade substancial de todos/as (MÉSZÁROS, 2008), conforme apontado no tópico anterior.

No contexto da mundialização do capital<sup>41</sup> e da ofensiva neoliberal, aprofunda-se a mercadorização da educação e sua redução como ferramenta do atual modelo de produção e acumulação, possibilitando a reprodução desigual e assimétrica da sociedade de classe. Almeida (2000) destaca que a política desenvolvida pelo Ministério da Educação (MEC) no marco neoliberal foi orientada pela necessidade de elevar a escolaridade mínima de mão de obra no país e de empreender reformas no sentido de garantir sua adequação às exigências provenientes das alterações na esfera da produção e da cultura, sendo funcional ao ajuste fiscal imposto pela nova ordem econômica mundial.

Nessa internalização dos parâmetros reprodutivos do sistema preponderam as teorias válidas à utilidade e manutenção da sociabilidade capitalista. Lukács (1979) acentua que não se trata de saber se este ou aquele teorema é verdadeiro, mas se é prejudicial ao capital, cômodo ou incômodo, contrário aos regulamentos do sistema ou não.

Para assegurar a legitimação da reprodução do *ethos* capitalista, emerge um Estado que prioriza a relação de maior investimento nas pesquisas e nas disciplinas acadêmicas que contribuem para o processo mecanizado da produtividade tecnocrática e funcionalista no fazer educacional. A produção de um pensamento único em detrimento de uma práxis mais questionadora alastra-se para os anos iniciais do ensino médio, cuja intenção é a massificação para maior exploração do trabalho.

Esse aparato é notado nas múltiplas reformas do ensino médio<sup>42</sup> que impõem uma conotação técnica, funcional e profissional que altera e flexibiliza rotineiramente a lógica curricular. O conjunto de reformas operadas no âmbito da educação é desprovido de diálogos e espaços de negociação com a sociedade civil organizada.

As concepções acerca das melhores alternativas de enfrentamento e resoluções dos problemas no campo educacional acabam variando de gestão para gestão e, em certos casos, dentro de uma mesma gestão. Nessa mesma linha de raciocínio

---

<sup>41</sup> A mundialização não atinge somente territórios dependentes do capital centralizado, posto que a expropriação social é reiterativamente reposta em todos os núcleos territorializados do capital, inclusive países de ponta (BARBOSA, 2014, p. 297).

<sup>42</sup> A atual reforma do ensino médio insere-se nessa perspectiva por meio da medida provisória proposta pelo presidente interino Michel Temer (PMDB). Entre as várias alterações, destacamos que a Reforma do Ensino Médio em voga restringe a obrigatoriedade de determinadas disciplinas que se inserem no campo crítico e de questionamento social. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/02/16/sancionada-lei-da-reforma-no-ensino-medio>> Acesso 22 abr. 2017.

situamos não só as grandes reformas do sistema educacional, ditadas quase sempre pelas instâncias federais, como os projetos arquitetônicos, pedagógicos e políticos que vêm fazendo e desfazendo a teia da história da educação pública em nossos Estados e municípios (ALMEIDA, 2000, p.158 *apud* ALMEIDA et al., 1995, p. 158).

No capitalismo contemporâneo emerge a reestruturação produtiva, a financeirização e a ideologia neoliberal, cuja dinâmica é protagonizada pela concentração e centralização<sup>43</sup> dos monopólios. Procedem-se assim, a naturalização do desemprego estrutural, o esvaziamento da sociedade salarial<sup>44</sup>, a perda do poder de pressão e de contrarregulação social dos sindicatos, o desmantelamento dos direitos sociais e o conseqüente aumento da pobreza relativa e absoluta agudizados pela economia global e pela hegemonia do liberalismo de mercado (PEREIRA, 2001).

Em articulação com esses processos, temos as alterações no processo produtivo capitalista, por meio de novas técnicas de gestão da força de trabalho manifestadas pela dinâmica da reestruturação produtiva. A acumulação flexível associada ao toyotismo<sup>45</sup> configura-se como modalidade de gestão, organização e controle do trabalho num ambiente comandado pela lógica da acumulação financeira.

Os rebatimentos da metamorfose do mundo do trabalho que alteram o âmbito do processo de acumulação do capital, assentam-se no ideário neoliberal, que erodiu as bases do sistema de proteção social através do redirecionamento das intervenções do estado.

De acordo com Behring e Boschetti (2011), não se pode precisar um período de surgimento das protoformas da Política Social. Como processo social, elas se gestaram na confluência dos movimentos de ascensão do capitalismo com a Revolução Industrial, das lutas de classes e da intervenção estatal. Sua generalização pode ser datada na passagem do capitalismo concorrencial para o monopolista, na fase tardia do capitalismo. Isto é, as respostas dadas à questão social no final do século XIX pelo Estado Capitalista que assumia

---

<sup>43</sup> No surgimento dos monopólios, temos a concentração, que é a acumulação cada vez maior de capital, e centralização, em que há o aumento de capital pela fusão/união de capitais já existentes.

<sup>44</sup> A sociedade salarial designa o predomínio do trabalho assalariado na grande indústria monopolista. Trata-se de qualificar a sociedade especificamente salarial, cujas normas de produção, consumo e organização política dos trabalhadores respondem pela conexão entre as formas de remuneração do trabalho e o acesso aos meios de reprodução da força (MOTA, 2000, p. 167).

<sup>45</sup> Segundo Ricardo Antunes (2014), o toyotismo fundamenta-se num padrão produtivo de organização inspirado na experiência japonesa do pós-guerra e associou-se ao avanço tecnológico, resultado da introdução de técnicas de gestão da força de trabalho próprias da fase informacional, bem como da introdução ampliada dos computadores no processo produtivo e de serviços.



as prerrogativas liberais de caráter repressivo, incorporou algumas demandas da classe trabalhadora, transformando as reivindicações em leis que estabelecem melhorias tímidas e parciais nas condições de vida dos trabalhadores, sem atingir, portanto, o cerne da questão social.

As políticas sociais e a formatação de padrões de proteção social são desdobramentos e até mesmo respostas e formas de enfrentamento – em geral setorializadas e fragmentadas – às expressões multifacetadas da questão social no capitalismo, cujo fundamento se encontra nas relações de exploração do capital sobre o trabalho (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 51).

A dinâmica da monopolização<sup>46</sup> vai demandar intervenções extraeconômicas de redimensionamento do Estado para operar as condições necessárias à valorização do capital monopolista (NETTO, 2006). Nessa dinâmica, observa-se a integração orgânica entre os aparatos privativos e as instituições estatais, pois o “comitê executivo da burguesia” relaciona-se com a dominação de classe sob outra, cujo regime político – sustentado no poder do Estado – é subordinado às relações econômicas.

A refuncionalização do Estado no contexto da monopolização do capital pressupõe uma atuação agigantada, mediante a expansão e institucionalização do sistema de proteção social e dos direitos sociais, para a produção do *consenso*<sup>47</sup> e aceitação dos setores subalternos. Nessa linha argumentativa, podemos inferir que e a dinâmica e contradição do capitalismo monopolista são verificadas na medida em que conseguem permear as demandas das classes subalternas, ao passo que são reguladas pelas exigências de valorização do capital.

Nesse ordenamento econômico, as mazelas da questão social, antes tratadas como “caso de polícia” torna-se objeto de atuação sistemática do estado. Essa visibilidade da

---

<sup>46</sup> Esse chão histórico teve início no último quartel do século XIX, com a passagem do capitalismo concorrencial para o monopolista, no qual a estrutura moderna da indústria e as finanças reordenam a dinâmica capitalista e as instâncias sociais e políticas. Braverman argumenta que, ao mesmo tempo, tem-se a rápida consumação da colonização do mundo, as rivalidades internacionais e os conflitos armados pela divisão do globo em esferas de influência econômica ou hegemonia inauguraram a moderna era imperialista. Desse modo, o capitalismo monopolista, abrange o aumento de organizações monopolistas no seio de cada país, a internacionalização do capital, a divisão internacional do trabalho, o imperialismo, o mercado mundial e o movimento do capital, bem como as mudanças na estrutura do poder estatal (1986, p. 216).

<sup>47</sup> A abordagem gramsciana defende que a obtenção do consenso significa o processo de “consentimento e aceitação” de determinada classe. A classe dominante utiliza-se de uma estrutura ideológica calcada na manipulação, uso da força, alienação, da coerção/consenso social em busca de uma base socioinstitucional e direção política para conquista da hegemonia. Sua proposta contra-hegemônica envolve a correção de forças da classe subalternas para direcionar suas aspirações e demandas para uma atuação política com adesão ativa e não passiva da massa dos trabalhadores.

questão social é correlacionada com a legitimação política do movimento operário e pela consolidação do estado burguês.

Iamamoto (2001) assinala o significado da questão social<sup>48</sup> no marco da teoria social crítica, evidenciando a indissociável relação com as configurações assumidas pelo trabalho e situando-a em uma arena de disputas entre projetos societários, haja vista que a questão social é a base de exigência de políticas públicas.

Questão social é apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (IAMAMOTO, 2008, p. 27).

Ressaltamos que a questão social insere-se no movimento contraditório das relações sociais e da expansão do capital, envolvendo as refrações de desigualdade social e suas múltiplas representações cotidianas, a partir da dimensão histórica objetiva, ao passo que sinaliza os determinantes subjetivos e o conseqüente processo de conformismo e indignação, dado pelo significado que os/as sujeitos/as atribuem à vida social.

Com a crise conjuntural do capitalismo em meados da década de 70<sup>49</sup>, visualiza-se a adesão às prerrogativas neoliberais que propuseram a refuncionalização do Estado na sua relação com o capital e a sociedade. As alterações na economia constituíram terreno profícuo para repensar a atuação do Estado e do Capitalismo Democrático direcionado pelo pacto fordista-keynesiano, aproximando os países centrais das ideias neoliberais<sup>50</sup>.

No final da década de 70, por exemplo, os pressupostos neoliberais foram legitimados com a ascensão de governos conservadores de direita nas principais potências mundiais:

---

<sup>48</sup> Sendo assim, a questão social expressa o conjunto de desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização (IAMAMOTO, 2008, p. 160).

<sup>49</sup> A crise de 1970 pôs fim aos “anos dourados” do estado de bem-estar social, advindos do conjunto de mudanças de ordem econômica, social, política e cultural que impactaram de diferentes formas os Estados-Nações. A queda da taxa de lucros deve-se principalmente ao colapso financeiro quando os EUA desvincula o dólar do ouro e do choque dos petróleoos.

<sup>50</sup> Anderson (1995) pontua que o neoliberalismo surgiu após a II Guerra Mundial na região da Europa e da América do Norte, onde imperava o capitalismo, caracterizado como reação teórica e política contra o estado intervencionista de Bem Estar Social proposto pelo economista britânico John Maynard Keynes (1883-1946) após a Grande Depressão (1930).

Margareth Thatcher (1979), na Inglaterra, Ronald Reagan (1980), nos Estados Unidos, e Helmut Kohl, na Alemanha Ocidental (1982)

Assim, são proposições básicas das políticas neoliberais: 1) Estado forte para desmantelamento dos sindicatos e dos direitos sociais; 2) Estado escasso para gastos sociais e regulamentações econômicas; 3) Estabilidade monetária e controle da moeda; 4) Forte disciplina orçamentária, que envolva a contenção dos gastos sociais, a restauração da taxa “natural” de desemprego, bem como um conjunto de privatizações; e 5) Reforma fiscal, que diminua os impostos sobre os rendimentos altos (BEHRING, 2009).

A desconstrução do papel social do Estado, visto como adversário da eficiência econômica, objetivou a transferência do setor público para o privado, privatizando o patrimônio material e os serviços públicos. No Brasil, a incorporação do neoliberalismo e da hegemonia do capital financeiro é notada a partir da década de 90.

Essa aproximação rebate na execução dos direitos sociais inscritos na Constituição Federal de 1988, que já nascem privatizados, seguindo o receituário do Consenso de Washington<sup>51</sup>. O cenário de redemocratização do Brasil após 21 anos de Ditadura Militar no país redesenha a arquitetura institucional e da atuação do Estado no cenário brasileiro, por meio de um conjunto de proposições na arena política, social e econômica.

As bases materiais e subjetivas de sustentação das teses neoliberais produziram e interferiram nas formas de pensar e opinar, disputando hegemonia nos territórios. As teses previram reformas dos “sistemas de proteção social públicos, orientadas para a privatização, fragmentação, focalização da política social e criação de programas de emergência” (PEREIRA; STEIN, 2010, p. 110) anunciando medidas focais de combate à pobreza.

As autoras inferem que, mesmo que a tendência atual nas políticas sociais seja o rearranjo descritivo do conceito de universalidade (que desfigura a concepção do caráter eminentemente universal) e a superioridade democrática da focalização, devemos considerar que tais princípios (universalidade *versus* focalização) têm delineado o discurso, a prática e a trajetória das políticas sociais, principalmente nos países periféricos.

As incipientes e focalizadas políticas sociais, historicamente utilizadas como estratégia de enfrentamento às mazelas da questão social, deslocam-se para a esfera privada,

---

<sup>51</sup> O Consenso de Washington realizado em 1989, nos Estados Unidos construiu uma série de recomendações para o desenvolvimento das políticas neoliberais no continente latino-americano. O balanço dessas orientações foi realizado no Dissenso de Washington, que avaliou o andamento das reformas empreendidas pelas agências multilaterais e ratificou a orientação das propostas neoliberais para os países da América Latina.

reatualizando as práticas de filantropia e a benemerência. Ou seja, a programática de contrarreforma do estado transfere as respostas à questão social aos mecanismos reguladores do mercado e organizações privadas, que partilham com o estado a implementação de programas, políticas e projetos focalizados, imediatos, descentralizados e mediados pelo curto prazo.

Somada à escassa intervenção estatal no trato com o social, visualizamos o resgate da tendência a criminalizar e naturalizar a questão social, reciclando a noção de “classes perigosas” tratadas como “caso de polícia”, remontando à década de 30. Essa análise do estado não é especulativa: é aprofundada no contexto de militarização do Estado Penal e da criminalização das lutas políticas e sociais, lançando mão da coerção e repressão violenta para a dominação de classe (IAMAMOTO, 2012).

O descumprimento dos preceitos constitucionais do exercício da democracia é notório nas ações violentas de repressão policial em nível nacional, estadual e municipal. Para ilustrar, recuperamos o acionamento da missão de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) autorizada por meio de decreto pelo atual presidente Michel Temer (PMDB), que determina o emprego das Forças Armadas para coibir manifestações na Esplanada dos Ministérios contrárias ao governo, à reforma trabalhista e à previdência, em maio de 2017.

A repressão estatal<sup>52</sup> acirra as manifestações da questão social e articula-se com profundas alterações impostas à gestão e produção do trabalho diante do mercado oligopolizado no contexto de mundialização do capital e financeirização da economia, alterando a relação entre estado e sociedade.

Iamamoto (2001) pontua que a proposta de inspiração neoliberal é reduzir despesas, diminuir atendimentos, restringir meios financeiros, materiais e humanos. A Emenda Constitucional 95/2016<sup>53</sup> (PEC nº 55), conhecida popularmente como “PEC do Fim do Mundo”, de autoria do Presidente da República, insere-se nessa lógica ao instituir o Novo

---

<sup>52</sup> Salientamos que a ação violenta do Estado é direcionada a determinados grupos sociais que não se adequam ao modelo do “*sujeito universal*”. Nessa pesquisa iremos visibilizar a trajetória das pessoas trans, cuja experiência é marcada pela omissão e ação violenta do estado brasileiro, considerado o principal transgressor dos direitos humanos. Contudo, reconhecemos um contingente numérico de pessoas identificadas sob o signo das “minorias sociais” que são alvo de repressão e negligência estatal. Registramos a importância de alinhar a teoria crítica ao estudo da formação social brasileira que referenciamos anteriormente, cuja herança é marcada pelo colonialismo, escravismo e patriarcado, pois oferecem subsídios analíticos para interpretar a luta de classes, bem como a raiz desses fenômenos sociais.

<sup>53</sup> Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/2016/emendaconstitucional-95-15-dezembro-2016-784029-publicacaooriginal-151558-pl.html>> Acesso em 20 dez. 2016.

Regimento Fiscal, isto é, a contenção de gastos públicos por 20 anos, como alternativa para enfrentamento da crise no país, equilíbrio das contas públicas e crescimento econômico. Em outros termos, a “PEC do Teto dos Gastos Públicos” prevê a estagnação e o limite de investimento público em infraestrutura e nas políticas sociais, com destaque para a Educação, Assistência Social e Saúde – entre outras áreas –, por dois decênios, atingindo visceralmente os direitos sociais e políticos da classe trabalhadora.

Encontra-se aí a submissão do dever legal – atinentes aos direitos sociais inscritos na Constituição Federal – à disponibilidade de recursos públicos orçamentários.

Se por um lado, a inspiração neoliberal defende a contenção dos gastos públicos nas áreas sociais para equalizar os períodos de crise, por outro, o projeto em curso privilegia o gasto com o pagamento de juros e amortização da dívida.

Os reflexos da mundialização e dos ditames neoliberais na Política de Educação em curso no país é confrontada pela organização política dos trabalhadores e pelos interesses das classes dominantes, uma vez que no processo de conquista da hegemonia e da produção de consenso, a educação é um campo de luta privilegiado. Nessa perspectiva, a educação enseja disputas, pois é atravessada pelas alterações na esfera produtiva e pelas mudanças nas relações e condições de trabalho.

A acelerada expansão de processos produtivos alicerçados no desenvolvimento científico e tecnológico, particularmente no que se refere à maior automação e à reestruturação das formas de organização e gerência da produção, determinou, por um lado, a necessidade de uma formação mais qualificada dos trabalhadores, e por outro, a sua gradativa expulsão da esfera produtiva (ALMEIDA, 2000, p. 155).

A institucionalização da Política de Educação pelo estado configura-se como estratégia para assegurar a ampliação do metabolismo do capital, firmando condições necessárias à sua reprodução. O significado estratégico que marca a essência da política de educação no Brasil é aprofundado na medida em que:

[...] cumpre funções importantes nos processos de produção de consensos em tempos de crise de capital e de necessidade de recomposição das taxas de acumulação, particularmente em decorrência dos aportes conceituais, diagnósticos e investimentos capitaneados pelos organismos multilaterais, pelas conferências mundiais sobre educação e pela transposição da pedagogia empresarial para o campo educacional (CFESS, 2013, p. 20).

Almeida (2011) aponta que o projeto educacional no Brasil está submetido aos ditames dos organismos multilaterais<sup>54</sup>, com referência ao Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD), representando as agências de financiamento, como também os órgãos de cooperação técnica, como o Programa das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

O corolário da educação superior em tempos de crise estrutural do capital é a sua transformação em mercadoria<sup>55</sup> como outra qualquer. O pensamento marxiano é atestado no contexto de mundialização do capital, em que a mercadoria encobre as características do trabalho e oculta a relação social entre os trabalhos individuais dos produtores. “Através dessa dissimulação, os produtos do trabalho se tornam mercadoria, coisas sociais com propriedades e imperceptíveis aos sentidos” (MARX, 2005, p. 94).

Nota que a crise estrutural das universidades passa a ser acirrada nos anos 2000, a partir do aprofundamento da mercantilização da educação, da precarização e desregulamentação da força de trabalho e do avanço do conservadorismo na seara universitária.

A universidade formada segundo os imperativos do modelo fordista-taylorista acha-se numa profunda crise de identidade, porque o momento atual de reprodução do capital impõe a exigência da reconfiguração da força de trabalho segundo os imperativos toyotistas do trabalhador polivalente e multifuncional (SANTOS, 2013, p. 19).

Na reprodução ampliada do capital, a contrarreforma enceta um conjunto de medidas de caráter privatizante na educação superior, através de cursos pagos, investimentos nas universidades privadas, aumento de contratação de professores substitutos, novas modalidades de práticas educativas, insuficiência de verbas públicas e na precarização da infraestrutura das

<sup>54</sup> Recentemente, o Banco Mundial lançou o Relatório “Um ajuste justo: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil” que, entre outras propostas, orientava a cobrança de mensalidades nas universidades públicas do país, demandando a entrada da privatização interna nas universidades federais e estaduais. Disponível em: <<http://portal.andes.org.br/imprensa/noticias/imp-ult-1135871619.pdf>> Acesso em 12 jan. 2018.

<sup>55</sup> A mercadoria é forma elementar da riqueza, caracterizada como um objeto externo por suas propriedades e satisfação das necessidades humanas, se diretamente, como meio de subsistência (objeto de consumo) ou indiretamente como meio de produção. A mercadoria não depende da quantidade de trabalho empregada para obter suas qualidades úteis e pressupõe valor de uso e valor de troca, a partir do equivalente universal expresso na forma do dinheiro (MARX, 2005).

salas de aulas, ineficiência nas condições de acesso e permanência, múltiplas reformas educacionais, currículo desconectado com a realidade e influenciado pelas regras de mercado, burocracia em excesso, baixos salários e a concessão da exploração privada.

Com base nos elementos apresentados, lançaremos um olhar para as questões de acesso e permanência nas universidades. É fundamental apontar que a análise da permanência das pessoas nas Instituições de Ensino Superior (IES) requer a apreensão da relação entre a dimensão produtiva e reprodutiva, localizando a política de educação com um conjunto de mediações históricas e ontológicas que atravessam a sociabilidade capitalista. A ausência de tal compreensão pode incorrer em leituras mecânicas, rígidas, desconectadas da realidade social e desprovidas da totalidade.

### **1.3 A exclusão “da” e “na” educação superior: análise dos desafios da promoção do acesso e permanência nas IES.**

*“Aos bastardos, com carinho” (Marielle Franco)<sup>56</sup>*

O pano de fundo exposto anteriormente nos oferece balizas teóricas para refletir sobre os desafios do acesso e permanência em diferentes níveis e modalidades educacionais. A nova política educacional mascarada pela acessibilidade tem sido efetivada em termos quantitativos, focalizados e imediatos, que trazem resultados aparentes, a fim de adequar o sujeito ao modelo competitivo e à inserção rápida no mercado de trabalho.

As medidas oficiais atuaram drasticamente na macroestrutura do sistema universitário, apoiando a multiplicação de instituições de caráter privado e, por vezes, puramente mercantil, ocasionando o empobrecimento sensível da formação no plano informativo e crítico. A reforma expansionista não tem como eixo prioritário a qualidade de uma educação que dialogue com os interesses da classe trabalhadora, pois retira a autonomia das instituições de educação formal e passa a cumprir metas respaldadas pela porcentagem (BOSI, 1992).

Os dados do Censo de Educação Superior de 2014<sup>57</sup> divulgados pelo MEC e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), apontam que das

<sup>56</sup> Carta destinada aos estudantes bolsistas da PUC/RJ. Disponível em: <http://piaui.folha.uol.com.br/aos-bastardos-da-puc-com-carinho/> Acesso 05 Jul 2018.

<sup>57</sup> Disponível em: [http://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/censo\\_superior/resumo\\_tecnico/resumo\\_tecnico\\_censo\\_da\\_educacao\\_superior\\_2015.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/resumo_tecnico/resumo_tecnico_censo_da_educacao_superior_2015.pdf) > Acesso em 07 jul. 2018.

2.364 instituições de educação superior no Brasil, 2.069 são privadas, seguidas pelas IES estaduais (120), federais (107) e municipais (68).

No que tange à estrutura organizacional, 83,8% são faculdades, 8,2% de universidades, 6,3% de centros universitários e 1,7% de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) e Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET). A maior parte dos cursos de graduação presenciais está localizada na Região Sudeste (45,1%), sendo este um elemento a ser considerado quando elucidamos a região norte e as particularidades territoriais, econômicas, históricas e culturais dos estados considerados periféricos no cenário nacional.

Ao refletir sobre os dados, Celestino (2016) considera que a expansão da educação superior no Brasil vem sendo massivamente realizada pelas instituições privadas, prioritariamente com estruturas de faculdades que não tem a obrigatoriedade legal de desenvolver ações com articulação de atividade de ensino, pesquisa e extensão e por meio dos cursos oferecidos na modalidade de ensino à distância.

De acordo com o levantamento das informações dispostas no cadastro e-MEC de Instituições e Cursos de Educação Superior no Brasil, sistematizado por Celestino (2016), o Estado do Tocantins possui 122 IES localizadas em 24 cidades, dentre as quais 53 ofertam cursos presenciais e 77 cursos à distância.

Os dados indicam que o capital privado protagoniza a oferta da educação superior no Tocantins, acompanhando a terapêutica neoliberal da “democratização” nos demais estados da federação. A proliferação da “venda” dos cursos é mascarada pela possibilidade de acesso e acompanha os ajustes norteados pelas diretrizes dos organismos multilaterais, com a parceria da iniciativa privada e do terceiro setor.

As questões do acesso e permanência estão sedimentadas sob um quadro profundamente desigual da sociedade brasileira, pois desde o seu surgimento tardio, a universidade privilegia a formação das elites sociais. Por esse ângulo, a análise do acesso e permanência da população trans em sua particularidade implica a avaliação da expansão superior e seus impactos no acesso e permanência para as pessoas cisgêneras.

O próprio ingresso dos/as estudantes no ensino superior está subordinado a processos de seleção que foram se alterando e se diversificando ao longo dos anos. Atualmente, a



principal forma de acesso é realizada pelo Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM) que enfraqueceu os vestibulares tradicionais<sup>58</sup>.

De acordo com os dados divulgados pelo MEC, em 2016, o desempenho dos/as estudantes e das escolas no Enem deixa ainda mais evidente o abismo entre o ensino público e particular, tendo em vista que, das cem escolas com maiores notas apenas três são públicas. Salientamos, ainda, que essas únicas três escolas estão inseridas na rede federal<sup>59</sup>.

Gisi (2006) pontua que os processos atuais de seleção para a educação superior mascaram uma seleção socialmente existente, pois confere um poder simbólico a quem já tem um poder real, na medida que só escolhe os que já estão escolhidos, pois corporifica uma seleção que já ocorre na própria trajetória de vida do/a estudante. Por esse motivo que as questões envolvendo o acesso e permanência não podem restringir-se à entrada nos portões das universidades, pois está atrelada a um percurso anterior, que não envolve somente o cumprimento obrigatório da educação básica, mas as condições reais e objetivas de existência<sup>60</sup>.

Os conteúdos meritocráticos dos mecanismos de exclusão não operam somente no acesso às IES, mas nas próprias condições de permanência. Tratar desse conjunto de desigualdade requer considerar as discriminações históricas praticadas contra os sujeitos sociais excluídos das universidades e aliados do direito à educação. Na mesma proporção, é necessário reconhecer as lutas sociais travadas pelos Movimentos Sociais, sobretudo, pelas ações afirmativas no âmbito da universidade.

Em se tratando da permanência, faz-se necessário recuperar aspectos próprios da rotina universitária que podem ser sobrepostas com o turno, a eleição dos cursos, o período integral, a modalidade de ensino (presencial, semipresencial ou a distância), o caráter público ou privado, a inserção no estágio, as atividades extracurriculares, o grau acadêmico, o acesso ao material didático, as limitações concretas de locomover-se à universidade, o vínculo

---

<sup>58</sup> “[...] O vestibular consistiu numa prova criteriosa de aferição dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental e médio. Um concurso público que selecionava os mais aptos a ingressar nas universidades públicas e ou privadas. Esse exame de seleção foi utilizado no Brasil até 2009, quando o ministro da Educação, Fernando Haddad, apresentou a proposta de unificar o vestibular das universidades federais utilizando um novo modelo de prova – o ENEM” (HENRIQUES, 2017, p.153).

<sup>59</sup> A reportagem sinaliza que essa disparidade foi utilizada pelo governo para encaminhar a reforma atual do Ensino Médio. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/10/enem-mostra-desigualdade-entre-ensino-publico-e-privado.html>> Acesso em 05 jul. 2018.

<sup>60</sup> “As dificuldades de acesso e permanência na educação superior são consequências e não causa das desigualdades. À medida que se busca compreender tais dificuldades, vão se descortinando uma diversidade de fatores que em última instância revelam o lugar da educação no país desde a sua origem” (GISI, 2004, p. 14).

trabalhista, o respeito ao nome social, a focalização dos auxílios da política da assistência estudantil, o exercício da maternidade, entre outras. São questões que se inter-relacionam com as condições objetivas e subjetivas da vida dos/as universitário e repercutem no número reduzido de concluintes em relação aos egressos.

Nessa perspectiva, a plenitude do acesso – permanência e conclusão – estabelece relações com as dimensões da classe social, da raça/etnia e do gênero.

Os índices revelam maior presença das mulheres no ensino superior. Contudo, há de se considerar quais cursos, turnos e modalidades nos quais as mulheres, tanto na rede privada ou pública estão vinculadas. Gisi (2006) alerta que, embora com maior acesso ao ensino superior e com bom desempenho, elas não se orientam para as profissões mais rentáveis e consideradas com maior prestígio econômico, por exemplo. A esse processo soma-se a jornada de trabalho no ambiente doméstico, a subcontratação e a sub-remuneração que atinge mais mulheres que os homens.

Os estudos recentes sobre a mulher no mercado de trabalho revelam que elas precisam de uma vantagem de cinco anos de escolaridade para alcançar a mesma probabilidade dos homens para alcançar a mesma probabilidade dos homens para obter um emprego no setor formal. Para que as mulheres negras alcancem os mesmos padrões salariais das mulheres brancas com quatro anos a sete anos de estudos, elas precisam de mais quatro anos de instrução, ou seja, de oito a 11 anos de estudos. Essa é a igualdade de gênero e raça instituídas no mercado de trabalho e o retorno que as mulheres, sobretudo as negras, têm do seu esforço educacional (CARNEIRO, 2011, p. 101).

A presença da população negra ainda é minoria no ensino superior, ainda que os autodeclarados negros sejam maioria de representação percentual (54%) na sociedade brasileira, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), de 2014. As ações das políticas afirmativas e reservas de vagas não reverteram o quadro de exclusão histórica, tendo em vista que, de acordo com os dados do IBGE (2015), somente 12,8% dos estudantes (entre 18 e os 24 anos de idade) nas IES brasileiras são pretos e pardos. Essa desigualdade também é verificada na distribuição dos cursos superiores considerados mais seletivos e prestigiados na hierarquia social. Os indicadores refletem uma lacuna histórica de discriminação, genocídio, escravidão e segregação da população negra na sociedade brasileira.

Nessa esteira, reitera-se a necessidade histórica de maior investimento em políticas, não somente em termos de acesso, mas de permanência nas instituições universitárias para

assegurar uma efetiva inclusão desses estudantes, pois os obstáculos que atravessam o percurso acadêmico demonstram o seu caráter desigual.

Entretanto, não podemos tomar as questões de acesso e permanência apenas sob a dinâmica do capital, mas reconhecer e visibilizar a correlação de forças em constante disputa, principalmente quando remetemos à mobilização dos coletivos negros inseridos nas universidades e das ações do Movimento Negro para a legitimação das políticas afirmativas e de inclusão social.

Não podemos deixar de mencionar as experiências dos pré-vestibulares comunitários como um dos instrumentos da luta em prol da democratização do ensino superior no Brasil, que se constituíram não somente como espaço de qualificação para os/as trabalhadores/as negros/as, mas para a resistência e reivindicação em torno de uma militância e da identidade negra, direcionando-se para a formação crítica das pautas históricas que envolvem as questões do trabalho, educação e raça (HENRIQUES, 2017). A autora destaca que a realização dessas ações pelos movimentos negros foi fulcral para o fomento das ações afirmativas e visibilidade das questões raciais no país.

As chamadas “políticas reparativas” passam a ser reconhecidas pelo Estado, notadamente, a partir dos anos 2000, com determinadas ações voltadas a educação superior, estabelecendo novas dinâmicas no que tange ao acesso e à permanência no país.

Nos anos que se seguem, é observado que o Estado passa a utilizar e a incorporar a noção de ‘ação afirmativa’ como princípio para o enfrentamento a questão social. O tema passa a compor os debates sobre cidadania, direitos e inclusão como possível canal de acesso à mobilidade social para os grupos historicamente excluídos. [...] ainda que de fato se materializem possibilidades mais democráticas de acesso à universidade pública para alguns segmentos da população, percebemos que somente essa medida não é capaz de produzir uma transformação na lógica dessas instituições, de forma a atenuar os mecanismos de conservação social que lhes são característicos e que acaba por promover um processo de exclusão que não pode ser ignorado (MAGALHÃES; MENEZES, 2015, p. 46).

Em 2012, temos a publicação da Lei nº 12/711<sup>61</sup>, conhecida popularmente como a “Lei das Cotas”, que combinam as cotas raciais com as questões socioeconômicas para a obrigatoriedade da democratização do ensino superior, resultado de mais de duas décadas de organização do Movimento Negro.

---

<sup>61</sup> A lei nº 12/711 de 2012 dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm)> Acesso 07 jul. 2018.

Sueli Carneiro (2011) aponta que a reivindicação das cotas e políticas de ações afirmativas pelo Movimento Negro representa a sua confirmação como sujeito de direitos, consciente de sua condição de credor social de uma país que promoveu a acumulação primitiva de capital a partir da exploração massiva do trabalho escravo. Ao longo desse período histórico, Carneiro (2011) enfatiza que o Brasil não ofereceu políticas de reparação aos negros na abolição e permanece lhe negando integração social por meio das múltiplas formas de exclusão racial, das quais o não acesso à educação é uma das mais perversas.

Baseadas no levantamento realizado pelo Grupo Estratégico de Análise da Educação Superior no Brasil (GEEMA), Magalhães e Menezes (2015) pontuam que antes da sanção da lei, 18 das 59 universidades federais não possuíam qualquer programa direcionado às ações afirmativas para acesso aos cursos de graduação.

A lei resguarda 50% das vagas em cada concurso seletivo (por curso e turno) para ingresso nos cursos de graduação das IES vinculadas ao MEC para estudantes que cursaram integralmente o ensino médio em escolas públicas. No preenchimento dessas vagas, 50% destina-se aos estudantes oriundos de família com renda *per capita* igual ou inferior a 1,5 salários mínimos. Em seu artigo 3º, a lei prevê que essas vagas devem ser preenchidas por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, segundo o percentual de cada unidade da federação.

Em relação à permanência, há que destacar o lançamento do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)<sup>62</sup>, por meio do Decreto 7.239/2010, que tem por finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal, por meio da democratização das condições de permanência, da minimização dos efeitos das desigualdades sociais e regionais e da conclusão da educação superior, da redução das taxas de retenção e evasão e da contribuição para a promoção da inclusão social pela educação. Os princípios norteadores do PNAES são direcionados prioritariamente aos estudantes oriundos da rede pública e com renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio, que não tem condições de assegurar sua permanência na universidade (BRASIL, 2010).

Com efeito, o PNAES tem fortalecido o sistema de cotas no âmbito da universidade, pois para muitos/as estudantes, a emergência das ações afirmativas associado as condições de

---

<sup>62</sup> As ações de assistência estudantil do PNAES deverão ser desenvolvidas nas seguintes áreas: a) moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultural, esporte, creche, apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem dos/as estudantes com deficiência, transtorno globais de desenvolvimento, altas habilidades e superdotação. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm)> Acesso 07 Jul 2018> Acesso 07 jul. 2018.

permanência são fundamentais para a objetivação e inserção concreta nas instituições públicas de ensino superior. Mongin (2015) acentua que o projeto de ingressar na universidade é construído, na maioria das vezes, de forma não naturalizada, pois ocorre mais especificamente em processos denominados de “socialização secundária”, a partir da interação com diferenciados agentes de mediação social posicionados em quadros institucionais que ultrapassam os limites das redes de relações familiares.

A relação entre educação e o mundo do trabalho dos jovens e adultos da classe trabalhadora, em que consta uma parcela considerável da população negra, ocorre de forma contrária, pois é a inserção no trabalho, bem como as dificuldades decorrentes dessa relação que geralmente fomenta o retorno ao ambiente educacional, justamente, para reinserir ou permanecer no mercado de trabalho. Por esse motivo que a luta para acessar e permanecer no ensino superior diz respeito a ampliação das chances de inserção e permanência no mercado de trabalho (HENRIQUES, 2017).

Ao analisar o contexto histórico e político da implementação do PROUNI (Programa Universidade para Todos) percebemos a intencionalidade em promover uma expansão rápida das matrículas no ensino superior, através de uma política que não implicasse ampliação dos gastos federais, portanto, de baixo custo, segundo um dos eixos da reforma do ensino superior no primeiro mandato (2003-2006) de Luiz Inácio Lula da Silva.

A criação do PROUNI pelo MEC no ano de 2004<sup>63</sup> concede bolsas de estudos de 50% a 100% para estudantes de baixa renda nas instituições privadas de ensino superior que I) tenham cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou II) em instituições privadas na condição de bolsistas integrais; III) a estudante com deficiência; e IV) a professor da rede pública de ensino destinados à formação do magistério da educação básica, independentemente da renda (BRASIL, 2015).

Conforme Marques (2015), o PROUNI configurou-se em uma engenhosa construção que desde o primeiro ano da sua implantação recebeu apoio de diversos setores da sociedade que acreditaram na possibilidade de democratização do acesso à educação superior e de inclusão social. Por outro lado, a autora ressalta que o PROUNI recebeu críticas de vários segmentos, e que, dentre outros aspectos, apontavam que o programa representava uma

---

<sup>63</sup> Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2005/lei-11096-13-janeiro-2005-535381-normaatuizada-pl.html>> Acesso em 07 jul. 2018.

manobra do Executivo para favorecer as instituições de educação privada, mediante a isenção tributária.

Ao considerar a repercussão do acentuado crescimento das IES privadas, essa mesma autora identifica um conjunto de medidas adotadas pelo governo federal nos anos subsequentes ao PROUNI, que também visava a ampliação das vagas nas instituições públicas de ensino, tais como a interiorização dos *campi*, por meio do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), a valorização dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) e a implantação da Universidade Aberta do Brasil. Nesse período, temos a implantação de outros mecanismos para o fortalecimento das políticas de educação superior no Brasil, tais como o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), o Sistema de Seleção Unificada (SISU), a Reestruturação do Fundo de Financiamento (FIES) e da Lei das Cotas apresentada anteriormente (MARQUES, 2015).

As políticas afirmativas representam mudanças significativas no sistema educacional brasileiro. Não obstante, as condições de acesso, permanência e de formação acadêmica estão distantes de promover uma efetiva universalização dos direitos à educação, principalmente na quadra histórica de contenção dos gastos públicos impulsionada pelo receituário neoliberal.

Com base nessas aproximações iniciais, no próximo capítulo refletiremos sobre o nome social e o uso autorreferido dos banheiros para as pessoas trans, tendo em vista que a ausência desses dispositivos relacionam-se com a negação de direitos fundamentais a determinada parcela da população, que geralmente não ocupa a universidade.

## 2 POLÍTICAS LGBT, A POPULAÇÃO TRANS E O CASO DO TOCANTINS

O problema não é inventar.  
É ser inventado hora após hora  
E nunca ficar pronta  
Nossa edição convincente.

(Carlos Drummond de Andrade).

Nesse capítulo, contextualizaremos as políticas sociais incidentes no âmbito da educação para a população LGBT, no intuito de aproximarmos-nos dos desafios que atravessam o acesso e permanência das pessoas trans ao ensino superior, a partir da eleição de dois dispositivos centrais: o nome social e o uso autorreferido dos banheiros.

A discussão será intercalada com as concepções de gênero difundidas no interior do pensamento feminista e a aproximação teórica com o Serviço Social. Com efeito da análise de conjuntura, apresentaremos o cenário sócio-histórico, econômico e político do estado do Tocantins.

## 2.1 A educação nas trincheiras do debate de gênero

O século XX caracterizou-se por uma reconfiguração dinâmica da ordem econômica, social, cultural, religiosa, demográfica, política e tecnológica, incidindo nas dimensões de gênero e sexualidade. Os fatores para alterações dessas relações no contexto brasileiro são múltiplos e complexos e diferenciam-se dos países centrais.

O pensamento feminista que influencia esse conjunto de alterações, auxilia-nos nas compreensões de gênero e sexualidade desenvolvidas no presente trabalho. Entretanto, é necessário pontuar que o feminismo não representa um todo unificado. Sua trajetória é marcada por distintas clivagens em momentos específicos em relação às aproximações teóricas e práticas políticas, constituindo um movimento diversificado em perspectivas, objetivos e conceituações, principalmente no que concerne ao debate de gênero.

Donna Haraway (2004) afirma que o conceito de gênero foi introduzido por Robert Stoller, psicanalista estadunidense, no Congresso Psicanalítico Internacional em Estocolmo, em 1963, ao tratar da identidade de gênero no quadro da distinção biologia/cultura, de tal modo que o sexo estava vinculado à biologia (hormônios, genes, sistema nervoso, morfologia) e gênero associado à cultura (psicologia, sociologia).

Seu desenvolvimento ocorreu no interior da antropologia e do feminismo acadêmico no marco da “segunda onda do feminismo” para entender o modo como as distinções legitimadas culturalmente interferem e determinam a desigualdade assimétrica entre homens e mulheres. Isso ocorre precisamente para desmontar o duplo procedimento de naturalização mediante o qual as diferenças que se atribuem a homens e mulheres são consideradas inatas, derivadas de distinções naturais, sendo as desigualdades percebidas como resultado dessas diferenças (PISCITELLI, 2008, p. 19).

Até os anos 60, quando o Movimento Feminista conquistou maior força reivindicatória, sexo e gênero estavam imbricados na categoria biológica científica. A partir de 70, o conceito de gênero adquiriu maior visibilidade nos estudos acadêmicos e maior problematização conceitual, principalmente no tocante às relações binárias (homem/mulher) e dimensão cultural (gênero) e natureza (sexo). Naquele momento, ocorreu a difusão massiva do conceito de gênero como construção social sobre um sexo biológico, este, tido como natural e imutável.



Em meados da década de 1980, preponderaram os questionamentos ao pressuposto da distinção entre sexo e gênero. Os principais aspectos problematizados dirigiam-se à universalidade atribuída a essa distinção e a fixidez que sexo/gênero conferia às identidades de gênero, ao formular a existência de uma base biológica que dividia a humanidade em dois sexos (PISCITELLI, 2008). Essas correntes feministas questionavam a resistência em pautar gênero para além da construção social no corpo biológico e de desvincular gênero da genitália.

De acordo com Piscitelli (2008), as primeiras formulações foram pensadas como alternativas para o conceito do patriarcado<sup>64</sup>, concebido como um sistema fixo de dominação masculina, cujo caráter trans-histórico unificava a categoria mulher. Na década de 80, essa estreiteza do patriarcado que se sobrepõem às diferenciações de classe, raça e localidade foram contestadas por intensas reivindicações no interior do Movimento Feminista, especialmente das feministas negras e do terceiro mundo, em oposição à uniformidade das opressões tuteladas do patriarcado.

Foi naquele contexto que a interseccionalidade ganhou centralidade teórico-política no pensamento feminista. A ocorrência da interseccionalidade nos estudos de gênero é devedora da contribuição das feministas negras norte-americanas. As estudiosas que apontam para essa direção iam na combinação e sobreposição das formas da desigualdade, mas na capacidade de agenciamento, que confrontava a denúncia com a superação.

Piscitelli (2008) situa a emergência do conceito de interseccionalidade e/ou articulação no marco do pensamento feminista, evidenciando as conotações distintas no que diz respeito à conceitualização das diferenças, das maneiras como o poder opera e das margens de agência<sup>65</sup>. Por esse ângulo, a interseccionalidade é compreendida como uma ferramenta analítica e política para a apreensão da articulação das desigualdades e diferenças,

---

<sup>64</sup> Segundo Piscitelli (2009, p. 32), o patriarcado é um sistema social no qual a diferença sexual serve como base da opressão e da subordinação da mulher pelo homem. Inicialmente, o termo refere-se aos patriarcas do Velho Testamento, cuja estrutura familiar baseava no poder paterno absoluto sobre as mulheres. Em seguida, “patriarcado” foi utilizado por Engels (1820-1895) e, posteriormente, por teóricas do feminismo para outros contextos históricos baseados na hierarquia e controle das capacidades reprodutivas e sexuais da mulher. A autora enfatiza que a denúncia do patriarcado serviu de instrumento político fundamental na luta feminista na década de 60. No entanto, o termo foi criticado por ser usado de forma indiscriminada e portar um viés genérico, como se definisse qualquer tipo de dominação masculina em diferentes contextos e épocas.

<sup>65</sup> Essas abordagens divergem também em termos de margens de agência concedidas aos sujeitos, isto é, às possibilidades no que se refere à capacidade de agir, mediada cultural e socialmente (PISCITELLI, 2008, p. 267).

entendendo-as “em sentido amplo para dar cabida às interações entre possíveis diferenças presentes em contextos específicos” (PISCITELLI, 2008, p. 266).

No entanto, a incorporação de outras diferenças no seio do debate de gênero é atravessada por determinadas correntes feministas - principalmente a consubstancialidade<sup>66</sup> -, que defendem que dar peso a elas resulta na fragmentação da identidade coletiva das mulheres.

Hirata (2014) acentua que o termo “interseccionalidade” foi utilizado pela primeira vez no texto da jurista afro-americana e feminista Kimberlé W. Crenshaw, em 1989, para designar a interdependência das relações de poder, de raça, classe e sexo. Sua origem remonta ao movimento intitulado Black Feminista, no final da década de 1970, e alastra-se com ampla repercussão na segunda metade dos anos 2000, cuja crítica rebate na compreensão da “mulher” universal do feminismo branco, classe média e heteronormativo.

Para fins didáticos, a autora retomou o caso descrito por Crenshaw de um contencioso jurídico na fábrica automobilística da General Motors (GM), nos EUA, em que o tribunal desagregou e recusou a acusação de discriminação racial e de gênero por parte de uma mulher afro-americana, afirmando que a GM recruta afro-americanos para trabalhar no chão de fábrica e que também recruta mulheres. Contudo, o que Crenshaw sublinha é que os empregados afro-americanos não eram mulheres e, tampouco, as mulheres recrutadas eram negras.

A conferência intitulada “A urgência da interseccionalidade” (2016)<sup>67</sup> protagonizada por Crenshaw retoma o surgimento desse conceito, por meio da figura de entrecruzamentos das opressões e formas de dominação. No intuito de resolver o enquadramento parcial e distorcido vivenciado pelas mulheres negras e exposto no parecer técnico-jurídico da GM, que considerava ora a discriminação racial, ora a discriminação de gênero, a estudiosa defende a urgência da interseccionalidade, principalmente para denunciar a violência policial sofrida pelas mulheres negras.

---

<sup>66</sup> Acerca dessa polêmica, Helena Hirata (2014) retoma brevemente a genealogia do debate feminista para ilustrar os aspectos centrais da interdependência das relações sociais de raça, de sexo e de classe manifestada nas divergências da interseccionalidade (cf. CRENSHAW, 1989) e da consubstancialidade (cf. KERGOAT, 2009).

<sup>67</sup> Disponível em:  
<[https://www.ted.com/talks/kimberle\\_crenshaw\\_the\\_urgency\\_of\\_intersectionality?language=pt-br#t-1108007](https://www.ted.com/talks/kimberle_crenshaw_the_urgency_of_intersectionality?language=pt-br#t-1108007)>  
Acesso em 04 jan. 2018.

A imagem que ela oferece é a de diversas avenidas em cada uma das quais circula um desses eixos de opressão. Em certos lugares, as avenidas se cruzam, e a mulher que se encontra no entrecruzamento tem que enfrentar simultaneamente os fluxos que confluem, oprimindo-a” (PISCITELLI, 2008, p. 267).

A leitura sistêmica<sup>68</sup> adotada por Kimberlé Crenshaw, nas palavras de Piscitelli (2008), compreende a interseccionalidade como formas de capturar as consequências de interação entre duas ou mais formas de subordinação, possibilitando superar a noção de superposição de opressões.

Em seguida, Piscitelli (2008) apresenta as abordagens construcionistas de Anne Mckintick e Avta Brah, que destacam os aspectos dinâmicos e relacionais da identidade social. Essas estudiosas reiteram a noção de poder em Gramsci em torno da hegemonia, bem como o trabalho em torno da articulação. Ao contrário da linha sistemática, essa abordagem delimita as distinções entre diferença e discriminação, bem como diferença e desigualdade. Além disso, observa-se a possibilidade de recursos que possibilitam a ação e a resistência, ao contrário da linha sistemática que, embora a agência não seja negada aos sujeitos, esses são compreendidos como carentes de agência.

De acordo com Simões (2014), o principal desafio no marco analítico da interseccionalidade é o de combinar a atenção às sobredeterminações estruturais de eixos classificatórios com o esforço de compreender as experiências que entrelaçam as diferenças, sem sacrificar a possibilidade de agência.

Em relação ao marco legislativo, a concepção de gênero somente se insere no plano das políticas públicas na década de 90. Sônia Corrêa (2011) sinaliza que, no âmbito internacional, um momento marcante dessa inflexão foi a Conferência Internacional de População e Desenvolvimento (1993-1994)<sup>69</sup>, constituindo o primeiro texto resultante de uma negociação intergovernamental das Organizações das Nações Unidas (ONU) a adotar o termo

---

<sup>68</sup> Piscitelli (2008) argumenta que essa linha sistemática decorre da fragilidade em fundir diferença com desigualdade. Ademais, o poder não é tratado como uma relação, mas como uma propriedade no qual uns possuem outros não.

<sup>69</sup> A Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento das Nações Unidas (CIPD) foi realizada no Cairo, Egito, de 5 a 13 de setembro de 1994. A CIPD caracterizou o primeiro encontro global em que os diferentes aspectos da vida humana foram discutidos, incluindo um programa de ação dos direitos reprodutivos e direitos sexuais, reafirmando a importância das relações igualitárias de gênero, acesso à educação, eliminação da violência contra as mulheres, além de temáticas relativas à população e proteção do meio ambiente. O Relatório Final da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento das Nações Unidas (CIPD) está disponível no link: <<http://www.unfpa.org.br/Arquivos/relatorio-cairo.pdf>> Acesso em 13 jan. 2018.

gênero. A partir daí o termo é propagado e absorvido pelos vocabulários nacionais de política pública, principalmente ao referir-se à categoria mulher.

Não obstante, esse processo não ocorreu de forma pacífica e tornou-se objeto de discursos conservadores, regimentados por doutrinas religiosas e/ou discursos científicos, que desaprovaram a inclusão da perspectiva de gênero no documento em negociação (IBIDEM, 2011). Essa inflexão acarretou cautela institucional, principalmente na ONU, que até então resiste em comportar a sexualidade nas concepções de gênero.

A rigidez do conceito de gênero passa a ser contestada pelos estudos *queer*<sup>70</sup>, advindos do ativismo político e acadêmico, que reflete acerca da masculinidade (s) e feminilidade (s) (articuladas/os com outras diferenças), interrogando a binaridade de gênero.

As críticas centrais dos estudos *queer* remetem às limitações das políticas identitárias/afirmativas pela compreensão de que ela produziu a divisão de pessoas oprimidas; denuncia a mercantilização da cultura gay, ou seja, “o público gay consumidor que compra sua aceitação através do consumo de bens”, crítica ao modelo binário de dois gêneros (masculino e feminino), compreensão única da forma de vivenciar a sexualidade, a recusa da coerência entre a materialidade do corpo e do gênero, bem como da sequência do desejo e da prática sexual, a defesa da construção do corpo e do sexo e as críticas à categoria mulher (COLLING, 2012).

Pauta-se na defesa de uma desmontagem de todo tipo de identidade que oprima as singularidades humanas que não se encaixam, ou seja, que não são/estão “adequadas” ou “corretas” no cenário da bipolaridade, no qual acostumamo-nos a entender as relações entre pessoas concretas (TIBURI, 2014, p. 22).

Butler (2003) aponta os traços essencialistas presentes nas concepções feministas que concebem o sexo como uma realidade biológica fixada (invariável) no corpo material<sup>71</sup>, sobre o qual o gênero, compreendido como inscrição sociocultural do masculino/feminino tem inserção. “O sexo era tomado como natural no sentido de ser um destino que acabaria por

---

<sup>70</sup> Segundo Leandro Colling (2012), não existe na Língua Portuguesa nenhuma palavra que dê conta do significado da palavra *queer*. A proposta dos estudos *queer* advém do ensejo de positivar o negativo, visto que no contexto estadunidense, está associado ao insulto aos homossexuais.

<sup>71</sup> Ao recuperar pesquisas antropológicas que mostram que em algumas culturas não existe a ênfase às diferenças biológicas entre homens e mulheres ou não o fazem - sob a metáfora do domínio da cultura sobre a natureza - como nas culturas ocidentais modernas, Almeida (2011) aponta para o desafio de superar concepções universalistas sobre a fixidez do corpo com o recurso de desvendá-las como narrativas culturalmente e historicamente situadas.

fundar o gênero. O sexo era a verdade da natureza, como muitos ainda pensam no âmbito do senso comum” (TIBURI, 2014, p. 22).

As diferenças sexuais binárias, mesmo não determinando, fundamentam a categoria gênero, tornando-se recorrente a ideia de que o corpo sexuado é uma base de onde se ergue o edifício do gênero concebido como uma categoria cultural em oposição à outra, natural (ALMEIDA, 2011, p. 19).

Carla Almeida (2011) examina a perspectiva que considera gênero como construção social, tomando o corpo como a base sobre a qual se erguem as elaborações da verdade sobre o ser humano. A autora indaga o fundamento biológico como fio condutor para o construtivismo social, no qual o sexo é quase o paradigma da cientificidade e base sólida do fundamento do gênero.

Nesse aspecto, na compreensão de Butler, o gênero é apontado como a contínua estilização do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de um quadro regulatório altamente rígido, que se cristaliza ao longo do tempo para produzir a aparência de uma substância, a aparência de uma maneira natural de ser. Segundo a autora, a construção de tornar-se um sujeito feminino ou masculino nunca se completa, não é algo que somos, mas algo que fazemos, produzindo a nomeação do corpo por meio de discursos generificados (LOURO, 2014).

Essas apreensões são elementares para a reflexão sobre a vivência das pessoas cis e trans, tendo em vista que as repetições das normas de gênero ocorrem continuamente e perpassam diferentes instituições; ao passo que é pensada e propagada nos limites da matriz heterossexual. Nesse processo performativo do gênero, existem divergências e insurgências que podem ressignificar os aspectos de gênero e sexualidade, cujo padrão de “normalidade” implica em danos simbólicos, físicos, morais, patrimoniais e sociais.

A seguir, faremos aproximações com a questão das hierarquias sexuais e de gênero disseminadas na universidade, tendo em vista que esse espaço apresenta-se hostil aos indivíduos que vivenciam a plasticidade das normas de gênero inscritas em seus corpos, acarretando a inacessibilidade e a dificuldade de permanência nas instituições educacionais. A distância entre esses sujeitos e os centros universitários relaciona-se com as múltiplas violências e com a intolerância que torna esse ambiente perigoso às identidades que não se encaixam nas estruturas rígidas do gênero e da sexualidade.

Por outro lado, a presença desses sujeitos que confrontam a heteronormatividade também provoca a rotina da universidade, engendrando desconfortos não somente no plano epistemológico, mas na vivência cotidiana.

Posto a contribuição do movimento feminista no alargamento dos direitos civis, cabe ressaltar o debate da epistemologia feminista na produção do conhecimento, haja vista que ao longo da história, as feministas polemizaram a conotação misógina, heteronormativa e cissexista do conhecimento científico. Nesse aspecto, é necessário refletir sobre quais sujeitos estão produzindo conhecimento na órbita da universidade<sup>72</sup>. Quais temáticas são tidas como relevantes ao rigor acadêmico? As quais perspectivas filiam-se? De que forma os outros saberes são qualificados? Em face desses questionamentos, iremos refletir sobre a fundamentação teórica das temáticas de gênero e sexualidade para o Serviço Social.

## 2.2 Gênero e Sexualidade na Educação: um diálogo para o Serviço Social

O cerceamento das ideias nos distintos níveis da política educacional fere o princípio do pluralismo de ensino e da liberdade política, com fins de manutenção do *status quo*, disseminando concepções discriminatórias e preconceituosas, figurada principalmente na suposta “ideologia de gênero e sexualidade”. Temos ainda, o modelo da educação defendida pela Escola sem Partido, que coaduna com aparatos meritocráticos, mercadológicos, classistas, racistas e patriarcais. A “Lei da Mordaza”, como é conhecida popularmente, foi impulsionada pelo Projeto Escola sem Partido (PL 193/2016; PL 1411/2015 e PL867/2015) que defende a censura ao pensamento crítico e reflexivo no espaço escolar com argumentos da suposta doutrinação ideológica e pretensa neutralidade do conhecimento.

Côrrea (2017) alerta que refletir sobre a ideologia de gênero<sup>73</sup> exige a construção e interpretação dos complexos trajetos que levam a negociações obscuras no subsolo da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1990, e as que se projetam para as eleições no

<sup>72</sup> De acordo com o Censo da Educação Superior de 2016, o grupo com maior representação na docência de pós-graduação é o de homens brancos com doutorado: são 13.198, o que representa 24%. Já as professoras brancas com a mesma escolaridade na docência da pós totalizam 19% do total, enquanto que as mulheres negras não chegam a nem 3% do quadro docente. Disponível em: <<http://www.generonumero.media/menos-de-3-entre-docentes-doutoras-negras-desafiam-racismo-na-academia/>> Acesso em 11 jul. 2018.

<sup>73</sup> No vídeo “Ideologia de Gênero: rastros perdidos e pontos cegos” do Seminário Gênero Ameaça(N)do, que ocorreu na UERJ, em 2017, Sônia Côrrea resgata os bastidores das conferências internacionais, problematizando os pontos de inflexão que culminaram na cruzada anti-gênero pelo Vaticano e seus aliados. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=VWBJ6GX2Umo>> Acesso em 05 jan. 2018.

Brasil, em 2018. A cruzada da ideologia de gênero é um investimento de parte da Igreja Católica e do Movimento Pró-Família, articulada com a direita evangélica e absorvida pelo Estado Islâmico, gestadas nas altas esferas da política internacional e da elaboração teológica.

O investimento na “Ideologia de Gênero” desdobra em pautas globais que são sentidas de diferentes formas nos países. Na América Latina e no Brasil, temos alguns “pontos cegos” (CÔRREA, 2017), impulsionadas pelo furor da direita conservadora e fundamentalista, que passa a disputar a arena política e as instituições sociais, em nome da proteção da família nuclear e “natural”.

Essa campanha antigênero é visualizada na iniciativa dos legislativos de vários estados brasileiros que intensificaram a perseguição ao debate das diferenças e diversidade nos Planos Municipais e Estaduais de Educação, em que a bancada do dogmatismo religioso protagonizou iniciativas para a suspensão dos termos de “gênero” e “diversidade sexual” nos documentos. Além do furor evangélico que apregoou a defesa da família como pauta principal, a circulação da ideologia de gênero também é propagada por forças seculares neoliberais, conservadoras, científicas e religiosas. Numa moldura semântica, a caçada à ideologia de gênero abarca diferentes proposições, defesas políticas e vertentes ideológicas:

Cabem nela o direito ao aborto, as homossexualidades, os corpos trans, as famílias diversas, a educação em gênero e sexualidade, a transmissão do HIV, o trabalho sexual, uma cesta básica que pode ser facilmente ajustada às condições de cada contexto. Seus discursos constroem analogias insólitas entre feminismo, teoria queer e comunismo, uma estratégia que tem ecos em contextos onde esse espectro continua ativo, como no Brasil (CORREA, 2017, *on line*)<sup>74</sup>.

A intolerância ao debate de gênero que circula no país distrai a sociedade de problemas estruturais que deveriam permear a cena pública, como as questões da violência de gênero, feminicídio<sup>75</sup> e transfobia, que colocam o Brasil na posição do país que mais mata pessoas trans no mundo<sup>76</sup>. A discussão da violência geral e o significado das violências específicas são merecedores da nossa atenção, na medida em que é a partir da construção

<sup>74</sup> Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/ideologia-de-genero-rastros-e-significados/>> Acesso em 05 jan. 2018.

<sup>75</sup> A Lei 13.104/2015 qualifica o feminicídio como crime hediondo perpetrado contra a mulher em contextos marcados pela desigualdade de gênero.

<sup>76</sup> Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/nuh/2016/12/28/brasil-e-o-pais-que-mais-mata-travestis-e-transexuais-no-mundo/>> Acesso 09 jan. 2018.



social e da identificação de suas vítimas que estratégias políticas são desenhadas, serviços públicos são criados, rotinas são estabelecidas, estatísticas criminais e de saúde são constituídas e divulgadas (CARRARA; VIANNA, 2006).

Nesse sentido, enfatizamos que a suposta ideologia de gênero é uma expressão advinda do dogmatismo religioso e é, em si, um preconceito no qual a ideologia é o pensamento obtuso dos dogmáticos sobre o tema, ou seja, “trata-se de uma INTERPRETAÇÃO, EQUIVOCADA e CONFUSA (*sic*), que não reflete o entendimento de Gênero" (FURLANI, 2016, p. 09).

A proibição de conteúdos relacionados à gênero e a sexualidade interfere diretamente na promoção do acesso e permanência de determinados sujeitos que constroem suas experiências identitárias em avesso ao sexo biológico nas instituições de educação, tendo em vista que o âmbito educacional é um dos primeiros dispositivos de conformidade e uniformidade em torno da “masculinidade e feminilidade” adequadas.

As significações biomédicas, o cunho religioso e os valores morais legitimam o paradigma do “sujeito de direito por excelência”<sup>77</sup>, regulando o espaço educacional a partir de normativas sexistas, racistas e homolesbotransfóbicas que negam a cidadania de negros/as, mulheres e da população LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais)<sup>78</sup>.

A heteronormatividade é apresentada como norma regulatória, impossibilitando a vivência fora dos seus marcos, a partir da sequência lógica do sexo-gênero-desejo, sustentada por vários discursos e instituições para marginalizar e perseguir as orientações sexuais e identidades de gênero, cuja existência questionam os modelos de vida não heterossexuais (BENTO, 2008).

Rosa Oliveira e Debora Diniz (2013) complementam que a heteronormatividade atuam não apenas sobre heterossexuais, bio-homens e biomulheres, mas sobre todas as pessoas sob seu regime: em vez de ser vista como uma identidade construída e não natural, apresenta-se como um lugar de prestígio, uma posição de poder não nomeada, um lugar confortável de onde se pretende identificar e excluir os que serão considerados outros.

---

<sup>77</sup> O sujeito de direito por excelência é Homem, Cisgênero, Heterossexual, Branco. Carrara (2009, p. 15) enfatiza que, em torno dele, constrói-se todo um universo de diferenças desvalorizadas, de subcidadãos e subcidadãs.

<sup>78</sup> Na 1º Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais realizada em Brasília-DF, em 2008, o movimento social junto ao governo deliberou pela mudança da sigla GLBT para LGBT, sob o argumento de maior visibilidade às mulheres lésbicas, historicamente silenciadas no Movimento de Diversidade Sexual e de Gênero, padronizando a nomenclatura utilizada no resto do mundo.



Paralelamente a heteronormatividade, temos a prática do cissexismo que, segundo Jesus (2012), relaciona-se à uma ideologia resultante do binarismo ou dimorfismo sexual que se fundamenta na crença de que as características biológicas do sexo correspondem às características sociais relacionadas ao gênero. Sob uma ótica vigilante, o cissexismo estigmatiza as práticas sociais das pessoas cujas experiências subvertem os desígnios do sexo atribuído desde o nascimento.

Dumaresq (2014)<sup>79</sup> critica a “cisgeneridade” a partir dos jogos de linguagem dos quais as palavras participam, tomando seus usos em discursos das/os notáveis pessoas trans envolvidas no debate de gênero, destacando a alteridade entre “cisgêneros” e “transgêneros”. Sob esse aspecto, a autora evidencia que não se trata apenas de uma distinção classificatória, pois diz respeito à norma, em que as pessoas trans são definidas. Por isso, a necessidade de avançarmos nas reflexões acerca da cisgêneridade, tendo em vista, sua associação com uma condição natural, essencial e padrão por meio de uma hierarquia superiorizada, que não é passível de uma análise patologizante, tampouco precisa ter seu gênero legitimado. “Esta é a explicação de como e por que o termo cisgênero consegue vestir as mais diferentes roupagens definitórias sem perder seu sentido histórico e semântico para as pessoas trans” (DUMARESQ, 2014, s/p).

No ambiente educacional, a discussão de gênero e sexualidade no currículo encontra-se reduzida às áreas das ciências biológicas e as pontuais Semanas de Saúde, como “espaço autorizado”. Essa direção escapa a possibilidades de evidenciar o respeito à expressão/identidade, ao desejo e prazer como algo positivo, reduzindo ao debate médico biologista de transmissão e prevenção da DST/AIDS e gravidez na adolescência.

O panorama é sustentado pela escassez de pesquisas sobre direitos e opressão à população LGBT, contribuindo potencialmente para o cenário de ausência de direitos, em nome das hierarquias sexuais e de gênero. O cenário de assujeitamentos relaciona-se com os discursos medicalizantes, repressivos e conservadores, influenciados pela intolerância religiosa e essencialista, que asseguram a exclusão de sujeitos considerados/as *abjeto*:

[...] essa matriz excludente pela qual os sujeitos são formados exige, pois, a produção simultânea de um domínio de seres abjetos, aqueles que ainda não são ‘sujeitos’, mas que formam o exterior constitutivo relativamente ao domínio do sujeito. O abjeto designa precisamente as zonas ‘inóspitas’ e ‘inabitáveis’ da vida social, que são, não obstante, densamente povoadas por aqueles que não gozam do

<sup>79</sup> Cf. “O Cisgênero existe”, de autoria de Leila Dumaresq (2014).

status de sujeito, mas cujo habitar sob o signo do 'inabitável' é necessário para que o domínio do sujeito seja circunscrito (BUTLER, 2010, p. 155).

O corpo abjeto é imputado aos sujeitos que não se encaixam na estrutura binária que evocam a natureza e a fixidez do corpo “homem-mulher”. Tais sujeitos não são inteligíveis e não gozam de uma existência legítima, sendo entendidos como “não importantes” para a vida social.

A incipiência de produções no Serviço Social<sup>80</sup> em relação ao debate da diversidade sexual e identidade de gênero<sup>81</sup> revela a necessidade da inserção dos temas considerados transversais à categoria profissional. A pouca capilaridade nos espaços de formação compromete a própria percepção profissional dos rebatimentos de diferentes modalidades de preconceito e discriminação que se expressam nas relações sociais. E, conseqüentemente, na naturalização do preconceito e da invisibilidade das identidades de gênero e práticas afetivo-sexuais dissidentes do fundamento biológico. Isso significa que essa não é uma discussão que se inscreve apenas no aspecto ético-político da profissão, mas também no teórico-metodológico, constituindo como um elemento a ser enfrentado como parte do projeto profissional.

No que tange ao campo do Serviço Social, Carla Almeida (2011) convida-nos a refletir sobre as leituras de gênero que remetem às experiências socioculturais das diferentes classes sociais. O desafio é analisar as políticas sociais como árduo campo da conquista de direitos concomitante às contradições sociais, políticas e culturais produzidas, considerando, para tanto, os distintos investimentos narrativos em torno do gênero (ALMEIDA, 2011).

Nesse processo, verifica-se a difusão de um ideário que define as pesquisas que versam sobre gênero, raça e sexualidade como campo privilegiado da pós-modernidade, pela apropriação e produção sistemática de autores pós-estruturalistas e pós-coloniais. Todavia, o Serviço Social é capaz de forjar e apropriar-se dessas discussões, a partir do prisma da

---

<sup>80</sup> O Serviço Social é uma profissão de nível superior inscrita na divisão sociotécnica do trabalho, de caráter sociopolítico, interventivo e propositivo, requisitada por órgãos de natureza pública (direta ou indireta), instituições privadas, entidades e organizações populares. As normativas que dão materialidade à prática profissional do/a Assistente Social pauta-se na Lei 8.662/93, que regulamenta a profissão e estabelece suas competências e atribuições, os princípios e normas presentes no Código de Ética Profissional (sob o efeito da resolução CFESS nº 273, de 13 de março de 1993), as normativas do conjunto CFESS/CRESS, as legislações sociais e as diretrizes curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS (1996) destinadas aos cursos de graduação.

<sup>81</sup> Reconhecemos o esforço teórico-metodológico e ético-político de um conjunto de pesquisadores/as que tem visibilizado essas questões no âmbito do Serviço Social.

totalidade social, pois o aparato pós-moderno não oferece instrumentos e balizas teóricas para compreender as questões que estruturam a sociabilidade capitalista.

Ao refletir sobre as principais tendências de discussão acerca da transexualidade, Marinho e Almeida (2017) registram que a maioria das pesquisas 1) predominam no âmbito das ciências “psi” e nos estudos sobre saúde pública; 2) comumente expressa-se em abordagens socioantropológicas pelo caminho etnográfico da vivências de pessoas trans; 3) centra-se mais nas experiências de mulheres trans e travestis em detrimento das experiências de homens trans; 4) nem sempre aludem à dimensão de classe social, desconsiderando esses sujeitos frequentemente como classe trabalhadora.

Nessa linha argumentativa, Marinho (2017) atesta que apesar dos estudos socioantropológicos apresentarem contribuições científicas importantes, constata-se a ausência da centralidade da classe social, pois proliferam abordagens que se distanciam da base material em que o gênero e a sexualidade estão inseridas.

A juventude trans também integra a classe trabalhadora. Olhar para os processos de precarização da vida desses sujeitos apenas pelas opressões de gênero sem atenção à interseção delas com a classe social é, certamente, incorrer em análises sem o prisma da totalidade social na qual estão imersos (MARINHO; ALMEIDA, 2017, p. 77).

Esses fenômenos não são meramente questões ideoculturais da questão social, tampouco se localizam restritamente no debate do “culturalismo”, pois o capitalismo dependente estrutura-se nessas opressões e as utiliza para explorar mais e aprofundar ainda mais o processo de reprodução do capital<sup>82</sup>.

A discussão do capitalismo dependente é elementar em tal perspectiva, na medida em que a questão social nos países periféricos extrapola a pobreza e perpassa as opressões. O racismo estrutural, por exemplo, não pode ser negligenciado nas análises acerca da compreensão da questão social na formação sócio-históricas brasileira, tendo em vista que tivemos muito mais tempo de escravidão do que não escravidão. São mais de três séculos de escravidão no Brasil, em comparação a 127 anos de abolição, tendo sido este o último país das Américas a reconhecer o fim da escravidão: “em todas as esferas sociais, os/as negros/as e indígenas são as/os que mais aparecem em desvantagem socioeconômica e de representação em espaços de poder e decisão” (CFESS, 2016).

---

<sup>82</sup> Essa afirmativa baseia-se nas leituras de Fernandes (2009) e Marine (2000), bem como da aproximação com a Teoria Marxista da Dependência (TMD).

As violências raciais, sexistas e homofóbicas caracterizam-se como manifestações que se relacionam com a sociedade de classes e precisam ser devidamente problematizadas, ao passo que interferem na defesa intransigente dos direitos humanos. Substantiva a essa análise, é fundamental aproximar-se da categoria da totalidade social para compreender as determinações contemporâneas da questão social, tendo em vista que suas manifestações ocorrem na vida de indivíduos reais que possuem gênero, sexualidade, raça, classe social, localidade geográfica e condição física.

As categorias macroscópicas perdem validade quando não relacionadas às condições reais de existência, obstaculizando a teoria social que, para Marx, é elemento da práxis social e instrumento para a transformação social (IAMAMOTO, 2001).

Conseqüentemente, as relações de opressão que permeiam a experiência das pessoas trans são interseccionadas com a raça, classe, sexualidade, territorialidade, estética:

Isso significa que as relações de opressão a que estão submetidas consideram todas essas dimensões da diferença humana e que em seus corpos manifesta-se a própria questão social, expressando as desigualdades decorrentes da experiência com a pobreza, com o racismo, com a transfobia/cissexismo e com os padrões estéticos (FERREIRA, 2014, p. 99).

A eleição de determinadas categorias de forma isolada pode reforçar a estrutura classista, racista e sexista nas relações sociais, pois são elementos indissociáveis para uma luta unitária, considerando que gênero, raça e classe são estruturantes da sociabilidade, sobretudo pela conjuntura sócio-histórica do Brasil.

Além disso, as travestis latino-americanas, em especial as brasileiras, são profundamente sujeitadas a essa seleção por serem também amplamente consideradas sujeitas fora da norma - não somente da norma heterossexual e cisgênera como também em razão de suas classes sociais e raças/etnias - e frequentemente seus comportamentos e modos de vida são considerados potencialmente criminais (FERREIRA, 2014, p. 106).

Nessa perspectiva, Santos (2013) sinaliza que a sociabilidade capitalista fundamenta-se na reprodução contínua da desigualdade social e manifesta a incapacidade objetiva e subjetiva para o genuíno atendimento das necessidades humanas, revelando as tendências de a) homogeneizar estilos de vida à luz da individualidade burguesa; b) revelar-se indiferente à diversidade dos indivíduos até que estas indiquem a possibilidade de lucro e ampliação do mercado consumidor; c) somente reconhecer e valorizar as dimensões da diversidade humana

como resultado concreto da correlação de forças definido em processos de luta política; e d) operar na perspectiva de submeter às reivindicações muito mais à lógica da mercantilização do que ao exercício de direitos (SANTOS, 2013, p. 153).

Outros autores também associam a discussão das dissidências sexuais e de gênero à necessidade de o Serviço Social elaborar politicamente o enfrentamento de violações éticas:

A reflexão é fundamental para elaborar politicamente o enfrentamento das violações aos direitos humanos que acompanham a trajetória dos que transcendem os limites do binarismo fundado no processo de designação sexual pela aparência de órgãos genitais que acompanha (e, algumas vezes, precede) o nascimento (ALMEIDA, 2012, p. 514).

O direito à educação manifesta processos sociais e culturais mais amplos que suscitam o debate público em direção à igualdade real nas relações sociais e valorização da diversidade humana, sob a visão basilar dos Direitos Humanos, prioridade do Projeto Ético-Político do Serviço Social <sup>83</sup>.

Diante disso, a concepção da emancipação humana e política que fundamenta a educação defendida nesse estudo depende da garantia do respeito à diversidade humana, da defesa intransigente dos direitos humanos e sua afirmação incondicional, considerando a livre orientação e expressão sexual e o respeito à identidade/expressão de gênero, sem as quais não se viabiliza uma educação não sexista, não racista, não homofóbica/lesbofóbica/transfóbica (CFESS, 2013).

### **2.3 População LGBT e população trans: desafios para o acesso e permanência na educação**

O sistema educacional como aparato ideológico de perpetuação do metabolismo do capital sustenta formas de dominação e hierarquia social. Os mecanismos de regulação de

---

<sup>83</sup> O Projeto Ético Político Profissional é construído coletivamente e materializa-se pela produção de conhecimentos teóricos-metodológicos no interior do seio profissional, nas instâncias políticas organizativas da profissão e na dimensão jurídica política (BRAZ; TEIXEIRA, 2009), concretizado nas próprias ações profissionais cotidianas. Conforme Marcelo Bráz e Joaquina Barata Teixeira (2009), os elementos constitutivos do Projeto Ético Profissional materializa-se na explicitação de princípios e valores éticos- políticos, na matriz teórico- metodológica em que se ancora, na crítica radical à ordem social vigente –, a da sociedade do capital – que produz e reproduz a miséria ao mesmo tempo em que exhibe uma produção monumental de riquezas e na manifestação das lutas e posicionamentos políticos acumulados pela categoria através de suas formas coletivas de organização política em aliança com os setores mais progressistas da sociedade brasileira.

gênero e sexualidade são (re) produzidos e atualizados nas instituições universitárias – seara que historicamente assumiu a formação técnica e intelectual das elites.

O privilégio do acesso e permanências nessas instituições é difundido como mérito individual sustentado pelo poder racional e científico, que permeia a conformação do ambiente universitário. Ao lado de outros estabelecimentos de ensino, a universidade “participa da distribuição diferenciada e hierarquizante das posições sociais relacionadas à produção, utilização e legitimação dos saberes e formas de conhecimento” (NARDI et al. 2013, p. 180).

Nardi (et al. 2013) denuncia as práticas e discursos contraditórios conformados no ambiente universitário, que se manifesta tanto em momentos ritualizados quanto em situações corriqueiras. Os autores dialogam com a seara contraditória e paradoxal dos centros universitários que articulam o discurso oficial da racionalidade científica e do universalismo cidadão com as formas mais cotidianas e espetacularizadas da violência.

Nas práticas discriminatórias perpetradas na universidade, o gênero e a sexualidade ocupam lugar central e decorrem da naturalização do estigma e do preconceito em torno das hierarquias sociais. A categorização social é realizada pela norma regulatória do heterossexismo e do regramento binário de gênero como demarcações de fronteiras, no qual não se deve problematizar<sup>84</sup>, tampouco transgredir. A existência dos excluídos que são incluídos de outro modo na teia dessas relações perpassa as questões de permanência na universidade, transitando entre ocultamento, estigma e invisibilização.

Marinho e Almeida (2017) retomam as reflexões de Jurema Werneck para analisar a situação de invisibilização dos sujeitos trans, tendo em vista que a **invisibilidade** refere-se à negação ou pouca visibilidade de determinado segmento populacional, enquanto a **invisibilização** remete ao processo de exclusão não causal, praticado de forma deliberada no intuito de apagar vestígios de pessoas, grupos e iniciativas que abalam a estrutura capitalista.

---

<sup>84</sup> Ao longo da experiência de atuação no Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão “Sexualidade, Corporalidades e Direitos”, no âmbito da UFT, os/as estagiários foram inquiridos/as sobre as justificativas de estarem pautando as questões da identidade de gênero e diversidade sexual, a partir dos estudos gays e lésbicos. A empreitada de se desbravar e desenvolver atividades balizadas pelos direitos humanos, respeito à expressão de gênero e combate à homofobia nesse cenário, situava os próprios componentes de forma investigativa pela curiosidade e formação polêmica acerca da preferência sexual de cada uma e/ou sobre “por que” estarmos pesquisando esses fenômenos. Essa valiosa experiência está circunscrita no artigo “O protagonismo das/os estagiárias/os frente aos desafios das questões de gênero e sexualidade no universo acadêmico: a experiência no Núcleo de Estudos, Pesquisas e Extensão em Sexualidade, Corporalidades e Direitos”. Disponível em: <<https://nucleosexualidadeuft.files.wordpress.com/2014/02/gc3aanero-sexualidade-e-direitos-construindo-polc3adticas-de-enfrentamento-ao-sexismo-e-a-homofobia.pdf>> Acesso em 18 nov. 2017.

Os casos de violência durante os trotes são atualizados de forma distinta, a depender da particularidade socioinstitucional dos estabelecimentos universitários. Entretanto, tais ações não se caracterizam como experiências isoladas e excepcionais, tampouco representam a realidade de uma universidade específica. Em geral, as posturas institucionais optam por responsabilizar individualmente, ao invés de repensar as práticas pedagógicas e promover debates públicos e políticos.

A iniciativa da universidade reforça a perspectiva de que a solução está na punição e na responsabilização individual, ignorando a dimensão pedagógica do debate a respeito da conformação institucional dos preconceitos e das consequentes ações discriminatórias e violentas (NARDI, et al. 2013, p.189).

Nesse aspecto, as violências transfóbicas são vislumbradas como casos esporádicos e pontuais e não como um fenômeno alicerçado institucionalmente, ao passo que atomiza as práticas de preconceito de discriminação. Nesse sentido, a omissão das instituições indica a própria dificuldade em endossar o debate sobre gênero e sexualidade na arena pública, ao se negar incorporar o conjunto de saberes e conhecimentos que ela própria produz.

A pretensa naturalidade da pedagogia heteronormativa não legitima temas e discussões que contemplam outras possibilidades de exercício da sexualidade e fluidez dos gêneros, pois circunscreve a matriz da sexualidade humana a partir de um horizonte normativo. As identidades de gênero e a sexualidade distinta da (cis) heterossexualidade são permeadas pelo distanciamento e invisibilização, descartadas e sucumbidas de qualquer discussão, como se não houvesse vida possível fora da norma. A transfobia institucionalizada, que confere verdade inquestionável a partir dos discursos médicos, produz higienização nos espaços universitários, regulando a sexualidade e o gênero por intermédio de saberes que produzem o sentido da própria verdade e do conhecimento pretensamente legítimo (AGUINSKY; FERREIRA; RODRIGUES, 2013, p. 47).

Nesse sentido, a homolesbotransfobia perpassa a homossexualidade e retroalimenta as violências a indivíduos que transgridam a lógica do aceitável. Segundo Borrilo (2009), a homofobia é o medo de que a equivalência entre homossexualidade e heterossexualidade seja reconhecida, que seja outorgado o monopólio da normalidade, a efetivação de políticas de igualdade e gozo de direitos à população LGBT.

Ou seja, a intolerância homolesbotransfóbica baseia-se no entendimento da cisgeneridade e heterossexualidade como a única prática possível e legítima de vivenciar a

sexualidade, em detrimento de outras experiências identitárias, ocasionando a marginalização e a ausência de direitos, proteção jurídica e políticas que reconheçam os/as sujeitos LGBT. Além da invisibilização, a transfobia funciona como hostilidade geral, psicológica e social, criada por um sistema depreciativo de violações, ódio, discriminação, humilhações e exclusão.

A prática da rejeição a sujeitos que desestabilizam as normas de gênero e desejo, através da expressão/identidade de gênero e orientação sexual <sup>85</sup> que não vinculam às prerrogativas impostas pelo sexo morfológico materializadas na definição de “ser homem e ser mulher”, sustentados pelo aparato heteronormativo, retroalimentam uma zona de estigmatização e marginalização, conferida pelo dispositivo médico-jurídico e pela moralidade religiosa (BENTO, 2006).

Os esforços de “normatização” do gênero/sexualidade não reconhecem que as convenções destinadas ao homem e a mulher, a partir da genitália, são construídas socialmente e legitimadas culturalmente por códigos delimitados para regular nossas identidades e atividades corporais, ou seja, “antes de nascer, o corpo já está inscrito em um campo discursivo” (BENTO, 2006, p. 29).

É possível constatar o conjunto de interpelações e atravessamentos das regras dicotômicas do gênero inerentes a nossa própria vivência e construção como sujeito em diferentes espaços de sociabilidade. Piscitelli (2009) enfatiza que os/as sujeitos/as desviantes de gênero apresentam-se inapropriados ao esquema sociocultural de divisão naturalmente fixa dos gêneros. É possível constatar os investimentos e a intensa vigilância utilizada no disciplinamento dos corpos por meio da meticulosa propaganda das regras binárias do gênero em diferentes espaços de sociabilidade, atingindo os/as cisgêneros e assujeitando de forma mais violenta as pessoas trans.

As IES experimentam formas de resistência à intolerância em relação à diversidade sexual e à identidade/expressão de gênero, considerando que ela é permeada por complexas relações de poder que conformam esse ambiente, produzindo processos contra-hegemônicos. A legitimação dessas ações tem se constituído como campo de disputas, ocasionando parcos e lentos avanços protagonizados pelos coletivos e grupos organizados de militância LGBT.

---

<sup>85</sup> Jaqueline de Jesus (2012, p. 12) afirma que “gênero se refere a formas de se identificar e ser identificada como homem ou como mulher. Orientação sexual se refere à atração afetivossexual por alguém de algum/ns gênero/s”.



Como meio de combater o preconceito e mobilizar o acesso dessa população às universidades, foram criados um conjunto de cursos preparatórios para as pessoas trans em várias regiões do país para reverter o quadro histórico de evasão nessas instituições. A Comissão de Diversidade Sexual da OAB registra que o Brasil concentra 82% da evasão escolar de travestis e transexuais, decorrente da não-aceitação e ausência das políticas afirmativas que tornam esse ambiente inseguro para essa população<sup>86</sup>.

Além da preparação para o Enem e supletivos, os pré-vestibulares comunitários auxiliam e orientam em concursos e seleções, entrevistas para empregos, além de se configurarem como espaço de socialização e convivência, que permite trocas simbólicas e afetivas entre os/as estudantes. Ou seja, esse espaço de acolhida e socialização não prima somente pelo repasse dos conteúdos necessários à aprovação, mas reivindicam a questão identitária, a promoção da diversidade de gênero e sexual, bem como o acesso às políticas sociais de educação, saúde e segurança pública.

A ampliação do debate de gênero e sexualidade no seio da sociedade vincula-se ao esforço das consideradas “minorias sociais”, cujos embates em afirmar-se como sujeito de direito geram outras maneiras de visibilizar essas temáticas, desafiando, inclusive no limite da sobrevivência, os modelos hegemônicos.

Nesse sentido, é importante anunciar que a educação não se distingue das outras instituições da vida social e que não possui a responsabilidade única de transformação social, mas reconhecemos, contudo, a capacidade de propor e promover processos de relações sociais mais igualitárias e equânimes.

#### **2.4 A regulação do acesso e permanência da população trans nas universidades brasileiras: os instrumentos de gestão**

Berenice Bento (2014) contesta a proliferação de normas que estabelecem o respeito à identidade de gênero das pessoas trans na esfera das microrrelações. A autora argumenta que o Brasil possui uma criatividade que o singulariza no cenário internacional, pois o *modo*

---

<sup>86</sup> Recentemente, o edital lançado pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal Fluminense disponibilizou a reserva de vagas para o ingresso por ação afirmativa para pessoa trans. Disponível em: <[http://www.editais.uff.br/sites/default/files/arquivos/2018-1\\_SOCIOLOGIA\\_-\\_M.pdf](http://www.editais.uff.br/sites/default/files/arquivos/2018-1_SOCIOLOGIA_-_M.pdf)> Acesso em 10 jul. 2018.

*operandi* historicamente observável das elites é feito à “conta gota” em relação ao reconhecimento das conquistas dos considerados “excluídos”.

O nome social acompanha a forma lenta e descontínua das leis que antecederam a Lei Áurea, do direito ao voto das mulheres e das regulamentações tardias na esfera do trabalho na história brasileira. A tônica é que os/as excluídos/as são incluídos/as para seres excluídos/as, através do que a autora nomeia de “cidadania precária” (BENTO, 2014), que representa a negação da condição humana e de cidadão/ã aos sujeitos que carregam nos corpos determinadas marcas.

Bento (2014) questiona a solução à brasileira que damos à negação do respeito à identidade de gênero materializada no nome social. Testemunhamos a propagação da aprovação dessa regulamentação nas instituições públicas. Contudo, sua utilização não altera substancialmente a existência desses indivíduos, na medida em que continuarão a ser submetidos a situações vexatórias e humilhantes, principalmente por não vir acompanhado de autonomia civil, igualdade jurídica e do acesso às políticas sociais.

Por conseguinte, o uso do nome social nos estabelecimentos universitários é fundamental para assegurar o reconhecimento e respeito à identidade de gênero, mas salientamos que o acesso e a permanência não esgotam no nome social e no uso dos banheiros, mas em estabelecer um ambiente seguro e plural. A limitação a esses aspectos incide nos tipos ideais dos direitos civis, enquanto temos que abranger os direitos sociais e políticos dessas pessoas.

Lima (2013) sugere que as políticas de inclusão existentes, entre as quais o nome social, merecem e devem ser problematizados para garantir a permanência dessa população no ambiente escolar. Em contrapartida, as normativas do nome social não garantiram sua plena implementação, pois ficam à mercê da aceitabilidade por parte da equipe escolar.

Isto é, o sujeito da pedagogia continua sendo o/a heterossexual, aquele/a exposto/a nos livros didáticos ou de literatura que apresentam exclusivamente casais heterossexuais; nas aulas de ciência que abordam a sexualidade apenas pelo viés reprodutivo; nos cartazes afixados nas paredes; nas cores adequadas para cada ‘gênero’, na separação do banheiro entre meninos e meninas etc. Não há reconhecimento dos modos de viver de travestis e transexuais. As pessoas trans são observadas e tratadas tendo como ponto de partida a suposta normalidade heterossexual (LIMA, 2013, p. 101).

A autora recupera os elementos e as redes de relação que culminaram na formulação da Portaria do Nome Social no Pará<sup>87</sup> para entender o pioneirismo do estado em uma decisão dessa natureza. Como ponto de partida, a autora considera que as políticas públicas de inserção da diversidade sexual e identidade de gênero no ambiente educacional é resultado de lutas, forças sociais, embates e resistências do Movimento LGBT.

A autora assegura que o precursor da elaboração do nome social<sup>88</sup> no contexto nacional deve-se, sobretudo, ao conjunto de políticas que abriram um campo de possibilidades para a inserção da temática de sexualidade e gênero no âmbito da educação, a saber: o Programa Nacional de Direitos Humanos I (1996), o fascículo sobre Orientação Sexual dos Parâmetros Curriculares Nacionais (1997), o Programa Nacional de Direitos Humanos II (2002) e o Programa Brasil sem Homofobia (2004).

Do ponto de vista institucional, o combate à homofobia converteu-se em política com o Programa Brasil Sem Homofobia<sup>89</sup>, lançado em 2004 pelo Governo Federal, em parceria com a sociedade civil. Em que pese às variadas críticas ao Programa, principalmente quanto a sua operacionalização, ele constitui-se como a primeira sistematização de abordagens a ser realizada pelo Governo Federal na ordem administrativa brasileira. Configura-se como importante avanço na promoção da cidadania LGBT, incentivando programas e projetos para a equiparação de direitos e o combate à violência e à discriminação homofóbica.

<sup>87</sup> A Portaria Estadual nº16/2008, da Secretaria Estadual de Educação do Pará, autoriza o uso do nome social para as pessoas trans nas unidades escolares da rede pública. Após a aprovação, o Estado do Pará ampliou o nome social com o Decreto n.1675, de 2009, permitindo sua utilização no atendimento de travestis e transexuais nos órgãos da administração pública do Estado. Essa portaria foi anunciada na I Conferência Nacional GLBT, que ocorreu em junho de 2008, em Brasília-DF, tornando-se pauta de reivindicação nacional do Movimento LGBT (LIMA, 2013).

<sup>88</sup> Outro aspecto elementar para a criação da legislação é ter a Cláudia Farias, uma mulher transexual, no cargo de assessoria da Secretaria de Educação. Lima (2013) avalia que Cláudia é uma peça-chave na engrenagem da construção da legislação, contudo, ela não é a única responsável pela movimentação normativa, bem como a influência em mais determinações do nome social.

<sup>89</sup> Em relação à Educação, o Programa Brasil Sem Homofobia, destaca: “Eixo V – Direito à Educação: promovendo valores de respeito à paz e à não discriminação por orientação sexual, o Programa Brasil Sem Homofobia (2004) estabelece a elaboração de diretrizes que orientem os Sistemas de Ensino na implementação de ações que comprovem o respeito ao cidadão e à não discriminação por orientação sexual; fomentar e apoiar cursos de formação inicial e continuada de professores na área da sexualidade; Formar equipes multidisciplinares para avaliação dos livros didáticos, de modo a eliminar aspectos discriminatórios por orientação sexual e a superação da homofobia; estimular a produção de materiais educativos (filmes, vídeos e publicações) sobre orientação sexual e superação da homofobia; apoiar e divulgar a produção de materiais específicos para a formação de professores; Divulgar as informações científicas sobre sexualidade humana; estimular a pesquisa e a difusão de conhecimentos que contribuam para o combate à violência e à discriminação de GLTB e criar o Subcomitê sobre Educação em Direitos Humanos no Ministério da Educação, com a participação do movimento de homossexuais, para acompanhar e avaliar as diretrizes traçadas” (BRASIL, 2004, p. 22).

Com base na pesquisa “Políticas públicas para a população LGBT no Brasil: um mapeamento crítico-preliminar”, realizado pelo Ser-Tão/UFG, Irineu e Froemming (2012) recuperam dez documentos federais que sustentam a educação para a diversidade sexual no país.

Segundo elas, nos dois mandatos governamentais de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) foram encontrados: 1) Diretrizes para a Política Educacional em Sexualidade (1994); 2) Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996); 3) Parâmetros Curriculares Nacionais (1997); 4) Plano Nacional de Educação (2001); 5) Programa Nacional de Direitos Humanos I e II (1996 e 2002). Nos mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), temos 1) Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2003); Programa Brasil Sem Homofobia (2004); 3) Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT (2009); e 4) Programa Nacional de Direitos Humanos III (2010).

A publicação do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT, estabelece as seguintes metas para a educação:

5.13. Inserção da temática LGBT no sistema de educação básica e superior, sob abordagem que promova o respeito e o reconhecimento da diversidade da orientação sexual e identidade de gênero;

5.15. Garantia, a estudantes LGBT, do acesso e da permanência em todos os níveis e modalidades de ensino, sem qualquer discriminação por motivos de orientação sexual e identidade de gênero (BRASIL, 2009, p. 15).

Atualmente, a utilização do nome social é reconhecida por várias Universidades Federais no Brasil e conta com Portaria no âmbito do Ministério da Educação<sup>90</sup> e na Carta de Direitos dos Usuários da Saúde<sup>91</sup>. A Portaria n° 675/2006, do Sistema Único de Saúde (SUS) garante às pessoas travestis e transexuais atendimento sem discriminação, assegurando a utilização do nome social em qualquer estabelecimento de saúde. Em seguida, temos a Portaria n° 233/2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG)<sup>92</sup>, que

<sup>90</sup> Cf. <<https://arpen-sp.jusbrasil.com.br/noticias/2933591/portaria-assegura-uso-de-nome-social-de-transexuais-e-travestis-em-orgaos-do-mec>> Acesso em 13 jan. 2018.

<sup>91</sup> Cabe destacar que a primeira regulação lançada pelo MEC destinava-se ao uso do nome social apenas dos/as servidores públicos, no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional. Cf. <<https://conlegis.planejamento.gov.br/conlegis/legislacao/atoNormativoDetalhesPub.htm?id=7796>> Acesso em 13 jan. 2018.

<sup>92</sup> Cf.

<[http://www.saude.pr.gov.br/arquivos/File/CIB/LEGIS/PortGMMS\\_675\\_30marco\\_2006\\_carta\\_dos\\_direitos.pdf](http://www.saude.pr.gov.br/arquivos/File/CIB/LEGIS/PortGMMS_675_30marco_2006_carta_dos_direitos.pdf)> Acesso em 13 jan. 2018.

garante a servidores públicos federais travestis e transexuais o direito de utilizarem nomes sociais em seu ambiente de trabalho.

Recentemente, tivemos a aprovação do Decreto nº 8.727/2016<sup>93</sup>, assinado pela então presidenta Dilma Rousseff, que dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional<sup>94</sup>.

No que concerne às IES, Correa (2017) assinala que o nome social vem sendo regulamentado dentro das Universidades Públicas no Brasil, principalmente a partir do ano de 2010. Conforme os dados colhidos pela autora, das 284 Universidades Públicas, 205 regulamentaram a possibilidade desse dispositivo nos documentos internos das IES. Isso equivale a 72% das universidades do país, sem considerar as extensões.

Mesmo que o número de travestis e transexuais que acessam e permanecem no ensino superior sejam reduzidos no cenário nacional, percebe-se que a representatividade vem crescendo nesse meio. Em 2016, o MEC<sup>95</sup> divulgou o número de pedidos para mudança do nome social no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), uma das principais formas de acesso ao ensino superior no país. A solicitação praticamente dobrou em relação ao ano de 2015, que totalizou 278 solicitações para 407, em 2016<sup>96</sup>.

Nesse aspecto, compreendemos que o não reconhecimento do nome é um interdito cotidiano, pois configura-se como privação de um direito civil e de personalidade. O conjunto de privações dos direitos civis atentam ao fato de que os direitos legais e econômicos informam a distribuição sexual e de gênero sob a qual a organização social está organizada (IRINEU; FROEMMING, 2012).

Vale dizer que o nome social não é substituto da alteração do nome civil nos documentos jurídico-legais. A retificação do nome é uma das exigências das pessoas trans, pois reporta-se a forma como a pessoa se reconhece e é reconhecida socialmente. É uma das

---

<sup>93</sup> Cf. <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/decreto/D8727.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8727.htm)> Acesso em 13 jan. 2018.

<sup>94</sup> Na Câmara dos Deputados, tramita-se um projeto nº 395/2016, assinado por 27 deputados da bancada evangélica para sustar o decreto presidencial que permite as pessoas trans se identificarem pelo nome social em repartição pública.

<sup>95</sup> Disponível em: <[http://inep.gov.br/artigo/-/asset\\_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/nome-social-sera-usado-por-mais-de-400-travestis-e-transexuais/21206](http://inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/nome-social-sera-usado-por-mais-de-400-travestis-e-transexuais/21206)> Acesso em 19 nov. 2017.

<sup>96</sup> No ano de 2017, foram 67.615 participantes no Enem no Tocantins, que registrou apenas uma solicitação para o nome social.

principais reivindicações para os que vivenciam a experiência trans, tendo em vista que o nome social funciona como forma de improviso na ausência da retificação.

Além disso, a mudança do nome nos documentos oficiais é um instrumento de minimização do conjunto de violências vivenciado cotidianamente. Em maio de 2018<sup>97</sup>, o Supremo Tribunal Federal (STF) entendeu ser possível a alteração de nome e gênero no assento de registro civil, independente da submissão ao procedimento cirúrgico de redesignação de sexo, sem avaliação médica ou psicológica. Essa autorização possibilita que seja realizada a alteração dos documentos em cartório, sem autorização judicial.

A decisão sinaliza, ainda que tardiamente, um avanço da cidadania, da liberdade e dos princípios fundamentais já pactuados na Constituição Federal. A medida acompanha legislações já experienciadas em alguns países da América Latina, à exemplo da Argentina, que em 2012 aprovou a Lei de Identidade de Gênero. A regulamentação em lei federal argentina permite aos indivíduos trans a alteração do nome e sexo no registro civil, sem a obrigatoriedade do diagnóstico de transtorno de identidade de gênero, isto é, sem a necessidade de um aval da Justiça ou a obrigatoriedade da intervenção médica. Através de um simples processo administrativo (que inclui estrangeiros e imigrantes), o Estado reconheceu o domínio da liberdade e autonomia das pessoas para elaborarem suas identificações como bem entenderem, muito além de suas constituições anatômicas.

Entretanto, em vários países, a alteração do registro de nascimento ainda está condicionada à trajetória médica dos indivíduos. Os parâmetros de solicitação de mudança na carteira de identidade atuam numa perspectiva de construir as identidades trans de forma linear e universal, respondendo às estruturas limitantes das categorias médico-biológicas.

O reconhecimento civil e jurídico dos/as sujeitos/as que elaboram diferentes dissidências de gênero com as múltiplas identificações e expressões foram por um largo período histórico submetidos aos protocolos médicos a partir da lógica da patologização. Segundo o Manifesto “Transexualidade não é doença”, essa patologização da transexualidade baseia-se no pressuposto de que os gêneros são determinados pelo dimorfismo dos corpos. A ausência de um pênis e um orifício vaginal seriam condições necessárias para determinar a identidade de gênero feminino, e a coerência do gênero masculino estaria dada pela presença do pênis (2007, p. 265). Recentemente, a Organização Mundial da Saúde (OMS) lançou uma

---

<sup>97</sup> Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/03/stf-autoriza-mudar-o-sexo-no-registro-civil-sem-autorizacao-judicial.shtml>> Acesso em 11 jul. 2018.

nova edição da Classificação Internacional de Doenças (CID), que retira a transexualidade da lista de transtornos mentais. Com a nova classificação, a transexualidade deixa de ser considerada um “transtorno de gênero” e passa a ser vista como incongruência de gênero<sup>98</sup>.

Por muito tempo, a alteração do nome e sexo nesses dispositivos esteve condicionada à inserção no processo transexualizador<sup>99</sup>, quase como pré-requisito para o acesso ao direito. Esse aparato baseia-se na conformidade de sexo e gênero, pois “faz-se necessário adequar o corpo à subjetividade identificada, sendo a cirurgia o tratamento reparador do transtorno identitário apresentado” (LIMA, 2013, p. 68).

De acordo com os argumentos trazidos à baila, a regulação dos banheiros, uniformes e vestiários (e demais elementos de indumentária), assim como os demais espaços segregados por gênero, devem vir em concordância com a identidade de gênero autoatribuída. Nessa linha, o Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CNDC/LGBT) lançou a Resolução 12<sup>100</sup>, que estabelece parâmetros para a garantia das condições de acesso e permanência de pessoas travestis e transexuais e todas aquelas que tenham sua identidade de gênero não reconhecida em diferentes espaços sociais nos sistemas e instituições de ensino<sup>101</sup>.

As orientações quanto ao reconhecimento institucional da identidade de gênero, atesta que esse direito seja estendido aos estudantes adolescentes, sem a obrigatoriedade da autorização expressa dos/as responsáveis legais.

Salientamos que a Resolução, que não tem força de lei, fomentou as iniciativas em algumas IES, reconhecendo o uso dos banheiros como direito inegociável. Nesse bojo, algumas universidades introduziram banheiros unissex em que não há definição de um público específico. Convém destacar, a pressão exercida pelo movimento trans e LGBT nesses ambientes, cobrando e denunciando a segregação e as atitudes vexatórias contra as pessoas travestis e transexuais.

<sup>98</sup> Disponível em: <<http://justificando.cartacapital.com.br/2018/06/19/oms-deixa-de-classificar-transexualidade-como-doenca-mental/>> Acesso em 11 jul. 2018.

<sup>99</sup> Em conformidade com Correa (2017), optou-se em não utilizar a terminologia do “processo transexualizador” incorporada pelo SUS, por entender que essa designação indica um processo de formatação do corpo trans aos diagnósticos do SUS e decisões judiciais.

<sup>100</sup> Cf. <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=3&data=12/03/2015>> Acesso em 11 jul. 2018.

<sup>101</sup> A resolução sustenta que as orientações dispostas aplicam-se também, aos processos de acesso às instituições e sistemas de ensino, tais como concursos, inscrições, entre outros, tanto para as atividades de ensino regular ofertadas continuamente quanto para atividades eventuais



No intuito de qualificar o debate à luz dos direitos humanos e fundamentais, Rios e Resadori (2015) apropriam-se dos recentes episódios registrados na mídia nacional e das respectivas reações quanto à utilização de banheiros públicos, sobretudo pelas transexuais femininas, bem como pela incompatibilidade de alternativas que proponham banheiros específicos para transgêneros. Prefacialmente, os autores consignam a lógica binária que perfaz a divisão por sexos plausíveis, distinguindo os banheiros para as mulheres e banheiros para os homens.

Identificadas socioculturalmente por um gênero contrário ao sexo biológico, as pessoas trans enfrentam múltiplos problemas ao utilizarem esse espaço. Mais do que isso, os autores sustentam o constrangimento de uma travesti, por exemplo, vestida e identificada com artefatos femininos, ao ingressar num banheiro destinado ao público masculino.

Essa disputa sobre qual serão os banheiros a serem utilizados pelas pessoas trans ganha espaço nas mídias sociais, cravejada por argumentos de diversas ordens. Por um lado, temos o apoio e a afirmação de um direito fundamental. Por outro lado, a defesa da não utilização, ora, recuperando argumentos religiosos, ora respaldando-se nos “inquestionáveis” aparelhos sexuais masculinos, que geram constrangimentos ao serem mostradas e violariam a intimidade e segurança das mulheres que frequentam esses locais.

Assim, a solução invocada remete ao estabelecimento de banheiros destinados a homens com compleição feminina e outros às mulheres com compleição masculina (RIOS; RESADORI, 2015). Ao resgatar sentenças judiciais que inferiram contra os danos morais às mulheres trans impedidas e expulsas por usarem o banheiro conforme a sua identidade, os autores advertem acerca do significado prático dos danos à permanência desses/as sujeitos/as nos espaços coletivos:

A questão constitucional sobre o direito de transexuais femininas utilizarem banheiros públicos femininos é, sem sombra de dúvida, de alta relevância e inegável importância. Ela diz respeito não somente às pessoas diretamente atingidas, como também ao padrão de civilidade no convívio democrático que necessitamos construir.[...] Banheiros neutros do ponto de vista de gênero somente para transexuais ou banheiros indicados expressamente e exclusivamente para transgêneros, sem a possibilidade de que transexuais femininas adentrem em banheiros femininos, criam uma terceira e estigmatizada classe de usuários, o que viola a dignidade humana das usuárias transexuais e configura discriminação inconstitucional. Ao mesmo tempo, desrespeita a identidade de gênero feminina das pessoas transexuais e anuncia uma estranha e exótica categoria, desviada da ‘normalidade’ de gênero (RIOS; RESADORI, 2015, p. 217).



Face às considerações aduzidas, no próximo capítulo, analisaremos o processo de construção e implementação do nome social e do uso autorreferido dos banheiros pelas pessoas trans na Universidade Federal do Tocantins (UFT). Registra-se que, embora essas determinações não estejam expressas na literatura acerca dos aspectos centrais do acesso e permanência dos/as estudantes na universidade (direcionado às pessoas cisgêneras que já possuem esses direitos garantidos), elas representam medidas fundamentais para assegurar a existência nesses espaços. Com efeito, o próximo tópico refletirá a arena da formação sócio histórica do Tocantins para pensar as compreensões hegemônicas sobre gênero e sexualidade difundidas nesse estado.

## **2.5 A (trans) formação da província tocaninense: aspectos históricos, econômicos e sociais**

O Tocantins é o estado mais novo da federação brasileira, sendo oficialmente instalado como unidade federativa autônoma com a Constituição de 1988, por meio da emancipação da região geograficamente vinculada ao Norte do estado do Goiás.

A grande extensão territorial de Goiás constituía-se como principal argumento para o conjunto de disparidades econômicas, culturais e sociais entre os habitantes do eixo Sul e Norte. Enquanto a região Sul, próxima à capital federal, desenvolvia-se de forma acelerada e próspera, a província alocada ao norte mantinha-se atrasada e isolada.

O processo histórico da divisão territorial e político-administrativa remonta ao século XIX, quando se registram os primeiros movimentos separatistas. Nessa época, Joaquim Teotônio Segurado, o então Ouvidor da Comarca de São João das duas Barras, que dá nome à principal avenida da capital tocaninense, proclamou um governo autônomo para o território situado ao norte de Goiás. O pequeno grupo de autoridades da região, desmobilizados e fragilizados, não conseguiu efetivar o seu intento, e a luta em prol da emancipação ficou estagnada até o ano de 1956 quando o “Movimento Pró-Criação do Tocantins” retomou a pauta da emancipação.

Não podemos deixar de registrar que o norte de Goiás, atual estado do Tocantins e o sul do Pará foi palco da Guerrilha do Araguaia entre 1972 e 1974. Na oportunidade, os guerrilheiros contrários ao regime civil militar do PCdoB (Partido Comunista do Brasil) se empenharam na região conhecida como “Bico do Papagaio”, às margens do Rio Araguaia.

Houve deslocamento de um grande aparato militar para a região supracitada, no intuito de combater a movimentação local, utilizando as práticas de tortura e intimidação para obter informações, tanto dos/as militantes, quanto das famílias camponesas alocadas na região.

Em 1983, José Wilson Siqueira Campos<sup>102</sup> (DEM) apresentou um Projeto de Lei na Câmara dos Deputados propondo a criação e autonomia federativa do estado do Tocantins. O texto aprovado no Congresso Nacional e na Câmara dos Deputados, em 1985, foi negado pelo então Presidente da República, José Sarney. Em ato contínuo, o Senador Benedito Vicente Ferreira (PFL), de Goiás, reapresentou o projeto no Senado Federal e na Câmara, mas foi novamente vetado por José Sarney. O veto provocou protestos e, dentre esses, o que mais se destacou foi a greve de fome realizada por Siqueira Campos e Totó Cavalcante. Em 1987, Siqueira Campos propôs a separação do antigo norte de Goiás e a criação do estado do Tocantins na Assembleia Nacional Constituinte, o que foi aprovado para a nova Constituição pela Casa (MOTTER, 2011, p. 05).

Em 05 de Outubro de 1988, ocorreu o desmembramento de estado do Goiás e a emancipação do Tocantins com a instalação definitiva em 1º de janeiro de 1989, pelo artigo 13 do Ato de Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição da República Federativa do Brasil.

Celestino (2016) assegura que mesmo que o Movimento de Emancipação do novo estado não possa ser reduzido ao ano da sua efetivação, a Constituição Federal de 1988 é atestada como marco desse processo, que teve como ponto culminante o ano de 1989, com a fundação oficial da capital planejada.

A “mitização da criação do estado” apresenta uma suposta guerra fundadora que qualifica expoentes responsáveis pela deflagração. Curiosamente, os atores sociais vinculados aos movimentos sociais e à sociedade civil organizada tendem a ser ocultados do processo histórico, restringindo a criação e construção do Tocantins a determinadas figuras políticas (CELESTINO, 2016). Nesse contexto, nota-se a supervalorização do primeiro governador do Tocantins, Siqueira Campos, popularmente conhecido pelos opositores sob o vulgo de

---

<sup>102</sup> Após participar e destacar-se no processo de autonomia do Tocantins, José Wilson Siqueira Campos foi governador do Tocantins por três mandatos: de 1989 a 1990, de 1994 a 1998 e de 1999 a 2002, no qual distribuiu terras, negociou com as empreiteiras, nomeou e favoreceu seu círculo de amigos e familiares com a maioria dos cargos públicos disponível do estado. O culto à personalidade do ex-governador foi imortalizado, inclusive no Hino Estadual do Tocantins. “A história oficial” é contada em gibis distribuídos como material didático nas escolas estaduais, em que o ex-governador é ilustrado como um super-herói.

“Ditador do Cerrado”<sup>103</sup>, cuja família possui larga trajetória de personalismo político-partidário no estado<sup>104</sup>.

O mito do criador do estado atribuído a Siqueira Campos é interposto pela gratulação da população alocada no interior do norte de Goiás, que não tinha acesso a serviços públicos básicos e o reconheceu como responsável pessoal por ações de uma saga que se iniciava há quase duzentos anos, convertendo-o em uma entidade histórica do estado.

Motter (2011) recupera o recurso da memória como categoria recorrente para demarcar a alteridade da mais nova unidade federativa do país. Rememora-se e enaltece o movimento de autonomia do estado como entrelaçamento que compõe o aparato identitário tocantinense. A referida autora destaca que a memória é mobilizada na reivindicação da identidade em que consta a possibilidade de manipulação tanto da memória quanto do esquecimento por parte de quem detém o poder. Nesse aspecto, a memória imposta para a construção de determinada identidade narra a história autorizada, que é propagada oficialmente, ensinada e celebrada publicamente. O discurso da autonomia política difundido insistentemente imputa um contexto de espoliação e usurpação ao qual o estado estava renegado, gerando uma espécie de ressentimento que, para a autora, é fundamental para forjar uma forte identificação entre os tocantinenses. Diante do exposto, é possível inferir que essa memória é seletiva, na medida em que elege o que deve e o que não deve ser recordado nesse processo histórico.

O resgate da obscura processualidade histórica da conformação do estado do Tocantins possibilita dimensionar as relações de poder que se estabeleceram no decorrer da sua construção e que preponderam até os dias atuais. Por esse ângulo, os aspectos históricos, econômicos, sociais e identitários da “província” do Tocantins atravessa a constituição da memória “pois é ela que estabelece um elo temporal por meio de uma visão de passado que legitima o presente e dá uma perspectiva de futuro (MOTTER, 2011, p. 10).

As forças políticas em defesa da propriedade e da família que se configuram em meio a sua institucionalização, ganham foro privilegiado no estado recém-criado que não conta com uma tradição de luta social e política, favorecendo inclusive a intensidade da exploração do trabalho que ganha contornos análogos à escravidão. A maioria das representações políticas

---

<sup>103</sup> “O Ditador do Cerrado”, de autoria de Rinaldo Campos, é um ensaio que problematiza os alicerces do mito que se julga criador do estado do Tocantins. O livro foi censurado no território tocantinense e teve edições apreendidas e incineradas, bem como motivou a prisão do autor em 1993.

<sup>104</sup> Seu filho, Eduardo Siqueira Campos, foi o primeiro prefeito eleito da cidade de Palmas-TO.

dos municípios vincula-se ao projeto ídeo-político de desenvolvimento da bancada ruralista que concentra o poder nas mãos de determinados grupos oligárquicos<sup>105</sup>.

A mediação com a legalidade histórica que ultrapassa o discurso do aparente possibilita a análise crítica dessa construção, ao passo que considera os interesses políticos e econômicos orientados pelas elites agrárias que fortaleceram o desmembramento do estado, contextualizado anteriormente. A retórica do abandono utilizada pela União Democrática Ruralista (UDR), que também protagonizou o Movimento Separatista, cobiçava aumentar a bancada ruralista e latifundiária nos postos de representação político-partidários, inclusive no Congresso Nacional, interessados na especulação econômica propiciada pela geopolítica do estado.

Em termos geográficos, o Tocantins situa-se no sudeste da Região Norte do país e estabelece limites territoriais com os estados de Goiás (GO), Maranhão (MA), Piauí (PI), Bahia (BA), Mato Grosso (MT) e Pará (PA). O estado conta com 139 municípios alocados em uma extensão territorial de 277.720 km<sup>2</sup> e índice populacional estimado em 1.550.194, de acordo com IBGE (2010). Desse total, cerca de 78,80% vivem na zona urbana e 21,20% na zona rural.

A população tocaninense é composta por imigrantes de várias partes do país. Segundo informações do Governo do Estado, o contingente populacional agrega a população indígena de sete etnias (Karajá, Xambioá, Javaé, Xerente, Krahô Canela, Apinajé e Pankararú), totalizando cerca de 10 mil indígenas, distribuídos em 82 aldeias. Além das etnias indígenas, são contabilizadas cerca de 38 comunidades quilombolas<sup>106</sup> localizadas de norte a sul do estado do Tocantins.

O setor agropecuário é central para a sustentabilidade da economia tocaninense, com ênfase na bovinocultura e na produção de grão. Ainda que as maiores atividades sejam a do setor terciário (prestação de serviços e comércio), o modelo de agroexportação cresce progressivamente no Estado, devido à disponibilidade de extensão de terras para expansão agrícola e agropecuária.

---

<sup>105</sup> Com base nos dados da última eleição, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) declara que os maiores partidos políticos do estado do Tocantins é: 1) Movimento Democrático Brasileiro (MDB, antigo PMDB), 2) Partido Progressista (PP), 3) Democratas (DEM), 4) Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e 5) Partido da República (PR).

<sup>106</sup> Disponível em: <<https://portal.to.gov.br/reas-de-interesse/cultura/patrimonio-cultural/comunidades-quilombolas/>> Acesso em 04 mai. 2018.

Sob a ótica da cadeia produtiva baseado no agronegócio, Dantas et al. (2015) asseguram que se na economia brasileira o valor adicionado bruto da agropecuária tem a parcela de 5,6% no valor adicionado bruto total, no Tocantins, essa participação chega a marca de 20,6%, distribuídos em cerca de 7,5 milhões de hectares ocupados pela pecuária e 700 mil hectares pela agricultura “restando, portanto, vasta extensão de terras (5,7 milhões de hectares) para futura expansão da fronteira agrícola tocantinense” (DANTAS et al, 2015, p. 01). Outrossim, o Tocantins integra a extensão geográfica da MATOPIBA<sup>107</sup>, cuja delimitação abrange 337 cidades dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia para expansão da fronteira agrícola, por meio da adoção de tecnologias agropecuárias para alta produtividade.

A expansão do agronegócio é uma arena favorável à ocorrência de trabalho escravo nas propriedades rurais de desenvolvimento agrícola, principalmente na região da Amazônia Legal. O levantamento realizado pela Câmara Criminal do Ministério Público Federal (2º CCR/MPF) em 19 estados brasileiros, declara que o Tocantins teve a maior quantidade de denúncias de trabalho escravo na Justiça Federal no ano de 2017, totalizando 13 das 72 ações penais instauradas por crimes de redução à condição análoga a de escravo.

Economicamente, o estado contribui com cerca de 0,5% do PIB total produzido, sendo Palmas a capital que menos agrega, quando comparada às demais capitais. De acordo com o IBGE (2010) o rendimento mensal domiciliar do estado estimado em 2017 é equivalente a R\$ 937 per capita, ocupando a 14ª posição entre os estados da federação.

As forças econômicas e políticas consubstanciam a construção dos valores e o pânico em torno da “moral sexual e de gênero” no Tocantins. Sob esse prisma, o próximo subtítulo acentuará a compreensão hegemônica em torno da diversidade sexual e de gênero no âmbito estadual. Sabe-se que a homofobia acontece em todas as partes do país, acarretando leituras genéricas sobre o conjunto de violências e violações à população LGBT. Interessa-nos problematizar qual o aspecto ela adquire no Tocantins, quais as formas assumidas por ela e como se organiza a partir do seguinte questionamento: o que significa pensar os direitos da população LGBT em um estado recentemente construído da região amazônica?

---

<sup>107</sup> O Plano de Desenvolvimento Agropecuário do Matopiba é um dos carros-chefe da gestão da Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) que prevê o investimento de recursos federais destinados às atividades agrícolas e pecuaristas, que irão impactar a vegetação nativa (Cerrado, Amazônia e Caatinga), as comunidades tradicionais (34 territórios quilombolas e 28 terras indígenas) e agricultores familiares (865 assentados) nessa região.

### **3 Educação superior e população trans no Tocantins: o processo de implementação do nome social e do acesso autorreferido ao banheiro na UFT**

A escolha do Tocantins, sobretudo da UFT, como *lócus* da pesquisa está atrelada a relevância acadêmica e científica de teorizar sobre o norte do país, num contexto de invisibilização das experiências que escapam ao eixo sul/sudeste, principalmente ao remetermos a uma temática tão estigmatizada.

Irineu (2016) afirma que o processo de subalternização do nosso lugar na geografia nacional é um elemento que pode auxiliar-nos a compreender os efeitos das hierarquias de gênero e sexualidade na vida da população LGBT. A autora exemplifica que “embora um homem, heterossexual, nascido e criado no norte do país esteja na ‘margem’ quando se refere à regionalidade, quando nos referimos à sua experiência de gênero, por exemplo, ele passa a ocupar o centro novamente<sup>108</sup>” (2016, p. 68).

Com base nas “ideias desarrumadas da multiplicação da circulação entre as margens e centros” (SFENNER, 2009) e do arcabouço interseccional, não propusemos a ocupação deliberada dos centros, mas operamos na compreensão de que existem várias margens e centros, pois “esse processo, tão desejado por muitos movimentos sociais e muitos indivíduos, lembra manobra da inclusão, da normalização. Trazer da margem ao centro pode ser colocar na regra, inserir no regime da heteronormatividade, por exemplo” (2009, p.48).

Nos interessa questionar que lugar é esse, quais as narrativas são produzidas e pensadas acerca da população LGBT? O que significa viver no Tocantins e pautar cotidianamente as questões de gênero e sexualidade? Quais as forças econômicas e políticas que predominam nesse estado? Qual a percepção hegemônica acerca da vivência das pessoas trans?

Com base nesses questionamentos, esse capítulo irá projetar uma leitura acerca da aparência da transfobia no cerrado tocantinense, considerando as forças sociais, políticas e econômicas em disputas, bem como irá recuperar a memória das regulações sociais direcionadas à população LGBT e protagonizadas pelo movimento LGBT, com ênfase na memória do nome social e do uso autorreferido dos banheiros.

---

<sup>108</sup> “As nossas posições na pirâmide das hierarquias não são fixas, embora nossa cultura reforce o local das margens de maneira muito violenta” (IRINEU, 2016, p. 68).

### **3.1 “Essa terra tem dono”<sup>109</sup>: A concepção hegemônica sobre a população LGBT no cerrado tocantinense**

De antemão, interessa-nos questionar quem são os donos dessa terra, qual a sua cor/etnia, qual a sua sexualidade, qual a sua identidade de gênero, sua escolaridade, seu posto de trabalho, quais espaços sociais ocupa, qual a sua compreensão de liberdade e, sobretudo, o que ele pensa sobre os direitos da população LGBT. Isto é, como as concepções hegemônicas de gênero e sexualidade repercutem nas relações sociais e políticas disseminadas no estado. Nesse tópico, iremos contextualizar a aparência da homolesbotransfobia no estado tocantinense e quais são as representações simbólicas em torno do gênero e da sexualidade, evidenciando os atravessamentos por ousar viver e discutir essas temáticas, a partir da noção de “margens e centros”.

Parece-nos mais profícuo refletir que as batalhas para a conquista da hegemonia na sociedade civil relacionam-se com as ambições monopolísticas do capitalismo. As produções simbólicas geradas em torno da concepção hegemônica da população LGBT estão organicamente vinculadas às forças políticas e econômicas que imperam nesse território. Isto rebate na pretensão que temos de (re) construir fluxos entre margens e centros sem desconsiderar o período de abandono do norte do país e o processo de expropriação da força de trabalho e dos recursos naturais conduzido pelas oligarquias que se impuseram nessa região, como esboçamos anteriormente.

Nesse sentido, desvendar a concepção hegemônica do gênero e sexualidade implica analisar o conceito de hegemonia sob a ótica gramsciana que pressupõe a “conquista do consenso e da liderança cultural e política-ideológica de uma classe ou bloco de classes” (MORAES, 2010, p. 54), congregando aspectos estruturais da sociedade com princípios éticos-morais da vida social na conformação do imaginário social para legitimação de determinado tipo de sociedade.

Marilena Chauí (2004)<sup>110</sup> enfatiza que a hegemonia não é somente uma ação partidária, é uma ação de um conjunto de indivíduos de determinada classe, envolvendo instituições políticas e culturais que sintonizam componentes socioeconômicos e ideológicos.

---

<sup>109</sup> De acordo com Campos (2008), essa frase é atribuída a José Wilson Siqueira Campos.

<sup>110</sup> Aula de Marilena Chauí. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/cpinfo/cidadania/?p=152>> Acesso 02 Jun 2018.

Na empreitada teórica e política entre pensamento e ação, Gramsci propõe a construção da contra-hegemonia para desmontar o intelectual orgânico da classe dominante e legitimar o intelectual orgânico da classe trabalhadora.

No interior da superestrutura, Gramsci diferencia duas esferas: a) sociedade política<sup>111</sup> e a sociedade civil<sup>112</sup>, que formam o Estado em seu sentido amplo pelas funções que operam na reprodução das relações de poder. Em síntese, a sociedade política impõe-se por “aparelhos de coerção estatal” pela dominação, empregando inclusive as forças militares. A sociedade civil<sup>113</sup>, por sua vez, integra a produção do consenso para angariar aliados ao projeto de classe, englobando um conjunto de princípios ideológicos “para firmar a sua capacidade de condensar e expressar concepções de mundo com vistas à sua realização histórica” (MORAES, 2010, p. 58).

A hegemonia é obtida e consolidada em embates que comportam não apenas questões vinculadas a estrutura econômica e à organização política, mas envolvem também, no plano ético-cultural, a expressão de saberes, práticas, modos de representação e modelos de autoridade que querem legitimar-se e universalizar-se (MORAES, 2010, p.55). Por esse motivo, não podemos limitar a constituição da hegemonia a uma coerção, pois envolve uma direção cultural e o consentimento social que entrecruzam um universo de convicções, juízos de valor, apreensões morais e regras de conduta acerca de determinado *modus operandi*.

A consolidação de uma direção ético-política demanda um processo histórico no qual a classe dirigente de um bloco hegemônico estrutura progressivamente uma vontade coletiva – política, ideológica e cultural. A obtenção gradual do consenso, a partir da penetração e impregnação de ideias, pressupõe uma reforma sustentada em premissas éticas e morais para conduzir o bloco da classe dominante ao poder e a conquista da hegemonia.

Cabe-nos questionar quais os princípios ideológicos que convergem na legitimação da identidade de gênero e sexualidade adequada e aceita socialmente, qual a concepção

---

<sup>111</sup> A primeira é representada pela sociedade política, conjunto de mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência, e que se identifica com os aparelhos de coerção sob controle dos grupos burocráticos unidos às forças armadas e policiais e a aplicação das leis (MORAES, 2010, p. 57).

<sup>112</sup> A sociedade civil designa o conjunto de instituições responsáveis pela elaboração e propagação de ideologias enquanto concepções de mundo (MORAES, 2010, p. 57).

<sup>113</sup> Esse enfoque não se confunde com a definição da sociedade civil separada do estado e do mercado, veiculada pela emergência do terceiro setor.



hegemônica da população LGBT nesse estado e quais as bases de sustentação que direcionam uma força política efetiva para a proteção da família.

Tais questionamentos rebatem em distintas noções arraigadas historicamente e estruturam uma teia na complexidade social no âmbito estatal. Num esforço de aproximações sucessivas, elegemos os indicadores que mais apareceram nos dados coletados e nos enfrentamentos advindos da experiência política de militância, a saber: a concepção de gênero e sexualidade, a definição restrita de família, a centralidade do dogmatismo religioso e a atuação dos movimentos sociais, em particular do movimento LGBT.

Os modelos de subjetivação são impulsionados e estabelecidos por uma concepção dominante do gênero e sexualidade que publiciza a heterossexualidade a partir da ordem do biológico, como única forma possível e sadia de exercício da sexualidade. Os grupos sociais que ocupam as posições centrais privilegiadas ou que se aproximam, ainda que não completamente das hierarquias de gênero, raça/etnia, sexualidade, classe, religião reiteram noções normativas de representação de outros/as sujeitos/as a partir da ideia de inteligibilidade. Eles falam por si e, também, falam pelos “outros” (e sobre os outros); apresentam como padrão sua própria estética, sua ética ou sua ciência e arrogam-se o direito de representar (pela negação ou pela subordinação) as manifestações dos demais grupos (LOURO, 2013, p. 16).

Constantemente vocaliza-se a ideia de desrespeito e desvalorização do espaço público pela emergência da população LGBT na cena pública, sentenciadas no entendimento de que a sexualidade e a identidade de gênero devem continuar de forma contida e marginal, ocupando as zonas inóspitas da vida social, como ocorre historicamente com a população trans.

Um dos traços dessas concepções particulares reporta-se à conservação da unidade familiar. O espaço sociofamiliar é entendido em seu sentido restrito, regimentado em bases bíblicas, notadamente heterossexuais em torno do homem e mulher cisgêneros e da geração de filhos, como “bendito fruto” do casamento monogâmico.

Em tempo, identifica-se a disseminação do termo “família desestruturada” para designar a heterogeneidade das composições familiares, abrangendo posicionamentos que comungam com o modelo nuclear de constituir-se enquanto família<sup>114</sup>. De modo geral, essas

---

<sup>114</sup> A família, nas suas mais diversas configurações, constitui-se como um espaço altamente complexo. É construída e reconstruída histórica e cotidianamente, através das relações e negociações que estabelece entre seus membros, entre seus membros e outras esferas da sociedade, tais como Estado, trabalho e mercado. Reconhece-se também que, além de sua capacidade de produção de subjetividades, ela também é uma unidade de cuidado e

perspectivas não reconhecem o caráter da multiplicidade e modificações dos arranjos familiares e atuam no sentido de estigmatizar as configurações fora dos marcos da heterossexualidade.

O ponto nodal dessa apreensão repercute na formação de opiniões contrárias a visibilidade das questões de gênero e sexualidade no espaço público e na conquista de direitos, com base em pressupostos heterocentrados de bio-homens e biomulheres, com vistas à unificação da opinião pública e de maneiras de ser coletivas. Essa operação ideológica cria uma espécie de pânico e alarme social contra a destruição da entidade sociofamiliar, cimentada no dogmatismo religioso.

Nota-se que no período intercensitário do IBGE, o segmento religioso que mais ascendeu foi a religião evangélica. De acordo com os dados, em 2010 soma-se 22,2% da população brasileira, representando um aumento de 16 milhões de pessoas (de 26,2 milhões para 42,3 milhões), ao passo que em 1991, esse percentual era de 9,0% e em 1980, de 6,6%. Isso significa que 2 em cada 10 brasileiros são evangélicos, sendo que em algumas capitais esse número chega a 4 pessoas<sup>115</sup>. Dentre as pessoas que se declararam evangélicas, 60% são pentecostais, seguidos de 28,8% de evangélicos não determinados e 18,5 evangélicos em missões.

Se em termos absolutos, ainda representamos a maior nação católica do mundo, esse número seguiu a tendência de redução das décadas anteriores, passando de 73,6% em 2000, para 64,6%, em 2010. Os dados registram um maior encolhimento da população católica na região Norte (de 71,3% para 60,6%), enquanto aumenta-se a representatividade das denominações evangélicas (19,8% para 28,5%). Proporcionalmente, Palmas (TO, popularmente conhecida como Capital da Fé<sup>116</sup>) ocupa o terceiro lugar entre as capitais mais evangélicas do país (32,7%).

Esses dados não são privilégio exclusivo de Palmas. É notório no Brasil que as demandas dos grupos neopentecostais, geralmente imbricadas em uma moral conservadora anti-LGBT, sexista, misógina e patriarcal, já ganharam espaço na

---

de redistribuição interna de recursos (MIOTO, 2010, p. 167). Em geral, a utilização das referências pessoais e singulares no entendimento da família implica na transformação das diferenças e da diversidade na ideia de desigualdade e incompletude.

<sup>115</sup> Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/as-capitais-mais-e-menos-evangelicas-do-brasil/>> Acesso em 31 mai. 2018.

<sup>116</sup> O evento “A Capital da Fé”, organizado pela prefeitura de Palmas-TO e pela Agência Municipal de Turismo (AGTUR), é a principal atração do carnaval na capital tocantinense, reunindo artistas restritamente evangélicos e católicos. De acordo com a Prefeitura, em 2018 o investimento foi de 1,2 R\$ milhões de recursos públicos.

agenda pública. A laicidade do Estado vem sendo desconsiderada ao passo que as demandas LGBT e feministas têm sofrido retrocesso (IRINEU, 2016, p. 67).

É importante salientar que muitos/as sujeitos/as irão adentrar na arena política e ingressar nos espaços públicos com a definição da questão religiosa como elementar na sua atuação. Isso não significa que exista uma relação mecânica entre pertencimentos religiosos e fundamentalismo. A problemática apresentada refere-se as interferências do pensamento religioso conservador no âmbito das políticas sociais e da laicidade do estado.

Para ilustrar, podemos citar a bancada dogmática religiosa no Senado brasileiro e o monitoramento religioso das matérias relacionadas à equidade de gênero, discussões de sexualidade e enfrentamento à homofobia.

Compartilhamos das proposições de Fernando Seffner (2011), que compreende os pertencimentos religiosos dos indivíduos como questão da esfera pública e não do domínio privado. O pertencimento religioso (a adesão a certo conjunto de orientações de uma religião) produz efeitos políticos na vida em sociedade, como qualquer outro pertencimento de natureza social (IBIDEM, p. 262). Reconhecer o caráter público e político dos pertencimentos religiosos, não significa defender que as ações de gestão pública sejam inspiradas em pressupostos bíblicos, religiosos e/ou fundamentalistas que confronta a laicidade do Estado, garantindo constitucionalmente no Brasil.

O autor advoga que para orientar tanto as reflexões acadêmicas quanto as decisões estratégias dos enfrentamentos políticos é ideal considerar o fenômeno religioso inteiramente no campo político e público, na tentativa de “politizarmos” o discurso religioso, tal como os movimentos sociais fizeram com a sexualidade.

Dentre as doutrinas judaico-cristãs que apregoam um determinado modelo de família (nuclear burguesa), verifica-se a sugestão de uma possível cura para homossexualidade e transexualidades, pautando-se na indagação de uma causa que determina a origem da sexualidade e da identidade de gênero fora dos parâmetros biológicos e religiosos da reprodução. O preconceito mascara-se na forma de ciência, passando a ser difundido em diversos grupos e determinadas categorias profissionais que acreditam no tratamento e extirpação da homossexualidade, resgatando a ideia de doença.

Tais posições não reconhecem a retirada da homossexualidade da lista de transtornos mentais a partir da década de 1970, protagonizada pela Associação Americana de Psiquiatria e Associação Americana de Psicologia, sendo oficializada pela Organização Mundial de

Saúde (OMS) em 17 de maio de 1990 com a exclusão da homossexualidade da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas relacionados com a Saúde (CID 10).

Os primeiros registros no Brasil advém com a retirada da classificação do “homossexualismo”<sup>117</sup> da lista de transtornos mentais pelo Conselho Federal de Medicina (1985) e o estabelecimento de normas éticas com a Resolução 01/1999 do Conselho Federal de Psicologia (CFP), que dispõe que “psicólogos não exercerão qualquer ação que favoreça a patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas, nem adotarão ação coercitiva tendente a orientar homossexuais para tratamentos não solicitados”.

O entendimento da OMS, do CFP e de outras instituições mais críticas não impediram a ascensão de discursos<sup>118</sup> que permanecem chancelando a homossexualidade como problema e desvio moral a ser eliminado, propondo soluções milagrosas e/ou terapêuticas que se relacionam com o livre mercado. Cristalizadas nas práticas institucionais, esses discursos repercutem no século XXI, acarretando implicações sociais e políticas, especialmente no acesso às políticas sociais.

Conforme dito anteriormente, as orientações de uma classe hegemônica ultrapassam a coerção e a base material, sendo calcadas num conjunto explícito de estratégias e táticas de persuasão e convencimento dos diferentes grupos sociais. As interpretações convincentes em torno de uma história única e absoluta sustentada numa suposta neutralidade e objetividade, são permeadas por ações concatenadas (supostamente informativas) sobre o quadro social, impedindo que o contraste e o confronto com outras ideias aconteçam. Contudo, isso não impede que elas continuem existindo e compondo o cenário de divergências e embates pela hegemonia, pois a sociedade civil não é um todo harmonioso e homogêneo.

Nos chama atenção que dentre os participantes da parada em Palmas-TO<sup>119</sup>, 65% dos entrevistados/as não conheciam nenhuma lei ou projeto de lei em âmbito estadual ou federal

---

<sup>117</sup> Segundo Bortolini (2008), o sufixo “ismo” é de origem grega e carrega dois sentidos: a de doutrina, seitas ou conjunto de ideias ou a ainda ideia de doença. Já o sufixo “dade” traz um sentido de expressão e manifestação humana. A ideia do “homossexualismo” geralmente difundido por setores conservadores que seguem uma linha política de opressão a comunidade LGBT, carrega uma ideia de doença e patologia, desrespeitando a saída da homossexualidade dos Códigos Internacional de Doença (CID e DSM) nos anos de 1990.

<sup>118</sup> Em 2017, um juiz federal da 14ª Vara Federal do Distrito Federal concedeu liminar que suspendeu parte da Resolução do CFP, atendendo a uma ação judicial de uma parcela autodenominada de “psicólogos cristãos” favoráveis a terapia de reversão sexual, evitando que os/as mesmos/as fossem punidos/as pelo Conselho Profissional. Disponível em: < [https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/19/politica/1505853454\\_712122.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/19/politica/1505853454_712122.html) > Acesso 01 Jun 2018.

<sup>119</sup> A pesquisa realizada pelo Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Sexualidade, Corporalidades e Direitos (2010) aplicou 190 questionários na VII Parada do Orgulho LGBT de Palmas-TO, em 2010, e contou com apoio

que beneficie a população LGBT. Em relação à política pública para o segmento LGBT no Tocantins ou no Brasil, apenas 13% dos/as participantes disseram conhecer e 83% desconheciam. Dentre os/as entrevistados, 50% afirmaram conhecer algum político do estado do Tocantins ou no Brasil que apoie as questões LGBT, ao passo que 44% desconhecia. Em se tratando de políticas públicas que beneficiem a população LGBT no estado do Tocantins ou no Brasil, 13% dos participantes afirmaram ter conhecimento, enquanto 83% dos/as entrevistados não conheciam. Trata-se, portanto de uma população que, apesar de ousar se manifestar, não dispõe de muitas informações indispensáveis à sua luta por direitos.

A ausência de uma política social de promoção do direito à educação que permeia a diversidade sexual consolidada em âmbito federal favoreceu legislações e programas pontuais e descontínuos nos municípios e estados onde há maior expressão do movimento LGBT. O que favorece a “interiorização geográfica” da homofobia, ou seja, os estados da região norte e municípios do interior (mesmo de grandes estados) são ainda mais incipientes em ações para a promoção da diversidade sexual (IRINEU; FROEMMING, 2012, p. 66).

Segundo Foucault (1988,1989), a relação de poder é sempre conflituosa, por que onde há poder há resistência. Louro (2013) afirma que os/as sujeitos/as tornam-se conscientes de seus corpos na medida em que há um investimento disciplinar sobre eles. Quando o poder é exercido sobre nosso corpo, “emerge inevitavelmente a reivindicação do próprio corpo sobre o poder”. Buscamos formas de resposta, de resistência, de transformação ou de subversão para as imposições e os investimentos disciplinares feitos sobre nossos corpos (IBIDEM, p.23)

É na sociedade civil que essas práticas reivindicatórias operam, sendo este o espaço para organizações relativamente autônomas em face do Estado<sup>120</sup>, congregando a imprensa, os partidos políticos, os sindicatos, as associações, os movimentos sociais, o sistema escolar, a igreja, as organizações profissionais, os meios de comunicação, as instituições de caráter científico, as artes (MORAES, 2010). Os aparelhos não são um atributo do Estado e pressupõe um certo grau de autonomia em relação a ele, podendo operar para a socialização

---

da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República –SDH/PR, por meio do Projeto Integrado “Hierarquias sexuais, de gênero e de direitos no Tocantins”. É importante ressaltar que somente 3% dos/as entrevistados identificam-se como travestis e transexuais.

<sup>120</sup> A depender das condições objetivas, esses aparelhos de hegemonia orbitam em torno do Estado, sustentando suas ideias e difundindo o senso fixado pelo bloco de classes hegemônico e dirigente (MORAES, 2010, p. 59).

da política e legitimação das classes subalternas, por meio de um projeto consolidado denominado de práxis política.

As mobilizações sociais<sup>121</sup> representam um importante indicativo para traçarmos os embates acerca da representação simbólica acerca do público LGBT, envolvendo as denúncias de discriminação e violência, bem como ações pedagógicas, educativas e jurídicas para o livre exercício da sexualidade e da expressão de gênero. Concomitante aos grupos sociais que pautam essa questão, há um forte ativismo religioso que embasa os debates jurídicos-legais, o ambiente educacional e as políticas públicas de modo geral.

Em se tratando de participação social no âmbito da sociedade civil, a pesquisa realizada na VII Parada LGBT de Palmas-TO (2010) apresenta um dado curioso. Identifica-se que o envolvimento dos/as entrevistados/as em grupos religiosos é de 25,5%, um quantitativo significativo ao compararmos com os dados da participação em organizações não-governamentais que representam 22,10% (IRINEU; FROEMMING, 2010). Isso significa inferir que, mesmo no espaço de visibilidade LGBT, o fator religioso é mais acentuado que o de militância.

Na interpretação de Gramsci, a sociedade civil é um campo de luta de classes, composta por dissonâncias, contradições, dissensos e conflitos do sujeito coletivo. Inscreve-se no âmbito de múltiplas relações de poder para conquista do consenso, por isso, inclui a disputa pelo monopólio, por meio da contra-hegemonia.

A contra-hegemonia é direcionada por interesses opostos ao da classe dominante, criando uma forma ético política baseada em valores universais, “cujo alicerce programático é o de denunciar e tentar reverter as condições de marginalização e exclusão impostas a amplos estratos sociais pelo modo de produção capitalista” (MORAES, 2010, p. 73). Nessa perspectiva, a contra-hegemonia é o local privilegiado da interlocução entre o pensamento e a ação política para enfrentar gradualmente a racionalidade hegemônica.

Isso posto, entende-se que os espaços de enfrentamento ao sexismo e à homofobia representam processos de resistência e embate à homofobia, organizados em coletivos

---

<sup>121</sup> Cabe ressaltar ainda o recurso do anonimato por parte dessa população. O documentário “Memórias (In) Visíveis: retratos do Tocantins LGBT”, fruto do projeto de extensão “Retratos do Tocantins Homossexual: trajetórias de sujeitos políticos LGBT” vinculado ao NEPESSCD, traça o processo de deslocamento e os fluxos de (i) migração dos sujeitos declarados LGBT para Palmas-TO e para regiões maiores. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=kArjWm2Lo0g&t=9s>> Acesso em 02 jun. 2018.

acadêmico-universitários e associações LGBT, cujas atuações estão em contramão a regulação imposta pela sequência sexo-gênero-desejo.

### **3.2 “Um balde de água numa chama de vela”: as reações contrárias ao Movimento LGBT no estado do Tocantins**

É muito difícil, num estado pequeno, onde que é machismo, a questão de você lidar com certas situações é desprazeroso e a gente vai lutando e vai conquistando o espaço da gente<sup>122</sup>.

Nesse subtítulo iremos discutir a saga do Movimento LGBT e das entidades dos direitos humanos no território tocantinense, recuperando as principais organizações que se destacaram na repercussão das pautas LGBT no cenário estadual. A atuação dos movimentos sociais, organizações não-governamentais e coletivos universitários não estão desvinculados do panorama aludido anteriormente, tampouco dos avanços e retrocessos no ordenamento jurídico. Nesse aspecto, iremos ressaltar as principais medidas legais concernentes aos direitos LGBT, principalmente em relação ao uso do nome social nas regulações do estado.

Esse esforço teórico-político nos exige traçar uma espécie de linha do tempo no chão histórico, anterior a implementação do nome social na UFT, contar a trajetória de sujeitos individuais e coletivos, reviver histórias e esboçar grupos sociais que atualmente estão desarticulados, mas que contribuíram para a visibilidade da população LGBT no estado. Cabe questionar ainda, o pertencimento de classe, raça/cor e gênero dos/as estudantes que militaram no Movimento LGBT.

Esse levantamento irá visibilizar atores sociais e suas respectivas organizações que protagonizaram a defesa do nome social e do uso autorreferido dos banheiros, compreendendo as ações que antecedem as regulações no âmbito da UFT, no qual trataremos no próximo tópico. Não obstante, sabemos que as entidades que compõem o movimento LGBT no estado são mais abrangentes em relação aos que citados e que a visibilidade em torno dessas

<sup>122</sup> O vídeo foi gravado no estúdio do “Repórter Tocantins”, em 09/05/2017, em comemoração ao “Dia da Mulher”. O apresentador, gênero masculino, identificado étnico racialmente como branco e com faixa etária entre 30-40 anos, inicia a reportagem evidenciando o desconhecimento em torno da transexualidade/travestilidade. Bianca é apresentada como mulher trans e presidente da ATRATO. Ela pode ser identificada étnico racialmente como negra e está na faixa etária de 25/30 anos. Eles conversam em pé sobre as questões que atravessam a experiência trans: a vivência no estado, políticas públicas, preconceito e violência, mercado de trabalho e movimento social. A Associação das Travestis e Transexuais do estado do Tocantins (ATRATO) é uma organização não-governamental que tem por finalidade promover a cidadania das pessoas trans no Tocantins.



temáticas é resultado de uma atuação conjunta de diversos movimentos LGBT, que se articulam e se unem no enfrentamento à discriminação.

Dentre as distintas dimensões da vida individual e coletiva, a adoção da perspectiva de gênero, e com mais intensidade da ideia de sexualidade suscita um complexo e polêmico debate, principalmente ao remetermo-nos às medidas protetivas. Apesar das poucas regulamentações legais e sociais oriundas das lutas do Movimento Feminista e LGBT, o gênero e a sexualidade estão inseridos numa arena de distintos conflitos e posicionamentos de variadas perspectivas.

Com efeito, iremos traçar o panorama dos principais avanços e retrocessos das políticas públicas no estado do Tocantins destinado aos sujeitos “dissidentes” da heteronormatividade. As regulamentações legais são importantes no alargamento dos direitos, mas é importante frisar que a perspectiva de direitos humanos apresenta um quadro mais amplo que a legalidade.

Em junho de 2006 foi fundada a Associação Grupo Ipê Amarelo Pela Livre Orientação Sexual (GIAMA), em Palmas -TO, que, à época, era a única Organização Não-Governamental (ONG) que atuava na defesa e promoção dos direitos do segmento LGBT no estado do Tocantins. Em 2007, a entidade foi declarada de utilidade pública pela Prefeitura de Palmas pela Lei 1.474/2007.

Ao longo dos anos, o Giama atuou com os três níveis de governo e com agências de cooperação internacional, no intuito de fomentar capacitações, fóruns, encontros e oficinas em direitos humanos e HIV/AIDS, organização das Paradas do Orgulho da Diversidade Sexual, execução de projetos de assessoria jurídica à pessoas vivendo com HIV/AIDS e monitoramento e denúncia dos índices de assassinato no estado. Contudo, as atividades, ações e propostas realizadas pelo Giama foram interrompidas, quando a mesma declarou seu encerramento em dezembro de 2013, argumentando a ausência de verbas para manter a entidade.

No que tange ao âmbito educacional, a principal contribuição do Giama refere-se ao tensionamento no Conselho Estadual de Educação para a regulamentação da Resolução nº 32/2010<sup>123</sup> que dispõe sobre a inclusão do nome social de travestis e transexuais em registros escolares nas Unidades de Ensino (UES) da educação básica.

---

<sup>123</sup> A pesquisa realizada na VII Parada LGBT de Palmas-TO (2010) revela que 60% das pessoas entrevistadas desconhecem a normativa, enquanto somente 37% afirmam conhecer. Ao questionadas quanto a concordância, 64% dos/as entrevistados concordam, a partir das seguintes narrativas “por que a travesti tem que ser chamada



De acordo com a Resolução nº 32/2010<sup>124</sup>, a adoção de nome social deve observar, obrigatoriamente, as seguintes disposições: I - que o/a interessado seja maior de 18 anos; II- que o pedido seja formalmente endereçado ao Diretor da escola através de requerimento; III- que o nome social não substitua o nome civil, mas venha-se após-posto e entre parênteses; e IV- que os registros sejam exclusivamente de operacionalização e valor interno da unidade escolar.

A efetivação à luz dos direitos humanos fica comprometida pela exigência da maioridade, pois, geralmente o ambiente familiar é identificado como primeiro espaço de não reconhecimento e violência. O critério de idade mínima para assegurar a cidadania causa constrangimento e abandono precoce dos estabelecimentos de ensino, ferindo o princípio fundamental da dignidade humana.

Na esfera jurídica, elencamos o Núcleo da Diversidade Sexual da Defensoria Pública do estado do Tocantins (NUDIS <sup>125</sup>) instituído em 2011 pela Defensoria Pública (DP) de Palmas. A disposição do núcleo como uma ferramenta que fortalece a importância das legislações e ações destinadas à população LGBT tocaninense demonstra um avanço no cenário estadual. Nesse sentido, o NUDIS objetiva combater a homofobia e possibilitar a equidade de direitos entre as pessoas, visando sensibilizar a sociedade de um modo geral para que o trabalho se consolide por meio dos processos educativos.

Com a Resolução CSDP nº 155/2017 foram criados os coletivos permanentes do Núcleo Aplicados das Minorias e Ações Coletivas – NUAMC, no âmbito da Defensoria Pública (DP). A proposta adveio da necessidade de interiorizar a atuação da DP no que tange às questões de gênero e sexualidade que até aquele momento estavam concentradas na capital do estado, através das ações do NUDIS. Dessa forma, as NUAMCs são sediadas nas regionais de Araguaína, Dianópolis, Gurupi e Palmas. Suas atribuições compreendem ações sob o signo dos direitos das “minorias”, pautando-se na “defesa da população LGBT, questões de

---

pelo que se vê”, “ela se considera uma mulher e assim tem que ser reconhecida”, “direito de mudar o nome”, “nome de acordo com a orientação sexual”, “para serem felizes”, “conquista de direitos”. Dentro os 9% que discordam, foi mencionado que “por que tem que ser chamada pelo nome que está no registro”, “para cada um permanecer com sua identidade” e por “biologicamente é homem”.

<sup>124</sup> Disponível em <<http://www.cee.to.gov.br/documentos/CEB/resolucao-camara-de-educacao-basica/2010/RES-No-32-2010.pdf>> Acesso em 02 abr. 2018.

<sup>125</sup> No Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “Diversidade Sexual e Gênero: uma abordagem à luz dos Direitos Humanos e legislações protetivas”, Rosana Benício Silva (2012) fundamenta um importante debate em torno da criação e consolidação do NUDIS.

sexualidade e gênero, idoso, drogadição, quilombola, igualdade racial, moradia, regularização fundiária, deficientes, grupos étnicos e religiosos, usuários do transporte coletivo, pessoas em situação de rua, dentre outras que se insiram em suas atribuições”.

No âmbito institucional, podemos indicar a criação do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em “Sexualidade, Corporalidades e Direitos”, na Universidade Federal do Tocantins/Campus Miracema (UFT), em 2009, viabilizado pelo financiamento da SDH/PR, por meio da Coordenação de Promoção da Cidadania e Direitos LGBT, sustentado pelo programa Brasil sem Homofobia (2004).

O Núcleo foi proposto em consonância com o I Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT, publicado pela Presidência da República, em 2009 (produto da sistematização das propostas aprovadas na I Conferência Nacional LGBT). Em suas possibilidades de ações, o item 2.1.6 do Eixo Estratégico I – “Promover a articulação e a parceria entre órgãos governamentais, institutos de pesquisas e universidades visando estabelecer estratégias específicas e instrumentos técnicos que possam mapear a condição socioeconômica da população homossexual e monitorar indicadores de resultados sobre o combate à discriminação por orientação sexual” (BRASIL, 2008, p.35).

Inspiradas/os por uma tradição de cunho marxista atrelada ao curso de Serviço Social, o Núcleo estrutura-se com a proposição de reflexão e ressignificação de gênero, sexualidade, raça/etnia e classe social, buscando reiterar a dimensão político-pedagógica da universidade como espaço socioeducativo para a transformação.

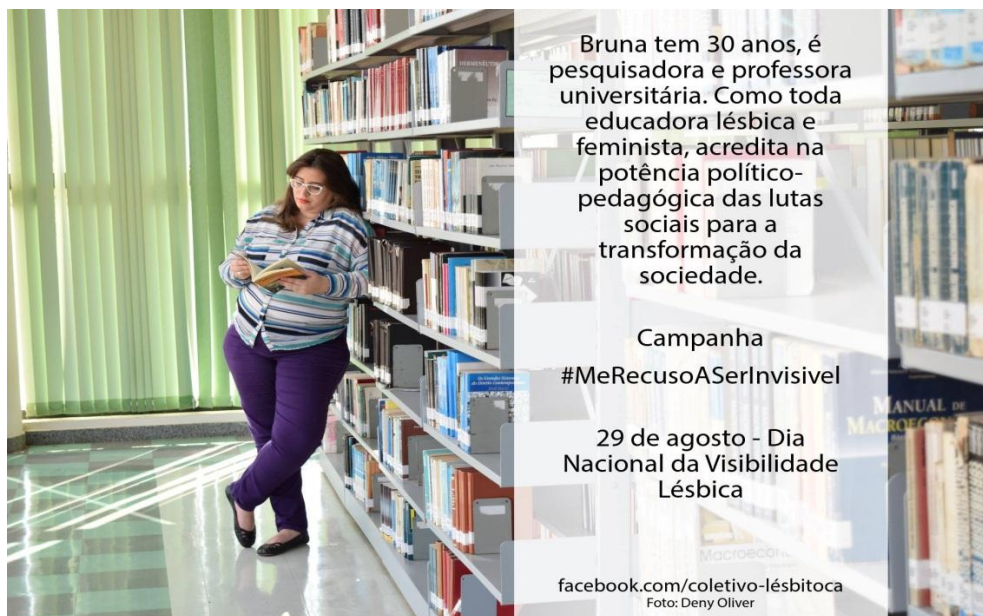
A transição entre ações pontuais para ações contínuas no âmbito do NEPSCD<sup>126</sup>, vincula-se ao esforço coletivo dos/as estagiários, bolsistas, estudantes e professoras do Serviço Social e Pedagogia. Cabe destacar o protagonismo da Prof. Cecilia Froemming e principalmente da Prof. Bruna Irineu que ao longo da sua estadia na UFT inseriu o debate de gênero e sexualidade no contexto institucional e estadual, através da elaboração e coordenação de projetos e ações de pesquisa e extensão, propondo, inclusive uma disciplina

---

<sup>126</sup> De acordo com o levantamento realizado por Irineu (2018), entre 2010 a 2015, o Núcleo desenvolveu seis projetos de pesquisa e seis projetos de extensão, orientou doze estudantes bolsistas, publicou um livro e cinco artigos em periódicos, vários trabalhos apresentados em eventos, organizou quatro seminários, um colóquio e três semanas universitárias de combate à homofobia, capacitou 250 profissionais da educação e 150 profissionais da segurança pública e 100 estudantes em cursos de formação continuada e produziu um documentário audiovisual experimental. A equipe do Núcleo conseguiu inserir a primeira disciplina de Gênero e Sexualidade no Projeto Pedagógico na UFT, no curso de Serviço Social. Apesar do número expressivo, esse quantitativo não totaliza o conjunto de ações que foram desenvolvidas ao longo destes oito anos de existência.

de “Gênero e Marxismo” e “Sexualidade, Corporalidades e Direitos” no Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social.

**Figura 2 – Campanha Me Recuso a Ser Invisível: Bruna**<sup>127</sup>



Fotos da Campanha #MeRecusoASerInvisível

Ainda no âmbito da UFT, destacamos o Movimento Universitário de Diversidade Sexual (MUDAS) construído em 2011 por estudantes vinculados ao curso de Direito e Comunicação Social. Entre 2011-2014, o Mudas atuou na formação política e propiciou espaços de debate no ambiente universitário, bem como o acompanhamento das políticas públicas relacionadas à diversidade sexual e à identidade de gênero no âmbito estadual. A principal ideia para a construção do grupo de militância e sociabilidade LGBT permeia o enfrentamento aos casos de homofobia e resistência aos grupos mais conservadores, homofóbicos e sexistas inseridos na universidade.

A participação e o engajamento político da estudante Marina Galvão, cofundadora do MUDAS, coloca-se num lugar de destaque na apreensão das biografias. O percurso de militância circunscreve uma larga experiência como ativista dos direitos da população LGBT no Tocantins. Atualmente, Marina é assessora jurídica e compõe a Comissão de Diversidade

<sup>127</sup> A Campanha de visibilidade lésbica do Coletivo LésBitoca em parceria com Canal Mim dá um Real e Núcleo de Pesquisas em Sexualidade – UFT, realizada com apoio de LBL-TO, ABL-TO e MUDAS - Movimento Universitário de Diversidade Afetivo Sexual. O teaser da campanha está disponível em: <<https://youtu.be/XCoN6yhZsXc>>

Sexual da OAB/TO. A militante pode ser identificada étnico racialmente como branca, inserida na classe média, oriunda da cidade de Goiânia-GO e lésbica. “Minha trajetória educacional foi à esperada para uma pessoa branca de classe média, residente em um bairro de classe média alta em Goiânia: estudar em colégios particulares e cursinhos até adentrar em uma Universidade Pública” (MARINA, 2016).<sup>128</sup>

O processo de descobrimento da sexualidade despertou em mim a inevitável aproximação da política. Isso porque um dos motivos pelo qual nunca ter saído antes do armário era o fato de não conhecer/conviver com homossexuais assumidos e compreender que a homossexualidade não era uma identidade aceita na nossa sociedade. Portanto, no meu ponto de vista estava claro que para viver plenamente minha sexualidade eu deveria mudar a sociedade. O fato da minha primeira namorada ter um pensamento político e social bastante crítico contribuiu sobremaneira para que no nosso primeiro dia de aula procurássemos o Diretório Central dos Estudantes da UFT, no intuito de obter informações sobre coletivos de militância LGBT na Universidade. Inicialmente, fomos informadas que não existiam coletivos ativos, mas que existiam alguns acadêmicos que realizavam essa militância na Universidade. Fui atrás de uma dessas militantes que é atualmente minha esposa e que se tornou meu primeiro contato político e de militância na Universidade (Marina Galvão, 2016).

### **Figura 3 – Campanha Me Recuso a Ser Invisível: Marina**

---

<sup>128</sup> Entrevista concedida ao Projeto Entre Vistas Sociais em 20/04/2016. Disponível em: <<https://medium.com/@marcelodesouzacleto/marina-de-oliveira-galv%C3%A3o-identidade-e-resist%C3%Aancia-66c03592f5ec>> Acesso 09 jun. 2018.



A desarticulação do MUDAS se deve ao envolvimento dos/as integrantes em movimentos externos à UFT, principalmente nos espaços de representação das Conferências Nacionais e Regionais de Direitos Humanos<sup>129</sup> no ano de 2015, no qual o MUDAS integrava como parte da Comissão LGBT.

Durante a realização dessas conferências, recuperamos a atuação de Brendhiva, uma estudante de Direito da UFT, identificada étnico racialmente como branca, de classe média baixa e de narrativa urgente, bolsista do NEPESCD e representante do MUDAS na Comissão. Viajamos juntas como delegadas da sociedade civil para as regiões estrategicamente situadas do estado. Na época, eu representava o Coletivo LESBITOCA, uma organização não-governamental (ONG) de Palmas-TO fundada em 2014, que envolvia mulheres lésbicas e bissexuais, numa perspectiva feminista, antirracista, anticissexista e anticapitalista.

Ao recuperar a memória das reuniões da Comissão LGBT expressa nas atas das reuniões, relembro o conjunto de incidências, atropelos, desqualificação, intimidações, acusações que os/as militantes sofreram ao longo da organização e execução das Conferências. As interpelações vieram do governo, mas também dos militantes envolvidos com outras pautas.

<sup>129</sup> De acordo com a Portaria SEDPS/TO nº 085, de 06/04/2015, as Conferências Regionalizadas Conjuntas de Direitos Humanos objetivaram fortalecer a participação social de forma ampla e diversa, de modo a interligar segmentos e políticas e resultar numa ação conjunta de todos os públicos envolvidos com as temáticas da Criança e Adolescente, Pessoa Idosa, LGBT, Pessoa com Deficiência de forma transversal. No Tocantins, as Conferências foram realizadas nos municípios de Augustinópolis, Dianópolis, Paraíso, Gurupi e Palmas.



Os processos de organização das conferências aqui não foram tranquilos e a conferência em si foi cheia de atropelos e interpelações por parte dos gestores e gestoras da Secretaria de Defesa e Proteção Social que organizou a conferência para com a sociedade civil organizada presente. Para se ter uma ideia tivemos momentos tão tensos de descontrole e despreparo da gestão que foi necessário que os conselheiros nacionais presentes assumissem os trabalhos para poder finalizar as apresentações de moções e legitimar a eleição dos delegados e delegadas. O que me deixa tocada profundamente é que com a secretaria em questão haveria um compromisso de diálogo e respeito em todo o processo por mais empecilhos que houvesse. Mas isso não tem acontecido, em nenhum espaço de controle social do qual pudemos participar. Para se ter uma ideia a conferência estadual de mulheres ainda não foi chamada, mesmo tendo ocorrido as regionais e municipal da capital, e é possível que não aconteça, caso não haja alguma articulação da sociedade civil nesse sentido. [...] na oportunidade, tivemos a aprovação de 11 propostas, entre elas tivemos a aprovação do Plano Estadual LGBT, a garantia da população LGBT no acesso a moradia, a criação de Conselhos Estadual e Municipais, a transversalidade nas políticas públicas estaduais e a criação de um ambulatório na Região do Bico do Papagaio de atendimento prioritário a população LGBT (LESBITOCA)<sup>130</sup>.

De acordo com o relato de experiência que sistematizei para o Coletivo Lesbitorca sobre a Conferência de Augustinópolis-TO, por exemplo, pontuo o repasse das responsabilidades para a sociedade civil. Na ocasião, ficamos incumbidos de mapear e mobilizar a população LGBT dos municípios vizinhos para garantir a participação nos grupos de trabalhos e, principalmente, assegurar que dentre os/as delegados eleitos tivessem representações LGBT. Essa era uma atribuição da Secretaria de Defesa Social (SEDS) e que foi garantido nas outras pautas. Além da falta de empenho em mobilizar esses sujeitos, não houve qualquer divulgação prévia sobre a realização das conferências nos municípios.

A participação social no âmbito da SEDS<sup>131</sup> compõe um conjunto de comissões, conselhos e comitês relacionado às diversas temáticas dos Direitos Humanos, com o intuito de aprimorar, implementar e fortalecer as políticas públicas por meio de ações conjuntas entre o Estado e a Sociedade Civil.

Nessa perspectiva, a Comissão de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos da População LGBT, formada por entidades da sociedade civil e do poder público, foi criada a partir do Decreto nº 4.794, de 02 de maio de 2013, publicado no Diário Oficial do Estado, pelo então Governador Siqueira Campos e pelo ainda Secretário de Defesa Social Nilomar dos Santos Farias. Constitui-se como uma resposta às demandas da sociedade civil indicadas na II Conferência Estadual de Políticas Públicas LGBT, realizada em 2011. Em 2012, a SEDS

---

<sup>130</sup> Nota de Repúdio ao assédio ocorrido na Conferência Estadual de Direitos Humanos (15/12/2014).

<sup>131</sup> Atualmente, é denominada de Secretaria de Estado da Cidadania e Justiça (SECIJU).

passa a reunir periodicamente as entidades da sociedade civil e do poder público, objetivando a institucionalização da Comissão LGBT, que foi efetivamente oficializada em 2013.

Até o ano de 2016<sup>132</sup>, a Comissão LGBT era a única que não gozava do status de Conselho ou Comitê, ao contrário de outras pautas que já tinha alcançado esse espaço. Ao reportar aos espaços de participação social na página eletrônica do SECIJU, antiga SEDS, não há mais nenhuma informação referente à existência de colegiado destinado ao controle social de políticas voltadas à população LGBT, apesar da instituição reconhecê-la como grupo vulnerável<sup>133</sup>.

Com caráter consultivo e propositivo, a Comissão LGBT foi criada com a finalidade de promover a superação das causas e dos efeitos da discriminação e da violência homofóbica no estado do Tocantins, atuando na discussão e apresentação de políticas públicas. Dentre as atribuições, cabe à Comissão elaborar o Plano LGBT, acompanhar a tramitação das matérias propostas na Assembleia Legislativa, acompanhar e avaliar os projetos de cooperação técnica firmados entre o estado do Tocantins, a União, Municípios e as entidades não governamentais, propor a elaboração de estudos e pesquisas e incentivar a realização de campanhas pela Defesa dos Direitos Humanos LGBT. Para capacitar os/as integrantes da comissão e os/as profissionais vinculados à secretária, em 2013, a SEDS assinou o Termo de Cooperação Técnica com a UFT instituindo uma parceria com o Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão “Sexualidade, Corporalidades e Direitos” para a implementação do Curso de Formação “Gênero, Direitos Sexuais e Políticas Públicas”.

Ao longo da sua institucionalização, a Comissão LGBT sistematizou o Plano Estadual de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT, resultado da indicação realizada na II Conferência Estadual LGBT, realizada em 2011, e da sistematização e pactuação das propostas aprovadas em forma de políticas públicas. O Plano prevê ações na área da Educação e Cultura, Justiça e Segurança, Saúde e Previdência Social, Assistência Social e Trabalho com metas e prazos a serem cumpridos, a partir do formato do I Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT, publicado pela Presidência da República, em maio de 2009.

---

<sup>132</sup> Desvinculei-me do Comissão LGBT no ano de 2016, quando ingressei no mestrado no PPGSS/UERJ no Rio de Janeiro (RJ).

<sup>133</sup> Tentamos contato via e-mail para saber a atual situação da Comissão LGBT (12/03/2018), tendo em vista que o mandato é de 2 anos, mas até o momento não obtivemos resposta.

No levantamento dos avanços e retrocessos das políticas de reconhecimento legal e social à população LGBT, reconhecemos o protagonismo do Deputado Estadual Eli Borges (PROS), cuja atuação é determinada pela defesa dos valores familiares. A intenção não é tomar Eli Borges de forma isolada, muito menos evidenciar suas posturas e percepções individuais, mas apreendê-lo como expressão de cerca de 13.117 votos que possibilitou sua quarta eleição consecutiva no cenário tocantinense.

Não obstante, Eli Borges foi o único deputado estadual do Tocantins que usou a tribuna da Assembleia Legislativa para denunciar a Portaria SEDS/TO n° 645, que aprovou o Plano LGBT em setembro de 2014. Na oportunidade, o deputado, que afirmou nunca ter desrespeitado qualquer grupo organizado no país no quesito LGBT, argumentou que defendia os valores das famílias tradicionais e defendeu a não utilização de material didático nas escolas em benefício de grupos individualizados, uma vez, que segundo ele, já se tem o “livro de biologia”. De acordo com a página eletrônica JM Notícias (Matéria 19/09/2014),

O tema é polêmico, porque há famílias que não querem que os seus filhos tenham matérias com conteúdo voltado para a comunidade gay. O governo federal tinha aprovado uma tal cartilha gay<sup>134</sup> nas escolas públicas de todo o país, o que gerou revolta instantânea na sociedade. Após matéria do JM Notícias informando a publicação da Portaria, houve pressão de líderes evangélicos sobre o governo questionando o porquê de outros segmentos não terem sido consultados para elaboração do referido Plano.

O Plano foi autoritariamente revogado pela SEDS, após dez (10) dias de publicação no Diário Oficial<sup>135</sup>, sem qualquer diálogo com a Comissão, sob argumentação exposta em veículos midiáticos de que o Plano iria para adequações e ampla adesão das Secretarias Estaduais. Segundo a reportagem veiculada na página eletrônica do T1 Notícias (10/09/2014), “a SEDS informou ainda que, após as alterações, o documento seguirá para a Casa Civil e

---

<sup>134</sup> A “tal cartilha gay” mencionada pejorativamente pelo deputado, refere-se à publicização do “Kit Escola Sem Homofobia” atrelado ao Projeto Escola Sem Homofobia, idealizado pelo Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (MEC/SECADI), em 2011, com o objetivo de implementar o Programa Brasil sem Homofobia no ambiente educacional, através de ações que promoveriam ambientes políticos e sociais favoráveis à garantia dos direitos humanos e da respeitabilidade das orientações sexuais e identidade de gênero no âmbito escolar brasileiro. O Kit Escola sem Homofobia constituía-se como um conjunto de instrumentos didático-pedagógicos que subsidiariam a abordagem das temáticas de identidade de gênero, diversidade sexual e direitos humanos pelos/as professores/as aos estudantes do ensino médio. Contudo, o material foi alvo de campanha preventiva de setores conservadores e da reprovação da então presidente Dilma Rousseff que cedeu às pressões das bancadas religiosas.

<sup>135</sup> A comissão registra ainda que nos dois anos de elaboração e sistematização do Plano LGBT houve trocas sucessivas de servidores/as responsáveis por acompanhar a formulação.



obedecerá aos trâmites legais até nova publicação em Diário Oficial. Mas não há precisão de quanto tempo isso pode levar”<sup>136</sup>.

Em nota, as instituições da sociedade civil integrantes da Comissão LGBT, responsáveis por “elaborar, acompanhar a execução e solicitar os atos normativos necessários à implementação do Plano Estadual de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos da população LGBT”, repudiaram a revogação e organizaram atos públicos, mobilização e abaixo assinado *on line*.

Nossa população vem sendo dizimada por razões de sua orientação sexual e/ou identidade de gênero e um estado que revoga uma primeira iniciativa formulada para melhorar o quadro de violências contra este segmento social nas ruas, na família e nos serviços públicos está corroborando com as violações dos direitos humanos desta população. Cabe ressaltar que em nível federal as políticas públicas para a população LGBT existem há dez (10) anos, enquanto em Tocantins não há efetivamente nenhuma iniciativa de âmbito estadual. *Mesmo tendo o Governo Estadual assinado Termo de Cooperação Técnica com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República ao final de 2012 para “articulação e implementação de políticas públicas de enfrentamento à homofobia no Brasil (COMISSÃO LGBT)*<sup>137</sup>.

De acordo com a Nota de Esclarecimento e Repúdio a afirmação do Governo Estadual foi falaciosa, pois a Comissão contou com a participação das Secretarias durante todo o período de elaboração do Plano. As informações expostas pela SEDS não antecederam qualquer comunicado às entidades que compõem a Comissão. As justificativas indicam que o então governador Sandoval Cardoso (SD/TO) cedeu aos setores conservadores e fundamentalistas que não compreenderam a necessidade de políticas para o enfrentamento a violência contra o segmento LGBT (COMISSÃO, 2014):

Podemos dizer que no estado avançamos mais na pauta LGBT no governo do PSDB com o ditador do cerrado, no qual propusemos o Plano LGBT (que não saiu do papel) do que no [governo] PT, no que se refere aos direitos humanos. Sandoval entrou e depois de uma semana desaprovou. O Plano sequer serviu de diretriz, ao menos, para inglês ver (INTEGRANTE MOVIMENTO LGBT)<sup>138</sup>.

<sup>136</sup> Não há mais nenhuma informação acerca da aprovação e publicação do Plano.

<sup>137</sup> Disponível em: <<http://www.atitudeto.com.br/wp-content/uploads/2014/09/NOTA-DE-ESCLARECIMENTO-E-REP%C3%9ADIO.pdf>> Acesso em 10 abr. 2018.

<sup>138</sup> Registros pessoais.

Ao remetermo-nos aos espaços privilegiados do controle social, depreendemos que a criação e regulação da Comissão LGBT tornou-se inócua, na medida em que o estado não a reconheceu, atropelou, coibiu e revogou o trabalho realizado. Não por acaso, após a revogação do Plano, a Comissão LGBT deixou de existir, pois não foi suficientemente reconhecida na construção das políticas LGBT no estado.

Atualmente, verifica-se um processo de recrudescimento deste cenário no estado, alinhando-se à tônica observada nacionalmente, que reacende posturas ultrarreligiosas que não apenas negligenciam e invisibilizam a agenda LGBT, mas combatem as discussões das diferenças e desigualdades sociais.

Em 2016, a Assembleia Legislativa do Tocantins sediou o evento “Atualidades da Política Brasileira”, que contava com a participação do Deputado Marcos Feliciano (PODE) e da autointitulada “psicóloga cristã” Marisa Lobo, dentre outros representantes políticos religiosos. O evento se apresentava como espaço para debater a ideologia de gênero, a sexualidade, o aborto e a religião. Em nota de repúdio, as organizações da sociedade civil denunciaram a falácia da ideologia de gênero que não possui legitimidade no campo das ciências sociais, da saúde coletiva e das ciências humanas, vinculando-se a uma perspectiva religiosa.

Nota-se ainda que a principal figura política, a favorita para as eleições para governador em 2018 proibiu, através de medida provisória e posteriormente pela Lei Municipal nº 2.243, de 23 de março de 2016<sup>139</sup>, o debate de gênero e sexualidade nas escolas situadas em Palmas-TO, aliando-se com a comunidade evangélica. Segundo representantes da comunidade evangélica “a única forma de não ter confusão nas salas de aulas é deixando essa temática para as famílias, como diz a Constituição no artigo 227”<sup>140</sup> (Matéria da JM Notícias, 03/07/2017).

Inversa a essa propositura, a OAB/TO organizou uma Audiência Pública em parceria com as entidades da sociedade civil para discutir a Medida Provisória lançada no município

---

<sup>139</sup> Rodrigo Janot, ex-Procurador Geral da República moveu ação contrária à proibição de debate de gênero nas escolas municipais situadas na cidade de Palmas (TO), Cascavel (PR), Novo Gama (GO), Paranaguá (PR), Blumenau (SC), Palmas (TO), Tubarão (SC) e Ipatinga (MG). Disponível em: <<http://jornalboanoite.com.br/janot-move-acao-contra-lei-da-ideologia-de-genero-em-cascavel/>> 07 jun. 2018.

<sup>140</sup> Constata-se que há discordância na interpretação, pois o artigo 227/CF determina que **é dever da família, da sociedade e do Estado** assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (grifo nossos).

de Palmas e os efeitos da chamada ideologia de gênero no contexto de violências e violações. Ao contrário da audiência anterior, houve um amplo convite para a discussão, sendo inclusive objeto de críticas pelos representantes políticos, conforme questiona Eli Borges, o mesmo parlamentar mencionado anteriormente.

A OAB diz que defende o direito de todos, e então o que diz a Constituição Federal dizendo que a educação sexual, a educação moral tem a precedência dos pais, e se o Estatuto da Criança e do Adolescente diz que também tem a precedência dos pais, e se o Pacto de São José<sup>141</sup>, que é lei no Brasil, adotado pela ONU, tem a educação sexual e moral a precedência dos pais. Por que a OAB não teve então a coerência de fazer a fundamentação da legalidade deste assunto a nível da defesa da Constituição Federal, a nível do Estatuto da Criança e do Adolescente e a nível do Pacto São José, que é lei no Brasil? A OAB preferiu priorizar os defensores da ideologia de gênero, quer seja numericamente, quer seja dando mais tempo de fala. Para mim, a OAB não teve um debate coerente, equilibrado, com tempos devidamente divididos, um quantitativo devidamente dividido, porque as pessoas que representaram a OAB só falaram defendendo a ideologia de gênero. Não vi, em nome da OAB, alguém fazendo a defesa da família tradicional, e eu tenho pesquisa dizendo que mais de 80% da população é contrária (MATÉRIA JM NOTÍCIAS, 27/04/2016).

Nomeado como membro do Conselho Estadual de Educação (CEE/TO) para o biênio 2017/2018, o deputado, em parceria com demais parlamentares, tentou punir e penalizar as pessoas que “descumprem” a legislação municipal. Ao propor uma Audiência Pública para avaliar as inobservâncias da lei, o deputado indica que essas iniciativas são um desrespeito ao Plano Estadual de Educação, aprovado pela Assembleia Legislativa após os debates promovidos em 139 municípios do estado, que exclui todas as questões que fazem referência às questões ligadas a gênero.

Rios (2006) anuncia que a primeira objeção à inserção de gênero e sexualidade colocasse no chamado dilema da democracia<sup>142</sup>, pois a maioria dos indivíduos rejeita e estigmatiza certas identidades e práticas sexuais. Nesse aspecto, a decisão em contrário poderia configurar como usurpação do processo democrático, um desrespeito à vontade popular, configurando um ato arbitrário por parte dos órgãos públicos que deveriam primar pelas deliberações majoritárias. Segundo o autor, esse argumento não prospera do ponto de vista dos direitos

---

<sup>141</sup> O Pacto São José trata da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, realizada na Costa Rica, em 1992. O documento possui 81 artigos que reafirmam a consolidação da liberdade pessoal e da justiça social nos marcos dos direitos fundamentais da pessoa humana. O equívoco interpretativo do deputado remete à proteção das crianças pela unidade familiar, pela sociedade e estado, disposto no artigo 17 e 18 do documento.

<sup>142</sup> Coutinho (1995) aponta que a regra fundamental da liberal-democracia seria a regra da maioria. Começa a surgir no século XIX à ideia de que a maioria pode exercer uma tirania sobre as minorias, impedindo a plena explicitação da individualidade e de liberdade dos diferentes.

humanos, especialmente quando inseridos em constituições nacionais, qual seja, sua função de proteção de indivíduos e grupos contra violações perpetradas por maiorias.

No caso do gênero e sexualidade, uma vez subsumidas as prerrogativas de liberdade e igualdade, como princípios básicos das declarações dos direitos humanos e do constitucionalismo clássico implica o reconhecimento da dignidade de cada ser humano orientar-se de modo livre e merecedor de igual respeito, protegendo-se das deliberações da maioria, mascaradas da democracia (IBIDEM, p.83).

Dito isto, concebemos que a educação não deve ser interpretada como doutrinação, tampouco legitimada como espaço que ensina verdades absolutas e inquestionáveis que estejam sucumbidas a um debate plural de ideias e variabilidade de diferenciações. Incentivar o caráter vital da diferença nas instituições que estamos envolvidos para além do pressuposto da tolerância possibilita romper com os mecanismos de interdições e normatizações restritivas, vigilantes, colonizadoras e higienizadas, forjando condições para um direito democrático da sexualidade e da livre expressão de gênero.

A construção dessa abordagem no âmbito educacional reivindica que se considere a articulação entre cidadania<sup>143</sup>, dignidade, diversidade, emancipação, liberdade e a diferença, aspectos inseparáveis da prerrogativa dos direitos humanos; bases para pensarmos uma educação democrática e justa que se desdobre em inúmeros direitos.

Em termos de conquista, podemos citar a formalização da Portaria n° 1117/2016, pela Prefeitura de Palmas-TO, que reconhece o nome social em serviços de saúde, garantido pelo SUS desde 2009, com a aprovação da Portaria n° 1829, que dispõe sobre os direitos e deveres no âmbito da saúde.

Eu fui vítima de discriminação dentro de estabelecimentos onde fui buscar atendimentos de saúde, isto me indignou. Vi o descaso e a indiferença ao buscar ajuda, uma simples consulta pode ser uma opção dolorosa quando se sofre humilhação e discriminação (Matéria 17/10/2016)<sup>144</sup>.

---

<sup>143</sup> “Essas dimensões também marcam uma ampliação do conceito de cidadania, uma vez que este, tradicionalmente, associava-se somente ao status jurídico adquirido em virtude da pertinência nacional” (RIOS, 2006, p. 73). A concepção de cidadania e da ideia de direitos humanos merece uma maior abertura conceitual que vai passar o mero pertencimento a determinada localidade/nacionalidade.

<sup>144</sup> Matéria do Portal do Tocantins (17/10/2016) acerca da expedição da Portaria que garante o uso do nome social nos documentos do SUS no município.

Em se tratando do acesso a saúde para a população trans, a Secretária Municipal de Palmas em parceria com integrantes da ATRATO e profissionais da saúde, projetam a criação do primeiro Ambulatório Integral para Travestis e Transexuais do estado do Tocantins.

Nosso estado é muito atrasado em políticas de saúde para LGBTs de forma geral. Na hora de adquirir medicamentos, hormônios ou até implantes de silicone, a maioria tem que recorrer a processos indiscriminadamente. [...]. Temos amigas que foram a Goiânia procurar uma bombadeira (mulher que aplica injeção com silicone de cavalo e silicone industrial) e chegaram a ir a óbito, porque, na maioria dos casos acontece a necrose e o corpo não absorve (Matéria 15/08/2017).

Em 2016, temos a recomendação do NUDIS para assegurar o nome social e a identidade de gênero nos boletins de ocorrência das delegacias, a ser seguido pela Secretaria de Segurança Pública do Estado. A recomendação está alinhada com a Resolução nº 11/2015 CNDC/LGBT, que estabelece a inclusão da “orientação sexual”, “identidade de gênero” e “nome social” nos boletins de ocorrência emitidos pelas autoridades policiais de todo o Brasil.

De acordo com o artigo 2º, a informação sobre a orientação sexual ou identidade de gênero do/da noticiante pode ser autodeclarada e, nesse caso, isso deverá ser informado no momento do preenchimento do boletim de ocorrência pela autoridade policial. De acordo com matéria veiculada no Conexão Tocantins (21/10/2016), a coordenadora do NUDIS elenca que “obrigar alguém que não se identifica com seu nome de nascimento e usá-lo no boletim de ocorrência é ferir um direito constitucional. O Tocantins precisa se adequar a essa realidade”.

A medida passou a ser seguida em Palmas-TO, em 2017, quando os/as profissionais do Sistema Penitenciário foram capacitados pelo Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional (SISDEPEN) para cadastramento da população carcerária, possibilitando o reconhecimento do nome social e identidade de gênero. Em 2018, Araguaína-TO também regulou o uso do nome social na administração pública direta e indireta, após a atuação do NUAMC.

**Figura 4 – Campanha do Nome Social da DPE/TO<sup>145</sup>**



Fonte: Página eletrônica da ASCOM/DPE-TO

Dentre os sofrimentos que atormentam a comunidade de pessoas trans, a invisibilidade possivelmente é um dos mais sérios. Quando o sistema não permite que assumam a personalidade que possuem, tornam-se invisíveis para o Estado enquanto trans e surge um ambiente propício à violência. A condição de registrar em meios institucionais o nome social que ostentam, retira as pessoas da marginalidade imposta e lhes oferece a possibilidade de serem elas mesmas” (Coordenador do NUAmac).

Após o Decreto Presidencial nº 8.727/2016, verificou-se a disseminação do “conta gotas do nome social” no cenário nacional, através da aprovação de legislações municipais e estaduais para assegurar o nome social. A ênfase dada pelo movimento LGBT local é que a quantidade de iniciativas do nome social poderia ser evitada se houvesse maior acesso à retificação dos registros civis. Com base nas regulações no âmbito estadual e da atuação do Movimento LGBT no Tocantins, problematizaremos o acesso e permanência da população trans tocantinense na educação superior, a partir do dispositivo do nome social e do uso autorreferido dos banheiros.

### **3.3 População trans tocantinense, acesso e permanência na Educação Superior**

Vai afastar bastante né, em todos os termos, em diploma, por exemplo quando você for chamada numa fila, você ser chamada pelo nome que você quer, pelo nome que você se identifica, pelo nome que você acha, pelo nome que você é (Matéria 02/02/2016)<sup>146</sup>.

<sup>145</sup> Em 2016, A DPE-TO adotou o campo “Nome Social” no sistema de cadastramento no o atendimento e acompanhamento dos processos jurídico (SOLAR).

<sup>146</sup> O vídeo foi gravado pela TV Anhanguera, em 02/02/2018. A reportagem se inicia com os apresentadores contextualizando o decreto nacional que regulamenta o nome social. Em seguida, eles apresentam o decreto

No Tocantins, não há um levantamento oficial sobre a vida das pessoas trans e o acesso aos serviços públicos. As organizações da sociedade civil tomam para si a responsabilidade desse mapeamento, considerando a ausência e inoperância do estado em relação à regulamentação e reconhecimento dos direitos da população LGBT. De acordo com a ATRATO, Palmas-TO possui 30 pessoas autodeclaradas trans, sendo que 90% delas escolheram a prostituição por falta de outras alternativas de trabalho, 59,4% concluíram o ensino médio, 96,4% sofreram ataques físicos ao longo da vida e 45% foram expulsas de casa entre os 13 e os 17 anos por preconceito da família<sup>147</sup>.

As instituições escolares e universitárias decodificam esquemas de representação que presumem sinais rígidos de feminilidade e masculinidade associadas à referência biológica, apreendendo a classificar os/as sujeitos/as pelas formas como eles/as se apresentam corporalmente, pelos comportamentos que empregam e pelas várias formas que se expressam. As fronteiras erigidas sobre gênero e sexualidade demarcam os que representam a norma e, portanto, coaduna com o sistema sociocultural que relaciona o gênero à genitália e os que estão se encaixam nas normas.

Os sujeitos/as que, por alguma razão ou circunstância, escapam da norma e promovem a descontinuidade morfológica entre o sexo, gênero e sexualidade, serão tomados como minoria e serão colocados à margem das preocupações de um currículo ou de uma educação que se pretenda para a maioria. Paralelamente, esses sujeitos/as marginalizados continuam necessários no currículo educacional, pois servem para circunscrever os contornos daqueles que são normais e que, de fato, constituem-se nos sujeitos/as que importam (LOURO, 2004, p. 27).

A pesquisa Juventude e Sexualidade da Unesco (2004) indica o espaço escolar como o mais recorrente de violência sexista e homofóbica, argumentando que um/a em cada quatro

---

municipal que disciplina o nome social em Araguaína. A cena seguinte é um salão de beleza que mostra duas mulheres trans trabalhando, enquanto a repórter narra a situação de preconceito que incide sobre a população trans no estado. Márcia e Giovana declaram-se travestis, podem ser consideradas étnico-racialmente negras e estão na faixa etária de 28-35 anos. No salão de Márcia a repórter mostra o certificado de cabeleireira que consta o nome de registro e outro certificado sem preenchimento, aguardando a oportunidade de ser identificada pelo nome social, inclusive com alterações nos documentos legais. Giovana declara que o nome social não é aceito sequer nos momentos de compra e emissão de nota fiscal e que o respeito ao direito de personalidade depende do nível de proximidade e vontade do/a atendente.

<sup>147</sup> Disponível em: <<https://conexaoto.com.br/2018/02/20/falta-de-oportunidade-no-mercado-de-trabalho-e-problema-ainda-maior-para-pessoas-trans>> Acesso em 26 jun. 2018.



alunos/as indicaram que não gostariam de ter um/a colega homossexual, quando perguntados sobre quais pessoas não gostariam de ter como colega de classe. São ainda mais altas que no caso de alunos/as, as proporções de pais que mencionaram que não gostariam que homossexuais fossem colegas de escola do seu filho.

Ainda que a pesquisa focalize a questão da transfobia na escola, são diversos os preconceitos e discriminações que, em nome do gênero e sexualidade, desrespeitam e ferem a dignidade do outro. Geralmente, são legitimados por padrões culturais que cultivam simbólica e explicitamente hierarquias e moralismos em nome da virilidade, da masculinidade e da rigidez que codifica uma determinada vivência da expressão de gênero e da sexualidade como anormal, pervertida e marginal. Muitas dessas expressões de preconceitos e discriminações tendem a ser naturalizadas, prestigiadas e não entendidas necessariamente como violências (CASTRO; ABRAMOVAY; SILVA, 2004, p. 278).

O acesso ao ambiente universitário está intimamente ligado à permanência nos estabelecimentos de educação, ao passo que o requisito fundamental para educação superior é o cumprimento da educação formal anterior. A distância entre as pessoas trans e os centros universitários relaciona-se com as múltiplas violências inscritas nas suas trajetórias escolares, familiares, pessoais e profissionais.

As/os travestis e transexuais, cujas marcas de dissidência no plano da identidade de gênero estão inscritas no corpo, não necessariamente evadem da universidade<sup>148</sup>, mas são constantemente expulsas/os dela pela discriminação e estigma a que estão submetidas/os, constituindo a parcela da população com maiores dificuldades de permanência na escola e de inserção no mercado de trabalho. Ainda que não se tenha dados precisos no país, estimativas apontam que são poucas as/os travestis e transexuais que conseguem acessar a educação superior. A dificuldade de concluir o nível médio e superior pelo conjunto de violências incide no mercado de trabalho, alocando-as/os, majoritariamente, no exército industrial de reserva estruturado pela Lei Geral da Acumulação Capitalista.

A grandeza proporcional do exército industrial de reserva acompanha, pois, o aumento das potências da riqueza. Mas quanto maior for esse exército de reserva em relação ao exército ativo dos trabalhadores, tanto maior será a massa da superpopulação consolidada, cuja miséria está na razão inversa do martírio de seu trabalho. Por fim quanto maior forem as camadas lazentas da classe trabalhadora e

---

<sup>148</sup> Lima (2013) retoma a política do armário de Sedgwick (1993) para afirmar que os/as travestis e transexuais não tem a opção de manter-se camuflados, pois se expressam na corporeidade que apresenta a materialidade da divergência à heteronorma.



o exército industrial de reserva, tanto maior será o pauperismo oficial. Essa é a lei geral, absoluta da acumulação capitalista (MARX, 2013, p. 719-720).

Numa análise ensaística, Marinho e Almeida (2017) ponderam as contradições da categoria trabalho na trajetória da vida da juventude trans. A partir da sociologia do trabalho, os autores ilustram a inserção da juventude trans no setor de serviços, em especial o *telemarketing*, para refletir sobre o controle do trabalho, os efeitos do exército industrial de reserva e das relações de trabalho como relações de poder na subjetividade dos/as jovens trans, nas suas condições de existência, bem como nas possibilidades de resistência à opressão.

Na heterogeneidade da classe trabalhadora, a população LGBT aparece numa condição de trabalhadores/as disciplinados/as, docilizados/as e subordinados/as, ocupando na maioria das vezes o nicho do setor de serviços. Os autores acentuam que há eventualmente um interesse capitalista em contratar essa população jovem trans por reconhecer a dificuldade que possui de inserção profissional em outras áreas, justamente pelas corporeidades que apresenta e não o contrário. Tal corporeidade pode potencializar o aumento da produtividade.

O reconhecimento do nome social nas instituições e repartições, sobretudo públicas, representa uma medida de ampliação da cidadania e dos direitos fundamentais para travestis e transexuais: “o nome social é o nome através do qual a pessoa deseja ser identificada, uma vez que o nome civil não condiz com o modo de vida que a/o travesti ou a/o transexual assume na atualidade” (LIMA, 2013, p. 11).

Nas questões de acesso e permanência, o nome social funciona como “gambiarra política” (BENTO, 2014) ou solução paliativa para o direito básico de acesso às instituições de educação, considerando que a discriminação transfóbica é um impeditivo da permanência de indivíduos trans. Sendo assim, o nome social é a porta de entrada para os demais direitos sociais, mas ele, isoladamente, não garante a permanência na educação superior.

Destarte, defendemos que a inclusão na educação depende de distintos fatores, haja vista que o nome social e a utilização dos banheiros não são suficientes para assegurar a permanência e/ou retorno de travestis e transexuais nos estabelecimentos educacionais. O principal obstáculo para o acesso e a permanência de pessoas trans é a prática cotidiana da transfobia, que alimenta um ambiente hostil para as dissidências da binaridade de gênero e do imperativo heterossexual.

Cabe-nos questionar em que medida a universidade reitera a heteronorma e promove a transfobia institucional? De que forma a universidade se configura como espaço capaz de naturalizar ou enfrentar as violências baseadas nas hierarquias raciais, sexuais e de gênero? Em que medida a UFT assegura um espaço plural e democrático para a permanência das pessoas trans?

No ambiente universitário, os estudos e debates acerca do gênero e sexualidade compartilham e disputam com posições políticas e epistemológicas conservadoras e moralistas. Em geral, esses postulados são tomados como expressões do “fazer científico” circunscritas em saberes de autoridade pautadas numa verdade de rigor absoluto. Irineu (2016) descreve que essas verdades constituem o que Foucault chama de “poder-saber”, legitimando quem possui autoridade para produzir conhecimento, ou seja, o que pode ser conhecido, bem como as formas de chegar a este conhecimento.

Ao remeter a experiência político-pedagógica no estado do Tocantins, a autora complementa que “quando adentramos na universidade com propostas de investigação e extensão sobre gênero e sexualidade, ficamos marcados/as pela resistência e recusa ao tema. Seja nas estruturas da universidade, ou na recusa de financiamento pelas agências de fomento de pesquisa” (IRINEU, 2016, p.59).

### **3.4 “A tirania da minoria”<sup>149</sup>: o processo de implementação do nome social e do acesso autorreferido dos banheiros na UFT.**

O preconceito é em relação aos meus documentos, pois ainda estão com meu nome de batismo, [...] aprovar o nome social mostra que a instituição está aberta ao diálogo com a diversidade sexual e abre as portas para novos estudantes transexuais que queiram ingressar na universidade. É uma conquista, agora temos liberdade (Matéria 30/04/2015)<sup>150</sup>.

Contar o processo de implementação do nome social e do uso autorreferido dos banheiros imputa resgatar brevemente o contexto histórico da criação e institucionalização da Fundação Universidade Federal do Tocantins (UFT). De acordo com o art. 1º do seu Estatuto (2003), a UFT é uma entidade com personalidade jurídica de direito público vinculada ao

<sup>149</sup> Discurso do vereador Filipe Martins (PSC) do município de Araguaína-TO, sobre a normatização dos banheiros unissex na UFT.

<sup>150</sup> Matéria exposta na página eletrônica de Luiz Martins (30/04/2015) sobre a celebração do nome social na universidade.

MEC, destinada à promoção do ensino superior, da pesquisa e da extensão, dotada de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial. Sabe-se que a UFT é instituída pela Lei 10.032 de 23 de outubro de 2000, mas seu funcionamento ocorre somente a partir de 2003 pela incorporação e transferência dos cursos de graduação regulares advindos da primeira universidade do estado.

A Universidade do Estado do Tocantins (UNITINS)<sup>151</sup>, por sua vez, surge em dezembro de 1990 e conta com processos de estruturação e reestruturação ao longo da sua história, estando atrelada à própria formação do estado. Criada pelo Decreto n° 252/90, a universidade inicia suas atividades com sede em Miracema-TO, que naquele momento era a capital provisória do estado recém instituído.

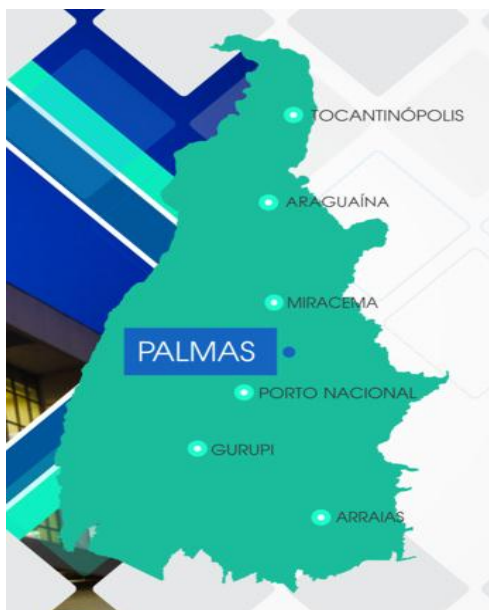
A UFT<sup>152</sup> é organizada no formato multicampi, com gestão financeira e orçamentária descentralizadas, em 07 polos localizados em regiões economicamente estratégicas que abrangem todo o estado do Tocantins (Araguaína, Arraias, Gurupi, Miracema, Palmas, Porto Nacional e Tocantinópolis), cujas distâncias variam de 70 a 600 Km da capital.

### **Figura 5 – Mapa dos Campis da UFT**

---

<sup>151</sup> A Universidade do Estado do Tocantins (UNITINS) não possui nenhuma regulação interna que possibilite a utilização do nome social entre o seu corpo docente, discente e/ou administrativo. Curiosamente, o Escritório Modelo ligado a UNITINS moveu o primeiro processo de retificação de registro civil com parecer favorável no Judiciário do Estado do Tocantins. A ação movida por um estagiário de Direito com orientação processual do Núcleo de Práticas Jurídicas está disponível em: <<https://www.t1noticias.com.br/a/87254>> Acesso em 09 set. 2017.

<sup>152</sup> Informações disponíveis na página eletrônica da Universidade Federal do Tocantins (UFT): <<http://ww2.uft.edu.br/index.php/ensino>> Acesso em 11 jan. 2018.



Fonte: Portal da UFT, 2018.

É considerada a principal instituição promotora de conhecimento no Estado e indutora de desenvolvimento econômico, ao passo que oferece mais de 50 cursos presenciais de graduação (licenciaturas, bacharelados e tecnológicos), 5 cursos a distância na modalidade semipresencial para formação de professores (PARFOR), 31 cursos de Mestrado (sendo 19 acadêmicos e 12 profissionais) e 6 doutorados. Outro destaque merecedor da nossa atenção versa sobre o pioneirismo da UFT na implantação das cotas para estudantes indígenas e quilombolas em processos seletivos.

É uma instituição de ensino em farta expansão de seu potencial formador e produtora de conhecimento, no entanto, que apresenta desafios que, a nosso ver, rebatem diretamente nas atividades-fim a que se destina, e de modo central, na atuação profissional dos docentes e no ingresso e permanência dos discentes (CELESTINO, 2016, p. 216).

A referida autora aponta que dentre os desafios enfrentados na construção da UFT, que perpassa o cenário do projeto neoliberal que assola as instituições universitárias no Brasil, pode-se ressaltar as questões relacionadas à estrutura organizativa e ao processo de gestão da universidade que, a despeito de contar com o exercício de colegiados e conselhos (com a devida representação dos/as docentes, técnicos administrativos e discentes), as decisões são direcionadas por órgãos gestores que dialogam com a gestão estratégico-empresarial. Essa

linha de atuação incide na legítima participação da comunidade universitária em termos de elaboração, acompanhamento e avaliação das ações deliberativas.

A política de assistência estudantil da UFT integra um conjunto de ações que visam o acesso e a permanência dos/as estudantes de graduação sob os aspectos de inclusão, qualificação na produção do conhecimento e melhoria do desempenho escolar na perspectiva de redução das taxas de evasão e continuidade dos estudos. A elaboração e gestão dos projetos e programas que compõem a assistência estudantil na UFT é realizada pela PROEST. A seguir, elaboramos um quadro com a ação, a caracterização, o auxílio financeiro e campus que compõem a Política de Assistência Estudantil na UFT, custeados pelos recursos do PNAES.

**Quadro 1 – Programa de Assistência Estudantil da UFT**

<b>Ação</b>	<b>Caracterização</b>	<b>Câmpus</b>	<b>Auxílio</b>
<b>Programa Auxílio Alimentação do Restaurante Universitário</b>	Atender as necessidades de alimentação básica dos (as) estudantes dos cursos de graduação presencial da UFT, mediante o fornecimento de refeições diárias.	Araguaína, Gurupi, Palmas e Porto Nacional	Os valores das refeições variam de acordo com a situação socioeconômica do usuário, sendo que o subsídio varia entre 85% a 100% do valor da refeição.
<b>Moradia Estadual</b>	Atender os (as) discentes que necessitam de suporte para se manter estudando nas cidades dos câmpus.	Araguaína, Arraias, Gurupi, Palmas, Porto Nacional, Tocantinópolis.	X
<b>Casas Indígenas</b>	Oferta de vagas para estudantes indígenas de baixa renda que não possuam casa própria e/ou pais/responsáveis/cônjuges com domicílio na cidade da residência universitária.	Palmas, Miracema e Araguaína. As casas são mantidas pela União dos Estudantes Indígenas do Tocantins (UNEIT).	X
<b>O Programa Auxílio Moradia (PAM)</b>	Consiste na oferta de auxílio financeiro aos(às) estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, oriundos (as)	Todos os Câmpus da UFT	Valor do auxílio financeiro de R\$ 300,00 (trezentos reais) pagos

	de municípios externos à cidade-sede do câmpus de vinculação e cujas famílias não possuam imóveis em tais cidades.		mensalmente ao (à) estudante selecionado (a)
<b>Auxílio Permanência UFT</b>	Colaborar com o aperfeiçoamento acadêmico e a permanência do estudante de graduação presencial da UFT em situação de vulnerabilidade socioeconômica, por meio da oferta de subsídio financeiro.	Todos os Câmpus da UFT	O valor do auxílio financeiro é de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), pagos mensalmente e diretamente ao (à) estudante selecionado(a).
<b>Auxílio Permanência MEC<sup>153</sup></b>	Ação do Governo Federal de concessão de auxílio financeiro a estudantes matriculados em instituições federais de ensino superior em situação de vulnerabilidade socioeconômica e para estudantes indígenas e quilombolas.	Todos os Câmpus da UFT	O valor é estabelecido pelo MEC de R\$ 400,00 (quatrocentos reais). Para os estudantes indígenas e quilombolas, será garantido um valor diferenciado, igual a pelo menos o dobro da bolsa paga aos demais estudantes, em razão de suas especificidades com relação à organização social de suas comunidades, condição geográfica, costumes, línguas, crenças e tradições.
<b>Auxílio Permanência Temporário</b>	Concessão de subsídio financeiro, com prazo determinado de no máximo dois meses, concedido aos discentes de graduação em casos de excepcionalidade ou extrema vulnerabilidade socioeconômica e risco social que, por alguma questão recente e emergencial, não conseguem suprir despesas com sua permanência na Instituição.	Todos os Câmpus da UFT	O valor do auxílio financeiro é de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), pagos mensalmente e diretamente ao (à) estudante selecionado(a)
<b>Auxílio Permanência EduCampo</b>	Voltado para os estudantes dos cursos de Educação do Campo, concedido com o objetivo de subsidiar as necessidades básicas desses alunos durante o período de atividades acadêmicas presenciais.	Arraias e Tocantinópolis	O valor do auxílio financeiro é de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), pagos mensalmente e diretamente ao (à) estudante selecionado(a).

<sup>153</sup> Recentemente, a mídia noticiou a ameaça de cortes desse auxílio pelo Governo Temer, inviabilizando a permanência de indígenas e quilombolas nas IES. Disponível em: <https://www.cimi.org.br/2018/05/mec-oferece- apenas-800-bolsas-e-ameaca-permanencia-de-4-mil-indigenas-e-quilombolas-na-universidade/> Acesso 13 jul. 2018.

<b>Auxílio Permanência Temporário para Quilombolas e Indígenas</b>	Subsídio financeiro, com prazo determinado, concedido aos estudantes indígenas e quilombolas regularmente matriculados em cursos de graduação da UFT, em situação de vulnerabilidade socioeconômica, com a finalidade de minimizar as desigualdades étnico-raciais e contribuir para a permanência dos estudantes.	Todos os Câmpus da UFT	O valor do auxílio financeiro é de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), pagos mensalmente e diretamente ao (à) estudante selecionado (a).
<b>Auxílio Saúde</b>	Subsídio financeiro, com prazo determinado, concedido aos estudantes de graduação presencial da UFT, em casos de excepcionalidade ou extrema vulnerabilidade socioeconômica e risco social que, por alguma questão não conseguem custear parte das despesas com atendimento psicológico ou psiquiátrico, de acordo com a necessidade e gastos com medicação, a fim de que ele possa cumprir com as indicações de tratamento.	Todos os Câmpus da UFT	O auxílio, no valor de R\$ 350,00, é concedido mediante prestação de contas mensal.

Fonte: Página Eletrônica da UFT

De acordo com o Relatório da Pesquisa sobre Assistência Estudantil<sup>154</sup> lançado em 2017 pela PROEST/UFT, 42,4% dos beneficiários estão matriculados em cursos de turno integral; sendo 31,5 % em cursos noturnos, 25,1% em cursos matutinos e apenas 1% no turno vespertino. Em relação ao período em que estão matriculados, os dados demonstram que a maioria dos estudantes estudam estão vinculados no 2º e 3º períodos, o que significa que é no início do curso que eles têm mais dificuldades para se inserirem no mercado de trabalho ou de estágio. Dentre os/as entrevistados, 94,1% dos estudantes beneficiários acreditam que o cancelamento de algum dos auxílios comprometeria a conclusão do curso e 93,6% afirmam que o cancelamento impactaria o rendimento acadêmico (UFT, 2017). Ressaltamos que os dados não traçam o perfil político-cultural dos/as estudantes/as que recebem os/as auxílios.

<sup>154</sup> A pesquisa teve por objetivo verificar se a política de assistência estudantil tem contribuído para a melhoria da qualidade de vida e para permanência dos/as alunos/as da UFT. A pesquisa contou com a participação de 550 estudantes beneficiados com as diferentes ações da assistência estudantil, através de formulário eletrônico com 45 questões hospedado no Google Forms. Disponível em <http://download.uft.edu.br/?d=a491c2ab-5745-4ef1-bc5661ec9c852e32;1.0:Relat%C3%B3rio%20Pesquisa%20Assist%C3%Aancia%20Estudantil%20-%202017.pdf> Acesso 13 jul. 2018.

No contexto estadual, a Universidade Federal do Tocantins (UFT) é a única instituição universitária do Estado a regulamentar a utilização do Nome Social de estudantes travestis e transexuais no sistema oficial de registro e controle acadêmico. Ela o fez através da Resolução nº 25/2015. Tal normativa determina a inclusão do nome social dos/as alunos/as nos respectivos registros acadêmicos da graduação, extensão e da pós-graduação de todos os campi da UFT, cujo nome civil não reflita adequadamente sua identidade de gênero. Entretanto, em seu parágrafo único, dispõe que os menores de 18 anos somente poderão requerer o direito mediante apresentação da autorização por escrito dos pais e/ou responsáveis legais, indo na mesma linha da Resolução nº 32/2010, da CEE/TO.

O nome para gente que trabalha numa perspectiva das ciências sociais é a maior identificação que a pessoa pode ter na sua vida, por que a primeira coisa que quando você chega no lugar e você é nomeado é pelo seu nome. Então, quando você não se identifica nesse nome é bastante difícil para você ter que responder aquele chamado que você não se identifica, então o nome social para pessoas trans e travestis vem também numa mesma perspectiva de reconhecimento de direito das pessoas que independente da orientação sexual ou identidade de gênero também podem mudar seu nome (NEPESCD)<sup>155</sup>.

O critério da maioria foi alterada por determinação do Conselho Universitário (CONSUNI) nº 28/2017, pois anteriormente a mesma ressaltava que nos documentos, como histórico escolar, declarações, certificados, atas de reuniões, certidões, diploma de conclusão de curso e colação de grau, com efeitos externos a UFT, seriam emitidos apenas com o nome de registro civil. A atual normativa amplia a utilização do nome social para todos os documentos oficiais internos à instituição.

O reconhecimento desse direito foi pauta do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Extensão em “Sexualidade, Corporalidades e Direitos”, juntamente com o Movimento Universitário de Diversidade Sexual (MUDAS), a Liga Brasileira de Lésbicas<sup>156</sup> (LBL/TO) e

---

<sup>155</sup> Reportagem do Jornal Bom dia Tocantins, da TV Anhanguera, sobre a comemoração da nova portaria da UFT que autorizava o uso do nome social.

<sup>156</sup> A LBL foi fundada no III Fórum Social Mundial, em janeiro de 2003, na cidade de Porto Alegre - RS, durante a realização do Planeta Arco-Íris em uma Oficina de Visibilidade Lésbica. Constitui-se como uma articulação de grupos, entidades, movimentos de lésbicas e bissexuais independentes, como espaço autônomo e não institucional de articulação política, anticapitalista, antirracista, não lesbofóbica e não homofóbica pela garantia efetiva e cotidiana da livre orientação e expressão afetivo-sexual. Disponível em: <<https://lblnacional.wordpress.com/carta-de-principios/>> Acesso 18 Abr 2018.



a Casa 8 de Março<sup>157</sup>, que em 2013 protocolaram na Secretaria dos Órgãos Colegiados Superiores (SOCS) a minuta e documentos que sustentam a defesa da utilização do nome social na UFT. Somente em maio de 2015 a UFT regulamentou o uso do Nome Social de estudantes travestis e transexuais no sistema oficial de registro e controle acadêmico na instituição pela Portaria nº 402/2015.

Desde 2010, o NEPESCD fomentou uma agenda de debate LGBT na UFT e pautou as questões junto à reitoria, com muitas dificuldades em relação à concretização das propostas. A discussão acerca da adequação da UFT quanto à utilização do nome social foi iniciada com a organização dos grupos supracitados, com a realização de reuniões contínuas com a Vice-Reitoria e Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários (PROEX) e a organização de eventos de visibilidade trans.

No ano de 2013, observa-se maior abertura de diálogo com o Reitor e os/as Pró-Reitores para traçar algumas questões junto à gestão da UFT, dado a conjuntura nacional de conquistas do Movimento LGBT e especialmente pela pressão dos movimentos sociais. Com a aproximação, a Reitoria indicou que os coletivos supracitados elaborassem a minuta justificando o uso do nome social e protocolassem na SOCS para posterior votação e aprovação no CONSUNI.

O NEPESCD tomou a iniciativa de elaborar, encaminhar e protocolar a minuta com documentos que sustentavam<sup>158</sup> a defesa da utilização do nome social no âmbito da UFT, por meio de normativas de outras instituições universitárias, pela recomendação do MEC<sup>159</sup> e da Secretaria de Direitos Humanos. Em dezembro de 2013, data da solicitação, o nome social já era reconhecido em diversas outras universidades federais brasileiras e contava com

---

<sup>157</sup> Fundada em 8 de março de 1998, a Organização Não-Governamental atua há 17 anos em defesa dos direitos das mulheres em Palmas - TO. Coordenado por Bernadete Aparecida Ferreira, a ONG realiza com o Fórum de Mulheres os monitoramentos da violência contra as mulheres e promoção de cursos de formação de educação popular feminista e profissionalizantes, acolhimento, orientação às vítimas de violência doméstica, exploração sexual e mulheres em situação de prostituição.

<sup>158</sup> Além dos documentos supracitados, a Minuta anexou a Carta produzida durante o Seminário Internacional Desfazendo Gênero, encaminhada ao MEC, e o Ofício nº170/2013 da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SNPDH/SDH/PR) endereçada ao reitor da UFT apoiando a proposta do uso do nome social de pessoas trans no espaço universitário.

<sup>159</sup> Refere-se a Portaria nº 1612, de 18 de novembro de 2011, que assegura o uso do nome social no âmbito do Ministério da Educação (MEC).

resoluções no âmbito do MEC e previsão legal no então recém-aprovado Estatuto da Juventude<sup>160</sup>.

Após o protocolo, a Minuta deveria ser encaminhada para a Câmara de Assuntos Estudantis e em seguida para o CONSUNI, sendo incluída como pauta da próxima reunião para que fossem dados os encaminhamentos pertinentes ao processo e mobilizassem os pró-reitores e diretores dos campus. Não obstante a objetividade desses procedimentos, a minuta ficou estagnada durante dois anos.

Os protagonistas do processo registraram a falta de vontade política e administrativa que observaram aí, uma vez que o nome social não onerava financeiramente a UFT e assegurava a execução de uma função básica da universidade, portanto, sua implementação não demandava levantamento de recursos extraordinários nem incluía procedimentos de difícil execução pela universidade. Nesse ínterim, o Movimento LGBT desenvolveu uma série de ações para pressionar a gestão da universidade para a implementação do nome social.

Os coletivos universitários protagonizaram uma série de denúncias na TV Anhanguera, afiliada local da emissora Globo, um dos grupos midiáticos mais importantes do país, requerendo a aprovação imediata do nome social. Com a polêmica e a imagem negativa da instituição sendo propagada, o reitor solicitou a realização de uma reunião com os/as proponentes para discutir o andamento da implementação do nome social e avaliou que não havia mais necessidade da ampla discussão do tema no CONSUNI, visto que poderia ser instituída por Portaria expedida pela própria Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) sem alterações substanciais do modelo encaminhado pela minuta. É possível que a Reitoria quisesse aproveitar o impacto favorável da mídia e evitar que a discussão se alongasse ainda mais no CONSUNI.

Na cerimônia da aprovação da Portaria, a Reitoria convidou as/os acadêmicas/os trans para a foto oficial da UFT, que tornou-se a 27ª universidade do país a garantir o uso do nome social:

Nesses dois anos tivemos alguns diálogos com a Universidade, mas sem respostas certas sobre a solicitação. Porém, hoje a UFT reconheceu o nome social como um direito das pessoas trans em resposta às nossas reivindicações. Ficamos muito felizes de estudar em uma Universidade que mesmo depois desse tempo, reconhece

---

<sup>160</sup> Considerando o direito dos jovens à diversidade e à igualdade de direitos e de oportunidades e de não ser discriminado por motivos de gênero e orientação sexual, conforme a seção IV do Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852 de 05 de agosto de 2013).

o direito das pessoas trans usarem o nome que se sintam representadas em sua identidade de gênero (MUDAS, 2015)<sup>161</sup>.

A implantação do nome social não foi, contudo, acompanhada pela democratização do uso dos banheiros na UFT. Apesar das denúncias recorrentes de assédio e constrangimentos vivenciados pelas pessoas trans no interior da universidade, houve iniciativas pontuais de regularização do uso dos banheiros. Em 2017, a Coordenação Administrativa do CIMBA estabelece a normatização dos banheiros unissex pelo MEMO 41/2017, ganhando repercussão dentro e fora do espaço universitário.

Dentro da UFT, apesar de ser um ambiente que forma professores, existe um conservadorismo muito grande. Foi uma surpresa para muitos [...] os banheiros eram necessários. A comunidade LGBT era atacada dentro dos banheiros que especificavam gênero. A universidade precisa ser plural e aceitar a diversidade (Matéria 03/10/2017)<sup>162</sup>.

Com o número expressivo de divergências e polêmicas visibilizadas tanto em relatos de pessoas que se sentiam incomodadas pelo uso comum dos banheiros, quanto pelos/as estudantes que evidenciavam a discriminação aos sujeitos LGBT, o Diretor do Campus formalizou o uso do banheiro unissex através do MEMO 042/2017, solicitando a realização de debates com o objetivo de melhorar o acesso e prevenir situações desagradáveis para ambas as partes envolvidas.

A problemática da negociação entre “ambas” as posições rebateu no princípio ético dos direitos humanos, em que a liberdade de opressão não é liberdade de expressão, pois a intolerância não é um ponto de vista a ser considerado. O risco abstrato de um “perigo em potencial”, que passa a tomar forma com o acesso das pessoas trans aos banheiros foi chancelado pela transfobia institucional, amparada pelo cissexismo, cujo intuito foi disciplinar as pessoas trans.

### **Figura 6 – Formalização dos banheiros unissex na UFT<sup>163</sup>**

<sup>161</sup> Matéria exposta na página eletrônica do Conexão do Tocantins (27/03/2015) sobre a regulamentação do uso do nome social dos acadêmicos travestis e transexuais.

<sup>162</sup> Matéria exposta na página eletrônica Jornal do Tocantins (03/10/2017) sobre o estabelecimento dos banheiros unissex na UFT e a divergência de opiniões.

<sup>163</sup> Disponível em: < <https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/instalacao-de-banheiros-unissex-em-universidade-causa-polemica-entre-alunos.ghml> > Acesso 28 jun. 2018.



## Instalação de banheiros unissex em universidade causa polêmica entre alunos

Locais que eram exclusivos para homens ou mulheres poderão ser utilizados por qualquer pessoa. Novidade divide opiniões e gera debates sobre diversidade de gênero.



Por G1 Tocantins  
30/09/2017 13h25 - Atualizado 02/10/2017 13h01



Instalação de banheiro unissex causa polêmica em universidade (Foto: Walmir Júnior Borges/Divulgação)

Fonte: Página eletrônica G1 Tocantins

A ratificação da medida foi alvo de reações contrárias dos vereadores do município que repudiaram a instalação dos banheiros sob o argumento falacioso de que poderia ocorrer um maior número de estupro e assédios:

Não estou criticando a escolha sexual. Todos são livres para fazer o que quiser do seu corpo. O que não posso aceitar é que essa minoria imponha suas vontades sobre uma sociedade que na sua maioria segue os princípios tradicionais [...] Não posso ficar tranquilo sabendo que um homem possa usar um banheiro ao mesmo tempo que uma mulher. Quem vai garantir a segurança da sua família, levando em consideração as ocorrências de assédio sexual, entre outras denúncias? (Vereador Filipe Martins – PSC)<sup>164</sup>.

<sup>164</sup> Matéria exposta na página eletrônica JM Notícias (27/09/2017) sobre o repúdio do vereador Filipe Martins à instalação dos banheiros unissex na UFT.

A retórica difundida é que as pessoas trans, interpretadas de forma essencializada, a partir da ordem do biológico (referenciadas no masculino, enquanto se identificam com o gênero feminino), estão invadindo os banheiros públicos, sendo que, na verdade, são apenas três os banheiros de caráter unissex (que podem ser usados por qualquer pessoa, inclusive o público LGBT), de um total de 24 banheiros do Campus Cimba/UFT. É importante acentuar ainda que esses banheiros são afastados dos blocos centrais.

O argumento contrário aos banheiros unissex fez equivaler a demanda por um direito fundamental à autorização para a ocorrência de violências nesses espaços. Não há dados sobre ocorrência de violências nesses banheiros. Além disso, cabe à universidade (e a qualquer instituição) zelar pela limpeza e segurança de qualquer banheiro. Tal argumento partiu do fato de que poderíamos ser convenientes com abusos pelo fato de defendermos o acesso ao uso autorreferido dos banheiros, como se os direitos das mulheres e homens trans fossem antagônicos ao das mulheres e homens cisgêneros, como se as mulheres e homens trans não fossem seres humanos e representassem um perigo indesejado para a sociedade (BAGAGLI, 2017). A ingenuidade e/ou má fé do argumento desconsidera o fato de que os homens cisgêneros mal-intencionados já praticavam crimes sem que as pessoas trans tivessem o direito de ir e vir assegurados, presumindo uma relação de causalidade e relação imediata entre um direito fundamental e as práticas de violência.

Com efeito, as reações contrárias do corpo universitário representadas pela narrativa do vereador supracitado foram respaldadas pelo pretexto da segurança e proteção, culpabilizando automaticamente as mulheres trans, ao vincular a ocorrência de crimes sexuais ao acesso autorreferido dos banheiros. Vale dizer que não se trata da reivindicação de um privilégio para pessoas trans, mas da reparação da privação de um direito fundamental de todas as pessoas:

Já o estudante de enfermagem, Nicolas Castro de Sousa, 22 anos, diz que a iniciativa é válida, mas que seria necessário um trabalho de conscientização, no sentido de mostrar o uso do banheiro como uma coisa natural e evitar discriminação, violência e assédio. Liberar os banheiros sem conscientizar ‘é como enviar uma linda mensagem em inglês para alguém, sem lhe ensinar a língua antes’, ilustrou (JORNAL DO TOCANTINS, 2017)<sup>165</sup>.

---

<sup>165</sup> Matéria exposta na página eletrônica do Jornal do Tocantins (03/10/2017), intitulada “trans divergem sobre dividir banheiro”.

Em nota, a Reitoria da UFT afirmou que os campi tinham autonomia para atender às solicitações diversas dos/as estudantes, principalmente por se tratar de um projeto de cunho experimental, que tem como proposta a inclusão, que é um dos pilares da universidade. O reitor alertou que a expansão dessa medida para os demais campi estaria sujeita a ampla discussão junto ao CONSUNI para deliberar sobre um assunto que mudaria o cotidiano da universidade.

A negação do direito básico de personalidade e da proibição dos direitos de ir e vir, e mais que isso, a privação do acesso aos banheiros incide no sucateamento da noção do espaço público e democrático da universidade, da convivência plural e coletiva, pois aniquilam as existências das pessoas trans cujas experiências questionam a universalização da norma cis.

Isso posto, o próximo tópico dedica-se as primeiras ações de visibilidade trans no espaço universitário atrelando as estratégias do Movimento LGBT ao longo do processo de idealização desses dispositivos no contexto universitário, recuperando a linha do tempo que culmina na aprovação e disseminação do nome social e do uso autorreferido dos banheiros.

### **3.5 A emergência de uma visibilidade trans na UFT e as estratégias de organização coletiva do Movimento LGBT.**

Em termos de engajamento e estratégias de organização, vale destacar a centralidade de dois aspectos complementares na visibilidade trans na UFT: a) a atuação dos movimentos sociais, em particular do Movimento LGBT no Tocantins que compõe e atravessa o cenário da batalha de ideias e da conquista de direitos e b) a utilização dos meios de comunicação e plataformas sociais como ferramenta de luta por direitos.

As primeiras iniciativas de visibilidade LGBT na UFT ocorrem em 2010, no momento em que as discussões ainda eram escassas no contexto acadêmico. A inserção dessas temáticas no interior da UFT<sup>166</sup> fomenta as ações no cenário estadual, culminando na

---

<sup>166</sup> Podemos citar a Campanha “Me recuso a ser invisível”, o “Baphão contra a Homofobia”, as “Semanas Universitárias de Combate a Homofobia”, a produção e lançamento dos documentários, o Curso de Especialização Gênero e Diversidade na Escola (GDE), bem como os projetos de extensão “Políticas de Enfrentamento ao Sexismo e a Homofobia no Ambiente Escolar: re-significando as práticas educativas no estado do Tocantins” financiado pelo SECADI/MED e Políticas de Enfrentamento ao Sexismo e a Homofobia no Ambiente Prisional: diálogos necessários e enfrentamentos possíveis” financiado pela SDH/PR.

ampliação do debate e na organização de coletivos<sup>167</sup> que passaram a requerer políticas e denunciaram as violências perpetradas contra a população LGBT. Cabe ressaltar que naquele momento, a presença de pessoas trans na UFT e nos centros universitários de uma forma geral, ainda era incipiente, pois não havia nenhuma política direcionada às questões de acesso permanência de travestis e transexuais.

Assim que o NEPESCD iniciou suas atividades como grupo de pesquisas vinculado ao CNPQ, marcamos uma reunião com o reitor da UFT para pautar a implementação do nome social. No ano de 2011, esse mesmo núcleo lançou a campanha “Pela ocupação da universidade: em defesa de gênero e pelo direito a visibilidade de travestis e transexuais” em comemoração ao Dia Nacional da Visibilidade Trans, no sentido de pressionar internamente a UFT a garantir o acesso e permanência das pessoas trans. O material desenvolvido naquela campanha foi distribuído nas seções administrativas da universidade, causando muita resistência quanto ao conteúdo entre os/as técnicos administrativos e o corpo discente.

E aí em janeiro de 2011, nós fizemos a primeira campanha na universidade pelo nome social. Foi uma campanha muito tímida, inicialmente quem estava à frente do DICOM teve um... não foi uma resistência, mas um cuidado, em ligar para gente e saber se era uma campanha institucional. Não era uma campanha institucional, era uma campanha do Núcleo e que nós tínhamos o apoio da Pró-Reitoria de Extensão (NEPESCD, 2014).<sup>168</sup>

**Figura 7 - “Pela ocupação da universidade: em defesa de gênero e pelo direito a visibilidade de travestis e transexuais”**

<sup>167</sup> Em matéria sobre as ações de promoção do respeito a diversidade sexual e de gênero exposta na página eletrônica da UFT (17/05/2016), foram elencados os seguintes grupos: Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Sexualidade, Corporalidades e Direitos, Núcleo de Estudos das Diferenças de Gênero; Movimento Universitário de Diversidade Afetivo Sexual; Coletivo de Mulheres da UFT; Liga Brasileira de Lésbicas; Articulação Brasileira de Lésbicas; Lesbítoica; Flor de Pequi; Arte Gay Jovem; Coletivo LGBT do Tocantins. Contudo, a UFT não conta com uma diretoria ou coordenação especializada voltada ao combate à LGBTfobia.

<sup>168</sup> Registros pessoais da reunião junto para acompanhar o nome social na UFT e elaborar uma agenda de discussões das pautas LGBT no dia 19/01/2014. Particularmente, essa reunião recupera a memória do nome social na UFT até aquele momento, destacando as iniciativas, adesão, organização e visibilidade das ações/reações, a capilaridade nos câmpus e as conversas informais. Estiveram presentes: NEPESCD, MUDAS, LBL, Kizomba Arco-Íris, SUMUDHE, IPDMS, Centro Acadêmico de Direito.



**29 DE JANEIRO  
DIA NACIONAL DA VISIBILIDADE  
DAS TRAVESTIS E TRANSEXUAIS**

Desde 2004, a partir da campanha "Travesti e Respeito" do Ministério da Saúde, é comemorado em todo o território nacional o Dia da Visibilidade de Travestis e Transexuais. Principais alvos de violências discriminatórias, pessoas travestis e transexuais são interpeladas cotidianamente dada a sua identidade de gênero. O não acesso as universidades resulta da dificuldade de permanência no espaços educacionais por esta parcela da população.

O espaço da universidade é público e a educação é um direitos de todas/os!

**Pela ocupação da Universidade:  
em defesa da diversidade de gênero  
e pelo direito à visibilidade  
de travestis e transexuais**

*Não vamos enlouquecer, nem nos matar, nem desistir.  
Pelo contrário: vamos ficar ótimos e  
incomodar bastante ainda.*  
Caio Fernando Abreu

Núcleo de Pesquisas  
Episodios e Semiótica  
Gênero e Diversidade  
e Diversidade

**UFT**  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRAJASTE

Fonte: Blog do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Sexualidade, Corporalidades e Direitos

E aí a gente tinha problema para colocar os projetos, a gente teve problemas com a direção do Campus de Miracema. Destruíram nossos cartazes, fizeram uma série de coisas. [...] então nós fizemos essa linha de campanha e foi uma campanha bem simples, no sentido de alcance, uma campanha tímida. Mas foi bem bacana, por que nós tivemos um impacto muito legal com os técnicos, com os técnicos administrativos. Impacto legal, não no sentido de que todos não são mais transfóbicos... não (NEPESCD, 2014).

A integrante do NEPESC alertou que as indagações quanto a institucionalidade da iniciativa, manifestaram-se na destruição e na retirada desses cartazes por alguns servidores e estudantes no campus de Miracema. Apesar da campanha ter sido tímida em termos de alcance, avaliamos o impacto causado na rotina acadêmica.

Eles se assustavam, eles se incomodavam, eles queriam tirar, eles buscaram a diretora do Campus de Miracema porque achavam que aquilo não tinha que estar dentro do setor. Então foi uma coisa que escancarou muito o preconceito, então eu avalio que foi uma iniciativa, mesmo que tímida, foi bem importante essa iniciativa (NEPESCD, 2014).



Essa iniciativa consubstanciou o desenvolvimento das próximas ações. Em abril de 2013, as integrantes do NEPESCD reuniram-se com a vice-reitoria e com o pró-reitor de extensão e cultura para encaminhar a aprovação do nome social, pois a demanda apareceu durante o processo seletivo do vestibular no Campus de Araguaína, em que uma trans, além de ter sido impedida de usar o banheiro feminino, não teve o nome social reconhecido.

Na oportunidade, os/as gestores solicitam um dossiê com a compilação das universidades que tinham aprovado o nome social para respaldar a documentação<sup>169</sup>. No mesmo ano, o Coordenador Geral da Promoção dos Direitos LGBT da Presidência da República esteve presente em reunião com a reitoria e com as entidades do Movimento LGBT reafirmando o apoio ao nome social, através do Ofício 170/2013. Além disso, contamos com a visita do então Coordenador Geral de Direitos Humanos da SECADI que trouxe a Resolução do MEC para anexar a minuta.

No Seminário de Assuntos Estudantis realizado em 2013, a então presidente do Centro Acadêmico de Artes da UFT/Campus Palmas que se identificava como trans problematizou o conjunto de interpelações sofridas diariamente pela invisibilização das pessoas trans no interior da universidade e a ausência de vontade política em regular o dispositivo do nome e do uso autorreferido dos banheiros:

A gente avaliou que ia rolar o Seminário de Assuntos Estudantis, ia vir os delegados dos campus. Nós avaliamos que seria naquele momento, o momento ímpar. Isso fez a presidente do C. A<sup>170</sup> subir ao palco e fazer a defesa do nome social aproveitando que estava a Pró-Reitora de Assuntos Estudantis da UFRN (KIZOMBA ARCO-IRIS, 2014)<sup>171</sup>.

Após o encaminhamento da minuta que propõe a Resolução do nome social nos registros acadêmicos da UFT, o NEPESCD, o Mudas, o Kizomba Arco Iris e Liga Brasileira de Lésbicas (LBL) e o Centro Acadêmico de Direito se reuniram para acompanhar a aprovação do nome social e elaborar uma agenda de ações nos campus do interior. Como

---

<sup>169</sup> “A gente estava muito receosos, porque da forma como a vice-reitora falou no início, ela colocou assim “*vai ser muito difícil de aprovar*” ele colocou dessa forma. Então traz um dossiê que a gente se assegura juridicamente e tal e vocês vão conseguir aprovar com mais tranquilidade” (MUDAS).

<sup>170</sup> Com intuito de manter o sigilo dos relatos feitos em reunião, optamos em referenciar o cargo ocupado pela liderança do movimento.

<sup>171</sup> Registros pessoais. Reunião 19/01/2014.

deliberação, marcamos reunião com a PROEX e com a PROEST com a intenção de questionar a UFT quanto a data da regulação do nome social.

É importante registrar que a reunião antecedeu as eleições do Diretório Central dos Estudantes (DCE) e contava com representantes e simpatizantes diretos na reunião supracitada. Conquanto, houve resistência em levantar a bandeira do nome social e do uso autorreferido dos banheiros durante as eleições. O integrante do Kizomba Arco-Íris<sup>172</sup> asseverou que “colocar o debate LGBT junto com a eleição do DCE vai se transformar numa bola de neve e vai ficar meio complicado para poder trabalhar”. Já, o MUDAS foi favorável à veiculação desse debate nas chapas, considerando a possibilidade de divulgação e a busca de adesão entre os setores da UFT.

A eleição do DCE vai mobilizar muita gente na universidade, entendeu? Porque tem três chapas, porque tem vários grupos envolvidos, porque é um ano eleitoral, então assim vai ser muito estimado. Eu acho que, de certa forma, mesmo que a gente não faça tudo da campanha, assim tudo do nome social para as trans, eu acho que é interessante para a gente até pra viralizar, alguns materiais na internet utilizar esse momento, por quê? Porque o momento vai está muito acirrado e o momento mostra uma coisa muito importante: que a gente pode até divergir em relação ao DCE, mas muita gente concorda em relação ao nome social, que todas as chapas concordam e, politicamente, isso teria um apelo dentro da universidade e de fortalecimento do nosso movimento estudantil (MUDAS, 2014).

No início de 2015, o MUDAS organizou o evento “Protagonismo e Visibilidade Trans”, em parceria com a PROEX, cuja pauta principal era a aprovação do nome social. O evento reuniu cerca de 150 pessoas e deu visibilidade à temática, possibilitando a movimentação do nome social nas instâncias administrativas e políticas da universidade, pois até o momento a UFT não se sentia pressionada o suficiente para aprovar o nome social, mesmo ciente da presença de acadêmicos/as trans vinculados aos cursos de graduação e pós-graduação. O lançamento da Portaria só ocorreu em março de 2015, após uma série de denúncias aos veículos midiáticos durante a programação do Seminário.

### **Figura 8 – Programação do Evento “Protagonismo e Visibilidade Trans”<sup>173</sup>**

<sup>172</sup> O Kizomba Arco-íris é um setorial do movimento estudantil ligado ao Kizomba que desde de 1999 tem se organizado nacionalmente com vistas a construção de uma nova política dentro do PT.

<sup>173</sup> Disponível em: <<http://ww2.uft.edu.br/ultimas-noticias/14051-evento-sobre-protagonismo-e-visibilidade-trans-inicia-nesta-quinta-feira-27-no-campus-de-palmas>> Acesso em 28 jun. 2018.



Há que ressaltar que na avaliação do Movimento LGBT, não houve resistência posterior no tocante ao acesso aos requerimentos e ao respeito ao nome social. Inclusive, a publicização desse direito foi tema da 5ª Calourada Unificada da UFT através do mote “Trope/Nome Social” organizado pelo grupo feminista “Aquarelas e Poesias”<sup>174</sup> em 2017.

A busca pelos direitos aglutinou grupos de variadas perspectivas e linhas de atuação que se articularam e buscaram formas estratégicas de catalisar a aprovação do nome social. Dentre as táticas de mobilização, é necessário evidenciar o protagonismo ideológico das tecnologias de informação e a parceria com outros movimentos sociais na órbita da universidade:

Simultaneamente, existem pontos de resistência aos discursos hegemônicos que abrem horizontes de irradiação, sobretudo através da utilização de tecnologias digitais. A começar por meios, redes, suportes e plataformas que se apropriam de ferramentas tecnológicas para disseminar, pelos quatro quadrantes, informações e ideias que valorizam a consciência social, as causas comunitárias e os direitos da cidadania. A comunicação virtual vem somar-se (jamais substituir ou suplantar) a

<sup>174</sup> “Aquarelas e Poesias” é um Fanzine organizado por mulheres vinculadas a UFT com objetivo de visibilizar as questões do feminismo por meio da elaboração e divulgação de pinturas e poesias.

fontes de veiculação alternativa, instituindo formas colaborativas e não mercantis de trabalho informativo e cultural (MORAES, 2010, p.2010).

Miskolci (2011) nos oferece elementos históricos, teóricos e sobretudo metodológicos para refletirmos sobre o uso das mídias digitais, compreendendo que apesar da disseminação na sociedade contemporânea, seu acesso não é popularizado na realidade brasileira, pois cria formas particulares de acesso e subjetivação. Em concordância com o autor, verifica-se que os a necessidade de ponderar o alcance temporal e histórico das mídias sociais e principalmente das intersecções com a classe social, raça/etnia, geração, regionalidade e gênero. O que nos permite inferir o caráter novo desse fenômeno e seu processo de disseminação no país.

Frente a essas questões e a visibilidade do conjunto de violências e violações praticadas contra os sujeitos LGBT, a criação de grupos e coletivos universitários é considerado um marco para incorporação das lutas identitárias, não somente por possibilitar as discussões de gênero e sexualidade nesse espaço, mas pelo enfrentamento das ações estigmatizantes que subalternizam as experiências LGBT, tendo em vista as denúncias cotidianas de discriminação, exponenciadas nos trotes, por exemplo.

Na estrutura ritualística dos trotes identificamos a reprodução da dominação do masculino em detrimento da subalternidade do feminino, reafirmando valores predominantemente cisgêneros e heterossexuais<sup>175</sup>. As desigualdades de gênero são apontadas de diversos modos nesses ritos, determinando fronteiras corporais e subjetivas que reforçam os lugares diferenciados que o feminino ocupa em relação ao masculino, principalmente quando agregado a outras formas de discriminação.

Pensando em tais questões, nos deteremos em seguida, nas denúncias e na participação social exercida pela mobilização dos atores sociais no âmbito da universidade.

### **3.6 “A gente não quer migalhas”<sup>176</sup>: A participação social<sup>177</sup> e as denúncias acerca da violação de direitos LGBT na UFT**

<sup>175</sup> Em 2017, o trote gravado da Atlética de Engenharia da UFT iniciou o rito de passagem e de inserção da vida universidade com as seguintes declarações dos/as calouros “Eu bicho burro, filho de uma mãe safada e de pai desconhecido” e “dar em cima das gostosas de nutrição”.

<sup>176</sup> Defesa da integrante do NEPESCD sobre a distribuição de material didático aos colaboradores do vestibular da UFT sobre o uso dos banheiros.

<sup>177</sup> A participação social é entendida em termos de controle social por parte dos atores políticos. Para Bravo (2009), a categoria controle social foi usada historicamente como controle do Estado e do empresariado sob as massas, cuja acepção remonta ao aspecto coercitivo sobre a população para assegurar a submissão as regras e normas de conduta e normas sociais. Todavia, o controle social enquanto direito inscrito na Constituição Cidadã

Em Tocantinópolis, toda vez que eu vou lá, eu sinto que vão querer me matar na próxima esquina. Parece que eu sou uma aberração lá dentro, não sei se vocês sentem a mesma coisa quando vão em Tocantinópolis mas, assim... é uma cidade bem tensa assim (MUDAS, 2014)<sup>178</sup>.

Sabe-se que as unidades da federação brasileira não têm reconhecido a cidadania dos/as sujeitos que desestabilizam a binaridade das normas de gênero sustentada pelo imperativo heterossexual. No Tocantins, esse cenário é agravado pelas particularidades do cerrado nortista cujos traços explicitam um Estado coronelista, latifundiário e fundamentalista no trato com a diversidade sexual e identidade de gênero, conforme demarcado anteriormente. As localidades geográficas consideradas interioranas e periféricas no cenário nacional operam o racismo/sexismo/homofobia de forma distinta dos grandes centros urbanos.

Os dados da pesquisa VI na Parada do Orgulho LGBT de Palmas<sup>179</sup>, no ano de 2007 revelaram que 86% dos/as entrevistados/as já tinham sofrido algum tipo de violência motivada pela orientação sexual e identidade de gênero. No mapeamento dos padrões de violência, discriminação e violações de direitos contra a população LGBT no estado realizado pela pesquisa “Políticas, Direitos e Homofobia” (2010), Irineu e Froemming (2010) destacaram que 46% já tinham sofrido agressão verbal, 9% agressão física, 6% violência sexual e 10% ameaça de chantagem ou extorsão motivadas pela homofobia.

Ao remeter à explicitação das violências simbólicas, 26,4% dos/as entrevistados/as afirmaram ter sofrido discriminação no trabalho, 30% disseram ter sidos tratados de forma diferenciada dos/as demais nos locais públicos (espaços de lazer e comerciais), 6,2% indicaram ter sofrido discriminação por policiais em delegacias, 3% declararam ter sido maltratados/as nos serviços públicos de assistência/previdência social. Ao reportarem a discriminação nos espaços educacionais, 23,2% dos/as entrevistados/as afirmaram já terem vivenciado essa situação.

---

remete a participação na elaboração, implementação e fiscalização das políticas sociais por parte da população é demarcada no contexto de redemocratização da sociedade brasileira e do aprofundamento da democracia participativa.

<sup>178</sup> No ano de 2012, recebemos a notícia do homicídio motivado por homofobia contra o professor e coordenador do curso de Ciências Sociais da UFT Cleides Amorim, justamente em Tocantinópolis.

<sup>179</sup> Pesquisa realizada pelo GIAMA em parceria com o Centro de Referência de Direitos Humanos.

A última edição do Relatório de Violência Homofóbica, no ano de 2012, da SDH/PR registrou um aumento de 142,86% das denúncias realizadas ao poder público federal no Estado do Tocantins em relação ao ano anterior. A pesquisa do Grupo Gay da Bahia (GGB) divulgada em seu Relatório Anual de Assassinatos a Homossexuais mostrou que em 2016 foram subnotificados 343 assassinatos de pessoas LGBT no Brasil. Segundo os dados, 42% (144) desse quantitativo eram travestis e transexuais.

Sob esse prisma, reconhecemos a irresponsabilidade em monitorar os crimes de caráter LGBTfóbico no país por parte do poder público, coadunando com a subnotificação das vítimas (em geral, representam a ponta de um iceberg da violência letal), dificultando as iniciativas e ações de enfrentamentos desse cenário.

O grau de exposição a atos violentos separa muito nitidamente diferentes categorias - gays, lésbicas, travestis e transexuais – frequentemente agrupadas sob a genérica rubrica de “homossexuais”. De um modo geral, os dados revelaram que o tipo de violência letal que incide sobre a população trans, bem como o perfil sociológico desse tipo de vítima é bem diferente da que tende a atingir outros homens não heterossexuais (CARRARA; VIANNA, 2006).

Guilherme Ferreira (2014) sublinha que a vida das pessoas trans são mais precárias e passíveis de extermínio, tendo em vista que seus corpos não são dóceis, nem completamente úteis à produção capitalista, já que, de modo geral, não conseguem acessar o mercado formal de trabalho e, por conseguinte, necessitam recorrer à prostituição.

De acordo com a pesquisa realizada na 8<sup>o</sup> Parada do Orgulho LGBT do Rio de Janeiro-RJ em 2003/2004<sup>180</sup>, Carrara e Vianna (2006) inferem que:

Diferentemente das travestis, os gays tendem a ser vitimados em casa, por meio de arma branca, asfixia ou objeto contundente (60,7%) dos casos, compondo a esmagadora maioria das vítimas letais dos crimes de lucro. Os assassinatos de travestis, por sua vez, têm lugar mais frequentemente na rua, por arma de fogo (68% dos casos), correspondendo quase todos a crimes de execução. Os casos de execução são massivamente arquivados (78%). Para outras formas de violência letal contra homossexuais, a taxa de arquivamentos mantém-se alta, mais cai para 50%, enquanto a de condenação eleva-se sensivelmente (CARRARA & VIANNA, 2006, p.235).

---

<sup>180</sup> A pesquisa foi realizada pelo Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM-IMS/UERJ), Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (UCAM) e Grupo Arco-Íris.



Em geral, as violações não foram evidenciadas e/ou caracterizadas pela mídia ou pelo Estado como práticas de ódio motivadas pela transfobia, uma vez que ambos tendem a culpar o/a próprio sujeito pela agressão sofrida, inquirindo sobre as “zonas morais” frequentadas pelas pessoas travestis e transexuais<sup>181</sup>. Além da resistência em apurar e punir os reais culpados e da ausência de motivação homofóbica nos boletins de ocorrência nas delegacias de vários municípios e Estados, as estatísticas não conseguem mensurar a prática cotidiana da intolerância transfóbica que se manifesta de diferentes formas.

Em torno da complexidade e diversidade das práticas homofóbicas, manifesta-se a presença de diferentes hierarquias sociais. Nesses casos, há uma confluência entre hierarquias de classe e gênero, já que as vítimas são normalmente travestis ou homossexuais pobres envolvidos na prostituição ou moradores de zonas consideradas perigosas, que carregam o peso mais estigmatizante da homossexualidade. Isso se faz presente na própria indiferença das forças policiais com casos dessa natureza, uma vez que tais crimes encontram eco nas representações negativas das travestis, de modo que sua morte, em geral em idade bem inferior do que as das vítimas de latrocínio, tende a ser tomada por policiais como consequência de um modo de vida em constante tangenciamento com a ilegalidade e que é recebida com poucas pressões, sobretudo familiares, por sua apuração e por justiça (CARRARA & VIANNA, 2006).

O conjunto de violências homofóbicas, sexistas e raciais incide na educação e reafirma-se na universidade como espaço de diálogo atravessado por direcionamentos ético-teóricos, significações simbólicas, concepções culturais e relações de poder que reforçam as hierarquias na medida em que exclui e marginaliza os/as sujeitos/as não normativos.

As experiências trans relacionam-se com os “guetos e periferias sociais”, pois convergem com a pobreza e a ausência de bens e serviços (saúde, educação, trabalho, previdência, habitação). Somada a esses processos, percebemos o processo de erotização das travestis e transexuais na sociedade brasileira, conforme relatado a seguir.

A companheira trans foi convidada para ir num evento de gênero dentro do curso de medicina. Ela me ligou para saber o que era, eu falei “me explica, o quê que é que vai acontecer lá”, aí ela pegou e me falou que eu tinha participado com ela uma vez na Secretária de Saúde de Palmas, e ela foi sentar e conversar com o pessoal que estava fazendo um curta na área de saúde. Ela pegou e falou que não queria ir, eu

---

<sup>181</sup> Assim, há casos em que a identidade de gênero suposta da vítima, o fato de “ser travesti” parece ser o fator determinante da execução – que assume as feições de um crime de ódio (CARRARA & VIANNA, 2004, p. 245).

falei então: “não vá, caso não esteja confortável”. Ela pegou e indicou outra menina, aí a menina que estava organizando, inclusive, deu 100 reais pra trans que foi, para ela poder chegar lá, a trans pegar e mostrar o peito dela para galera (KIZOMBA ARCO ÍRIS, 2014).

Esse relato relaciona-se com a problematização alocada nas primeiras literaturas sobre a vivência das pessoas trans no país, em que a identidade de gênero travestis e transexuais é referenciada na exotização, subalternidade e marginalização, pois não se inserem no signo da pureza e delicadeza atribuídas ao ser mulher (SILVA, 1993; KULICK, 2008; BENEDETTI, 2005). Contudo, não iremos adotar a leitura vitimista acerca da experiência trans, pois reconhecemos a capacidade de agência desses sujeitos que se materializam em suas táticas de resistência, revoltas, enfrentamentos e recusas.

Partindo dessa linha argumentativa, é ideal localizar a atuação das organizações coletivas como espaço de monitoramento e avaliação das políticas empreendidas no âmbito da UFT, principalmente quando reportamos a efetividade do nome social e do uso dos banheiros:

Porque também... gente, não adianta a gente passar essa Resolução, aprovou e como é que vai ficar essa aplicabilidade? Não sei se vocês estão acompanhando o debate na UFRJ e na UFF, porque isso foi aprovado há mais de seis meses e não está acontecendo. Então, vamos pensar que o Rio de Janeiro já tem uma série de conquistas municipais e estaduais, então está numa outra pegada, o movimento já tem muitos anos de histórias, aquela coisa toda... Então vamos pensar no impacto que isso vai causar na nossa universidade. Então nós temos de nos preocupar com a aprovação e temos que paralelamente - isto na minha compreensão - começar a sensibilizar a galera que... não é só a galera que trabalha com a gente, porque essa a gente já sabe que está junto com a gente, mas a galera que não está a fim de fazer esse papo (NEPESCD, 2014).

Bravo (2009) nos oferece balizas críticas para qualificar o debate democrático no contexto macro societário e na conjuntura contemporânea que vem alterando as políticas sociais com o encolhimento dos direitos sociais orientados pelo neoliberalismo, como assinalado no primeiro capítulo. Daí deduzimos que os mecanismos de participação social possibilitam descentralizar o poder público e democratizar as políticas sociais, através do fortalecimento dos espaços de controle social<sup>182</sup> com vistas a evidenciar as históricas injustiças sociais acumuladas secularmente pela população LGBT.

---

<sup>182</sup> Nesse debate, não nos deteremos as instâncias de participação social das Políticas Sociais inscritas nos conselhos e comissões, pois, segundo Bravo (2009) existe outros dispositivos que podem (e devem) ser acionados e compreendidos como espaços de controle social. Para ilustrar, a autora assinala o Ministério Público, os órgãos de defesa do consumidor, os meios de comunicação oficiais, os conselhos profissionais e etc.



Outra demanda levantada pelo movimento social reporta-se à garantia dos banheiros no momento do vestibular, pois até aquele momento, o direito ao uso do nome social não era garantido. A coordenadora do NEPESCD foi convidada para participar do treinamento dos/as colaboradores/as na aplicação das provas e pontuar as questões do uso dos banheiros pelas pessoas trans. Contudo, a própria postura institucional é reveladora, quando a própria abordagem do direito é desqualificada pela gestão.

E também não sei é a questão da visibilidade, mas eu acho que assim ele tem, como na hora do vestibular, a coisa do documento ainda não existe, as pessoas que vão fazer, elas meio que já vão na resiliência. Elas já sabem que o nome não vai rolar ali mesmo. Mas o banheiro é o mínimo, né? Se o nome é impossível, porque não tem o registro, aquela coisa toda, tem pelo menos o banheiro né, gente? E aí minha fala era muito simples: era de cinco minutos. Eu levantava os casos que já tinham acontecido de imprudência da universidade nesses treinamentos e dizia que as pessoas, elas deveriam usar o banheiro conforme sua vontade, porque o banheiro é de uso individual. Elas não vão tudo de uma vez. As pessoas que estão fazendo vestibular, é uma pessoa que vai de cada vez. Então se a pessoa escolhe ir ao banheiro masculino, você enquanto fiscal volante, você tem que ficar ali esperando e aguardando. Nesse sentido: *“ah, mas se as mulheres que vão entrar no banheiro se sentirem incomodadas?”*, você vai pedir para elas aguardarem e vai dizer que é uma norma da universidade. Foi só isso que eu falei, eu não sei se funcionou, mas nós não tivemos nenhum caso explícito (NEPESCD).

Na reunião, foi pontuada a importância da divulgação junto à Comissão Permanente de Seleção (COPESE) através de investimento e distribuição de material ilustrativo a ser utilizado no treinamento para os/as volantes do processo seletivo. Novamente, a falta de vontade política se corporificou nos argumentos ligados à questão orçamentária da universidade com o argumento de que não tinha recurso.

A postura coadunou com o panorama legal das políticas sociais no contexto neoliberal, no qual o direito passa a ser submetido a disponibilidade de recursos públicos, priorizando os investimentos públicos, a partir da lógica empresarial do custo/benefício, eficácia/inoperância, produtividade/rentabilidade (IAMAMOTO, 2012). Além da questão orçamentária que rebate ostensivamente nas políticas sociais, nota-se que a gestão dos recursos não é definida de forma indiscriminada, pois há uma opção política em direcioná-la para determinadas pautas.

Além da situação ocorrida na COPESE, os/as atores sociais narraram casos de expulsão durante a realização dos Jogos Universitários da UFT (JUFT):

O que aconteceu é que eu apresentava uma cena performativa, uma performance. Tinha apresentado na nossa Semana Acadêmica de setembro em Palmas. E para isso precisava depilar minhas pernas. Eu não tive tempo de fazer isso aqui Palmas. [...] Primeiramente, eu tentei fazer no banheiro das meninas, não tinha tomada nem dentro do banheiro, nem próximo da entrada. Eu procurei o pessoal que estava na organização para saber se eu poderia me depilar no banheiro, se teria algum problema. Eles me disseram que não, eu poderia ir para lá. Não, eu estava de máquina rapidinho e as meninas não ficaram impossibilitadas de usar o banheiro, elas estavam usando normal. De repente, batem na porta, ela entra: *“O que você tá fazendo? Esse banheiro é de menina, esse banheiro não é masculino. Sai daí agora!”*. Eu fui tentar conversar com ela, ela não me ouviu. [...] E ela pega e vira para as meninas lá de fora: *“Isso é inaceitável”* (KIZOMBA, 2014).

Em relação à aplicabilidade do nome social, retomamos a Nota de Repúdio sobre a violação desse direito que incorreu durante a consulta eleitoral para a Reitoria da UFT em 2017, em que um aluno de pós-graduação foi impedido de exercer o direito pela Comissão Eleitoral do Campus de Araguaína. A Comissão argumentou que não teve tempo hábil para atualizar e integrá-lo na lista de votantes. Em se tratando de qualquer ato acadêmico, o processo de registro para votação das eleições deveria seguir a normativa do nome social regulada desde 2015. Além da interdição, o estudante afirmou ter passado por uma série de constrangimentos ao ser identificado pelo nome civil. Somente após acionar a Defensoria Pública, o aluno teve direito ao acesso a urna de votação garantido e liberado.

É fundamental que o ambiente educacional, no âmbito da sua missão formadora, propicie espaços de formação continuada ao corpo universitário, onde a disposição dos conteúdos não reiterem metodologias hierarquizadas e seja possível tratar das discussões politizando inclusive as experiências pessoais, configurando como alternativa para abordagem de temas que incomodam a instituição, visando sensibilizar servidores, educadores e alunos para garantia dos direitos humanos (IRINEU; FROEMMING, 2012, p.97).

Para finalizar, recuperamos a moção de recomendação para as universidades brasileiras para atuação no enfrentamento à homofobia, bem como para a promoção dos direitos dos/as docentes, servidores/as administrativos/as e discentes LGBT aprovado na II Conferência Nacional de Políticas e Direitos Humanos LGBT, realizada em 2011. Resgatamos o compromisso das universidades em promover ambientes mais seguros e plurais, no âmbito do seu papel formador e promotor da cidadania.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação objetivou analisar o processo de construção e implementação do nome social e do uso auto referido dos banheiros pelas pessoas trans na Universidade Federal do Tocantins (UFT). Nesse aspecto, a pesquisa documental empreendeu uma: a) a descrição e análise preliminar dos modos como o acesso e permanência das pessoas trans na educação aparecem nas regulações estaduais do Tocantins e da construção do direito ao nome social na UFT e do uso autorreferido dos banheiros.

A leitura consubstancializada nessa dissertação envolveu o debate crítico da educação, os meandros do acesso e permanência nas IES, as políticas direcionadas a população LGBT e os atravessamentos de gênero e diversidade sexual no ambiente educacional.

É importante frisar que discutir o acesso e a permanência nas universidades não é tarefa fácil. O arcabouço teórico-crítico sobre a educação superior no Brasil oferece parâmetros para analisar a realidade da desregulamentação da universidade pública representados nas “miudezas do cotidiano”. Os efeitos são particularizados, sobremaneira na UERJ<sup>183</sup>, instituição na qual estamos vinculados/as. O ataque à UERJ comandado pelo governo do MDB é uma investida contra a educação pública, inclusiva, gratuita e de qualidade no país. Tal modelo apresenta-se como laboratório da precarização estrutural, do funcionalismo público e da educação, bem como do pensamento crítico.

Nacionalmente, passamos por um contexto de ruptura democrática que afastou a ex-presidenta Dilma Rousseff (PT) do cargo, resultante da articulação de forças ofensivas conservadoras no Congresso Nacional, por meio do impeachment legitimado pelo plenário do Senado que aprovou a admissibilidade do processo. Desde 2016, observamos a intensificação das medidas de austeridade, dificultando a própria compreensão desse momento histórico pelo célere desmonte dos direitos sociais que nos impacta de diferentes formas.

Além disso, pontuamos o desafio de discutir a promoção do respeito à expressão/identidade de gênero e sexualidade em meio à cruzada *antigênero* e ao ataque

---

<sup>183</sup> A Uerj possui 63 anos de trajetória na produção de conhecimento rigoroso e científico, com 33 cursos de graduação, 54 mestrados, 42 doutorados, 142 especializações, 623 projetos de extensão, o Hospital Universitário Pedro Ernesto, a Policlínica Piquet Carneiro e o Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues, distribuídos em 13 Unidades.

sucessivo aos pesquisadores/as e professores/as que se debruçam sobre essas temáticas em seus espaços de atuação profissional e de militância.

Sob esse prisma, esse trabalho recuperou parte da análise das políticas sociais, em particular das feições assumidas pela educação em meio as tendências contemporâneas do capitalismo nos países dependentes. A filiação com o método dialético crítico fundamentou uma abordagem atravessada pelas classes sociais em disputa na sociedade capitalista, tendo o “trabalho” como elemento central a ser considerado no fazer investigativo. A discussão das diferenças e das desigualdades foram direcionadas pelo feminismo interseccional, indo além da combinação e sobreposição das formas das desigualdades e ressaltando a capacidade de agenciamento da população trans no cenário institucional adverso.

De antemão, cabe recuperar que essa dissertação adentra a zona periférica de uma temática de invisibilidade, com sujeitos considerados *abjetos* no tecido social, situado em uma região interiorana no cenário nacional, incipiente no campo disciplinar das ciências sociais aplicadas e alocada numa instituição universitária sucateada. É desse lugar de (re) existência que nos pronunciamos, pois, a apreensão das concepções hegemônicas sobre gênero e sexualidade nesse território, que em geral se pauta na defesa da família nuclear burguesa está em disputa com as organizações coletivas que culminaram nos parques direitos da população LGBT.

O estímulo às áreas agrárias e ao agronegócio desigual em relação às áreas das humanidades por parte do governo estadual marca também a “colonização” do saber e do conhecimento ao qual nossa região foi submetida. É o que reforça a potencialidade que a universidade tem de cumprir seu papel transformador e educativo, ao problematizar a lógica do pensamento ocidental colonizador e etnocêntrico, em que apenas o que é produzido no “centro” é valorizado e o que formulado na “margem” não é legítimo” (IRINEU, 2016).

No marco histórico, o estado mais novo do Brasil é muito recente. Essa constatação é redundante, mas oportuna quando aludimos localidades com trajetórias historicamente consolidadas do Movimento LGBT. Enquanto que no estado do Tocantins, somos nós a história do processo. O conjunto de políticas LGBT pautadas pelo movimento social é inédito num contexto da disseminação de higienização dos comportamentos. Se por um lado o caráter recente não justifica as violações e ausência de direitos, por outro, não é possível comparar com estados cujas lutas sociais já são instituídas.

Em tempo, salientar a construção do Movimento LGBT do Tocantins significa rememorar a minha própria trajetória política de militância que acompanhava o desenvolvimento regional, econômico e político do estado. Nesse aspecto, refazer os caminhos trilhados, as experiências coletivas, as resistências cotidianas, as interpelações pessoais que interrogavam o significado da presença trans no espaço universitário, associou-se ao ensejo de devolver uma sistematização aos coletivos universitários que visibilizaram a pauta LGBT.

O esforço em explorar as incidências da expressão/identidade de gênero e sexualidade no âmbito das ciências sociais aplicadas, especialmente, com o aporte do materialismo histórico dialético gera algumas controvérsias na academia, que nos coloca indiscriminadamente nas abordagens fragmentadas das vertentes pós-modernas.

Ao longo do mestrado, foi essa uma das minhas principais indagações teóricas na delimitação da pesquisa, especialmente pelo significado da práxis política reivindicado pela ontologia marxiana, no qual não abriria mão. Nessa esteira, precisamos reconhecer o esforço teórico analítico de autores/as inseridos no Serviço Social que vem construindo um percurso literário, ainda ensaístico, sobre as implicações da opressão/exploração do segmento LGBT, fundamentando a dimensão ideológica do racismo, sexismo e homotransfobia como componentes da hegemonia burguesa.

A participação na disciplina “A trajetória dos estudos trans no Brasil” ofertada no IMS oportunizou o adensamento teórico nesse campo de pesquisa, especialmente no que tange ao percurso teórico-metodológico. Em princípio, os trabalhos apresentavam o grupo pesquisado a partir de uma lógica objetiva de distanciamento, estranhamento e exotização das pessoas trans, sobretudo das travestis. Em seguida, observamos pesquisadores/as mais próximos/as aos conceitos produzidos pelos/as próprios/as entrevistados/as, os/as quais, por sua vez, foram se transformando em sujeitos políticos a partir da construção e legitimação dos movimentos sociais.

Nesse ínterim, acompanhamos a emergência das próprias narrativas de sujeitos trans que estão inseridas nos espaços acadêmicos e científicos, ocupando a produção científica, avaliando as políticas e serviços sociais e criticando a agenda do movimento LGBT.

A ampliação dos estudos que tematizam a transexualidade articulou-se com transformações sociais, políticas e epistemológicas, culminando em sua autonomização com a

homossexualidade masculina que durante muito tempo implicou na confusão teórica conceitual entre gênero e sexualidade e na disseminação do HIV/AIDS.

À vista dessas considerações, essa dissertação não se deteve apenas nas regulações existentes, mas procurou se aproximar do protagonismo político dos atores sociais que ocupam a UFT. Indubitavelmente, a análise dos documental apontou que as ações específicas do acesso e permanência das pessoas trans, circunscritas apenas nos dispositivos do nome social e no uso autorreferido dos banheiros estão sintonizadas com a mobilização dos coletivos universitários e dos grupos de estudos que provocaram a gestão universitária no reconhecimento dessa população.

A despeito de uma ordem normativa desfavorável a vida das pessoas trans, o nome social e o uso autorreferido dos banheiros apareceram como indicadores mais evidentes da formalização dessa população no âmbito universitário. Contudo, permaneceram algumas perguntas após a conclusão desse estudo: seriam esses dispositivos suficientes para assegurar o ingresso, a permanência plena e o desempenho dos estudantes trans na UFT? Qual o significado da existência dessa população nesse espaço? Quais as respostas institucionais aos processos discriminatórios vivenciados por travestis e transexuais no cotidiano universitário?

Essas interrogações denotam que ainda há muito a que se construir para garantir o acesso e a permanência dessas pessoas, haja vista, que o nome social e o uso dos banheiros asseguram apenas uma cidadania precária. Em outras palavras, Correa (2017) nos atenta que embora o nome social constitua uma reivindicação da militância trans como estratégia determinante para sobrevivência no espaço acadêmico, os regulamentos de uso do nome social se mostram insuficientes no contexto institucional. Nessa acepção, a autora sintetiza ainda que o nome social e o uso dos banheiros representam a resistência à espera, à negação e a invisibilidade trans dentro do espaço universitário por ser considerada uma estratégia de sobrevivência.

Em se tratando dos banheiros, consideramos que essa divisão é a síntese de múltiplas determinações, sendo um espaço político e de organização da ordem social. Do ponto de vista dos direitos fundamentais, as entidades da sociedade civil de defesa dos direitos humanos, sinalizam alternativas que respeitam a dignidade, liberdade, privacidade e igualdade indicadas. Compartilhamos de algumas possibilidades: dois banheiros separados por gênero, com liberdade de utilização sem discriminação por identidade de gênero; instalações de banheiros de utilização individual, acessíveis a todos, sem distinção de sexo ou identidade de gênero;

instalação de um único banheiro, de utilização coletiva e universal, com cabines individuais internas sem distinções (RIOS; RESADORI, 2015, p. 218). Salvo melhor juízo, o desconforto de listar alternativas sanitárias, os autores indicam ainda o desafio indispensável de romper a naturalização do binarismo sexual e de enxergar a grave violação de direitos fundamentais daí resultante.

As questões do acesso e permanência estão sedimentadas sob um quadro profundamente desigual da sociedade brasileira, pois, como vimos, desde o seu surgimento tardio, a universidade privilegia a formação da parcela mais abastada da sociedade. Faz-se necessário, teorizarmos para além do ingresso nos portões da universidade, já que diz respeito a um percurso formativo que envolve distintos fatores e que geralmente passam despercebidas pelas pessoas cisgêneras.

O abismo que se coloca entre as pessoas trans e os centros universitários relaciona-se com as múltiplas violências inscritas nas suas trajetórias escolares, familiares, pessoais e profissionais. Por isso, a necessidade de lançarmos o olhar para as outras esferas da vida social, a imersão no trabalho, os vínculos familiares, o cumprimento da educação formal, as questões identitárias, a mobilização social, além da intersecção com a classe social, o gênero e raça/etnia.

Por outro lado, Correa (2017) ressalta a reapropriação de diversos símbolos da tradição acadêmica que são trazidos ao “jogo” quando a vida travesti e transexual resistem dentro da universidade, a ponto de concluir o curso e ter visibilidade nas mídias sociais, tendo como motivo a formatura e não as violências transfóbicas, geralmente noticiadas como “não identificadas”.

Ao longo da pesquisa, percebemos o quanto a experiência na UFT, pode ser hostil as travestis e transexuais, pois a violência transfóbica que expulsa as pessoas trans dos estabelecimentos universitários é o principal impeditivo da permanência na educação básica e superior. A morosidade em regulamentar o nome social revela o quanto essa pauta não é prioritária para a gestão da universidade, mesmo que em seu interior, registre casos recorrentes de transfobia, sexismo e racismo.

São vários os questionamentos em relação à lentidão na aprovação do nome social na UFT: Qual o motivo de uma administração pública negar um direito? Será se não foi receio de uma indisposição com o grupo político que talvez tenha uma base religiosa? Ou seria pura e simplesmente transfobia institucional? Pode ser tudo e misturado. Inclusive, pode ser medo

das reações contrárias do segmento evangélico na universidade, tendo em vista que em termos quantitativos, o maior movimento social inserido na UFT é composto por grupos evangélicos e católicos.

Ao analisar os noticiários veiculados pelas mídias sociais para descrever a linha do tempo dessas regulações na UFT, identificamos o dogmatismo religioso como principal argumento para negação dos direitos da população LGBT, repercutindo na formação de opiniões contrárias a visibilidade das questões de gênero e sexualidade no espaço público.

Com vistas dos argumentos apresentados, ressaltamos a importância da construção de formas e estratégias de intervenção com habilidades éticas e técnicas que se desdobram em possibilidades na perspectiva do acesso, desempenho e permanência de estudantes, a partir do prisma da universalização da Educação.

Esse estudo nos revelou o caráter pragmático debates engendrados no ambiente educacional de uma forma geral. As políticas afirmativas para os grupos subalternizados podem ser adicionadas de forma funcional, ou seja, sem alterar a forma que a universidade opera no tratamento aos sujeitos/as não hegemônicos. As iniciativas concentram-se em apaziguar os ânimos e na coexistência pacífica das relações desiguais através da tolerância ao considerado “diferente”, mas pouco polemiza acerca das hierarquias sexuais e de gênero.

Nesse sentido, acreditamos na potência da inserção crítica e continuada dessas temáticas nos espaços da instituição, complementadas com seu apoio pedagógico e científico e em articulação com o movimento social, como possibilidade de aprimoramento e capacitação do corpo universitário para combater os discursos de ódio contra os dissidentes da matriz heterossexual. Isto é, a universidade cumprir o seu papel socioeducativo de educar para a diversidade e ensinar novas práticas.

A promoção dos eventos acadêmicos-científicos sobre gênero e sexualidade que antecederam a elaboração e implementação do nome social, não assegurou o respeito ao uso dos banheiros, pois é crescente o número das denúncias de assédio e constrangimentos que são subnotificados e expostos na rede social pelo Movimento LGBT.

Nessa seara, é importante reivindicar o mapeamento e a existência de estudos pelo Poder Público que avaliem efetivamente como vem sendo implementadas as resoluções nas universidades e evidenciem as diferentes resistências.

O que distingue a universidade das demais instituições de gestão pública e privada é a possibilidade de problematizações, inquietudes e alterações das formas de pensar, a partir do



arcabouço de informações e conhecimento. O ambiente acadêmico possibilita a ampliação de debates que versam sobre a multiplicidade de exercício da sexualidade e vivência de gênero não hegemônico, da autonomia dos corpos, das configurações familiares; processos de discussões não habituais no ambiente familiar, religioso e nos grupos sociais.

Por esse motivo, que a inclusão das pessoas trans nas IES exige adequação do meio acadêmico no trato da diversidade sexual e a expressão/identidade de gênero. Essa adequação é fundamental para que as pessoas trans, que estão em condições precárias da vida social, alijada dos direitos sociais fundamentais e expostas à margem do convívio social possam acessar a formação escolar e se capacitar profissionalmente.

Sublinhamos ainda o nosso vínculo com o projeto que defende a educação como uma dimensão da vida social que deve ser reivindicada como direito de ensino público, laica e de qualidade, caracterizada como direito social que prima pela formação da consciência plena dos/as indivíduos.

Sob essa compreensão, o presente estudo não sistematizou formas de agir nem desenvolve verdades de gênero e sexualidade no âmbito da educação, mas problematiza concepções naturalizadas da heterossexualidade e do cissexismo, buscando a desestabilização teórico-prática para pensarmos uma educação em interface aos direitos humanos. Sabemos que esse debate não encerra aqui e pretendemos aprofundá-lo em momentos posteriores da nossa formação profissional, com a certeza de contribuir com o debate do Serviço Social no tocante a diversidade sexual e identidade de gênero.

## REFERÊNCIAS

- AGUINSKY, B. G.; FERREIRA, G. G.; RODRIGUES, M. C. Travestis e segurança pública: as performances de gênero como experiências com o sistema e a política de segurança pública no Rio Grande do Sul. *Textos e Contextos*. Porto Alegre, v.12, n.1, p.47-54, jan/jun, 2013.
- ALMEIDA, C. C. L. Corpo e gênero: articulando um debate. *Revista Em Pauta*, Rio de Janeiro, v.9, n.28, p.17-27, Dez.2011 (p.17-26).
- ALMEIDA, G. 'Homens Trans': novos matizes na aquarela das masculinidades?. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 20 (2): 256, maio-agosto/2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v20n2/v20n2a12.pdf>. Acesso em: 08 set. 2016.
- ALMEIDA, N. L.T. Educação. *Apontamentos sobre a política de educação no Brasil hoje e a inserção dos assistentes sociais*. In: Subsídios para o Debate sobre o Serviço Social na Educação. Grupo de Estudos sobre o Serviço Social na Educação. Brasília-DF: CFESS, 2011.
- ALMEIDA, N.L.T. Educação. *Capacitação em Serviço Social e Política Social*. Módulo 3. Brasília: UNB, Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância, 2000.
- ANDERSON, P. *O balanço do neoliberalismo*. In:SADER, Emir & GENTILI, Pablo (Orgs.). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.
- ANTUNES, R. *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- BARBOSA, R. N. A Alienação, a Crise e os Manuscritos Econômicos Filosóficos: retomada do debate na formação intelectual. *Revista Textos e Contextos* (Porto Alegre), v. 13, n. 2, jul./dez. 2014. Disponível: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/18426/12516> Acesso em: 19 out 2017.
- BARROCO, M. L. Serviço Social e Pesquisa: Implicações Éticas e Enfrentamentos Políticos. In: Estágio, Ética e Pesquisa: Desafios para a formação profissional. *Revista Temporalis*. Brasília: ABEPSS. Ano IX, n. 17, 2009.
- BENEDETTI, M. R. *Toda Feita: O corpo e o gênero das travestis*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

BENTO, B. *A (re) invenção da transexualidade: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BENTO, B. *O que é transexualidade?* São Paulo: Brasiliense, 2008.

BENTO, B. Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal. *Revista Contemporânea*, v. 4, n. 1 p. 165-182, Jan.–Jun. 2014.

BHERING, E. R. *Política Social no contexto da sociedade capitalista*. In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CEAD/ABEPSS/CFESS, 2009.

BEHRING, E.; BOSCHETTI, I.; *Política Social: fundamentos e história*. Biblioteca Básica do Serviço Social. – 9. Ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

BORRILLO, D. *A Homofobia*. In: LIONÇO, Tatiana; DINIZ, Debora (Orgs.). *Homofobia e Educação: um desafio ao silêncio*. Brasília: Letras Livres/EDUnB, 2009.

BOTTOMORE, T. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2011.

BORTOLONI, A. *Diversidade Sexual e de Gênero na Escola: Uma perspectiva inter-relacional e intercultural*. In: BORTOLONI, Alexandre (Org.). *Diversidade sexual e de Gênero na Escola. Educação, Cultura, Violência e Ética*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Pró-Reitoria de Extensão/UFRJ, 2008.

BOSI, A. *Cultura Brasileira e Culturas Brasileiras*. In: *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 308-345. Disponível em: <http://www.usp.br/cje/anexos/pierre/BosiACulturabrasileira.pdf>. Acesso em: 04 jan 2017.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO. *Brasil Sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual*. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. Subsecretaria de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos. *Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT*. Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.arco-iris.org.br/wp-content/uploads/2010/07/planolgbt.pdf> Acesso em: 17 abr 2017.

BRASIL. Secretária Especial de Direitos Humanos da Presidência da República. *Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil: O ano de 2011*. Brasília-DF: Julho de 2012. Disponível <<http://www.sedh.gov.br/brasilsem/relatorio-sobre-violenciahomofobica-no-brasil-o-ano-de-11/Relatorio%20LGBT%20COMPLETO.pdf>> Acesso em: 20 set 2017.

BRAVERMAN, H. *Trabalho e capital monopolista. A degradação do trabalho no século XX*. 3. Ed. Rio de Janeiro: LTC, 1987. pp 213-316.

BRAVO, M. I. *O trabalho do assistente social nas instâncias públicas de controle democrático*. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Unidade IV: O

significado do trabalho do Assistente Social nos distintos espaços sócio-ocupacionais. CFESS/ABEPSS: Brasília, 2009.

BRÁZ, M.; TEIXEIRA, J. B. *O projeto ético político do Serviço Social*. In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS/UnB-CEAD, 2009.

BUTLER, J. *Problemas de Gênero*. Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, J. *Corpos que pesam: sobre o limite discursivo do "sexo"*. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). In: O corpo educado: pedagogias da sexualidade. -3.ed-. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

CAMPOS, R. *O ditador do cerrado*. 4º edição. Santa Maria (RGS): SE, 1994.

CARNEIRO, S. Racismo, sexismo e desigualdades no Brasil. *Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CARRARA, S. *Educação, Diferença, Diversidade e Desigualdade*. In: Gênero e Diversidade na Escola: Formação de Professores em Gênero, Orientação Sexual e Diversidade Étnico-Racial. Livro de Conteúdo, versão 2009. Rio de Janeiro: CEPESC, Brasília, SPM, 2009.

CARRARA, S.; VIANNA, A. Tá lá o corpo estendido no chão: A violência letal contra travestis no município do Rio de Janeiro. *Physis. Revista de Saúde Coletiva*. Sexualidade, Violência e Saúde. V. 12, n.2, 2006.

CASTRO, M. G.; ABRAMOVAY, M.; SILVA, L. B. *Juventudes e sexualidade*. Brasília: UNESCO Juventudes e sexualidade. Brasil, 2004.

CELESTINO, S. Formação Profissional em Serviço Social: considerações sobre o estado do Tocantins. *Revista Temporalis*, Brasília –DF, jul/dez.2016.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Serviço Social na Educação*. Brasília-DF: Grupo de Estudos sobre Serviço Social na Educação 2001. Disponível: [http://www.cfess.org.br/arquivos/SS\\_na\\_Educacao%282001%29.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/SS_na_Educacao%282001%29.pdf) Acesso em: 07 mar 2017.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Subsídios para a atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação*. Brasília-DF: Grupo de Trabalho do Serviço Social na Educação, 2013.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Série assistente social no combate ao preconceito: Racismo*. Caderno 3. Brasília (DF), 2016. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-Caderno03-Racismo-Site.pdf> Acesso em: 20 set 2017.

COLLING, L. *Como pode a mídia ajudar na luta pelo respeito à diversidade sexual e de gênero?*. In: PELUCIO, Larissa et.al (Org.). *Olhares plurais para o cotidiano: gênero, sexualidade e mídia*. Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

CORREA, C. M. A. *Subjetividades em trânsito: Nome social, travestilidades e transexualidades em duas Universidades Públicas do Sul do Brasil*. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Florianópolis, 2017. 379. p.

CORRÊA, S. *O Conceito de gênero: teorias, legitimação e usos*. BARSTED, Leila Linhares; PITANGUI, Jacqueline (Orgs.). In: *O Progresso das Mulheres no Brasil 2003–2010*. Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011. Disponível: <http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=108224&tp=1>. Acesso 18 Mar 2017.

CORRÊA, S. *Ideologia de gênero, rastros e significados*. Desacato: Florianópolis –SC, 2017. Disponível: <http://lab.desacato.info/index.php/2017/11/18/ideologia-de-genero-rastros-e-significados/> Acesso em: 05 jan 2018.

COUTINHO, C. N. *Pluralismo: dimensões teóricas e políticas*. *Cadernos ABESS*, São Paulo, n. 4: Cortez, Maio/1991.

COUTINHO, C. N. *A democracia como valor universal*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. Disponível em: <http://www.danielherz.com.br/system/files/acervo/ADELMO/Artigos/A%2BDemocracia%2Bcomo%2BValor%2BUniversal.pdf> Acesso 04 Jul 2018.

DIÁLOGO LATINO-AMERICANO SOBRE SEXUALIDADE E GEOPOLÍTICA. *Manifesto: Transexualidade não é doença! Pela retirada da transexualidade do DSM e do CID*. *Bagoas*, Natal, v.1, n.1, p.263-270, jul/dez. 2007. Disponível: <http://www.cchla.ufrn.br/bagoas/v04n05bagoas05.pdf>. Acesso: 15 jan. 2017.

DUARTE, R. *Pesquisa Qualitativa: Reflexões sobre o trabalho de campo*. *Cadernos de Pesquisa*, n. 115, p.139-154, março/2002.

FERNANDES, F. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. – 4.ed.- rev. – São Paulo: Global, 2009.

FERNANDES, F. *Nova República?* Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

FERNANDES, F. *O desafio educacional*. São Paulo: Cortez, 1989 FERREIRA, Guilherme Gomes. *Violência, Interseccionalidades e Seletividade pena na experiência de travestis presas*. *Revista Temporalis*: Brasília –DF, ano 14, n. 27, p.99-117, jan./jun.2014.

FORTI, V. *Ética, crime e loucura: reflexões sobre a dimensão ética no trabalho profissional*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

FURLANI, J. *"Ideologia de Gênero? Explicando as confusões teóricas presentes na cartilha. Versão Revisada 2016.* Florianópolis: FAED, UDESC. Laboratório de Estudos de Gênero e Família, 09pp, 2016. Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/0Bxw\\_jT3HkWUOcEJxc2dLX3VKcmM/view](https://drive.google.com/file/d/0Bxw_jT3HkWUOcEJxc2dLX3VKcmM/view) Acesso em: 05 jan 2018.

GISI, M. L. A educação superior no Brasil e o caráter de desigualdade do acesso e da permanência. *Revista Diálogo Educacional*, Curitiba, v.6, n.17, p.97-112, jan./abr. 2006.  
GRANEMANN, Sara. *Processos de trabalho e Serviço Social*. In: Módulo 2: Crise contemporânea, questão social e Serviço Social. Capacitação em Serviço Social e Política Social. Programa de Capacitação Continuada em Serviço Social. Brasília: CEAD, 1999.

GROSSI, M. P. (Org). *Na busca do "outro" encontra-se a "si mesmo"*. In: Trabalho de Campo e Subjetividade. Florianópolis, 1992.

GUERRA, Y. *Instrumentalidade no trabalho do assistente social*. Módulo 4: O trabalho do assistente social e as políticas sociais. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. CFESS/ABEPSS- UNB, 2000.

GUIMARÃES, N. A.; HIRATA, Helena. Apresentação: controvérsias desafiadoras. Tempo Social, *Revista de Sociologia da USP*, v. 26, n.01, junho 2014.

HARAWAY, D. "Gênero" para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. *Cadernos Pagu* (22), Campinas, 2004. p. 201-246.

HENRIQUES, C. S. Do trabalho doméstico à educação superior: a luta das mulheres trabalhadoras negras pelo direito à educação superior. *O Social em questão*. nº 37, Jan a Abr/2017.

HIRATA, H. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo social*, revista de sociologia da USP, v.26, n. 01, junho 2014.

IAMAMOTO, M. V. *A questão social no capitalismo*. Revista Temporalis/ABEPSS, Ano 2, n. 3 (jan/jun. 2001). Brasília: ABEPSS, Graflina, 2001.

IAMAMOTO, M. V. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 14. ed. – São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, M. V. Projeto Profissional, Espaços Ocupacionais e Trabalho do (a) Assistente Social na Atualidade. In: CFESS, *Atribuições Privativas do/a Assistente Social Em Questão*. 1ª ed ampliada, Brasília, 2012

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Brasileiro de 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

IRINEU, B. A. Resistir e (re) existir entre margens e centros: sobre pesquisar gênero e sexualidade em um estado da região norte. In: IRINEU, Bruna (Org). *Diversidades e políticas*

*da diferença: intervenções, experiências e aprendizagens em sexualidade, gênero e raça.* EDUFT: Palmas-TO, 2016.

IRINEU, B. A.; FROEMMING, C. N. (Orgs.). Educação, Gênero e Diversidade Sexual: reflexões a partir do projeto “Políticas de Enfrentamento ao Sexismo e a Homofobia no Ambiente Escolar: Re-significando as práticas educativas no estado do Tocantins”. In: *Gênero, Sexualidade e Direitos: Construindo Políticas de Enfrentamento ao Sexismo e a Homofobia.* Palmas, 2012.

IRINEU, B. A.; FROEMMING, C. N. *Políticas, Direitos e Homofobia: uma análise do perfil socioeconômico e político cultural de participantes da VII Parada do Orgulho LGBT de Palmas.* In: *Construindo Políticas de Enfrentamento ao Sexismo e a Homofobia.* Palmas, 2012.

IRINEU, Bruna Andrade; RODRIGUES, Mariana (Org). *Diálogos para o enfrentamento à homofobia e ao sexismo em contextos de privação de liberdade.* Palmas-TO: EDUFT, 2016.

JESUS, J. G. *Orientações sobre identidade de gênero: termos e conceitos.* Revisão de conteúdo: Berenice Bento; Luis Mott; e Paula Sandrine. Brasília: Fundação Biblioteca Nacional, 2012.

JUNQUEIRA, R. D. (Org). *Homofobia nas Escolas: um problema de todos.* In: *Diversidade Sexual na educação: problematizações sobre homofobia nas escolas.* JUNQUEIRA. Brasília: Ministério da Educação, Secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

LIMA, M. L. C. *O uso do nome social como estratégia de inclusão social de transexuais e travestis.* Tese de Doutorado em Psicologia Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2013.

LOURO, G. L. *Os estudos feministas, os estudos gays e lésbicos e a teoria queer como políticas de conhecimento.* In: LOPES, Denilson et. al. (Orgs). São Paulo: Nojosa, 2004.

LOURO, G. L. *Pedagogias da Sexualidade.* In: LOURO, Guacira Lopes Louro (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade.* 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

LOURO, G. L. Uma sequência de atos. In: *Revista Cult.* São Paulo, nº 185, 2014, p.31-34. Disponível: <http://revistacult.uol.com.br/home/2014/01/uma-sequencia-de-atos-2/> Acesso 24 mar. 2017.

KONDER, L. *O que é dialética?.* Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 2008.

KONDER, L. *A derrota da dialética: a recepção das ideias de Marx no Brasil até o começo dos anos 30.* - 2. ed. - São Paulo: Expressão Popular, 2009.

KONDER, L. *Marx: Vida e Obra.* - 3. ed.- São Paulo: Expressão Popular, 2015.



KULICK, Don. *Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; [1998] 2008.

LAKATOS, E. M. *Fundamentos de metodologia científica*. – 5. Ed. – São Paulo: Atlas, 2003.

LIMA, M. L. C. *O uso do nome social como estratégia de inclusão social de transexuais e travestis*. Tese de Doutorado em Psicologia Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2013.

LIMA, K. Brasil em tempos de contrarrevolução. *Revista Universidade e Sociedade*, n° 59. Brasília: ANDES, 2017. Disponível em: <http://portal.andes.org.br/imprensa/publicacoes/imp-pub-1582580999.pdf> Acesso 05 Jul 2018.

LÖWY, M. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*. – 9.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

LUKÁCS, G. *Ontologia do ser social*. Os princípios ontológicos fundamentais de Marx. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

LUKÁCS, G. *Marx e o problema da decadência ideológica*. In: *Marxismo e teoria da literatura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

MAIA, M. F. G. *O discurso midiático da ideologia de gênero e sua ressonância nos planos estadual e municipal de educação do Tocantins*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Tocantins. Curso de Pós-Graduação em Educação, 2017.

MAGALHÃES, R. P.; MENEZES, S. C. Ação afirmativa na UFRJ: implantação de uma política e dilemas da permanência. *Cadernos do GEA* – n.7, Rio de Janeiro, FLACSO, GEA, UERJ, LPP, jan.jun, 2015.

MANZINI, E. M. Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PESQUISA E ESTUDOS QUALITATIVOS, 2, *A pesquisa qualitativa em debate*, Bauru, 2004. Anais..., Bauru: SIPEQ, 2004. 1 CD. (s/n) Disponível em: <http://www.sepq.org.br/Isipeq/anais/pdf/gt3/04.pdf>. Acesso 17 set 2017.

MARINE, R. M. *Dialética da dependência*. In. SADER, Emir (org.). *Dialética da Dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini*. Petrópolis: Vozes, Buenos Aires: CLACSO, 2000. p. 105-165.

MARINHO, S.; ALMEIDA, G. Trabalho e juventudes trans em debate. In: OLIVEIRA, Antonio Deusivan; PINTO, Cristiano Rosalino Braule. *Transpolíticas Públicas*. Editora Papel Social: Campinas-SP, 2017. (p. 71-93).

MARTINELLI, M. L. (Org.). *Pesquisa Qualitativa: um instigante desafio*. São Paulo: Veras Editora, 1999. (Série Núcleo de Pesquisa)

MARTINELLI, M. L. *Reflexões sobre o serviço social e o Projeto Ético Político Profissional*. *Revista Emancipação*. Ponta Grossa-PR. v. 6 n.1. p. 9-23, 2006.



MARTINS, C. B. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino privado no Brasil. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 30, n. 106, p. 15-35, jan./abr. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v30n106/v30n106a02> Acesso 04 Jul 2018

MARQUES, E. P. S. O Prouni e a democratização do acesso à educação superior no Brasil. *Cadernos do GEA* – n.7, Rio de Janeiro, FLACSO, GEA, UERJ, LPP, jan.jun, 2015.

MARX, K. *A mercadoria*. In: O capital. Livro I, volume 1. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005.

MARX, K. *O Capital: crítica da economia política: livro I*. São Paulo, Boitempo, 2013.

MARX, K. *Cadernos de Paris & Manuscritos Econômicos – Filosóficos de 1844*. Tradução [de] José Paulo Netto e Maria Antônia Pacheco. -. 1.ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARX, K. *Para a questão judaica*. Tradução de José Barata-Moura. – 1 ed.- São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MELLO, L.; AVELAR, R. B.; MAROJA, D. Por onde andam as políticas públicas para a população LGBT no Brasil. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, v. 27, n. 2, p. 289, maio/agosto 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v27n2/a05v27n2.pdf>. Acesso 28 jul 2017.

MÉSZAROS. I. *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2008.

MIOTO, R. C. T. Família, trabalho com família e Serviço Social. Palestra proferida na Universidade Estadual de Londrina. *Ser.Soc. Rev.Londrina*, 2010.

MISKOLCI, R. Novas conexões: notas teórico-metodológicas para pesquisas sobre o uso de mídias digitais. *Cronos: R. Pós-Grad. Ci. Soc. UFRN*, Natal, v. 12, n.2, p. 09-22, jul./dez. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/3160> Acesso 28 Jun 2018.

MONGIM, A. B. Ingresso na universidade pelo sistema de cotas: entre desafios e sentidos diversos. *Cadernos do GEA* – n.7, Rio de Janeiro, FLACSO, GEA, UERJ, LPP, jan.jun, 2015.

MORAES, D. *Comunicação, Hegemonia e Contra Hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci*. *Revista Debates*, Porto Alegre, v.4, n.1, p. 54-77, jan-jun, 2010.

MOTA, A. E. *Trabalho*. Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 3. Brasília: UNB, Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância, 2000.

MOTTER, A. E. Tocantins: memória da autonomia (1989-2002). *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo, julho 2011. Disponível: [http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300884976\\_ARQUIVO\\_textoanpuh.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300884976_ARQUIVO_textoanpuh.pdf) Acesso 28 Jun 2018.

MOURA, M. L. S.; FERREIRA, M. C. *Projetos de pesquisa: elaboração, redação e apresentação*. – Rio de Janeiro: Eduerj, 2005.

NARDI, H. C.; Machado, P. S.; Machado, F. V.; Zenevich, L. O “armário” da universidade: o silêncio institucional e a violência, entre a espetacularização e a vivência cotidiana dos preconceitos sexuais e de gênero. *Revista Teoria e Sociedade*, nº 21.2 - julho-dezembro de 2013.

POCAHY, F. A.; NARDI, H.C. Saindo do armário e entrando em cena: juventudes, sexualidades e vulnerabilidade social. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 15(1): 280, janeiro-abril/2007.

NETO, A. B. S. *Universidade, ciência e violência de classe*. – São Paulo: Instituto Luckács, 2014.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. *Economia política: uma introdução crítica*. -7 ed.- São Paulo: Cortez, 2011. - (Biblioteca Básica de Serviço Social; v.1).

NETTO, J. P. *Capitalismo monopolista e serviço social*. 5 ed. – São Paulo, Cortez, 2006.

NETTO, J. P. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64* – 9. ed. – São Paulo: Cortez, 2010.

NETTO, J. P. *Introdução*. In: NETTO, José Paulo (Org). *O leitor de Marx*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

NETTO, J. P. *A construção do projeto ético-político do Serviço Social*. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. CFESS/ABEPSS- UNB, 1999.

NETTO, J.P. *Introdução ao método da teoria social*. In: CFESS, ABEPSS. *Direitos Sociais e Competências Profissionais*. Cead, UNB, Brasília, 2009.

OLIVEIRA, R. M.; DINIZ, D. *Materiais didáticos escolares e injustiça epistêmica: sobre o marco heteronormativo*. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, v. 39, n. 1, p. 241-256, jan./mar. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/edreal/v39n1/v39n1a14.pdf>. Acesso em: 29 jul 2017.

PEREIRA, P. *Questão Social, Serviço Social e Direitos da Cidadania*. *Revista Temporalis/ABEPSS*, Ano 2, n. 3 (jan/jun. 2001). Brasília: ABEPSS, Grafile, 2001.

PEREIRA, P. A.; STEIN, R. H. *Política Social: universalidade versus focalização: um olhar sobre a América Latina*. In: BOSCHETTI, Ivanete, et al. (Orgs.) *Capitalismo em crise*. Política Social e direitos. São Paulo: Cortez, 2010.

PERES, W. S. *Cenas de Exclusões Anunciadas: travestis, transexuais, transgêneros e a escola brasileira*. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). *Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Brasília-DF: UNESCO, 2009. p. 235-264.

PISCITELLI, A. *Gênero: a história de um conceito*. In: ALMEIDA, Heloisa Buarque de; SZWAKO, José (Orgs.). *Diferenças, igualdade*. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009 - (Coleção sociedade em foco: introdução às ciências sociais).

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *Sociedade e Cultura*, v.11, n.2, Jul/Dez.2008. p. 263 a 274.

PONTES, R. N. *Mediação e Serviço Social: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo serviço social*. -3.ed.- São Paulo: Cortez, 2002.

RIOS, R. R. *Para um direito democrático da sexualidade*. In: *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 12, n.26, p.71-100, jul/dez.2006.

RIOS, R. R.; RESADORI, A. H. Direitos humanos, transexualidade e “direito dos banheiros”. *Revista Direito e Práxis*. Rio de Janeiro, Vol. 06, N.12, 2015, p. 196-227. Disponível em: [https://www.uniceub.br/media/930036/RIOS\\_Roger\\_Raupp\\_\\_RESADORI\\_Alice\\_Hertzog\\_\\_Direitos\\_Humanos\\_\\_\\_Transexualidade\\_e\\_Direito\\_dos\\_Banheiros.pdf](https://www.uniceub.br/media/930036/RIOS_Roger_Raupp__RESADORI_Alice_Hertzog__Direitos_Humanos___Transexualidade_e_Direito_dos_Banheiros.pdf) Acesso 11 Jul 2018.

RUBIN, G. *O Tráfico de Mulheres: notas sobre a “economia política” do sexo*. Tradução: Cristine Rufino Dabat, Edileusa Oliveira da Rocha e Sonia Corrêa. Ed. *SOS Corpo*: Recife, março/1993.

SADER, E. *Prefácio*. In: MÉSZAROS, István. *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2008.

SANTOS, S. M. M. Sexualidade e liberdade sexual no contexto brasileiro atual. In: *Cadernos de Crítica Feminista*, ano VII, n.6, dez 2013. SOS Corpo, Recife, p.150-159.

SCOTT, J. W. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.

SEFFNER, F. Resistir e (é) multiplicar a circulação entre margens e centros: ideias um pouco desarrumadas. *Revista Bagoas*, v.3, n.4, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2295> Acesso 28 Jun 2018.

SEFFNER, F. *Para pensar as relações entre religiões, sexualidade e políticas públicas: proposições e experiências*. In: CORRÊA, Sônia; PARKER, Richard (Orgs). *Sexualidade e política na América Latina: histórias, interseções e paradoxos*. Rio de Janeiro, ABIA: 2011.

SETÚBAL, A. A. *Análise de conteúdo: suas implicações nos estudos das comunicações*. Pesquisa Qualitativa: um instigante desafio. Maria Lúcia Martinelli (org.). São Paulo: Veras Editora, 1999.

SILVA, H. Travesti. *A invenção do feminino*. Etnografia. Rio de Janeiro: Dumará, 1993.

SIMÕES, J. A. *Diferença e desigualdade em pesquisa sobre sexualidade e gênero: questões para discussão a partir do marco das “interseccionalidades”*. Comunicações Coordenadas – RBA, Natal, 2014.

TIBURI, M. Judith Butler: femininos como provocação. In: *Revista Cult*. São Paulo, nº 185, 2014, p.21-24. Disponível: <http://revistacult.uol.com.br/home/2014/01/judith-butler-feminismo-como-provocacao/>. Acesso 24 mar 2017.

TOCANTINS. *Resolução nº 32 de 26 de Fevereiro de 2006*. Inclusão de nome social de travestis e transexuais em registros escolares nas UEs de educação básica de Sistema Estadual de Ensino. Conselho Estadual de Educação. Disponível: em: [http://www.abglt.org.br/docs/RESOLUCAO\\_32%20tocantins.pdf](http://www.abglt.org.br/docs/RESOLUCAO_32%20tocantins.pdf). Acesso 01 Abr 2017.

TONET, I. Trabalho associado e revolução proletária. *Novos Temas*, n.5/6: 2012. Disponível em: [http://ivotonet.xp3.biz/arquivos/TRABALHO\\_ASSOCIADO\\_REVOLUCAO\\_PROLETARIA.pdf](http://ivotonet.xp3.biz/arquivos/TRABALHO_ASSOCIADO_REVOLUCAO_PROLETARIA.pdf) Acesso 04 Jul 2018.

TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. 1 ed. –São Paulo: Atlas, 1987.

## APÊNDICE A – Matriz de Coleta de Dados

### I. Matérias da imprensa

Veículo	Data	Origem	Alcance do veículo	Declaradamente religioso ou não?	Título da matéria	Fontes consultadas	Ideia central	Favorável, desfavorável ou neutra?	Ouviram pessoas trans e quem mais?	Fotografias?	Dado histórico?

### II. Vídeos da imprensa

Veículo	Data	Origem	Alcance do veículo	Declaradamente religioso ou não?	Título da matéria	Fontes consultadas	Ideia central	Favorável, desfavorável ou neutra?	Ouviram pessoas trans e quem mais?	Considerações sobre as imagens	Dado histórico?

### III. Matérias da imprensa institucional (UFT)

Veículo	Data	Localização	Alcance do veículo	Título da matéria	Fontes consultadas	Ideia central	Sujeitos institucionais acionados	Ouviram pessoas trans de	Fotografias?	Dado histórico?

								fora da UFT?		

**IV. Registros eletrônicos do grupo virtual, página eletrônica do Núcleo, e-mails pessoais e gravação de reunião com movimento LGBT**

			Ideias centrais						Dado histórico?
Data	Atores coletivos envolvidos	Objetivo dos encontros narrados	Produção da visibilidade de trans	Estratégias de organização coletiva do movimento LGBT	Controle social acerca das violações dos direitos LGBT	Denúncias de violação de direitos LGBT	Instruções de acesso a direitos pela população LGBT	Repercussão institucional da regulação do uso do nome social e do acesso aos banheiros	

**V. Documentos governamentais de regulação do uso do nome social e do banheiro**

Natureza	Data	Abrangência	Órgão governamental responsável	O que regula?	A quem se aplica?	A quais instrumentos jurídicos legais faz alusão?	Limites observados	Em vigor?	Sofreu alterações?	Dado histórico?

## APÊNDICE B – Linha do Tempo do Nome Social na UFT

DATA	CARACTERÍSTICAS
2008	I Conferência Estadual de Promoção da Cidadania e dos Direitos Humanos LGBT.
Setembro de 2009 á Setembro de 2010	Projeto de Pesquisa e Extensão “Políticas de enfrentamento ao sexismo e a homofobia no ambiente escolar: re-significando as práticas educativas no Estado do Tocantins” oferecido em Palmas, Miracema, Gurupi e Araguaína pelo Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Sexualidade, Corporalidades e Direitos (UFT).
13/08/2009	Portaria do Ministério da Saúde nº 1.820 que dispõe sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, entre eles o direito do nome social.
2010	Reunião Preliminar sobre o Nome Social com a Reitoria da UFT na Gestão do Alan Barbieiro.
26/02/2010	Resolução do Conselho Estadual de Educação do Tocantins que dispõe sobre a utilização do nome social no âmbito da rede estadual de educação.
18/05/2010	Portaria nº 233 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) assegurado aos servidores públicos, no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, o uso do nome social adotado por travestis e transexuais.
Maio/2011	I Semana Universitária de Combate a Homofobia na UFT/Campus de Miracema, em parceria com o GIAMA.
Junho/2010 Junho/2011	á Pesquisa “Homofobia, Política e Direitos” na VII Parada do Orgulho LGBT de Palmas financiada pela Secretária de Direitos Humanos (SDH/PR).
05/11/2011 06/11/2011	á II Conferência Estadual de Políticas Públicas LGBT do Tocantins.
22/11/2011	Assinatura do Termo de Cooperação Técnica do Governo Estadual do Tocantins com a Secretária dos Direitos Humanos da Presidência da República para “articulação e implementação de políticas públicas de enfrentamento a homofobia no Brasil”.
05/01/2012	Assassinato por motivação homofóbica do Professor e Coordenador do Curso de Ciências Sociais: Cleides Amorin em Tocantinópolis.
24/01/2012	Campanha “Pela ocupação da universidade: em defesa da diversidade de gênero e pelo direito a visibilidade de travestis e transexuais” organizado pelo Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em “Sexualidade, Corporalidades e Direitos”.
Março/2012	e Curso de Aperfeiçoamento em Gênero e Diversidade na Escola (GDE)

Março/2013		financiado pela SECADI/MEC.
20/04/2012		IX Seminário de Educação, Gênero e Infância no Campus de Tocantinópolis organizado pelo Grupo de Estudos de Gênero, Masculinidades e Sexualidade. O evento contou com a presença da Fernanda Benvenutty da Associação de Travestis da Paraíba.
01/01/2013 31/12/2013	á	Projeto de Extensão “Políticas de Enfrentamento ao Sexismo e a Homofobia no Ambiente Prisional Tocantinense: diálogos necessários, enfrentamentos Possíveis” do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Sexualidade, Corporalidades e Direitos”
Fevereiro/2013		Reunião Oficial com a Pró Reitoria de Extensão (George França).
Abril de 2013		Candidata ao Vestibular da UFT foi impedida de usar o banheiro durante as provas no Campus de Araguaína/TO.
Abril/2013		Reunião sobre o Nome Social com a Vice-Reitora (Isabel) e a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (George França). Na oportunidade, solicitaram um dossiê com todas as universidades que aprovaram o nome social até aquele momento (3 IES), considerando a demanda do vestibular, tendo em vista, o vestibular anterior em que uma candidata trans foi impedida de usar o banheiro. A maior preocupação era com o orçamento da universidade.
02/05/2013		Decreto nº 4794 de criação da Comissão Estadual de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos da População LGBT no Tocantins.
Junho/2013		Estudante é expulsa do banheiro feminino durante preparação para cena performativa de abertura do JUFT no Campus de Gurupi.
27/06/2013		Edital de Apoio a Diversidade Cultural e de Gênero publicado pela Pró-Reitoria de Educação e Cultura (PROEX).
02/07/2013		II Semana Universitária de Combate a Homofobia promovido pelo Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em “Sexualidade, Corporalidades e Direitos” no Campus de Miracema.
08/07/2013		Termo de Cooperação Técnica entre a SEDS e a UFT para oficinas de capacitação com a Comissão e a equipe da SEDS para formulação do Plano Estadual LGBT.
15/08/2013		Carta ao MEC – em defesa da autodeterminação da identidade de gênero do Seminário Internacional Desfazendo Gênero: subjetividade, cidadania e transfeminismo realizado na UFRN.
05/Novembro/2013		Reunião sobre o Nome Social com o Reitor (Márcio da Silveira) e o Gustavo Bernardes (Coordenador Geral de Promoção dos Direitos LGBT) da Secretária de Direitos Humanos da Presidência da República no Governo Dilma Rousseff.
16/11/2013 17/11/2013.	á	Seminário de Assuntos Estudantis. Na oportunidade, Potyra, presidente do Centro Acadêmico de Artes problematizou a ausência do nome social nas universidades.
18/11/2013		Portaria nº 1.612 do Ministério da Educação que assegura o uso do nome social no âmbito do MEC.
18/11/2013		Ofício 170/2013: Apoio a proposta do uso do nome social de pessoas trans em documentos na UFT assinada pelo Gustavo Carvalho Bernardes.



Novembro/2013	Visita do Fábio Meirelles (Coordenador Geral de Direitos Humanos (SECADI). Trouxe a Resolução do MEC para anexar a minuta.
18/12/2013	Protocolo da Minuta que propõe a resolução que dispõe sobre a regulamentação do Nome Social para pessoas trans nos registros acadêmicos da UFT organizada pelo Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em “Sexualidade, Corporalidades e Direitos”, MUDAS, LBL em parceria com a Casa 8 de Março na Secretária dos Órgãos Colegiados Superiores (SOCS) da Universidade Federal do Tocantins (UFT) para encaminhamento para Câmara dos Assuntos Estudantis e posterior votação no Conselhos Superiores (CONSUNI)
19/01/2014	Reunião do Núcleo “Sexualidade, Corporalidades e Direitos”, MUDAS, LBL e Kizomba Arco Iris. Pauta: Agenda de Discussão das questões que envolverão o Nome Social e as outras demandas LGBT no ano de 2014 na UFT”.
20/01/2014	Visita do MUDAS na Socs para acompanhar o processo do Nome Social. Na oportunidade, foi informada que a Minuta está na PROEST.
23/01/2014	Reunião Pró-Reitora de Extensão e Cultura (George França).
27/01/2014	Reunião Pró-Reitora de Assuntos Estudantil (George Brito).
27/01 á 29/01/2014	I Colóquio de Gênero na Perspectiva Acadêmica e Social.
29/01/2014	Reunião do Núcleo “Sexualidade, Corporalidades e Direitos” (UFT) com a Comissão Permanente de Seleção (COPESE) sobre o uso dos banheiros durante as provas do vestibular na UFT.
04/2014	Finalização do I Plano Estadual de Promoção da Cidadania e dos Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT).
17/05/2014	I Baphão contra a Homofobia organizado pelo Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em “Sexualidade, Corporalidades e Direitos” (UFT), o Movimento Universitário de Diversidade Afetivo Sexual (Mudas) e a Comissão de Defesa e Promoção dos Direitos LGBT da Secretaria Estadual de Defesa Social (Seds).
17/05/2014	Lançamento do documentário “Memórias (In) Visíveis: retratos do Tocantins LGBT” fruto do projeto de extensão “Retratos do Tocantins Homossexual: trajetórias de sujeitos políticos LGBT” financiado pelo Edital Pibex/Artes/UFT nº01/2013.
25/05/2014	III Semana Universitária de Combate a Homofobia promovido pelo Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Sexualidade, Corporalidades e Direito no Campus de Miracema.
06/07/2014	II Semana de Diversidade Sexual do Tocantins e XI Parada da Diversidade Sexual do Tocantins. Diversidade das cores: Um movimento pela descriminalização da Homolesbotransfobia organizado pelo Kizomba Arco Iris.
27/08/2014	Ofício do Conselho Estadual de Direitos Humanos juntamente com o Movimento LGBT solicitando a publicação do Plano LGBT.
29/08/2014	Publicação da Portaria SEDS/TO nº 645 que aprova o Plano Estadual de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT.
09/09/2014	Revogação do Plano Estadual LGBT

15/09/2014	Lançamento da Nota de Esclarecimento e Repúdio
16/09/2014	Ato contra a revogação do I Plano Estadual LGBT
Novembro de 2014	O Enem recebe o cadastro para o uso do nome social e o direito de usar o banheiro com o gênero no qual se identifica
18/12/2014	Resolução nº 11 de 18 de dezembro de 2014 da Secretária Nacional de Direitos Humanos e do Conselho Nacional de Combate a Discriminação e Promoção dos Direitos LGBT da Presidência da República que estabelece parâmetros para inclusão dos itens “orientação sexual”, “identidade de gênero” e “nome social” nos boletins de ocorrência emitidos pelas autoridades policiais em todo o Brasil.
16/01/2015	Resolução nº 12 de 16 de Janeiro de 2015 do Conselho de Combate a Discriminação e Promoção dos Direitos LGBT estabelece parâmetros para garantia das condições de acesso e permanência de pessoas trans nos sistemas de instituições de ensino, formulando orientações quanto ao reconhecimento institucional da identidade de gênero e sua operacionalização.
19/02/2015	Eleição DCE
26/02/2015 28/02/2015	á Seminário “Protagonismo e Visibilidade Trans” organizado pelo MUDAS em parceria com o Núcleo “Sexualidade, Corporalidades e Direitos” e apoio da PROEX.
04/03/2015	Portaria Normativa PROGRAD nº 402 de 03 de março de 2015 que dispõe regulamentação da utilização do nome social de travestis e transexuais nos registros acadêmicos no âmbito da UFT
04/03/2015	Resolução nº25/2015 aprovada no CONSUNI que dispõe sobre a regulamentação do nome social de travestis e transexuais nos registros acadêmicos no âmbito da UFT
2015 á 2016	Curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola (GDE) ofertado em Miracema, Palmas, Araguatins pela Universidade Federal do Tocantins (UFT).
18/05/2015	Matéria publicada na página eletrônica da UFT “A UFT lembra a importância da luta contra homofobia em data comemorativa”
08/06/2015	Audiência Pública sobre os “Direitos e Violência contra a População LGBT” na Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins.
09/06/2015	Estudante da UFT teve voto cerceado na pesquisa eleitoral para Reitoria, pois o nome social não constava na seção de votação.
Julho, Agosto, Setembro, Outubro e Novembro de 2015	Conferência Regionalizada Conjunta de Direitos Humanos realizada nos municípios de Augustinópolis, Dianópolis, Paraíso, Gurupi e Palmas.
19/08/2015	Lançamento do documentário: “Ser Lésbica - estamos aqui, resistimos!” e da Campanha #MeRecusoASerInvisível” de Visibilidade Lésbica do Coletivo LésBitoca em parceria com o Canal Mim dá um Real e Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em “Sexualidade, Corporalidades e Direitos” realizada com apoio da LBL-TO, ABL-TO e MUDAS.

19/11/2015	Matéria publicada no G1 “Relator no STF vota a favor do uso de banheiro feminino por transexual”.
18/02/2016	Realização do Evento “Atualidades da Política Brasileira” que contava com a participação de Marisa Lobo, autointitulada psicóloga cristã, do Deputado Federal Marco Feliciano e demais representantes conservadores na Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins.
15/03/2016	Matéria publicada na página eletrônica do G1/TV Anhanguera “Prefeito proíbe discussão sobre diversidade nas escolas de Palmas”: Medida Provisória foi publicada no Diário Oficial do município. Livros que abordam o conteúdo foram disponibilizados pelo MEC”.
23/03/2016	Lei nº 2. 243 de 23 de Março de 2016 que altera o Plano Municipal de Educação, vedando a “discussão e a utilização de material didático e paradidático sobre a ideologia ou teoria de gênero, inclusive promoção e condutas, permissão de atos e comportamentos que induzam à referida temática, bem como os assuntos ligados à sexualidade e erotização”.
12/04/2016	Audiência Pública na OAB/TO debate a debater proibição de discussão de gênero em escolas.
27/04/2016	Matéria publicada na página eletrônica da JM Notícias “Eli Borges critica a Audiência Pública da OAB-TO sobre ideologia de gênero: a OAB priorizou os defensores da ideologia”.
28/04/2016	Decreto nº 8727 que dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero das pessoas travestis ou transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
17/05/2016	Matéria publicada na página eletrônica da UFT “A atuação da UFT e da comunidade LGBT no combate a homofobia”
20/05/2016	2o BAPHÃO CONTRA HOMOFOBIA + BOTA A KRA NO SOL organizado pela Serreal em parceria com o MUDAS, LESBITOCA, LBL/TO, Coletivo de Mulheres da UFT e Núcleo de Pesquisas em Sexualidade da UFT.
23 á 26/06/2016	II Encontro Regional em Universidades sobre Diversidade Sexual e Gênero da Região Norte e Nordeste no Campus de Araguaína.
23/09/2016	Adoção do nome social e do reconhecimento da identidade de gênero no sistema de cadastramento dos/as assistidos na Defensoria Pública do Estado do Tocantins.
17/10/2016	Portaria nº 1117/2016 que estabelece o direito pleno do uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no SUS do município de Palmas-TO.
21/10/2016	O Núcleo de Diversidade Sexual (NUDIS) da Defensoria Pública do Estado do Tocantins emitiu a recomendação á Secretária Estadual de Segurança Pública (SSP-TO) para que seja assegurada as pessoas LGBT a possibilidade de uso do nome social e identidade de gênero nos boletins ocorrência.
13/03/2017	Matéria publicada na página eletrônica do T1 Notícias “Efetivação do

	Nome Social na UFT: estudante transexual alegou que teve seu direito de voto cerceado, ao comparecer na seção de votação e não constar o seu nome social”. O caso foi encaminhado para o Núcleo Aplicado de Minorias e Ações Coletivas da Defensoria Pública de Araguaína que expediu a recomendação nº 04/2017 para a universidade prestar esclarecimentos e informar as medidas tomadas.
27/03/2017	Lançamento do documentário “No avesso da Noite” e do livro “Diálogos para o enfrentamento à homofobia e ao sexismo em contextos de privação de liberdade”
07/04/2017	CARTA CIRCULAR Nº 3.813, DE 7 DE ABRIL DE 2017 do Banco Central que esclarece sobre a identificação de depositante para fins de abertura de contas de depósitos.
11/04/2017	Matéria publicada na página eletrônica da Agência Brasil “Travestis e transexuais podem ter nome social em cartões de contas bancárias, instrumentos de pagamentos, em canais de relacionamento e em correspondência de instituições financeiras”.
24/04/2017	Matéria publicada na página eletrônica da Secretária de Cidadania e Justiça do Estado do Tocantins “Transexuais, travestis e Transgêneros podem usar nome social e o reconhecimento por identidade de gênero nas unidades prisionais do Tocantins”.
06/06/2017	Matéria publicada na página eletrônica da Prefeitura de Palmas “Palmas projeta criação de Ambulatório de Saúde Integral para travestis e transexuais”
19/07/2017	Matéria publicada na página eletrônica da JM Notícias: “Projeto susta decreto que permite transexual se identificar pelo nome em participação publica”.
07/08/2017	Matéria publicada na página eletrônica JM Notícias “Eli Borges condena projeto LGBT: Caravana da Diversidade Sexual – promovido pela Gerência de Proteção a Políticas de Diversidade Sexual da Secretária do Estado, Cidadania e Justiça (SECIJU) nas escolas do Tocantins.
10/08/2017	5ª EDIÇÃO na Calourada Unificada: Trote/Nome Social organizado pelo “Fanzine Aquarela & Poesias”
17/08/2017	Matéria publicada na página eletrônica do Conexão Tocantins “A pedido de Eli Borges identidade de gênero será tema de audiência pública para apurar o programa “A Caravana da Diversidade e supostas palestras sobre identidade de gênero nas escolas” e descumprimento do Plano Estadual de Educação aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins que excluí os temas de gênero e sexualidade da rede de ensino.
17/08/2017	Matéria publicada na página eletrônica da Atitude Tocantins: “Recomendação do DPE-TO: SEDUC deverá efetivar o nome social à professor transexual no banco de dados”.
24/08/2017	Matéria publicada na página eletrônica do G1 da TV Anhanguera “Agora posso viver como qualquer pessoa – diz trans após conseguir mudar o nome. Essa é a primeira decisão no estado que possibilita mudança de nome feminino para o masculino”.

12/09/2017	Parecer nº 14/2017 do Conselho Nacional de Educação e Conselho Pleno que trata da normatização nacional sobre o uso do nome social na educação básica.
13/09/2017	Memo 42/2017 da Coordenação Administrativa/Cimba estabelece a normatização dos banheiros unissex do Campus de Araguaína.
27/09/2017	Matéria publicada na página eletrônica da JM Notícias: “Deputado Eli Borges denuncia exposição do SESC Palmas com cena de pornografia gay. Aluno denuncia que a exposição era na verdade um filme erótico onde duas mulheres trocavam beijos e carícias”.
29/09/2017	Matéria publicada na página eletrônica da JM Notícias: “Filipe Martins repudia instalação de banheiro unissex na UFT de Araguaína-TO”.
03/10/2017	Matéria publicada na página eletrônica da Jornal do Tocantins “Banheiro unissex na UFT divide opiniões”.
17/10/2017	RESOLUÇÃO Nº 28 que dispõe sobre as alterações da Resolução Consuni nº 25/2015, que regulamenta a utilização do nome social de travestis e transexuais, nos registros acadêmicos no âmbito da Universidade Federal do Tocantins.
21/11/2017	Matéria publicada na página eletrônica da JM Notícias “Deputado Eli Borges pede punição aos responsáveis pela palestra sobre sexo para crianças. O Colégio Anísio Teixeira não entendeu seus limites, declarou Eli Borges ao citar a aula de sexo oral e anal para crianças durante palestra. O parlamentar levou o caso a justiça”.
15/12/2017	Entrega do primeiro diploma de graduação da UFT constando o nome social para egressa do curso de História.
17/01/2018	PORTARIA MEC Nº 33 Fica homologado o Parecer CNE/CP nº 14/2017, do Conselho Pleno do Conselho Nacional de Educação, aprovado na Sessão Pública de 12 de setembro de 2017, que, junto ao Projeto de Resolução a ele anexo, define o uso do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares da Educação Básica do País, para alunos maiores de 18 anos.
17/01/2018	Ato nº003/2018 do Ministério Público Estadual do Tocantins torna obrigatório o nome social de travestis e transexuais no âmbito do órgão.
26/01/2018	Decreto nº 059/2018 que disciplina o uso do nome social no âmbito da administração pública e indireta do município de Araguaína-TO.
01/03/2018	STF decide que transexuais e transgêneros poderão mudar registro civil sem necessidade de cirurgia de redesignação sexual.

**ANEXO A – RESOLUÇÃO Nº 32/2010: Inclusão de nome social de travestis e transexuais em registros escolares nas UES de educação básica de Sistema Estadual de Ensino.**

RESOLUÇÃO Nº 32, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2010.

O Conselho Estadual de Educação do Tocantins, no uso das atribuições a ele conferidas pelo inciso V do Art. 10 da Lei Federal nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996, pela alínea “e” do inciso X do Art. 33 do seu Regimento, e tendo em vista o Parecer nº 89/2010, exarado no Processo nº 2009/2700/001520.

RESOLVE:

**Art. 1º** - As unidades de ensino da Educação Básica vinculadas ao Sistema Estadual de Ensino poderão incluir nome social de travestis e transexuais em seus registros escolares.

**Art. 2º** - A adoção de nome social a que se refere o artigo 1º deve observar, obrigatoriamente, as seguintes disposições:

- I - que o interessado seja maior de 18 anos;
- II - que o pedido seja formalmente endereçado ao Diretor da escola através de requerimento
- III - que o nome social não substitua o nome civil; mas venha após-posto e entre parênteses; e
- IV - que os registros sejam exclusivamente de operacionalização e valor interno da unidade escolar

**Art. 3º** - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões do Conselho Estadual de Educação do Tocantins, em Palmas, aos 26 dias do mês de fevereiro de 2010.

**ANEXO B** - MEMO NEPESCD nº 30/2013 Encaminhando de documentação para a regulação do nome social no âmbito da UFT



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS**

---

**MEMO/NEPESC/UFT/Nº 30/2013**

Palmas, 18 de dezembro de 2013.

A Sua Senhoria

**Claudinéia Pereira da Silva**

Secretária dos Órgãos Colegiados Superiores

Universidade Federal do Tocantins

Assunto: Encaminhamento de documentação.

Senhora Secretária,

O Núcleo de Estudos, Pesquisas e Extensão em Sexualidade, Corporalidades Direitos, Grupo de Pesquisa vinculado ao Curso de Serviço Social, encaminha o modelo de minuta e documentos que sustentem a defesa da utilização do nome social no âmbito da UFT.

O nome social já é reconhecido em diversas Universidades Federais no Brasil e conta com resoluções no âmbito do MEC e previsão legal no recém aprovado Estatuto da Juventude. Assim, como forma de adequar a sua utilização na UFT e garantir a permanência das/dos estudantes cujo nome oficial não reflete adequadamente sua identidade de gênero, solicitamos a aprovação da minuta em anexo.

Registramos, ainda que tal discussão foi iniciada pelo Núcleo em parceria com o MUDAS (Movimento Universitário da Diversidade Sexual – coletivo de militância LGBT da UFT) e da Liga Brasileira de Lésbicas (LBL) em reuniões com a Vice-Reitora e o Pró-Reitor de Extensão e

Cultura em abril de 2013 e em recente reunião com o Reitor da UFT, com a participação do Coordenador-Geral de Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais da Presidência da República em 05/11/2013. A minuta conta ainda com o apoio da Casa 8 de março, organização feminista do Tocantins.

Desta forma, solicitamos que tal assunto seja incluído na pauta da próxima reunião do Conselho Universitário e que sejam dados os encaminhamentos pertinentes ao processo.

Sem mais para o momento, antecipamos agradecimentos.

Atenciosamente,

---

Professora Assistente do Curso de Serviço Social, Campus Miracema/UFT  
Coordenadora e Líder do Grupo de Pesquisa "Núcleo de Estudos, Pesquisas e Extensão em  
Sexualidade, Corporalidades e Direitos" no CNPq



ANEXO C – Ofício nº 170/2013



SDH/PR

PRESIDENCIA DA REPUBLICA  
 SECRETÁRIA DE DIREITOS HUMANOS  
 SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS  
 SCS Quadra 9 – ED. Parque Cidade Corporate – Torre A  
 9º andar. CEP. 70308-200 – Brasília – DF  
 (61)2025-3986

Ofício nº170/2013- SNPDH/SDH/PR

Brasília, 18 de novembro de 2013.

A Sua Senhoria

**Márcio Antônio da Silveira**

Reitor da Universidade Federal do Tocantins

Assunto: Apoio a proposta do uso do nome social de pessoas Trans em documento na UFT

Senhor,

1. Cumprimos-o, considerando as persistentes violações aos direitos humanos de pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) a Secretária de Direitos Humanos, cria políticas públicas que precisam ser viabilizadas, com o intuito de promover, defender e fazer com que os direitos humanos sejam concretizados.
2. Com isso a Coordenação Geral de Promoção dos Direitos de LGBT, apoia a proposta apresentada pelo Grupo Núcleo de Estudos, Pesquisas e Extensão em Sexualidade, Corporalidades e Direitos – UFT.
3. Sem mais para o momento, encerramos este com votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

**Gustavo Carvalho Bernardes**

Coordenador Geral de Promoção dos Direitos LGBT

**ANEXO D** – Normativa para regulação do nome social de travestis e transexuais nos registros acadêmicos no âmbito da UFT

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
CONSELHO UNIVERSITÁRIO – CONSUNI




---

Secretaria dos Órgãos Colegiados Superiores (SOCS)  
Bloco IV, Segundo Andar, Câmpus de Palmas  
(63) 3232-8067 | (63) 3232-8238 | [socs@uft.edu.br](mailto:socs@uft.edu.br)

### **RESOLUÇÃO Nº25, DE 03 DE MARÇO DE 2015**

Dispõe sobre a regulamentação da utilização do nome social de travestis e transexuais, nos registros acadêmicos no âmbito da Universidade Federal do Tocantins.

O Magnífico Reitor da Universidade Federal do Tocantins (UFT) e Presidente do Conselho Universitário (CONSUNI), Professor Márcio Silveira, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e **CONSIDERANDO:**

O que determina os arts. 3º, IV e 5º, *caput*, e XLI da Constituição Federal, que dispõe que todos são iguais perante a lei, sem distinção ou discriminação de qualquer natureza;

O disposto nos arts. 205, 206, I, e 207 da Constituição Federal, que garantem a autonomia universitária, a educação como direito de todos e em igualdade de condições de acesso e permanência;

O disposto no art. 3º, IV, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB) que estabelece que o ensino seja ministrado com respeito à liberdade, diversidade e apreço à tolerância;

O disposto na Portaria nº 1.612, do Ministério da Educação, de 8 de novembro de 2011, que trata sobre o uso do nome social no âmbito daquele ministério, com a diretiva de sua regulamentação pelas autarquias vinculadas à Parta, dentro da esfera de sua competência (art. 1º, §2º);

As políticas de inclusão adotadas pela Universidade Federal do Tocantins e a necessidade do respeito aos Direitos Humanos, à pluralidade e à dignidade da pessoa humana, a fim de garantir o ingresso, a permanência e o sucesso de todos no processo de educação;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Aprovar, ad referendum do Conselho Universitário, a normativa para utilização do nome social de travestis e transexuais nos registros acadêmicos no âmbito da Universidade Federal do Tocantins, conforme anexo único a esta Resolução.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor nesta data.

Palmas-TO, 04 de março de 2015.

MÁRCIO SILVEIRA  
REITOR

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS**

---

**NORMATIVA PARA UTILIZAÇÃO DO NOME SOCIAL DE TRAVESTIS E  
TRANSEXUAIS NOS REGISTROS ACADÊMICOS NO ÂMBITO DA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS**

Anexo único da Resolução nº 25/2015 – CONSUNI



## UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

---

### ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº25/2015

#### NORMATIVA QUE REGULAMENTA O USO DO NOME SOCIAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS NOS REGISTROS ACADÊMICOS NO ÂMBITO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS.

**Art. 1º.** Fica instituída a inclusão do nome social de aluno ou aluna nos respectivos registros acadêmicos de graduação, extensão e de pós-graduação de todos os Câmpus da Universidade Federal do Tocantins, cujo nome civil não reflita adequadamente sua identidade de gênero.

**Parágrafo Primeiro.** Por nome social entende-se aquele pelo qual a pessoa é reconhecida, identificada e denominada na sua comunidade e no meio social, uma vez que o nome civil não reflete sua identidade de gênero ou possa implicar em constrangimento.

**Parágrafo Segundo.** O nome social poderá diferir do nome civil apenas no prenome (nome próprio) e agnome, mantendo inalterados os sobrenomes.

**Art. 2º.** O estudante maior de 18 anos poderá requerer, por escrito, a inclusão ou retirada do seu nome social pela UFT no ato de matrícula ou a qualquer momento no decorrer do curso.

**Parágrafo único.** Os estudantes menores de idade poderão requerer o direito mediante apresentação de autorização por escrito dos pais e/ou dos responsáveis legais.

~~Art. 3º. O nome social será registrado em diários de classe, cadastros, fichas, formulários, listas de presença, divulgação de notas, carteiras, nome do usuário no portal, resultado de editais, tanto impressos quanto os emitidos eletronicamente pelo sistema oficial de registro e controle acadêmico e demais documentos internos.~~

~~Parágrafo único. Os documentos oficiais, visando à utilização externa à UFT, serão emitidos apenas com o nome de registro civil.~~

**Art. 3º. O nome social será registrado** em diários de classe, cadastros, fichas, formulários, listas de presença, divulgação de notas, carteiras, nome do usuário no portal, resultado de editais, atas, histórico escolar, tanto impressos quanto os emitidos eletronicamente pelo sistema oficial de registro e controle acadêmico e demais documentos internos.

**Parágrafo único.** Os documentos oficiais, visando à utilização externa à UFT, serão emitidos apenas com o nome de registro civil ou com o nome civil ao lado do nome social. *(Redação dada pela Resolução Consuni n.º 28, de 17 de outubro de 2017).*

~~Art. 4º. O nome civil será registrado em histórico escolar, declarações, certificados, atas de reuniões, certidões, diploma de conclusão e as atas e demais documentos oficiais relativos à conclusão do curso e colação de grau, com efeitos externos à UFT, serão emitidos apenas com o nome de registro civil.~~

**Art. 4º.** O nome civil será registrado juntamente com o nome social em histórico escolar final, declarações, certificados, atas de reuniões, certidões, diploma de conclusão e demais documentos oficiais relativos à conclusão do curso e colação de grau, com efeitos externos à UFT, serão emitidos apenas com o nome de registro civil. *(Redação dada pela Resolução Consuni n.º 28, de 17 de outubro de 2017).*

**Art. 5º.** Garantir que as pessoas travestis e transexuais, matriculadas nesta Instituição Federal de Ensino Superior (IFES) sejam chamadas oralmente pelos nomes sociais, sem menção ao nome civil, inclusive na frequência de classe e em solenidades como Colação de Grau, entrega de certificados, defesa de tese, dissertação ou monografia, premiações e eventos congêneres.

~~Art. 6º. Na cerimônia de Colação de Grau, a outorga será realizada considerando o nome social, porém, na ata constará apenas o nome civil.~~

**Art. 6º.** Na cerimônia de Colação de Grau, a outorga será realizada considerando o nome social. *(Redação dada pela Resolução Consuni n.º 28, de 17 de outubro de 2017).*

**Art. 7º** - Esta Resolução entra em vigor nesta data.

**MÁRCIO SILVEIRA**  
REITOR

ANEXO II DA RESOLUÇÃO Nº 25/2015

O Reitor da Fundação Universidade Federal do Tocantins, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a outorga de grau em 11 de março de 2018 do *Curso de Letras - Língua Portuguesa e Língua Inglesa e respectivas Literaturas*, ministrado no

Câmpus de Porto Nacional,

confere o grau de

Licenciado

a

**LAURO PEREIRA DE CARVALHO**

*civilmente registrado como Laura Pereira de Carvalho, onde Lauro Pereira de Carvalho é o nome social indicado pelo requerente*, brasileiro, nascido em 21 de outubro de 1992, natural

do estado do Tocantins, Cédula de Identidade nº XXX.XXX - SSP – TO

outorga-lhe o presente diploma, para que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.

Palmas – TO, 27 de abril de 2017.



---

Vânia Maria de Araújo Passos  
Eduardo Bolovato  
Pró-reitora de Graduação

Luiz  
Reitor

---

Diplomada

**ANEXO E** – Alterações da Normativa que regulamenta o nome social de travestis e transexuais no registro acadêmicos da UFT

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
CONSELHO UNIVERSITÁRIO – CONSUNI**

---

Secretaria dos Órgãos Colegiados Superiores (SOCS)  
Bloco IV, Segundo Andar, Câmpus de Palmas  
(63) 3232-8067 | (63) 3232-8238 | socs@uft.edu.br

**RESOLUÇÃO Nº28, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017**

Dispõe sobre as alterações da Resolução Consuni nº 25/2015, que regulamenta a utilização do nome social de travestis e transexuais, nos registros acadêmicos no âmbito da Universidade Federal do Tocantins.

O Egrégio Conselho Universitário – CONSUNI da Universidade Federal do Tocantins, reunido em sessão ordinária no dia 17 de outubro de 2017, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,



**RESOLVE:**

**Art. 1º** Os artigos 3º, 4º e 6º do anexo da Resolução Consuni nº 25/2015, que dispõe sobre a regulamentação da utilização do nome social de travestis e transexuais, nos registros acadêmicos no âmbito da Universidade Federal do Tocantins, passam a vigorar com a seguinte redação:

**Art. 3º O nome social será registrado** em diários de classe, cadastros, fichas, formulários, listas de presença, divulgação de notas, carteiras, nome do usuário no portal, resultado de editais, atas, histórico escolar, tanto impressos quanto os emitidos eletronicamente pelo sistema oficial de registro e controle acadêmico e demais documentos internos.

**Parágrafo único.** Os documentos oficiais, visando à utilização externa à UFT, serão emitidos apenas com o nome de registro civil ou com o nome civil ao lado nome social.

**Art. 4º** O nome civil será registrado juntamente com o nome social em histórico escolar final, declarações, certificados, atas de reuniões, certidões, diploma de conclusão e demais documentos oficiais relativos à conclusão do curso e colação de grau, com efeitos externos à UFT.

**Art. 6º.** Na cerimônia de Colação de Grau, a outorga será realizada considerando o nome social.

**Art. 2º** Fica incluído na referida Resolução, como Anexo II, o Modelo de Diploma Social, conforme anexo.

**Art. 3º** Os demais dispositivos permanecem inalterados.

**Art. 4º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LUÍS EDUARDO BOLOVATO

REITOR

## ANEXO F – Requerimento de Inclusão do Nome Social

### UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

Av. NS 15, Qd. 109 Norte Sala 213, Bloco IV | 77001-090 | Palmas/TO  
(63) 3232-8032 | [www.uft.edu.br/prograd](http://www.uft.edu.br/prograd) | [prograd@uft.edu.br](mailto:prograd@uft.edu.br)



### REQUERIMENTO DE INCLUSÃO DO NOME SOCIAL

Eu, \_\_\_\_\_  
 \_\_, portador (a) do RG nº \_\_\_\_\_, órgão expedidor  
 \_\_\_\_\_, e CPF nº \_\_\_\_\_, devidamente matriculado no  
 curso \_\_\_\_\_, Câmpus \_\_\_\_\_, sob o  
 número de matrícula \_\_\_\_\_, venho requerer junto a Universidade  
 Federal do Tocantins a **INCLUSÃO DO MEU NOME SOCIAL nos registros acadêmicos  
 da instituição, conforme disposto na Portaria Normativa 402 de 2015.**

Desta forma, requero a utilização do seguinte nome e/ou agnome:

\_\_\_\_\_

Local e data: \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.



\_\_\_\_\_  
Assinatura do Aluno ou Representante legal  
Nome completo

**ANEXO G - MEMO 041/2017 – Formalização dos Banheiros Unissex**

CAMPUS DE ARAGUAÍNA  
COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

---

Mem. 41/2017 – Coord.Adm/Cimba

Ao Diretor do Campus – CAMUAR – UFT

Sr. José Manuel Sanches da Cruz

Assunto: Formalização dos banheiros unissex

Senhor diretor.

1. Temos recebidos diversas reclamações a respeito da utilização dos banheiros unissex na Unidade Cimba do Campus UFT de Araguaína. São relatos de pessoas que se sentem incomodadas pelo uso comum do banheiro e também há relatos de discriminação aos usuários LGBTs.

2. Entendemos que a utilização dos banheiros de acordo com a identidade de gênero seja uma questão que merece debate na comunidade acadêmica. A demanda para banheiros unissex no Cimba existe e alguns alunos já identificaram os banheiros dos Blocos E e F como unissex. No entanto, é preciso pensar a respeito para facilitar o acesso de uma forma que os banheiros não fiquem distantes dos usuários.

3. Recentemente, a PUC de São Paulo implantou o banheiro unissex em seus Campus, entendemos que tal ato pode nos auxiliar a pensar uma forma adequada de atender a demanda.

4. Diante do exposto, solicito a realização do debate e posterior formalização dos banheiros unissex na unidade com o objetivo de melhorar o acesso aos banheiros e prevenir situações desagradáveis a ambas as partes que fizeram as reclamações.



Respeitosamente

Assistente em Administração

#### COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

Avenida Paraguai, esq. c/ Rua Uxiramas, s/n Setor Cimba | 77824-838 Araguaína/TO  
(63) 2112-2206 / 2233 | [www.uft.edu.br](http://www.uft.edu.br) | [servicoadm@edu.br](mailto:servicoadm@edu.br)

**ANEXO H- MEMO 042/2017 – Formalização dos Banheiros Unissex**

#### CAMPUS DE ARAGUAÍNA COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

Mem. 42/2017-Coord. Adm / Cimba

Araguaína, 13 de setembro de 2017

A toda a comunidade Acadêmica da Unidade Cimba

Assunto: Formalização dos banheiros unissex

Prezados,

1. Atendendo a demanda da comunidade acadêmica e conforme deliberação da Direção do Campus juntamente com a Comissão de Direitos, informamos a normatização dos banheiros unissex do Campus de Araguaína Unidade Cimba:

Banheiros Unissex
-------------------

Bloco E – Antigo banheiro feminino
------------------------------------

Bloco F – Antigo banheiro masculino



Bloco H – segundo piso – Antigo banheiro masculino

2. Os banheiros estão identificados conforme discriminado acima.

Respeitosamente

**Mariana Ribeiro de Matos**  
 Assistente em administração  
 Coordenação Administrativa  
 UFT Campus Araguaína

**COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA**

Avenida Paraguai, esq. c/ Rua Uxiramas, s/n Setor Cimba | 77824-838 Araguaína/TO  
 (63) 2112-2206 / 2233 | [www.uft.edu.br](http://www.uft.edu.br) | [servicoadm@edu.br](mailto:servicoadm@edu.br)

**ANEXO I – Decreto nº 8727/2016**

10/03/2018

Decreto nº8727

**Presidência da República**  
 Casa Civil  
 Subchefia para Assuntos Jurídicos

**DECRETO Nº 8.727, DE 28 DE ABRIL DE 2016**

**Vigência**

Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da

administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso VI, alínea “a”, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 1º, **caput**, inciso III, no art. 3º, **caput**, inciso IV; e no art. 5º, **caput**, da Constituição,

**DECRETA:**

Art. 1º Este Decreto dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis ou transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Parágrafo único. Para os fins deste Decreto, considera-se:

I - nome social - designação pela qual a pessoa travesti ou transexual se identifica e é socialmente reconhecida; e

II - identidade de gênero - dimensão da identidade de uma pessoa que diz respeito à forma como se relaciona com as representações de masculinidade e feminilidade e como isso se traduz em sua prática social, sem guardar relação necessária com o sexo atribuído no nascimento.

Art. 2º Os órgãos e as entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, em seus atos e procedimentos, deverão adotar o nome social da pessoa travesti ou transexual, de acordo com seu requerimento e com o disposto neste Decreto.

Parágrafo único. É vedado o uso de expressões pejorativas e discriminatórias para referir-se a pessoas travestis ou transexuais.

Art. 3º Os registros dos sistemas de informação, de cadastros, de programas, de serviços, de fichas, de formulários, de prontuários e congêneres dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional deverão conter o campo “nome social” em destaque, acompanhado do nome civil, que será utilizado apenas para fins administrativos internos. ([Vigência](#))

Art. 4º Constará nos documentos oficiais o nome social da pessoa travesti ou transexual, se requerido expressamente pelo interessado, acompanhado do nome civil.

Art. 5º O órgão ou a entidade da administração pública federal direta, autárquica e fundacional poderá empregar o nome civil da pessoa travesti ou transexual, acompanhado do

nome social, apenas quando estritamente necessário ao atendimento do interesse público e à salvaguarda de direitos de terceiros.

Art. 6º A pessoa travesti ou transexual poderá requerer, a qualquer tempo, a inclusão de seu nome social em documentos oficiais e nos registros dos sistemas de informação, de cadastros, de programas, de serviços, de fichas, de formulários, de prontuários e congêneres dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor:

I - um ano após a data de sua publicação, quanto ao [art. 3o](#); e

II - na data de sua publicação, quanto aos demais dispositivos.

Brasília, 28 de abril de 2016; 195º da Independência e 128º da República.

DILMA ROUSSEFF

Nilma Lino Gomes

**Este texto não substitui o publicado no DOU de 29.4.2016**

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/decreto/D8727.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8727.htm)

10/03/2018

Decreto nº8727